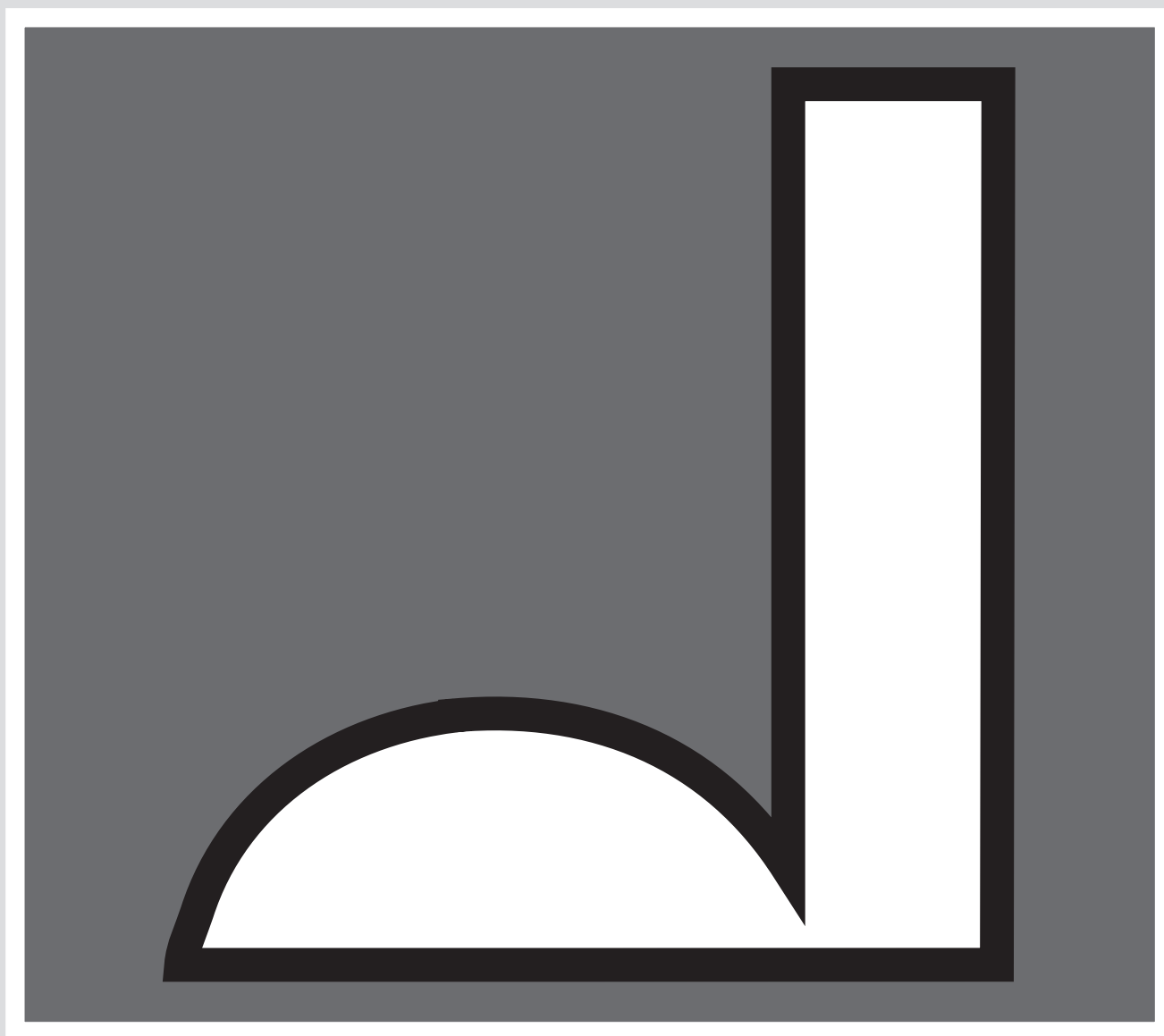




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 209 - SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 61, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 324, de 4 de outubro de 2006**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de R\$1.504.324.574,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 4 de dezembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 23 de novembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 192ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 397 a 401/2006, de 23 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Educação. *Designação dos Senadores Gerson Camata, Valter Pereira e Geovani Borges, como membros titulares nas Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, respectivamente.* 35282

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço. 35282

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2006, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a exigir que os ciclistas e demais usuários de veículos não-motorizados só possam circular nas vias utilizando capacete e demais itens de segurança. 35283

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.167, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, ontem, dia 22 de novembro de 2006, vítima da violência no Rio de Janeiro. 35285

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.216, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006 (nº 1.410/2003, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980

– Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro (a). 35285

Nº 1.217, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 35287

Nº 1.218, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos. 35290

Nº 1.219, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”. 35296

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nºs 130 a 132/2006, de 14 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 234, 128 e 236, de 2006, em reunião realizada naquela data. 35300

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 128, 234 e 236, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 35300

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006 (nº 1.410/2003, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente. 35300

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar

o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia..... 35300

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 1.168, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de sua autoria. 35301

1.2.8 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 49, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira. 35301

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR JONAS PINHEIRO – Considerações sobre as declarações do presidente Lula, em recente visita a Mato Grosso sobre os problemas enfrentados pela agricultura brasileira..... 35304

SENADOR GERSON CAMATA – Associação às homenagens póstumas prestadas pelo Senado Federal ao Senador Ramez Tebet e leitura da homilia proferida por Dom Osvino, Arcebispo Militar do Brasil, na missa de 7º dia, realizada hoje, em Brasília, na Catedral Militar do Brasil. 35305

SENADOR ALVARO DIAS – Inserção nos Anais, da matéria intitulada “Lula não sabe o que vai fazer”, da autoria de Vilas Boas Corrêa, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de hoje. Repercussões na imprensa, sobre as declarações do presidente Lula, de que não saberia “destravar” a economia. 35307

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre a visita do presidente Lula ao Estado do Mato Grosso, no último dia 21, onde participou de diversos eventos de inauguração. Leitura de carta enviada pelos reitores das universidades públicas e privadas do Mato Grosso, ao governador do Estado, sobre a extinção da Fapemat. 35312

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a questão da atuação das ONGs. Destaque para notícia publicada nos jornais **O Globo** e **Folha de S.Paulo**, de que o Governador Cláudio Lembo criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Questionamento sobre projeto enviado do Senado para a Câmara, em junho de 2004, dispondo sobre o registro, fiscalização e controle das ONGs. 35321

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Protesto contra prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impedem o crescimento econômico. 35329

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Manifestação sobre o anúncio da prisão, pela Polícia Federal, de Deputado Federal eleito pelo PT. 35332

SENADOR SIBÁ MACHADO – Explicações sobre o episódio referido pelo Senador Heráclito Fortes e o pronunciamento do Senador João Batista Motta. 35333

SENADOR NEY SUASSUNA – A isenção com que deve ser entendido o resultado do segundo turno das eleições, que consagrou o presidente Lula para mais um mandato. Comentário sobre dados do IBGE e do Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano/2005. Defesa das parcerias público-privadas como forma de estímulo aos investimentos em infra-estrutura..... 35335

SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento à Mesa do estudo feito por S. Exa. sobre o preconceito contra o idoso, as crianças nas ruas, os povos indígenas, as pessoas com deficiência, as mulheres, e outras pessoas discriminadas pela cor, etnia, raça, procedência e origem. 35337

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. 35342

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Reflexão a respeito da participação do PMDB no governo. 35345

SENADORA LÚCIA VÂNIA – O impasse criado por recurso apresentado pelo governo, na Câmara dos Deputados, a projeto de lei da autoria de S. Exa., que tem por objetivo tornar a equoterapia acessível aos beneficiários do SUS. 35348

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. Conclusões sobre a audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado para enfrentamento da crise no setor aeronáutico brasileiro. Potencialidades do setor algodoeiro na região semi-árida brasileira. 35349

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Comemoração do Dia de Ação de Graças..... 35354

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Necessidade de propostas claras do Presidente Lula para o próximo governo. Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa. 35355

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 314, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.**..... 35362

Item 2 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 315, de 2006, que dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento

mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35362

Item 3 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35362

Item 4 – (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35362

Item 5 – (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35363

Item 6 – (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35363

Item 7 – (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social). **Transferida para terça-feira.** 35363

Item 8 – (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35363

Item 9 – (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35363

Item 10 – (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35364

Item 11 – (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35364

Item 12 – (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de

2006. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35364

Item 13 – (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35364

Item 14

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências” (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas). **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35364

Item 15

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito). **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 16

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 17

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que institui o Programa

de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 18

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 19

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 20

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 21

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35365

Item 22 – (Matéria a ser declarada prejudicada)

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 35366

Item 23 – (Matéria a ser declarada prejudicada)

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das ati-

vidades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal. **Votação transferida para a sessão da próxima terça-feira.** 32366

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação com declarações do presidente Lula de que precisa destravar o país e de que só quer oposição a partir de 2010. Sugestões para destravar o país. 35366

SENADOR MÃO SANTA – Comentário sobre as declarações do Presidente Lula de que só quer oposição a partir de 2010. 35370

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Leitura de nota da Petrobras referente à construção de usina siderúrgica no Ceará e de mensagem do Bispo Desmond Tutu, expressa em videoconferência no encerramento do XI Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, realizado na África do Sul, em Cape Town, no dia 4 de novembro passado. 35374

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Resposta a declarações do Deputado Paulo Rubem sobre o pedido de CPI para apurar a atuação de ONGs.... 35379

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentário sobre matéria intitulada “*Governo Lula põe austeridade fiscal em risco*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de setembro último. 35381

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “*O peso do Estado*”, publicada na revista **Veja**, edição de 4 de outubro último. 35383

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “*Intelectuais contra a democracia*”, de autoria do filósofo e escritor Paulo Giralde Jr., publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 21 de setembro último. 35392

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*E agora?*”, publicada na revista **Época**, edição de 2 de outubro último. 35393

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial intitulado “*Nova ‘bondade’ eleitoral de Lula*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 27 de outubro último. 35397

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada “*PT mobilizou 11 pessoas para comprar o dossiê*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 22 de setembro último. 35398

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentário sobre a matéria intitulada “*Telefonemas ligam Berzoini a Freud*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 6 do corrente. 35399

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*PF ouvirá suspeita de adquirir celular ‘frio’ para ex-petista*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 4 do corrente. 35400

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do recebimento do *Relatório de Atividades* da empresa Furnas Centrais Elétricas, referente ao ano de 2005, no qual se patenteiam os bons resultados de uma gestão responsável e eficiente. 35401

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Avanços para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, com a sanção da Lei nº 11.340, a chamada “Lei Maria da Penha”. 35402

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Alvaro Dias, proferidos em 18 de outubro, 14, 20 e 22 de novembro de 2006. 35405

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 23-11-2006

4 – RETIFICAÇÃO

Diário do Senado Federal de 2 de fevereiro de 2003. 35413

5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 253, de 2006. 35414

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.268 a 2.278, de 2006. 35414

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 192ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Gerson Camata, Jonas Pinheiro, Mão Santa e João Batista Motta

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/11/2006 07:41:50 até 23/11/2006 20:30:10

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MS	JUVENCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

Compareceram: 62 Senadores

OF. GSRS. nº 538/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que hoje estive no Senado Federal, mas não registrei presença.

Contando com a atenção de V. Ex^a, renovo, na oportunidade, expressões de apreço e consideração. – Senadora **Roseana Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. GL/PMDB nº 397/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valter Pereira – PMDB/MS, como membro titular, em vaga existente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 398/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Gerson Camata – PMDB/ES, para ocupar a titularidade, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 399/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valter Pereira – PMDB/MS, como membro suplente, em vaga existente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 400/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Geovani Borges, para a ocupar a suplência, na Comissão de Educação – CE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 401/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gerson Camata – PMDB/ES, como membro titular, em vaga existente, na Comissão de Educação – CE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa os Srs. Senadores Gerson Camata, Valter Pereira e Geovani Borges como membros nas Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, nos termos dos Ofícios nºs 397, 398, 399, 400 e 401, da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006

Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 42-A:

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverá constar o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço correspondente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tem sido muito comum o envio de documentos de cobrança de débitos – especialmente boletos ban-

cários – para consumidores, sem que estes tenham adquirido produtos ou contratado a prestação de serviços das empresas favorecidas.

Muitas vezes, inclusive, em virtude do não-pagamento dos referidos boletos, o nome do consumidor acaba sendo inserido nos bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito.

Na regulamentação do Banco Central do Brasil referente à emissão de bloquetes de cobrança (boletos bancários), não se exige que conste no documento o endereço do favorecido (comerciante ou prestador de serviço).

É importante, para facilitar a defesa do consumidor – não só perante a própria empresa, mas também na esfera judicial – que dos documentos de cobrança de débitos conste não só o nome, mas também o endereço da empresa fornecedora dos produtos ou serviços correspondentes ao débito em cobrança.

Trata-se apenas de um dado adicional nesses documentos, que em muito contribuirá para facilitar a defesa do consumidor.

Pelos motivos expostos, acreditando que a medida concorre para o aprimoramento das relações de consumo, contamos com os ilustres Pares para a aprovação desse projeto.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2003.
– Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Vide texto compilado

Mensagem de veto

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Regulamentação

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

§ 1º Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

§ 2º Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.

§ 3º O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Art. 41. No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de, não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir, à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

SEÇÃO V

Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2006

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a exigir que os ciclistas e demais usuários de veículos não-motorizados só possam circular nas vias utilizando capacete e demais itens de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes artigos 54-A e 255-A:

“Art. 54-A Os condutores de bicicletas e demais veículos não-motorizados só poderão circular nas vias utilizando capacete de segurança e outros equipamentos de proteção individual, conforme regulamentação do Contran.”

“Art. 255-A. Conduzir bicicleta ou outro veículo não-motorizado, em desacordo com o disposto no art. 54-A:

Infração – média;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – remoção da bicicleta, Mediante recibo para o pagamento da multa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 365 dias após a data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), trouxe inúmeros avanços. Entre eles, destacamos a maior importância atribuída aos veículos não-motorizados. De fato, o Código inovou ao introduzir um conjunto de novas regras que beneficiaram os usuários desses veículos.

Entretanto, segundo nosso entendimento, o Código foi omissivo com relação à exigência de equipamentos de proteção individual.

A prática de exercícios aeróbicos deve ser estimulada, particularmente, entre crianças e adolescentes. O ciclismo, por exemplo, traz inúmeros benefícios à saúde, especialmente no controle e na prevenção da obesidade infantil. No entanto, as quedas a que estão sujeitas as crianças, na condição de ciclistas, podem ter graves consequências, tais como fraturas de membros, traumatismos crânio-encefálicos, contusões cerebrais e lesões deformantes da face. Os meninos com idade inferior a 14 anos têm cinco vezes maior de se envolver em acidentes ciclísticos e concentram 70% dos acidentes com bicicletas e das mortes por eles provocadas.

As quedas, sem a utilização de equipamentos de segurança, representam a principal causa da internação pediátrica por trauma, 73% das internações por causas externas.

À medida que se obtém melhor controle sobre as doenças infecciosas, a tendência é que a população brasileira apresente aumento relativo de agravos à saúde provocados por trauma, especialmente entre crianças e adolescentes, visto que essa faixa etária está menos sujeita a doenças crônico-degenerativas.

O presente projeto busca justamente minimizar os efeitos desses acidentes. A propósito, em setembro último, no Distrito Federal, duas crianças, em ocasiões distintas, perderam o controle de seus veículos de lazer e acidentaram-se fatalmente. Elas não usavam qualquer equipamento de segurança.

Equipamentos como capacete para os ciclistas ou joelheiras e cotoveleiras para usuários de patins (além do capacete) poderiam reduzir a gravidade de lesões, especialmente aquelas decorrentes de quedas ou de choques traumáticos.

A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, determina os equipamentos de segurança para uso nas bicicletas, independentemente da idade do ciclista: campainha e sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo (art. 105, inciso VI). Ressalte-se, todavia, que não há obrigatoriedade pelo uso de capacete como equipamento de segurança para o ciclista, comum em vários países.

Este projeto, portanto, visa a exigir daqueles usuários a utilização de capacete, assim como de outros equipamentos de segurança, em conformidade com a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito, o Contran. Dessa maneira, acreditamos estar contribuindo

para que o trânsito brasileiro, em todos os níveis, torne-se ainda mais seguro aos cidadãos.

A presente iniciativa tem presumível caráter inovador. Todavia, a normatização do uso de capacete para motocicletas e do uso do cinto de segurança em veículos motorizados também o tiveram. Outra que igualmente gerou controvérsia foi o cumprimento legal da utilização da faixa de pedestres. Hoje, um sucesso, notadamente no Distrito Federal.

Afora esses aspectos, tem-se o propósito de chamar a sociedade a pensar sobre a cultura da prevenção. Note-se que o Senado Federal está realizando, com ampla ressonância no País, a II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, algumas delas vitimadas por acidentes em que não faziam o uso de equipamentos de segurança.

As lesões provocadas por acidentes foram responsáveis, em 2004, por 216.337 internações hospitalares de crianças e adolescentes no Brasil. Elas se constituíram a segunda maior causa de morte nessa população (22.373 óbitos em 2002), atrás apenas das afecções perinatais.

Além do custo social, o impacto econômico é significativo e envolve desde os gastos do sistema de saúde de emergência e o tratamento das seqüelas até a perda de produtividade do indivíduo acometido.

Por exemplo, em 2000, no Brasil, mais de 12% dos gastos com assistência médica foram aplicados em internações e reabilitações de pacientes vítimas de acidentes e violências. A isso se somam os custos com a perda de produtividade.

Diante do elevado alcance social do projeto que ora apresentamos, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das sessões, 23 de novembro de 2006.
– Senador **Roberto Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*) LEI Nº 9.503 – DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;

II – segurando o guidom com as duas mãos;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 255. Conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulação desta, ou de forma agressiva, em desacordo com o disposto no parágrafo único do artigo 59:

Infração – média;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – remoção da bicicleta, mediante recibo para o pagamento da multa.

CAPÍTULO XVI Das Penalidades

Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades:

I – advertência por escrito;

II – multa;

III – suspensão do direito de dirigir;

IV – apreensão do veículo;

V – cassação da Carteira Nacional de Habilitação;

VI – cassação da Permissão para Dirigir;

VII – frequência obrigatória em curso de reciclagem.

§ 1º A aplicação das penalidades previstas neste Código não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A imposição da penalidade será comunicada aos órgãos ou entidades executivo de trânsito responsáveis pelo licenciamento do veículo e habilitação do condutor.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.167, DE 2006

Requer Voto de Pesar pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, vítima da violência no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, vítima da violência no Rio de Janeiro, ontem, dia 22 de novembro de 2006.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Ana Cristina, especialmente os filhos e o empresário Germano Gerdau,

de quem era ex-mulher, bem como ao seu ex-cunhado Jorge Gerdau Johannpeter.

Justificação

Ana Cristina Vasconcellos Giannini Johannpeter morreu ontem no Rio de Janeiro, ao parar seu veículo num semáforo no bairro do Leblon. Foi covardemente atacada pelo chamado Grupo da Bicicleta, cujos integrantes, apesar de sucessivas ações, permanecem impunes. Ana Cristina foi abordada por dois desses criminosos. Eles levaram pertences dela e ainda a assassinaram brutalmente com um tiro na cabeça. Mesmo ferida, ela conseguiu movimentar o carro por mais cinco metros. Morreu no Hospital Miguel Couto, logo após. Os bandidos, como sempre, fugiram. E, sem dúvida, continuarão a aterrorizar moradores e turistas em diferentes bairros do Rio. Agem à luz do dia e prosseguem agindo livremente.

Ana Cristina era uma pessoa cheia de vida, praticava esportes e, ontem, ao ser morta, estava em companhia de duas filhas. Ela foi casada com o empresário Germano Gerdau, Vice-Presidente do Grupo Gerdau, e ex-cunhada de Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do grupo.

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. A morte de Ana Cristina serve de novo alerta às autoridades do Rio, onde a violência faz vítimas a todo o instante, sem que quase nada ocorra para a punição dos bandidos.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2006.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.216, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006 (nº 1.410/2003, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

De iniciativa do Poder Executivo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2006, introduz alterações e acrescenta dispositivo à Lei nº 6.880, de 1980 (Estatuto dos Militares), com o propósito de criar licença para acompanhar cônjuge ou companheiro.

A proposição define a licença que se pretende criar como “a autorização para o afastamento total do serviço, concedida a militar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço que a requeira para acompanhar cônjuge ou companheiro (a) que, sendo servidor público da União ou militar das Forças Armadas, for, **ex officio**, exercer atividade em órgão público federal situado em outro ponto do território nacional ou no exterior, diverso da localização da organização militar do requerente”.

O prazo-limite para a licença será de trinta e seis meses, de forma contínua ou fracionada, e não será concedida quando o militar acompanhante puder ser passado à disposição ou à situação de adido ou ser classificado/lotado em organização militar das Forças Armadas, sem ônus para a União, para o desempenho de funções compatíveis com o seu nível hierárquico.

Na justificação, o Poder Executivo invoca a necessidade de promover a edição de normas uniformes para a regência da matéria nas três Forças Armadas, e fundamenta a proposição com base no mandamento constitucional que erige a família como base da sociedade. Argumenta, ainda, que norma similar já é contemplada no Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.

Na Casa de origem, o projeto recebeu aprimoramentos, tendo passado pelo escrutínio das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado na Câmara dos Deputados em 5 de setembro, o projeto deu entrada no Senado Federal no dia 29 de setembro de 2006.

II – Análise

O PLC nº 103, de 2006, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para apreciação da matéria quanto ao mérito, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista envolver aspectos do regime jurídico dos militares das Forças Armadas. Como o projeto não foi distribuído a outras comissões, cabe a este colegiado apreciá-lo também no que tange à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, a proposição não merece reparo algum. A iniciativa foi exercida com legitimidade pelo Chefe do Executivo, com fundamento no art. 61, § 1º, II, f, da Lei Maior, e as disposições normativas projetadas guardam harmonia e compatibilidade com os princípios do ordenamento jurídico.

Vazada em boa técnica legislativa, a proposição se insere adequadamente no contexto normativo do diploma federal a que se dirige, o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 1980). Carece, no entanto, de pequenos reparos formais.

No tocante ao mérito, a proposição se impõe, inequivocamente, ao acolhimento desta Casa, já que traduz a necessária racionalização de procedimentos e critérios

de gestão do pessoal no âmbito das Forças Armadas, observadas as peculiaridades da carreira militar.

Por derradeiro, cabe considerar que, segundo esclarece a exposição de motivos do Ministro da Defesa, a aprovação da matéria não implicará aumento de despesa.

III – Voto

Em face de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006, com as seguintes emendas, de redação:

EMENDA Nº 1 – CRE

Suprima-se, no art. 69-A, **caput** e § 2º, acrescido à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, pelo art. 2º do PLC nº 103, de 2006, as referências numéricas expressas por algarismos.

EMENDA Nº 2 – CRE

Substitua-se, no art. 70, § 2º, e no art. 69-A, **caput**, alterado e adicionado, respectivamente, à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, pelos arts. 1º e 2º do PLC nº 103, de 2006, o vocábulo **ex officio** pela expressão “de ofício”.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Ney Suassuna – Heráclito Fortes – Serys Slhessarenko – Marcelo Crivella – Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Suplicy – Eduardo Azeredo – Mão Santa – Flexa Ribeiro – Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

PARECER Nº 1.217, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, visa a alterar o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir, na base de cálculo do montante de recursos financeiros a ser repassado no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o quantitativo de alunos matriculados na modalidade Educação Presencial de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental.

O art. 2º prevê a vigência imediata da lei em que a proposição se transformar em efeitos a partir do ano subsequente ao de sua publicação.

Ao justificar a ampliação do PNAE, o autor argui, essencialmente, que a falta de apoio nutricional desejável para o bom desempenho escolar de estudantes trabalhadores tem ocasionado, além da evasão, o fracasso de diversos programas de educação voltados para esse segmento. Para ele, isso evidencia omissões do Estado brasileiro diante do dever constitucional de oferecer ensino fundamental, obrigatório e gratuito, extensivo aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, inclusive na condição de beneficiários de programas suplementares de alimentação, saúde e material didático.

O projeto deverá ser apreciado, por esta comissão, com decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

O intento final do PLS nº 128, de 2006, do ponto de vista particular da busca de eficiência, é assegurar a permanência e o sucesso escolar de estudantes trabalhadores matriculados na educação de jovens e adultos. Em plano mais amplo, o projeto visa a inibir a reprodução social do déficit social com a educação de camadas populares, o que, ao cabo, é importante para o desenvolvimento do próprio País.

A universalização do ensino fundamental provocou reação dos sistemas de ensino, consistente na remoção, para turmas ou classes de EJA, de enorme contingente de jovens fora da idade escolar considerada adequada para freqüência ao ensino fundamental regular. Esses estudantes, quase em sua totalidade, são trabalhadores que se submetem a jornadas extenuantes, não raro em subempregos, e, ainda assim, tem ânimo para buscar a escolarização, onde depositam suas reservas de perspectiva de mudança de vida.

Às vezes, esses jovens até dispõem de algum alimento em casa, mas o tempo escasso não lhes permite conciliar o deslocamento à escola e a refeição caseira. Trata-se de opção crucial que sempre traz alguma forma de prejuízo: ora o prolongamento da fome, o que é ruim também para o aprendizado; ora a renúncia à aula do dia, que, por impossibilidade de reposição, fica perdida para sempre. Outras situações há, infelizmente, em que a passagem por casa, no trajeto do trabalho à escola, pode ser simplesmente frustrante, pois lá não existe nada para comer.

O recurso às cantinas escolares, de acesso restrito, porque oneroso, tem o inconveniente adicional de fugir, via de regra, às recomendações de alimentação nutritiva e saudável. Aliás, a preocupação com a formação de hábitos alimentares saudáveis pode representar o grande diferencial do projeto do Senador Paim. Trata-se de oportunidade ímpar de ensinar a esses jovens, a partir do fornecimento da refeição escolar, os fundamentos de uma vida saudável, calcada na seleção e no consumo de alimentos nem sempre fora de seu alcance.

No campo orçamentário, não se verifica qualquer óbice associado ao comprometimento dos recursos constitucional e legalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Ademais, para mitigar eventuais desvirtuamentos de cunho assistencialista, os efeitos da medida estão circunscritos à educação de jovens e adultos na modalidade presencial.


No que respeita aos aspectos de constitucionalidade e de juridicidade, a proposição não reclama reparos, encontrando-se igualmente adequada às normas de boa técnica legislativa, de modo que nada resta a obstar o seu prosseguimento.

No mais, trata-se de medida socialmente relevante para o conjunto da sociedade, a merecer, portanto, a pronta acolhida desta Casa Legislativa.

III – Voto

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006.

Sala da Comissão,
em 14/11/2006.



link (A) ⁴lilia: Presidente, no exercício da presidência, Senador Augusto Botelho.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 128/06 NA REUNIÃO DE 14/11/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	RELATOR:
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA NUNTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 128/06

TITULARES- BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE- BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					JOANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JOSEAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					MAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					STEFANOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				RAIMUNDO TUMA	X			
MARCELO GUERRA	X				RAIMUNDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					THIAGO VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES- PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE- PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					JOÃO LINDO				
GEOVANI BORGES	X				GABRIEL ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VALDIR RAUPP				
ALMEIDA LIMA					SALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					JOÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					JOÃO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					JOÃO				
TITULARES- BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE- BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					JOÃO MACHADO				
PAULO PAIM					JOÃO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE			X		JOÃO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				JOÃO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				JOÃO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					JOÃO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					JOÃO SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES- PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE- PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 2 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/ 2006

SENADOR AUGUSTO BOFELHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência da Comissão de Educação

Of. nº CE/131/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.218, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos.

Relator: Senador Cristovam Buarque

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 234, de 2006, de iniciativa do Senador Marcos Guerra, altera dois artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A primeira alteração, referente ao inciso I do art. 24, diz respeito à carga horária anual do ensino fundamental e do ensino médio. Atualmente ela é de oitocentas horas, em cada um dos dois níveis de ensino, distribuídas por pelo menos duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. O PLS propõe o aumento da carga horária do ensino fundamental para mil e quatrocentas horas, também distribuídas em, no mínimo, duzentos dias letivos, não computados, igualmente, o tempo eventualmente reservado a exames finais. A carga horária do ensino médio não é alterada pela proposição.

A segunda mudança é feita no art. 34, que trata da jornada escolar no ensino fundamental. Atualmente, é prevista jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, com previsão de

ampliação progressiva do período de permanência na escola. O § 1º deste artigo faz a ressalva, quanto a essa jornada, do ensino noturno e das formas alternativas, legalmente autorizadas, de organização escolar. Por sua vez, o § 2º estabelece que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

O PLS em tela dispõe que a jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula. O regime de tempo integral, prevê, ainda, o projeto, deverá incluir atividades de acompanhamento pedagógico, oficinas culturais, recreativas e esportivas, a critério dos sistemas de ensino e das respectivas comunidades escolares. A ressalva quanto ao ensino noturno e às formas alternativas de organização escolar é mantida.

A iniciativa estipula o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino, com a colaboração técnica e financeira da União, implantem a nova carga horária anual e a jornada de tempo integral.

Por fim, o projeto prevê que a lei a ser criada entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foi objeto de emendas.

II – Análise

Diversos indicadores de qualidade revelam as deficiências da maioria das escolas de educação básica em nosso País. Os índices de repetência, malgrado os esforços das políticas públicas dos anos recentes, continuam elevados em todas as séries do ensino fundamental e mesmo do ensino médio. Daí a grave distorção série/idade de nossos alunos. Nas comparações internacionais, o desempenho dos estudantes brasileiros tem ficado entre os piores.

As causas dessa situação são complexas e as sugestões para combatê-la são numerosas. Nós mesmos temos trabalhado, incansavelmente, nessa matéria e, entre as medidas que propusemos a respeito encontra-se a de buscar a federalização da educação básica, ou seja, um compromisso nacional em favor dos estudantes, independentemente da localidade em que morem e freqüentem a escola.

Neste parecer, temos a oportunidade de analisar, na forma do PLS em tela, uma das sugestões mais recorrentes e, sem dúvida, necessárias, para combater os problemas estruturais do ensino fundamental no Brasil: a implantação da jornada escolar em tempo integral.

Com efeito, as vantagens da jornada escolar integral são conhecidas e foram muito bem sintetizadas pela justificação do projeto. Ela permite a realização

de atividades de reforço e acompanhamento escolar, com impacto direto sobre o rendimento dos alunos. Possibilita, ainda, às crianças mais carentes o acesso a atividades artísticas, culturais e esportivas, que via de regra lhes são negadas. Além disso, assegura aos pais, cada vez mais envolvidos com as labutas do trabalho, a tranquilidade de saber que seus filhos estão exercendo atividades enriquecedoras para a sua formação, e não à disposição da violência das ruas, do ócio improdutivo ou de programas de televisão de qualidade duvidosa. Desse modo, além de ampliar as possibilidades de melhoria do rendimento escolar dos estudantes, a escola em tempo integral promove a inclusão social e contribui para a redução do envolvimento dos jovens com a criminalidade.

Até o início do século XX, a jornada escolar no ensino primário atingia seis a oito horas diárias. As professoras dedicavam-se integralmente a uma única turma de alunos. Todavia, o acesso à escola era privilégio de uma elite, atingindo apenas pequena parcela das camadas populares, em geral nas áreas urbanas. Com o objetivo de democratizar o acesso à escola primária, foram criados, para funcionar em caráter provisório, os turnos escolares. Maior número de crianças freqüentaria a escola, mas durante menor tempo. Os professores receberiam pequenas bonificações para assumir encargos maiores. Entretanto, o que era para durar pouco tempo tornou-se perene e, apesar dos avanços na democratização da escola primária, a qualidade do ensino, com menos tempo de estudo e professores progressivamente envolvidos em mais de uma jornada e ambiente de trabalho, começou a decair.

A nova estrutura da jornada escolar para as crianças, com aulas em apenas um turno, matutino ou vespertino – e, em algumas situações, até em um inacreditável turno intermediário –, tornou-se o padrão, também, para o ensino primário estendido (o colegial e, mais tarde, o 1º grau e o ensino fundamental), bem como para o ensino secundário.

Entre as tentativas de reverter essa estrutura reducionista da educação elementar, merecem ser destacados o modelo das escolas-classe e escolas-parque, concebidas por Anísio Teixeira para a recém-fundada Brasília, e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), criados no Estado do Rio de Janeiro pelo eminente Darcy Ribeiro, no Governo Leonel Brizola. Injunções políticas, pressões da demanda e diferentes concepções sobre prioridades nas políticas educacionais, levaram, em graus diferentes, ao fim ou

ao congelamento dessas e de outras experiências de jornada escolar em tempo integral.

Apesar da descontinuidade de iniciativas tão promissoras, outros tantos projetos, governamentais ou não, têm procurado, ainda que de forma isolada, dar apoio suplementar aos estudantes, principalmente de famílias de baixa renda, mediante a oferta de atividades culturais e esportivas.

O ex-Senador Darcy Ribeiro, em seu projeto de LDB apresentado em 1992 e, depois, como relator da proposição que viria a ser sancionada como a nova LDB, sonhou com a volta imediata da jornada integral para o ensino fundamental. As resistências que se apresentaram a essa proposta, geralmente de natureza fiscal, levaram-no a aceitar, a contragosto, o compromisso de tão-somente prever a implantação gradual dessa jornada, como aparece inscrito no citado art. 34, § 2º, da Lei nº 9.394, de 1996.

Esse princípio foi reafirmado no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que estabeleceu como uma das metas do ensino fundamental a ampliação progressiva da jornada escolar, com vistas a expandir a escola de tempo integral, em período de pelo menos sete horas diárias.

Contudo, como bem apontou a justificação do PLS, pouco se tem avançado no cumprimento dessa meta. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, a média no ensino fundamental é de apenas 4,3 horas-aula, e tão-somente 8% dos 33,5 milhões de alunos matriculados em 2005 freqüentavam jornadas escolares com duração superior a cinco horas.

O projeto em exame tenta estimular esse processo, mediante a fixação do razoável prazo de cinco anos para que a carga horária do ensino fundamental seja ampliada, de forma a que se universalize a jornada escolar em tempo integral nesse nível de ensino.

O seu mérito é indiscutível e merece nosso apoio, pois estamos convictos de que apenas por meio de ações arrojadas no campo da educação básica será possível combater as seculares injustiças sociais de nosso País e levá-lo a um novo patamar em seu desenvolvimento.

Contudo, a aprovação do projeto em exame tem implicações que precisam, desde já, ser identificadas e apoiadas. Sem um aporte orçamentário adicional de todos os níveis governamentais, a escola em tempo

integral não será implantada, ou o será na forma do faz-de-conta. Com efeito, é preciso ter plena consciência do risco de se implantar a extensão da jornada escolar sem que sejam fornecidas as condições adequadas para que esse período adicional signifique a complementação do processo educativo e tenha efeitos positivos sobre o rendimento escolar. Manter nossas crianças e adolescentes na escola por mais tempo sem oferecer-lhes atividades pedagógicas adicionais apropriadas constituiria um crime, com efeitos deletérios para a formação de nossos jovens e para a legitimidade da própria instituição escolar.

Portanto, vale insistir: o apoio a este projeto não se encerra no voto pela sua aprovação, mas tem continuidade na luta por novos recursos financeiros para, efetivamente, alcançar os seus propósitos de fazer da escola de ensino fundamental um locus de transformação social, do qual saiam jovens com adequado domínio da leitura, da escrita e do cálculo, com boa compreensão do ambiente social, bem informados sobre o meio natural e os princípios da tecnologia, sensibilizados para as artes, capazes de dar continuidade aos seus estudos e imbuídos dos mais nobres valores como os de justiça, solidariedade e tolerância.

Em relação aos termos da iniciativa, julgamos pertinente formular duas contribuições para aperfeiçoá-los.

Em primeiro lugar, não fica claro qual seria a carga horária anual do ensino fundamental até a adoção das mil e quatrocentas horas, bem como o tempo de trabalho efetivo diário em sala de aula, uma vez que o projeto confere nova redação a dispositivos da LDB, fixa, a seguir, o prazo de cinco anos para a implementação da nova jornada escolar e, por fim, prevê a vigência da nova lei na data de sua publicação. Desse modo, sugerimos que seja explicitada a situação no período de transição.

Além disso, parece-nos conveniente fixar o tempo de permanência diária na escola, não-obstante o projeto ter fixado a carga horária mínima anual de mil e quatrocentas horas, distribuídas em pelo menos duzentos dias letivos. O resultado dessas determinações do PLS seria o de estabelecer uma jornada de, em média, sete horas diárias de atividades curriculares. Entretanto, uma vez que os estudantes teriam, necessariamente, de fazer pelo menos duas refeições na escola, essa carga horária mínima, a ser reservada para atividades educativas, acabaria sendo prejudicada. Por isso, sugerimos a fixação de permanência diária mínima de

oito horas na escola, incluído o tempo reservado para as refeições. Assim, a permanência anual na escola passa a ser de 1.600 horas, das quais 1.400 no desenvolvimento de atividades curriculares – e, destas, mil horas em trabalho efetivo em sala de aula.

Em suma, o projeto merece acolhimento por trazer alterações promissoras para o ensino fundamental. A iniciativa, por fim, não contém vícios de constitucionalidade e juridicidade e, cabe acrescentar, encontra-se formulada de acordo com a boa técnica legislativa.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se, no art. 1º do PLS nº 234, de 2006, a seguinte redação ao **caput** do art. 34 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

“Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos oito horas de permanência na escola, incluídos o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula.”

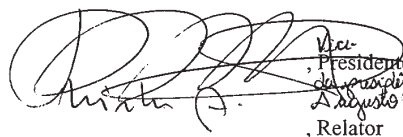
EMENDA Nº 2 – CE

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 2º do PLS nº 234, de 2006:

“Art. 2º

Parágrafo único. Enquanto não forem implantadas as normas dispostas no art. 1º, permanecem, no ensino fundamental, as exigências de carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, e de jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.”

Sala da Comissão, em 14/11/06


Vice-Presidente do Conselho da Propriedade, Senad
Augusto Botelho
, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 234/06 NA REUNIÃO DE 14/11/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>linh.</i>
EDISON LOBÃO	RELATOR:
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUÇA
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 234/06

TITULARES BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA			X		EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PFL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PFL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 2 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/ 2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice - Presidente, no exercício da Presidência.
da Comissão de Educação

EMENDAS AO PLS 234/06
(EM GLOBO)

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOÍZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência,
da Comissão de Educação

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2006**

Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.

I – a carga horária mínima anual será de mil e quatrocentas horas, no ensino fundamental, e oitocentas horas, no ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

..... (NR)”

“Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos oito horas de permanência na escola, incluídos o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula.”

§ 1º.....

§ 2º O regime de tempo integral incluirá atividades de acompanhamento pedagógico, oficinas culturais, recreativas e esportivas, a critério dos sistemas de ensino e das respectivas comunidades escolares. (NR)”

Art. 2º Os sistemas de ensino, com a colaboração técnica e financeira da União, terão prazo de cinco anos, a partir da publicação desta lei, para implantar a carga horária anual e a jornada de tempo integral de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. Enquanto não forem implantadas as normas dispostas no art. 1º, permanecem, no ensino fundamental, as exigências de carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, e de jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2006.
– Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência – Senador **Cristovam Buarque**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Of. nº CE/130/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marcos Guerra, que “Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.219, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.

Relator: Senador Marcos Guerra

I – Relatório

Submete-se à Comissão de Educação, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro,

que institui o dia 18 de agosto como o Dia Nacional do Campo Limpo.

Composto de dois artigos, o projeto determina, em seu artigo 1º, que seja instituído o “Dia Nacional do Campo Limpo” em 18 de agosto.

O artigo 2º é a cláusula de vigência. Ela prevê que a lei em que o projeto se transformar entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição não recebeu emendas.

II – Análise

Em sua justificação, o autor cita o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV). O InpEV é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada a gerir os processos de destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários. O Instituto tem tido um papel de suma importância divulgando causas ecológicas e de proteção à saúde humana, bem como o suporte ao desenvolvimento tecnológico de embalagens fitossanitárias.

O projeto propõe que a data comemorativa seja fixada em 18 de agosto, em razão de ser esse um dia tradicional de atividades socioeducativas da InpEV. A data foi comemorada pela primeira vez em 2005, em quarenta centrais de recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, que reuniram mais de 11.300 pessoas. A segunda comemoração, no dia 18 de agosto deste ano, reuniu 78 centrais.

Além do InpEV, a iniciativa conta com o apoio da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e das Associações e Entidades Gerenciadoras das Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias.

A instituição do Dia Nacional do Campo Limpo, segundo a Justificação do projeto, criaria “um dia de consciência, debate e educação ambiental para desenvolver atividades afirmativas e ampliar a conservação do meio ambiente”.

Desse modo, ao adotar medida que contribui para a conscientização e a educação ambiental, o projeto vem ao encontro de mandamento expresso pelo inciso VI, § 1º, art. 225, da Constituição Federal, **verbis**:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

.....
VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
.....

Ainda quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, o projeto em exame obedece aos preceitos constitucionais com respeito à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar.

Da mesma forma, não contradiz disposições da legislação infraconstitucional e não tem vícios de técnica legislativa.

Assim, acreditamos ser plenamente justificável e particularmente meritória a iniciativa do Senador Jonas Pinheiro de criar o Dia Nacional do Campo Limpo.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2006.
– Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 236/06 NA REUNIÃO DE 14/11/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Botelho)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
RELATOR:	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 236/06

TITULARES: BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES: PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PFL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PE)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES: PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/ 2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice - Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/130/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marcos Guerra que, “Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no Exercício da Presidência da Comissão de Educação.

Of. nº CE/131/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data,

pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

Of. nº CE/132/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Jonas Pinheiro que, “Institui o dia 18 de agosto como o ‘Dia Nacional do Campo Limpo’”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 128, 234 e 236, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.216, de 2006**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Projeto de Lei de Lei da Câmara nº 103, de 2006** (nº 1.410/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69 – A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que auto-

riza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

Sobre a Mesa requerimento que será lido pelo Senhor Primeiro-Secretário.

(Leitura)

A requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 2006

Nos termos do artigo 256 do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2006.

– Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que passo a ler:

É lido o seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2006

Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 20 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

§ 2º A faixa de até cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território

nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há tradição, no Direito Internacional Público comparado, segundo a qual os Estados limitam direitos de posse e de propriedade fundiária em suas regiões de fronteira, de forma discricionária, como decorrência da necessidade de prover segurança territorial.

A salvaguarda em apreço, pacificamente incorporada pela prática internacional, revela o estado atuando no pleno exercício de sua soberania e de seu poder jurisdicional. No Brasil, há tratamento constitucional da matéria, o que bem denota a importância que se lhe dá. Com efeito, o art. 20, § 2º, da Constituição de 1988, estabelece que a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

A legislação infraconstitucional que cuida do tema, não obstante anterior a Constituição em vigor, é a Lei nº 6.643/1979, que se encontra nitidamente em descompasso com a realidade internacional. De resto, a própria Constituição de 1988 foi concebida ainda sob os influxos da “Guerra Fria”, em contexto totalmente alheio à realidade presente.

Vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar.

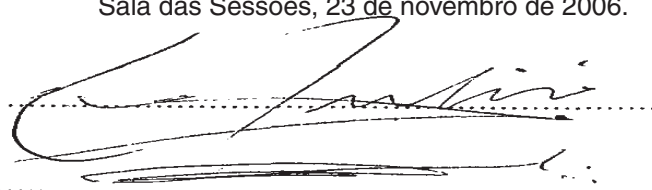
Hoje, os mecanismos de segurança, controle e informação instantânea dos quais dispõe o estado transformam a legislação brasileira de faixa de fronteira em obsoleta e comprometidora do desenvolvimento regional. As regiões fronteiriças são sacrificadas pela Geografia e pela História. Não há mais razão para que o sejam também pelo Direito e pela Política.

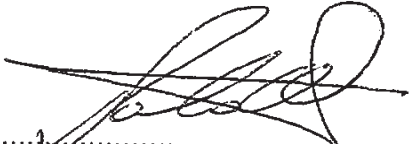
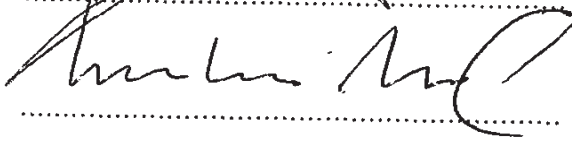
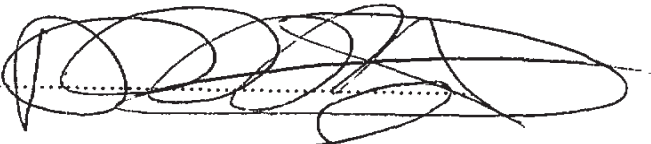
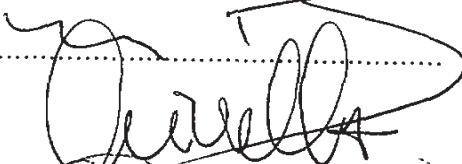
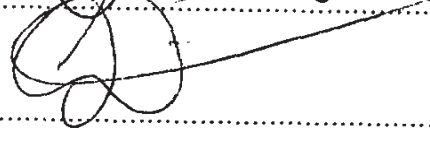
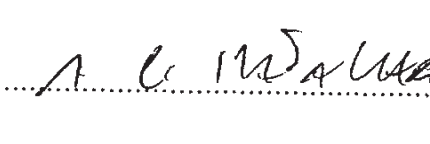
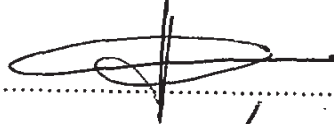
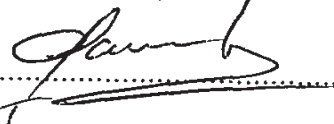
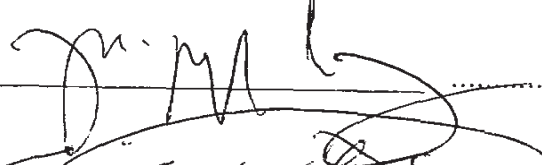
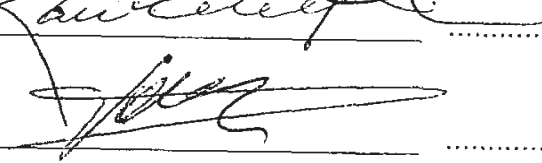
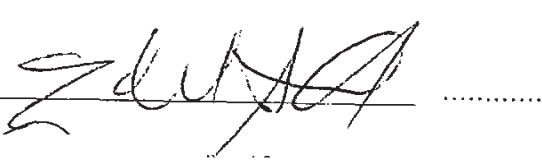
Sala das Sessões, 23 de novembro de 2006.

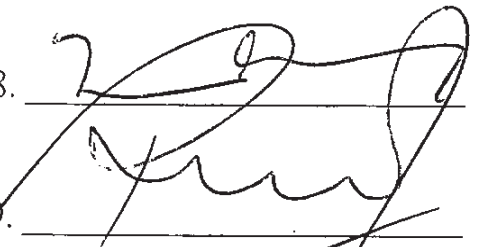
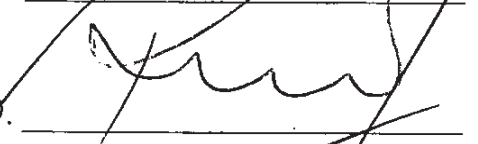
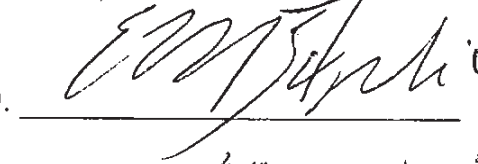


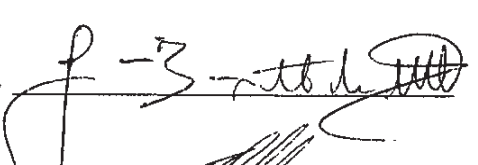

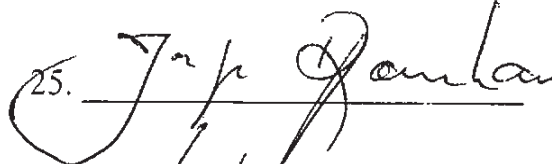

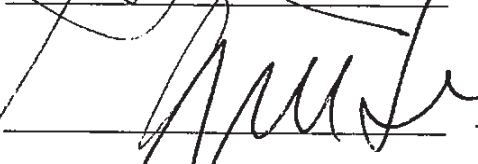
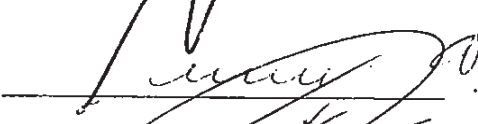
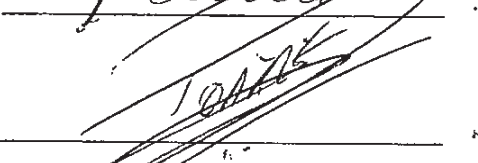

01. Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

02. Mozarildo

03. Osman Diniz



- | | |
|---|--|
| 04. <u>Paulo Octavio</u> |  |
| 05. <u>MARCU MACIEL</u> |  |
| 06. <u>Augusto Botelho</u> |  |
| 07. <u>Henricão Fontes</u> |  |
| 08. <u>MARCO ANTÔNIO CURTAS</u> |  |
| 09. <u>ROBERTO CAMARGO</u> |  |
| 10. <u>Ataulyo Bezerra</u> | <u>A. C. M. SALGADO</u> |
| 11. <u>HELOISA HELENA</u> | <u>Helena Helena</u> |
| 12. <u>ALMEIDA LIMA</u> |  |
| 13. <u>Luiz Otávio</u> |  |
| 14.  | <u>JOÃO AFRÂNIO</u> |
| 15.  | <u>GIRIBALDO FILHO</u> |
| 16.  | <u>Roberto R. R.</u> |
| 17. <u>ZUMA</u> | <u>Ideli Salatti</u> |

18.  Mica Amato
19.  Romero Jozá
20.  Emerson Galvão
21.  Emerson Galvão
22.  Chico Mendes
23.  João Baptista Notta
24.  Maguito Vilela
25.  Jap Paulinho - novo nome
26.  João Bico
27.  Jurema
28.  Maria do Carmo
29.  Demosthenes Torres
30.  Cezalene

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
TÍTULO III
Da Organização do Estado

CAPÍTULO II
Da União

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos,

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publica e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, inicialmente, ao nobre Senador Jonas Pinheiro, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, § 7º, combinado com o art. 158, § 2º do Regimento Interno, intercalado com o uso da palavra pelos oradores inscritos, por Lideranças ou por delegação dessas.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero me congratular com V. Ex^a pelo seu retorno a esta Casa. Já estava fazendo falta.

Sr. Presidente, gostaria de comentar a respeito da viagem do Presidente Lula a Mato Grosso, onde ele fez declarações bombásticas. Uma das mais relevantes é a de que ele não sabia do problema da agricultura brasileira; disse que o problema da agricultura pegou o Governo Federal de calças curtas.

Eu me lembro de que, em julho de 2005, Brasília parou com a presença de três mil tratores e caminhões, em função do protesto dos produtores, avisando ao Governo Federal que a agricultura estava entrando num beco sem saída. Posteriormente, houve aqui uma enorme negociação, inclusive com o Senhor Presidente da República, comandada pelo Ministro Roberto Rodrigues, e nada foi feito a respeito do problema enfrentado pela agricultura.

Em abril do ano passado, num pequeno Município do Estado do Mato Grosso chamado Ipiranga do Norte, os produtores fizeram um apelo, que tomou conta do Brasil, chamado Grito do Ipiranga. Foram trancadas as estradas do Brasil exatamente para chamar a atenção do Governo Federal.

O Governo também não entendeu que a saída do Ministro da Agricultura, o grande Ministro Roberto Rodrigues, foi também em protesto às ações do Governo, que nada fazia pela agricultura brasileira.

Agora, parece-me que o Presidente, ao ver Mato Grosso, ao conhecer o Estado, ver a área, o potencial daquele enorme território mato-grossense, principalmente por ocasião da inauguração da usina de biodiesel, da Usina Barralcool, ficou alerta em relação a esse assunto e disse que vai lançar um pacote em apoio à agricultura brasileira.

Esperamos que esse encontro em Mato Grosso tenha resultados no aspecto dos juros caríssimos da agricultura brasileira; na renegociação das dívidas dos

produtores, que, como estão, são impagáveis; no uso de tecnologia adequada, principalmente na aprovação dos transgênicos, que o mundo todo usa, menos nós porque o Governo não deixa; no melhoramento da infra-estrutura do Brasil – portos, ferrovias, rodovias.

Enfim, esperamos que, desta vez, no seu segundo mandato, o Presidente Lula tenha uma boa administração – é o voto que fazemos –, que ele realmente cuide da agricultura, que é a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, desta tribuna faço esse apelo, hipotecando solidariedade àquele que vai ser o pacote favorável à agricultura brasileira, a ser lançado no segundo governo do Presidente Lula. Espero, com isso, que o Governo Lula também cumpra as promessas feitas ao Governador Blairo Maggi, que, ao apoiá-lo no segundo turno, teve a promessa formal do Sr. Lula de ajudar a agricultura brasileira, especialmente o Governo do Estado do Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa se congratula com V. Ex^a por seu pronunciamento.

Desejo passar a Presidência a V. Ex^a, já que estou também inscrito para uma comunicação inadiável.

O Sr. Gerson Camata, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao eminente Senador Gerson Camata, por dez minutos, por estar inscrito como orador nesta sessão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que estive, nos últimos cinco meses, no Estado do Espírito Santo, exercendo a função de Secretário de Transportes e Obras Públicas do Governador Paulo Hartung.

Naquela Secretaria, estivemos à frente do maior programa rodoviário da história do Espírito Santo. Estamos construindo naquele Estado, que tem apenas 45 mil Km², cerca de 1,6 mil Km de rodovias asfaltadas.

No tempo em que fui Governador, todos os Municípios do Estado eram ligados à capital por estradas asfaltadas, mas, nos últimos 22 anos, foram criados vários Municípios. Esses novos Municípios ainda não estavam ligados a Vitória por rodovias asfaltadas.

O Governador Paulo Hartung lançou um programa exatamente para estender o meio de transporte mais seguro, mais eficiente e mais confiável a todos os

Municípios do Estado do Espírito Santo. Esse programa está sendo completado agora com a inauguração de uma estrada que liga Afonso Cláudio à localidade de Serra Pelada, no Noroeste do Estado do Espírito Santo, junto ao limite com Minas Gerais.

O Estado do Espírito Santo, Sr. Presidente, passou por um período muito difícil nos últimos 20 anos. Durante esse período, houve a paralisação total das obras no Estado, o crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, além do acúmulo de um enorme déficit pelo Estado, fazendo com que a Administração Pública praticamente sofresse uma paralisação total.

O Governador Paulo Hartung, com um ano e meio de gestão, com a aplicação de recursos e a diligente ampliação da capacidade de arrecadação do Estado – às vezes sendo duro com a moderação dos gastos –, conseguiu fazer com que o Estado readquirisse sua condição de investimento.

Depois de Tocantins, Espírito Santo hoje é o Estado com a melhor situação fiscal do Brasil. O Estado de Tocantins não pode ser cotado como primeiro – na verdade, o primeiro é o Espírito Santo – porque, fundado recentemente, não tem funcionários aposentados ou instituto de aposentadoria. O Espírito Santo paga hoje 30% da sua arrecadação a servidores aposentados e, por isso, não está em primeiro. Está em primeiro Tocantins, que não tem aposentadoria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por estar no meu Estado na segunda-feira, quando foi realizada aqui sessão em homenagem ao Senador Ramez Tebet, não pude estar presente.

Entretanto, participei hoje da Missa de Sétimo Dia, realizada na Catedral Militar do Brasil, em sufrágio de sua alma, Missa da Esperança, como bem caracterizou Dom Osvino. Acompanhado de outros Senadores, funcionários da Casa, amigos do Senador Ramez Tebet, membros da colônia sírio-libanesa de Brasília, tivemos oportunidade de assistir àquela cerimônia, na qual o Arcebispo Militar do Brasil, Dom Osvino, fez uma homilia em que resumiu magistralmente a ação e o trabalho desenvolvidos pelo Senador Ramez Tebet neste Senado Federal e no seu querido Estado do Mato Grosso.

Com permissão dos demais companheiros, reproduzirei esta breve homilia feita por Dom Osvino, Arcebispo Militar do Brasil, referindo-se à pessoa de Ramez Tebet.

Começa S. Revm^a, o Sr. Arcebispo Dom Osvino, dizendo o seguinte – leio a homilia do ilustre prelado:

Jesus tem o poder da vida. Assim Ele ensina no Evangelho que relata a ressurreição do filho da viúva de Naim. Todos lembramos aquele fato. Jesus estava entrando na cidade

de Naim. Com Ele caminhava uma grande multidão. A presença de Jesus foi e é sempre uma presença de vida, de alegria, de festa, de entusiasmo. Jesus vem com aquela multidão cheia de entusiasmo para entrar na cidade de Naim. A cidade estava cercada por muros, mas havia uma porta e o cemitério da cidade era do lado de fora. Na hora em que Jesus entrava, saía da cidade um enterro. Era o enterro do filho único de uma viúva, e a multidão também estava impressionada com a morte de um jovem. Toda a cidade vinha acompanhando aquele enterro. E as duas multidões se encontram na porta da cidade. Naquela hora, Jesus se adianta, chega perto do caixão, daquele esquife e levanta o jovem. O jovem ressuscita. Jesus toma a mão do jovem e o entrega à sua mãe. Imaginemos a multidão dos que vinham naquela procissão da vida com Jesus e a multidão daqueles que vinham na procissão da morte, na procissão do enterro. De repente, para todos, tudo se torna vida. Vida representa o bem, representa a verdade, representa a justiça, representa o amor. Vida são todos os valores que Jesus veio trazer. Nós que seguimos a Jesus temos que ver esses valores da vida. Morte, ao contrário, representa tudo quanto é violência. Essas duas 'coisas' convivem entre nós, mas também dentro de nós. Nós temos o poder da vida, que é a força do espírito. É um mistério que existe dentro de nós. Nós queremos o bem, queremos a verdade, queremos tudo de bom, mas ao mesmo tempo experimentamos a tendência para o mal. A última vitória será a vitória da vida. O mal não vai vencer eternamente porque ele é a ausência do bem e Deus é o bem absoluto, a vida. É o bem que vai vencer. Mas, enquanto nesta luta, neste debate, nós precisamos estar atentos para estarmos sempre do lado do bem, colaborando com a graça de Deus que está dentro de nós. A ressurreição final é dom de Deus, mas não será alcançada sem o nosso mérito. Precisamos esforçar-nos e há jeito para tudo, há jeito para vencer. Por isso estamos aqui com a nossa presença e a nossa fé, para rezarmos pelo Senador Ramez Tebet, que recebeu de Deus o dom da Vida, cuja primeira etapa foi a experiência aqui na terra, realizada durante seus setenta anos.

E prossegue Dom Osvino:

Desses, dedicou trinta anos à lide política. Começou sua vida pública em 1975, quando foi

nomeado Prefeito de Três Lagoas, em Campo Grande. Em 1994 foi eleito para seu primeiro mandato como Senador da República. Em 2001 foi convidado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para chefiar o Ministério da Integração Regional. Ainda em 2001, foi eleito Presidente do Senado. Ele também acumulou passagens pelo Executivo do Governo Sarney, como titular da antiga Sudeco. Formado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, deixa esposa e quatro filhos. Era considerado por todos como uma pessoa correta, digna, afetuosa, pura e amiga. Estava sempre disposto a ajudar a quem dele precisasse. Como disse nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: 'Ele foi um homem que contribuiu com o País, um homem que pensava o futuro da nossa Nação, um democrata e um homem que deixa um legado de contribuição a este País'.

E prossegue Dom Osvino:

Assim foi o Senador Ramez Tebet, usou de suas qualidades no campo da vida pública para transmitir o bem como o Mestre Jesus nos ensinou. Na realidade, ele compreendeu bem que a vida humana aqui na terra é um serviço em nome de Deus a favor do próximo. Esse é o exemplo que o Senador nos proporcionou como um verdadeiro filho de Deus, pois deixou transparecer em si os traços de Deus, o Grande Pai, que nos exige a vida de amor mútuo: 'Este é o caminho do céu. Eu sou a ressurreição e a vida', disse Jesus. 'Quem crê em mim, ainda que tenha morrido, viverá. E todo aquele que vive e crê em mim, ainda que tenha morrido, viverá. E todo aquele que vive e crê em mim não morrerá jamais!' (Jo 11,25-27)

Assim disse o cardeal:

Sim, ó Senhor, nós cremos firmemente que estás vivo na Casa do Pai e que estaremos eternamente contigo porque em Ti fomos batizados e vivemos na fé que de Ti recebemos e honramos o Teu nome.

A essa homenagem prestada pelo arcebispo Dom Osvino ao Senador Ramez Tebet somam-se a tantas outras homenagens que ele vem recebendo aqui em Brasília, no seu querido Estado e por todo o Brasil.

E eu me recordo aqui, Sr. Presidente – e digo isto com emoção –, do dia em que disse a ele que eu iria me ausentar do Senado até o dia 31 de dezembro – acabei retornando um pouco antes. Ele me disse: "Talvez quando você voltar, eu já não me encontre aqui, mas cuidem do Brasil".

Eu disse: “O que é isso, Ramez? Você está tão bem, está se recuperando!”

Ele falou: “Eu sei que o bichinho está me comendo”.

Ele foi para São Paulo. Depois eu tive ocasião de falar com a sua esposa lá e receber a infausta notícia.

Mas quero me associar, Sr. Presidente, às homenagens que prestamos a esse homem que foi nosso companheiro, nosso colega, mas, acima de tudo, um exemplo de vida para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a repercussão na imprensa sobre as declarações do Presidente Lula de que não sabe ainda como “destravar” a economia é enorme – e não poderia ser diferente. Os formadores de opinião se mostram perplexos com a falta de rumo e de alternativas para retomar o crescimento econômico.

No primeiro mandato o Presidente da República imaginou poder, através do discurso, promover o crescimento econômico do País; e cunhou alguns slogans, como aquele que se tornou mais conhecido: o espetáculo do crescimento. E o País não cresce, ao contrário, está no fim da linha entre os países emergentes em matéria de crescimento econômico.

Durante toda a campanha o Presidente afirmou que o País estava “pronto para crescer”. Agora ele comunica a 58 milhões de eleitores que o reconduziram ao segundo mandato: “Não tenho solução para crescer”.

O Presidente Lula assegura que vai se dedicar até o dia 31 de dezembro, véspera da posse, na busca de uma solução para o impasse.

Imaginem, depois de quatro anos de mandato, estamos prestes a concluir o mandato do Presidente da República, ele confessa não ter solução para o crescimento do País, mas pede à população que aguarde até o final do ano, que ele poderá encontrar uma solução para esse impasse.

E o Presidente ainda diz, indagado sobre o que o governo fará para alcançar o crescimento anunciado. Ele diz: “...Tem algo – e não me pergunte o que é ainda, que eu não sei, e não me pergunte a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar – porque o País precisa crescer.”

O Presidente vai encontrar a solução. Quatro anos não foram suficientes. Encontrará nos próximos quatro anos? E o País? Deve aguardar o Presidente encontrar a solução?

Reeleito para o seu segundo mandato, é inaceitável que o Presidente Lula esteja tão “perdido”. “Lula não sabe o que vai fazer”, é o título da coluna de Villas Bôas Corrêa, o decano dos analistas políticos, na edição do Jornal do Brasil de hoje.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que autorize a inserção nos Anais da Casa do artigo na sua íntegra. “Lula não sabe o que vai fazer”, artigo desse notável jornalista, Villas Bôas Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Sr. Senador, está deferida a sua solicitação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O poeta e prosador português Miguel Torga, numa de suas poesias, descreve uma viagem que poderia ser a do Presidente da República neste momento de indefinição.

Diz o poeta:

Aparelhei o barco da ilusão
E reforcei a fé de marinheiro.
Era longe o meu sonho, e traiçoeiro
O mar...

Para o poeta “o que importa é partir, não é chegar...”

O Presidente não se reelegeu para uma aventura. Ele precisa começar a governar imediatamente e precisa chegar ao fim do seu mandato com algo concreto.

O Presidente se limita a fazer discursos e se declarar “de calça curta” diante de crises que, sabemos, poderiam ter sido evitadas, como a da agricultura, por exemplo, e que V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, bem conhece. Há pouco aqui discorria sobre o fato – a crise da agricultura.

O editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo** analisa essa tendência do Presidente Lula: o Presidente não gosta de governar.

Solicito também a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como lido todo o editorial de **O Estadão**: “De Calça Curta”.

O Presidente Lula diz o seguinte: “A gente não deveria falar governar, deveria falar cuidar. Eu tenho de cuidar das pessoas pobres desse País.”

O atual cenário: um Governo acéfalo, uma nau sem rumo e o timoneiro atônito. E o Presidente diz que tem de cuidar das pessoas pobres do País.

Os obstáculos para atrair investimentos são enormes e cuidar das pessoas pobres do país é exatamente desobstruir para que os investimentos sejam uma realidade no nosso País; é eliminar esses obstáculos; é superar as barreiras que impedem que os investimentos ocorram no Brasil, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Pela primeira vez na História, a saída de recursos destinados a atividades produtivas vai superar a entrada: está saindo mais dinheiro do Brasil do que ingressando.

Lembro-me de que, há pouco tempo, antes das eleições, aprovamos uma medida provisória – nós, o Senado, o Congresso. Votei contra aquela medida provisória porque imaginava ser ela mais um obstáculo aos interesses da agricultura brasileira – aquela medida provisória isentava de impostos o ingresso do capital estrangeiro no nosso País; à aplicação financeira de recursos externos no nosso País isenção, enquanto uma carga tributária pesada e excessiva sobrecarregando o setor produtivo nacional. E, exatamente em função da crise da agricultura, consideramos que aquela medida provisória poderia ser um desestímulo. Ocorre que nem mesmo aquela medida provisória teve o poder de influenciar o ingresso de capital externo em nosso País, o ingresso de recursos externos no Brasil. Portanto, estamos num momento em que os recursos saem mais do que ingressam no Brasil.

O investimento do Brasil no exterior bateu novo recorde, demonstrando a pouca atratividade do País para os estrangeiros que preferem investir cada vez mais em outros países emergentes.

De janeiro a outubro, as empresas brasileiras investiram US\$22,8 bilhões no exterior, mais que o dobro do recorde anterior: US\$9,47 bilhões, em 2004. Vou repetir, são cifras significativas: as empresas brasileiras investiram de janeiro a outubro US\$22,8 bilhões no exterior.

Segundo especialistas, câmbio valorizado e baixo crescimento ajudam a explicar o quadro.

“Não é fácil investir no Brasil”, afirmam os empresários estrangeiros.

Essa realidade se dissemina pelo mundo. Ontem mesmo, o Presidente do Comitê de Comércio e Indústria da Câmara dos Comuns, em visita à Fiesp, destacava a fragilidade regulatória e a alta carga tributária do Brasil como fatores inibidores dos investimentos estrangeiros.

São preocupantes os reiterados sinais sobre o baixo crescimento da economia brasileira.

Pela segunda semana seguida, o mercado revisou para baixo o crescimento do produto interno bruto em 2006.

O Relatório Focus, do Banco Central, prevê uma expansão de apenas 2,95%, abaixo dos 2,97% da semana anterior.

A cada semana uma revisão para baixo, lamentavelmente.

Enquanto isso, em uma lista de 14 países emergentes, segundo levantamento do Banco Dresdner, o Brasil está em último lugar. O País emergente que me-

nos crescerá, a Hungria, deve alcançar uma expansão de 3,6% enquanto o Brasil chega a 2,9%.

Enquanto isso, o Governo aparelha o Estado.

Eis outro artigo, desta vez da Folha de S. Paulo: “Dane-se o público”. “Convênios da Petrobras são mais um exemplo de aparelhamento do Estado sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.”

No dia de ontem, desta tribuna, referimo-nos à aplicação dos recursos da Petrobras, inclusive favorecendo a ONGs, que ensejou ao Senador Heráclito Fortes propor a instalação de uma nova CPI para investigar as ONGs no nosso Brasil.

Leio apenas um trecho e peço ao Presidente que publique, na íntegra, esse editorial da **Folha de S. Paulo**:

R\$31 milhões (foram transferidos da Petrobras), a títulos vários, a organizações não-governamentais que apoiaram a campanha pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Detectou-se curiosa concentração dessas ações em Sergipe, onde o ex-presidente da estatal José Eduardo Dutra concorreu ao Senado, tendo sido derrotado (campanha 68% financiada por empresas que têm negócios com a petroleira estatal).

Todas essas parcerias com organizações “companheiras” – mais um episódio de aparelhamento do Estado que persiste, na gestão petista, como fruto da impunidade – dispensaram licitação pública. O critério adotado foi, nas palavras de Gabrielli, “o trabalho que as ONGs fazem”.

O dirigente da estatal acha que R\$31 milhões são quantia irrelevante se comparada ao “impacto” total dos mais de R\$20 bilhões em investimentos da Petrobras. Também considera ser um exercício de “mau jornalismo” recorrer à prestação de contas de campanha, identificar as empresas que fizeram doações ao partido governista e buscar suas relações com a Petrobras.

O episódio ilustra o grau de desrespeito na cúpula do Executivo federal para com o direito do cidadão de saber o que é feito do seu patrimônio.

Enfim, “Dane-se o público” é o título do editorial da **Folha de S. Paulo**, que peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, considere lido e publique na íntegra nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

De calça curta

Logo no começo do governo Lula, o governador mato-grossense Blairo Maggi – e não “Magri”, nem “Bagre”, como o presidente chegou a chamá-lo em discurso, anteontem – saiu acabrunhado de uma reunião no Planalto. Disse que se dera conta da imensa distância entre as palavras (as intenções do presidente) e os atos (a sua capacidade de transformá-las em realidade). Seria interessante saber o que pensa o maior plantador de soja do País depois de ouvir as palavras com as quais Lula reconheceu o que já ficou patente para observadores de diversas tendências: ele continua convencido de que governar é fazer discursos.

O presidente foi a Mato Grosso a pretexto de inaugurar uma usina de biodiesel e um trecho pavimentado de 14 km, pronto há três meses, de uma estrada federal cujos 280 km restantes ainda são de terra. Na verdade, ele não escondeu que o motivo que o levou às paragens de Sapezal, para a festa da estrada, e às de Barra dos Bugres, para a da usina, foi demonstrar gratidão a Maggi, o único líder rural que o apoiou na reeleição (e, ainda assim, só no segundo turno). Em clima de palanque, o seu hábitat natural, fez três discursos, um dos quais não programado. Afinal, como explicaria depois aos jornalistas, “já que tinha um microfone e tinha gente, vamos falar”.

Mas o pior foram as coisas que disse em seus discursos – a começar pela confissão que deve ter deixado aturdido o seu anfitrião empreendedor. Pois, quase chegando ao fim dos seus primeiros quatro anos na chefia do Estado, Lula admitiu não ter a mínima idéia sobre o que fazer para cumprir o que de mais importante prometeu em sua campanha reeleitoral: a promoção do desenvolvimento em ritmo muito mais acelerado do que o conseguido até agora. Ou, conforme a sua própria expressão, “destravar o Brasil”. Como? “Não me pergunte o que é ainda, que eu não sei, e não me pergunte a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar.” Ele até marcou data para esse momentoso encontro: 31 de dezembro.

Pelo visto e ouvido, é disso que se trata: de tanto ser candidato, antes, durante e, pelo jeito, depois do seu primeiro período no Planalto, o presidente da República, no íntimo dos ínti-

mos, não se percebe como tal e marca para a véspera de sua nova posse o prazo final para a descoberta da fórmula do verdadeiro espetáculo do crescimento, já que o outro, por ele antecipado em 2004, não foi exatamente... espetacular. Depois dessa, fica-se sem saber sobre o que ele “vai conversar com todo mundo”, como repetiu que vai fazer. Com os que, como o

PMDB, querem cargos no governo, com certeza sobre quantos serão e quem os ocupará. Mas, e com a oposição? Para que políticas pedirá apoio?

E que razões haverá para confiar em que, no máximo até o derradeiro dia de 2006, o Altíssimo, na sua infinita bondade, abençoará a sua criação com a iluminação que lhe sonhou até agora? Se, novamente nas suas palavras, a crise do setor agrícola o apANHOU “de calça curta”, e nessa constrangedora situação está diante da crise do crescimento minimalista do País, o que precisará acontecer para cobrir a seminudez da sua escassez de idéias sobre os meios para os fins desejados pela sociedade inteira? E não é apenas em relação à gestão da economia que Lula está pedindo um tempo, como se diz. O mesmo vale para a negociação política, cuja pilotagem ele avocou a si, temerariamente.

Perguntado sobre o seu palpite infeliz de criar um conselho de ex-presidentes, repetiu a receita: “Eu não sei. Me deixe trabalhar que eu vou pensar direitinho no que eu vou fazer.” Aliás, o estudioso da psique humana que se der ao trabalho de fazer a anatomia da sintaxe lulista com toda a probabilidade logo identificará o seu apreço excessivo pelo pronome que ressalta o emprego dos verbos na primeira pessoa do singular. Depois da eleição Lula passou a ser o mais egocêntrico dos presidentes brasileiros. E em Mato Grosso, lembrando críticas recebidas de agricultores, dispensou o pronome para falar de si próprio na terceira pessoa: “Houve um tempo em que disseram que o presidente Lula não gostava da agricultura...”

Ainda intoxicado com o triunfo nas urnas, ele se crê capaz de dissolver pela palavra os problemas do Brasil. Ele confessou que não gosta de governar: “A gente não deveria falar governar, deveria falar cuidar. Eu tenho de cuidar das pessoas pobres desse país.”

Pobres ou não, felizes seriam os brasileiros se isso bastasse.

Lula não sabe o que vai fazer

O PRESIDENTE REELEITO Luiz Inácio Lula da Silva acaba de comunicar, aos 58 milhões de eleitores que garantiram o bis do mandato e aos brasileiros em geral, que não sabe o que vai fazer para “destravar o país”. Para tranquilizar o distinto público, prometeu que vai se dedicar a decifrar a charada até o dia 31 de dezembro, véspera da posse, com a transferência da faixa de uma das mãos para a outra. Acrescentou, como quem guarda um segredo, que “tem algo, e não me pergunte o que é ainda, que eu não sei”. Adiantou intenções na mensagem cifrada: “E não me pergunte a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar”.

Em meio a tal barafunda e mais o que disse no comício em que se transformou a inauguração da usina de biodiesel da companhia Barralcool, em Barra do Bugres (MT), todo mundo ficou na mesma perplexa confusão que embaralha as promessas do candidato com as hesitações que pontuam as suas espantosas declarações. E que não param aí. No mesmo embalo da baralhada mental disparou desafios como quem solta foguetes para animar a festa: “Vamos desafiar os Poderes Executivo municipal e estadual a trabalharem juntos. Vamos desafiar o Congresso Nacional a trabalhar com as propostas do interesse do Brasil”.

O tom conciliatório da fase de euforia depois da vitória alternou ameaças com acenos de um entendimento nacional em torno de temas consensuais. Dedicará a próxima semana à rodada de reuniões com vários líderes políticos, para as quais não exclui nem confirma o convite ao seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em meio à nuvem espessa de contradições dá para distinguir a confissão do presidente de que está perdido e zozzo. E a confirmação de que desperdiçou na agitação de conversas, viagens, nas curtas férias em praia baiana, o tempo irrecuperável para a definição dos rumos políticos da travessia

O próprio Lula dá a perceber que está perdido e zozzo

na pinguela entre os dois mandatos. A confirmação também de que está mais perdido do que nunca com o passivo dos erros que se sucedem nos atropelos de cada dia.

Na conta dos prejuízos, a rebelião do PT, inconformado com o tratamento desdenhoso com que vem sendo castigado pelo seu fundador.

No Congresso à matroca com o enfraquecimento dos líderes em fim de mandato, o governo coleciona derrota e pepinos, como a aprovação, pelo Senado, do projeto do senador Efraim Morais (PFL-PB) que concede o pagamento da “gratificação natalina” aos beneficiários do Bolsa Família. Se a extravagância passar na Câmara custará o aumento de despesas de R\$ 683 milhões. E imporá ao presidente o constrangimento de vetar a generosidade ou sancioná-la e arquivar a esperança, cada vez mais distante, de equilibrar o Orçamento no primeiro ano do novo mandato.

Mas ainda não é o pior. Crises políticas são contornadas com uma boa conversa. O que não tem concerto conhecido é a incompetência em nível assustador em que se afunda o governo. A crise no setor aéreo, que se prolonga além de todos os prazos de tolerância, expõe as entranhas do monstro ministerial que não diz coisa com coisa nas desculpas improvisadas. Ou a inacreditável confissão presidencial de que a crise no agronegócio “pegou o governo de calças curtas”.

Com o presidente ausente, viajando em ritmo de campanha pós-eleição, os ministros do primeiro time entretiveram-se em longa reunião para discutir a crise do sistema de controle de voo e chegaram à luminosa conclusão de que as medidas emergenciais adotadas pelo Ministério da Defesa, Aeronáutica, Anac e Infraero não desataram o nó que desgasta o governo.

Dane-se o público

Convênios da Petrobras são mais um exemplo de aparelhamento do Estado sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva

FICOU EXALTADO o presidente da Petrobras na terça-feira. Não se sabe se as notícias a respeito de patrocínios “companheiros” oferecidos pela estatal complicaram a chance de Sergio Gabrielli ocupar um ministério no segundo mandato — mas o fato é que ele ficou bastante destemperado. O que deveria ser uma entrevista coletiva para explicar alguns contratos e convênios da petroleira tornou-se algo mais próximo de uma sessão de vitupérios.

Gabrielli acusou órgãos de imprensa de praticarem “uma campanha orquestrada contra a Petrobras”. Nomeou-os: esta **Folha** e “O Globo” — que publicaram reportagens revelando intrigantes conexões entre prestadoras de serviço à estatal, transferências de recursos da Petrobras a ONGs sem licitação e a campanha petista. Os dois jornais teriam sido “irresponsáveis” e praticado “jornalismo marrom”.

O escárnio para com a opinião pública ficou patente na frase “Evidentemente, você não é uma pessoa bem-vinda aqui”, dita por Gabrielli, um servidor do Estado, ao repórter do jornal carioca ali presente.

Seria compreensível a ira de Gabrielli caso o petista houvesse demonstrado ter sido vítima de injustiça nas reportagens contra as quais vociferou. Nas poucas vezes em que apresentou argumentos em vez de impropérios, no entanto, nada do que disse passou perto de desautorizar o

trabalho jornalístico nesse caso.

O fato é que, como mostrou esta **Folha** na edição de terça, políticos do PT receberam neste ano R\$ 2,5 milhões em doações eleitorais de cinco empresas associadas à ONG Abemi que mantêm contratos com a estatal. A Abemi, por sua vez, assinou um convênio de R\$ 228,7 milhões com a Petrobras, sem licitação, para treinar 70 mil pessoas.

Outro fato, revelado por “O Globo” no domingo, é que a estatal transferiu ao menos R\$ 31 milhões, a títulos vários, a organizações não-governamentais que apoiaram a campanha pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Detectou-se curiosa concentração dessas ações em Sergipe, onde o ex-presidente da estatal José Eduardo Dutra concorreu ao Senado, tendo sido derrotado (campanha 68% financiada por empresas que têm negócios com a petroleira estatal).

Todas essas parcerias com organizações “companheiras” — mais um episódio de aparelhamento do Estado que persiste, na gestão petista, como fruto da impunidade — dispensaram licitação pública. O critério adotado foi, nas palavras de Gabrielli, “o trabalho que as ONGs fazem”.

O dirigente da estatal acha que R\$ 31 milhões são quantia irrelevante se comparada ao “impacto” total dos mais de R\$ 20 bilhões em investimentos da Petrobras. Também considera ser um exercício de “mau jornalismo” recorrer à prestação de contas de campanha, identificar as empresas que fizeram doações ao partido governista e buscar suas relações com a Petrobras.

O episódio ilustra o grau de desrespeito na cúpula do Executivo federal para com o direito do cidadão de saber o que é feito do seu patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– O pedido será atendido na íntegra, Senador Alvaro Dias, na forma do Regimento.

Com a palavra a próxima inscrita, Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado de Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito obrigada, Senador Jonas Pinheiro, que neste momento preside a nossa sessão do Senado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 21, terça-feira passada, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em nosso Estado, Mato Grosso, cumprindo uma agenda extremamente positiva. Começamos por Sapezal, com a inauguração do trecho da estrada 364. O trecho concluído é de Comodoro, Sapezal. Sabemos que ainda deve ser terminada a travessia de Sapezal e depois mais um trecho da BR-364.

Costumo dizer que as rodovias nunca estão prontas. Algumas ainda não estão prontas mesmo, porque falta asfaltar alguns de seus trechos, como a BR-364, especialmente a BR-158, e a BR-163, que é importantíssima e que está asfaltada em Mato Grosso, mas precisa ser restaurada e, fundamentalmente, asfaltada no trecho do Pará, para que o escoamento da gigantesca produção do Mato Grosso se dê em Santarém.

Mas, após estarmos em Sapezal, na inauguração desse trecho da BR-364, o Presidente Lula e sua comitiva dirigimo-nos para o Município de Barra do Bugres, que fica 169 quilômetros ao norte da nossa capital, Cuiabá. Lá foi inaugurada a Usina de Biodiesel Barralcool, que é a primeira do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada, Sr. Presidente. Produz açúcar, álcool e biodiesel. É a primeira empresa do mundo que está conseguindo fazer, de forma integrada, a produção desses três produtos.

A Barralcool é também a primeira usina a gerar três tipos de fonte de bioenergia: o bioetanol, a partir do álcool; a bioeletricidade, geração de energia por meio da biomassa, com aproveitamento do bagaço de cana; e agora o biodiesel, utilizando-se diversos tipos de óleos vegetais.

Atentem, senhores, para o fato de que se trata da primeira empresa do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada. É também a primeira usina a gerar três tipos de fonte de energia: o bioetanol, a biomassa e o biodiesel.

A população de Mato Grosso recebeu o nosso Presidente com uma grande festa popular que há muito não se via. Aliás, faço aqui um parêntese para saudar os nossos companheiros de Partido e a população, de modo geral, que estava em Barra do Bugres, da região de Tangará e de Nova Olímpia. Na nossa Barra do Bugres foi, obviamente, uma recepção com uma multidão

incontida, numa alegria, numa euforia que eu não via há muito, a saudar o Presidente Lula.

O investimento na usina foi de R\$27 milhões, sendo R\$15.9 milhões financiados pelo Fundo Constitucional Centro-oeste (FCO), por meio do Banco do Brasil, e R\$11.1 milhões de recursos próprios.

De acordo com o diretor de biodiesel da Barralcool, Sílvio Rangel, a integração com a unidade sucroalcooleira trouxe uma economia de 20% a 25% no valor do investimento, se comparado a uma planta de biodiesel não integrada.

A nova unidade produzirá o biodiesel a partir de vários óleos e, quando se estiver utilizando da rota etílica (bioetanol como matéria-prima), o biodiesel produzido será 100% ecológico, Sr. Presidente, conforme explica o vice-presidente de operações da Dedini, José Luiz Olivério, empresa de Piracicaba, parceira do projeto e fornecedora dos equipamentos.

Isso será possível, segundo ele, porque a usina utilizará em sua composição exclusivamente produtos de origem vegetal e oriundos de fontes renováveis, até mesmo em suas fontes de energia elétrica e térmica, que aproveitarão o bagaço de cana gerado como combustível.

Atualmente, Sr. Presidente, com a co-geração do bagaço de cana – atentem senhores que me ouvem por essa televisão, Srs. Senadores –, a usina produz 23 megawatts de energia elétrica, dos quais, 7 megawatts para consumo próprio e o restante comercializado para a Rede Cemat (Rede de Energia de Mato Grosso) e para o atendimento dos consumidores, tudo do bagaço da cana.

Segundo o nosso querido e competente Ministro das Minas e Energia, Silas Rondedeau, a produção do biodiesel na usina segue as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que trata os biocombustíveis como solução para múltiplos problemas. “Eles devem ser não só uma solução energética, mas também uma fonte de renda para os pequenos agricultores”, observou o Sr. Ministro.

O Prefeito de Barra do Bugres, nosso companheiro Aniceto de Campos Miranda, disse que a chegada da usina vai fortalecer a economia do Município. Ele informou que 10% da matéria-prima a ser utilizada pela usina virão da agricultura familiar.

Isso é extremamente importante, porque a agricultura familiar é significativa na região e precisa ter espaço assegurado na produção do biodiesel. Ainda disse o nosso Prefeito Aniceto: “Se cada pequeno produtor plantar um hectare, teremos seis mil empregos diretos em toda a região, compreendida por 14 Municípios. Além disso, teremos um acréscimo entre 10% e 15% na oferta de energia”.

Seguindo as diretrizes do Programa do Biodiesel, a usina Barralcool, que vai utilizar diversas matérias-primas e dar prioridade, em um primeiro momento, à soja e ao girassol, oleaginosas produzidas na própria região, produzirá 57 milhões de litros de biodiesel ao ano.

A usina de biodiesel Barralcool vai empregar aproximadamente 40 pessoas na indústria e cerca de 1,8 mil no campo, com perspectivas, segundo o Prefeito de Barra do Bugres, Aniceto Miranda, de chegar a 6 mil empregos nos próximos anos.

Sr. Presidente, Sr. Senador, Sr^a Senadora, encerro esse trecho da minha fala sobre a visita do Presidente Lula ao meu Estado, para a inauguração de um trecho da BR-364 e a inauguração da Barralcool, repito, a primeira usina do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada, e sobre como foi a recepção – também já falei aqui – do povo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Presidente, em sua fala, lá disse que, desde o primeiro momento do seu Governo, vem se empenhando e, de forma determinada, exigindo que se definam, cada vez mais, com mais e mais clareza, a possibilidade e o potencial do aumento da produção do biodiesel em nosso País.

A cadeia produtiva do biodiesel vem da matéria-prima, industrialização do óleo até a comercialização. Está claro que a vocação do Mato Grosso não mais se restringe a soja para exportação, algodão ou carne de exportação, mas é também, fundamentalmente, para o álcool, o açúcar e o biodiesel.

Ouvimos lá as falas do Presidente da República e dos empresários presentes. A vontade, a determinação e a alegria do Presidente em estar participando daquele momento histórico de Mato Grosso...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tenho cinco minutos a mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Lembrou também lá o Presidente que o seu empenho está na necessidade de ver a agricultura familiar incluída diretamente no processo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, por meio de vários setores, mas muito especialmente por meio do biodiesel.

O Governador Blairo Maggi, que acompanhava o Presidente de República, em determinado momento do seu discurso, disse com todas as letras que nunca acreditou no potencial do biodiesel, mas que, a partir do momento em que viu a determinação do Presiden-

te Lula e as ações tomadas nessa direção para que o biodiesel realmente seja um dos motores principais do desenvolvimento de Mato Grosso, passou a acreditar. Penso ser interessante registrar isso nesta tribuna.

Sr. Presidente, lerei uma carta que os reitores das nossas universidades públicas e particulares de Mato Grosso enviaram ao Governador do Estado. Esses reitores me enviaram cópia dessa carta, que faço questão de ler nesta tribuna. Inclusive, conversei com o Governador a esse respeito e soube que ele enviou um projeto de lei à Assembléia Legislativa para extinguir a Fapemat (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Mato Grosso), entidade que não pode ser extinta, pois é da maior importância.

Faço agora o registro, não apenas com a leitura dessa carta, mas com o meu depoimento, de que conversei com o Governador na terça-feira e disse a ele da inviabilidade e do prejuízo para Mato Grosso da extinção da Fundação de Amparo à Pesquisa. Ele demonstrou sensibilidade e nos disse que vai rever a questão. Faço este relato aqui para tranquilizar a todas as pessoas, principalmente as de Mato Grosso. Vários Estados têm Fundação de Amparo à Pesquisa e sabem da importância para o desenvolvimento científico e tecnológico de um Estado a existência dessa entidade. Então, o diálogo com o Governador foi nesse sentido, e ele se dispôs realmente a rever a questão.

Passo a registrar aqui a carta encaminhada pelos Srs. Reitores ao Governador Blairo Maggi:

Sr. Governador, como é de conhecimento de V. Ex^a, o papel das Universidades, sejam públicas ou privadas, é gerar conhecimento e tecnologia que dêem sustentação ao desenvolvimento social. Em Mato Grosso as universidades se empenham muito em cumprir este papel, procurando estar sempre atentas às demandas da sociedade, abrindo seus muros e apresentando-se ao importante serviço de contribuir, dentro de suas competências, com o desenvolvimento do Estado.

Considerando o apoio que temos recebido de seu Governo por intermédio das diferentes modalidades de parcerias em andamento, entendemos que V. Ex^a realmente reconhece as Universidades como estratégicas para o desenvolvimento, o que é uma visão de Estado com a qual compartilhamos e muito nos orgulhamos. Em decorrência desta postura de Governo, nossas Instituições têm sido valorizadas ao serem convocadas não apenas para o debate, mas também para a construção e para a execução de políticas públicas, fundamentais na construção de um Estado mais justo e so-

berano. Entretanto, para poder atender estas convocações e se apresentar ao trabalho, as Universidades precisam desenvolver e manter sua competência.

São elevados e contínuos os investimentos necessários à qualificação, infra-estrutura e custeio para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para que as universidades possam desempenhar eficientemente seu papel, nós, Dirigentes das Instituições de Ensino Superior mato-grossenses, ao lado dos nossos pesquisadores, temos nos empenhado cotidianamente na busca dos recursos, sempre objetivando a consolidação da competência de nossas Instituições, para que as mesmas estejam à altura do grande desafio de contribuir para a elevação do conhecimento, para a geração de alternativas sociais e para a melhoria da qualidade de vida da população de Mato Grosso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Aguarde um instante Senador. Ouvirei V. Ex^a com prazer, se o Presidente me der um tempinho.

Nosso esforço tem sido compensado por algumas ações governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipais, coerentes com a realidade regional. No Estado, um órgão de destaque é a Fapemat. Nos últimos quatro anos, foi possível acessar recursos para a melhoria da infra-estrutura de pesquisa, melhoria da qualidade do ensino, da consolidação de programas de qualificação docente e fortalecimento da pós-graduação. Nesse período houve enorme incremento no número de grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, melhoria nos cursos de graduação, oferta de inúmeros cursos de pós-graduação à comunidade, com destaque aos cursos **stricto sensu**, devidamente recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Antes de entrar diretamente na fala sobre a importância da Fapemat, concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Serys, antes de mais nada quero parabenizá-la pela vitória que teve na Comissão de Infra-Estrutura, encaminhando uma emenda para turismo que, evidentemente, irá beneficiar dentre outros Estados, o Pantanal que V. Ex^a tão bem canta nesta Casa. Peguei uma carona com V. Ex^a para ver se consigo melhorias também para o Piauí, que é meu, do Senador Mão

Santa e do Senador Sibá Machado. Quero, Senador Sibá Machado, levar melhorias para aquela liberdade que lhe viu nascer e para as regiões do Piauí que tem vocação para o turismo. Senadora, observava atentamente o seu discurso sobre o biodiesel e queria pedir a V. Ex^a que inserisse um depoimento, Senador Sibá Machado, do insuspeito brasileiro João Pedro Stédile. E insuspeito – veja bem – para a declaração que está dando aqui. No último dia 15, aconteceu, no auditório da Academia de Tênis de Brasília, um encontro que reuniu 1.300 servidores do Incra. Na ocasião, foi discutida a participação do Piauí – sempre o Piauí pagando o pato – no projeto do biodiesel. Senador Mão Santa, João Pedro Stédile, Presidente do MST, participou do evento e analisou – registro com o maior prazer a saída de plenário da Senadora Ideli Salvatti. O PT não pode ouvir críticas ao Governo. Retiro também o que disse ontem. Eu estava errado. Não adianta ter boa-fé – negativamente a realização do projeto no Estado. João Pedro Stédile afirmou que o biodiesel no Piauí está fracassado e que, no próximo ano, o MST vai lutar para que haja mudança nesse projeto. Ele disse que os trabalhadores precisam plantar outros produtos além da mamona, senão vão ficar reféns dos grupos econômicos. Mas aí, Senador Sibá Machado, vem o mais grave, e a **Folha** hoje publica – e quero pedir a V. Ex^a, até para ajudar o Lula, que nunca sabe das coisas, ele que esteve lá, na inauguração... Registro o retorno ao plenário da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti. A **Folha** publicou uma reportagem mostrando o fracasso da mamona no Piauí. E diz: “No auge do mensalão, Lula visitou fazenda e prometeu uma nova Petrobras ao Piauí”. Hoje, colonos colhem 70% a menos do que na época. Senador Sibá Machado - estou tendo o cuidado para não cometer uma injustiça -, o Sr. Lorenzetti foi com o Presidente Lula ao Piauí, como foi ao Pará para aquela “Salve Fruta”, um empreendimento que ele, com a sua experiência eclética, tentou implantar no interior do Pará. Senador Mão Santa, isso precisa ser investigado. Temos que salvar o biodiesel, Senadora Serys, porque o biodiesel é do Brasil. Não podemos permitir que recursos públicos sejam colocados em empresas que estão sendo questionadas, porque um dos seus dirigentes, por práticas não republicanas em um passado recente, foi punido pela CVM e montou esse projeto no Piauí. Estou trazendo este assunto agora, pegando carona com V. Ex^a, porque quero me associar à sobrevivência desse projeto do biodiesel. Quero realmente que o Presidente da República faça a Petrobras do biodiesel, mas uma Petrobras sem caixa dois, sem picaretagem. O biodiesel, evidentemente, gerará empregos, e, queiram ou não os da Base do Governo, nós vamos lutar a favor disso, porque é uma

proposta do Brasil. Daí por que eu pediria – sei da sua gentileza e educação permanente – para que insira isso em seu pronunciamento. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes.

Eu gostaria de dizer que vou ter que parar mais ou menos por aqui, mas antes disso gostaria de responder algumas questões que foram colocadas pelo Senador Heráclito Fortes. Em primeiro lugar, Senador Heráclito Fortes, quero agradecer a sua participação na aprovação da emenda de comissão sobre turismo, hoje pela manhã, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Sabemos que a forma de condução determinada, considerando realmente todos os fatores que estavam em torno da questão das emendas de comissão... Felizmente, foi aprovada a nossa emenda. Trata-se, pois, de uma emenda para o Brasil e não só para Mato Grosso, portanto, também para o Piauí de Heráclito e Mão Santa.

Eu também queria dizer que não sou advogada de defesa...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, com isso V. Ex^a não será só a rainha do Pantanal. Será também a rainha da Capivara. A serra da Capivara vai ser-lhe muito grata.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de dizer que não sou advogada de defesa da minha Líder – e ela já voltou para o plenário –, mas, quando V. Ex^a disse que ela tinha-se retirado, eu ia colocar – não pude fazê-lo naquele momento – que ela jamais se retiraria porque V. Ex^a tomou a palavra, de jeito nenhum, até porque a nossa Senadora Ideli não precisa desse tipo de coisa. Ela tem posturas muito claras, sempre contundentes, mas muito claras a respeito de qualquer situação neste plenário.

Gostaria ainda de dizer que, quando João Pedro Stédile coloca os problemas do biodiesel, eu não os conheço no Piauí, mas, se são ditos, com certeza devem ter problemas; e, se os têm, também tenho certeza, Senador Heráclito Fortes, de que o Presidente Lula, como qualquer outra pessoa neste País, mas começando a citar o Presidente da República, quer que tudo seja apurado, investigado, esclarecido para ser mudado e para que se tenha realmente, como V. Ex^a disse muito bem, preservada e consolidada uma política de biodiesel para o Brasil como um todo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um momento, Senador Sibá Machado. Já lhe concedo o aparte.

Em Mato Grosso, está se iniciando esse processo e está se consolidando vitorioso. Em Mato Grosso, não é a pedra fundamental do biodiesel que vai ser fabricada; o que houve foi a inauguração de uma fábrica que já está produzindo 57 milhões de litros de biodiesel por ano, ou seja, já está consolidada, já está acontecendo. E o Presidente Lula – eu já disse aqui, tenho a impressão de que V. Ex^a não tinha chegado, foi no começo da minha fala – disse lá... Claro, ele estava se sentindo muito vitorioso, vendo aquela comemoração toda, aquele portento todo acontecendo em Mato Grosso, em termos de biodiesel.

E foi muito bem dito por todos os que usaram da palavra que o biodiesel só teve chance no Brasil a partir do início do Governo Lula, que disse, no seu discurso, que também tem de ser envolvida – e será envolvida, está sendo, e já tem coisas encaminhadas por ele, inclusive legislação, etc – a agricultura familiar. É fundamental.

Claro que a agricultura familiar não pode ser exclusivamente produtora de matéria-prima para o biodiesel. Ela tem que produzir toda a alimentação para o mercado interno, de preferência até para exportação, mas, além disso, tem de ser portadora de toda cadeia produtiva do biodiesel, Senador Sibá Machado, da produção da matéria-prima à industrialização e à comercialização, porque só assim os pequenos produtores rurais, os assentamentos rurais deste País terão condições de sair, de forma definitiva, do estado de dificuldade em que vive a pequena agricultura.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com a permissão e a autorização do nosso Presidente, que já deve estar nervoso e com razão, Senador Mão Santa, porque me excedi no tempo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa. Senadora Serys, sobre o biodiesel, acompanho esta matéria desde 2003, ano em que cheguei ao Senado Federal e, como tal, procuro ver **in loco** as experiências que o Brasil está construindo neste momento, pois, sem discussão, este é um dos empreendimentos inovadores da economia mundial, visto que combustível é a mola-mestra que move o sistema econômico de qualquer país, de qualquer comunidade. É claro que essa é uma matéria ainda muito nova para o tamanho a que se propõe, não só para o País, como para o mundo. Vi ontem que os Es-

tados Unidos estão transformando em álcool todo milho produzido no País. Isso provocou um fato: toda a safra de milho a ser plantada no Brasil em 2007 está totalmente vendida. No caso da soja, que tanto pode ser usada na produção de biodiesel quanto na de Hbío – nova tecnologia criada pela Petrobras –, haveremos de absorver, no próprio País, para gerar energia, todo o excedente não comercializado desse grão. Mais importante que isso é o cuidado do Presidente Lula em colocar, numa cadeia produtiva tão importante como a dos biocombustíveis, os assentados da reforma agrária. Visitei, sim, a Brasil Ecodiesel, no Piauí, visitei a Agropalma, no Pará; estou visitando indústrias e centros universitários de pesquisas de biodiesel. Portanto, digo a V. Ex^a, com toda a tranquilidade, a João Pedro Stédile ou a qualquer pessoa que tiver dúvida quanto ao procedimento que deve ocorrer ou ainda sobre algum erro que, digamos assim, justifique a preocupação de alguns produtores no Piauí, que ainda estão fechados em torno de um único produto, a mamona, que eu vi exatamente o contrário. Estive lá e vi que, dos nove hectares cedidos para os assentados daquela experiência, cinco hectares são voltados exclusivamente para a mamona, e quatro hectares voltados tanto para a agricultura de subsistência quanto para outras questões comerciais. Portanto, o biodiesel é uma “sacada” do Governo Federal, e nós haveremos de ser grandes líderes mundiais na produção desse grande produto de tanta importância para todos nós.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Eu diria que é uma grande sacada do Presidente Lula ter tido essa determinação no início do seu Governo. E inclusive ele discorria sobre a forma de equilibrar esta questão que apresentam, Senador Sibá Machado: “A soja dá muito aqui no Brasil, mas dá muito em outro país”. Ora, isso não importa, porque, quando não conseguimos exportar a quantidade necessária, transformamos a soja em biodiesel. De repente, há um aumento de preço desse produto no exterior, e então se consegue exportar a soja e diminuir sua produção. Quer dizer, há uma forma de atingir certo equilíbrio para não ter prejuízo em determinados momentos, como o que ocorreu há pouco no agronegócio, que entrou em crise pelo baixo preço da soja.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora... Eu queria ser justo, Senador Mão Santa, e não quero discordar do Senador Sibá Machado, meu conterrâneo velho da Liberdade. Eu acho que foi uma grande sacada do Presidente Lula. Aliás, em termos de sacada, só se perde para o empresário que foi lá para

o Piauí. Aí é diferente: sacada aos cofres públicos. A grande diferença é essa: o Presidente Lula teve uma grande sacada ao conceber um projeto que não é dele, mas, como ele já se apropriou de tantos outros, está dentro do padrão, não há nenhuma novidade. E eu louvo o Presidente Lula pela humildade de, não tendo equipe nem imaginação criadora para inovar, aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, nunca tentando sacá-la da tribuna, mas eu quero lembrar que V. Ex^a está com 32 minutos. Pacientemente, o Senador Mozarildo Cavalcanti espera.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas eu preciso que os aparteadores terminem o discurso para eu poder encerrar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então, concluindo, Senador Mão Santa, é preciso apenas saber quanto foi o saque aos cofres públicos desse fracassado projeto, como também aquele lá das frutas do Pará, do chuveiro...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Já dissemos aqui, Senador...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...do chuveiro. Como é o nome dele? Do Lorenzetti.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Heráclito Fortes, já dissemos aqui que, se tiver problema, vai ser apurado. Não vamos discutir isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tenha certeza disso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria apenas de agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que me cedeu o espaço dele.

Peço que seja transcrita a Carta dos Reitores na íntegra, assinada por Paulo Speller, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso; por Taisir Mahmudo Karim, Reitor da Unemat; por Altamiro Belo Galindo, Reitor da Unic; por Luzia Guimarães, Reitora da Unirondon; por Drauzio Antonio Medeiros, Reitor da Univag; por Henrique do Carmo Barros, Diretor do Cefet de Mato Grosso; por Ademir José Conte, Diretor do Cefet – Cuiabá.

Muito obrigada.

Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

Confira a carta dos reitores na íntegra

Cuiabá, 21 de novembro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor

Blairo Borges Maggi

Governador do Estado de Mato Grosso

N e s t a

Senhor Governador,

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, o papel das Universidades, sejam públicas ou privadas, é gerar conhecimento e tecnologias que dêem sustentação ao desenvolvimento social. Em Mato Grosso as Universidades se empenham muito em cumprir este papel, procurando estar sempre atentas às demandas da sociedade, abrindo seus muros e apresentando-se ao importante serviço de contribuir, dentro de suas competências, com o desenvolvimento do Estado.

Considerando o apoio que temos recebido de seu Governo por intermédio das diferentes modalidades de parcerias em andamento, entendemos que Vossa Excelência realmente reconhece as Universidades como estratégicas para o desenvolvimento, o que é uma visão de Estado com a qual compartilhamos e muito nos orgulhamos. Em decorrência desta postura de Governo, nossas Instituições têm sido valorizadas ao serem convocadas não apenas para o debate, mas também para a construção e para a execução de políticas públicas, fundamentais na construção de um Estado mais justo e soberano.

Entretanto, para poder atender estas convocações e se apresentar ao trabalho, as Universidades precisam desenvolver e manter sua competência. São elevados e contínuos os investimentos necessários à qualificação, infraestrutura e custeio para o ensino, a pesquisa e a extensão. Para que as Universidades possam desempenhar eficientemente seu papel, nós, Dirigentes das Instituições de Ensino Superior mato-grossenses, ao lado dos nossos

pesquisadores, temos nos empenhado cotidianamente na busca dos recursos, sempre objetivando a consolidação da competência de nossas Instituições, para que as mesmas estejam à altura do grande desafio de contribuir para a elevação do conhecimento, para a geração de alternativas sociais e para a melhoria da qualidade de vida da população de Mato Grosso.]

Nosso esforço tem sido compensado por algumas ações governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipais, coerentes com a realidade regional. No Estado, um órgão de destaque é a FAPEMAT. Nos últimos quatro anos, foi possível acessar recursos para a melhoria da infra-estrutura de pesquisa, melhoria da qualidade do ensino, da consolidação de programas de qualificação docente e fortalecimento da pós-graduação. Nesse período houve enorme incremento no número de grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, melhoria nos cursos de graduação, oferta de inúmeros cursos de Pós-graduação à comunidade, com destaque aos cursos *stricto sensu*, devidamente recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

O apoio da FAPEMAT tem se dado via editais públicos absolutamente rigorosos na análise de mérito e via convênios ou termos de cooperação técnica. O resultado tem sido inédito para o Estado, e em alguns aspectos, também inédito para o país. Um destes resultados inéditos, por exemplo, é a condição incomum de poder oferecer bolsas de estudos a todos os alunos de mestrado e doutorado dos cursos recomendados pela CAPES (autarquia federal ligada ao MEC), em uma parceria nunca antes feita no Brasil. Também merece destaque a construção de editais conjuntos com o Governo Federal, envolvendo pesquisadores de todas as Instituições, como é o caso, por exemplo, do PPSUS (Programa de Pesquisa para o SUS). Programas como este, possíveis graças à existência da FAP, envolvem ainda setores de Governo que são atendidos de

forma estratégica, como, no caso, a Secretaria de Estado de Saúde e o Ministério da Saúde, que por sua vez faz uso do CNPq (outra autarquia federal) para a gestão dos convênios com os Estados, que devem, obrigatoriamente, envolver suas FAPs. Outro exemplo é a recente vinda de pesquisadores de alto nível ao Estado, convidados para analisar as propostas apresentadas pelos nossos pesquisadores no contexto dos editais abertos no segundo semestre de 2006. Estes pesquisadores de alto nível só se fazem presentes em processos de avaliação, com o aval do CNPq, se a FAP já estiver consolidada, se tiver autonomia para abrir os editais e se os percentuais constitucionais de investimento em pesquisa forem cumpridos. Como estes quesitos estão sendo rigorosamente cumpridos em Mato Grosso, nosso Estado se inscreve no mapa da política científica nacional.

Inúmeros, Senhor Governador, seriam os exemplos a serem relatados. Grande parte dos Estados brasileiros deseja chegar onde Mato Grosso chegou: ter uma Fundação de Amparo à pesquisa pública, estadual, autônoma e comprometida com o desenvolvimento técnico e científico regional, capaz de captar recursos federais para fortalecer o sistema estadual. Os que já chegaram lá, investem na consolidação do sistema, pois esta é uma conquista da comunidade acadêmica.

Assim, ao tomarmos conhecimento da Mensagem Nº 63/2006 do Governo do Estado de Mato Grosso, protocolada na Assembléia Legislativa, solicitando apreciação do Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a organização e funcionamento da Administração Estadual e dá outras providências", em seu Capítulo II "Da Alteração e Extinção de Entidades da Administração Pública", em seu artigo 43 que reza "FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A EXTINGUIR A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO – FAPEMAT...", nós, Dirigentes das Instituições de Ensino Superior Mato-grossenses públicas e privadas, temos a declarar que compreendemos a iniciativa do Governo do Estado em ajustar o modelo de

gestão administrativa, cuja finalidade é a racionalização da máquina para promover o desenvolvimento estadual sustentável. Porém, por outro lado, julgamos que não se justifica extinguir um órgão que, nos últimos quatro anos investiu fortemente em pesquisa e desenvolvimento e que só tem contribuído, de forma destacada no Brasil, com a viabilização de inúmeros projetos focados no desenvolvimento do Estado. É fundamental ressaltar que o repasse de recursos federais destinados à pesquisa é priorizado aos Estados que possuem Fundações nos moldes da FAPEMAT. Programas como o PAPPE (Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas) e mais recentemente o PAPPE - Subvenção, por exemplo, possibilitados pela Lei de Inovação Tecnológica, em hipótese alguma seriam viabilizados via administração direta, pois a própria FINEP (órgão federal responsável pelos Programas) é uma autarquia federal.

Portanto, Senhor Governador, nós, dirigentes das Instituições de Ensino Superior mato-grossenses, solicitamos que Vossa Excelência avalie e retire o artigo 43 da Mensagem 63/2006, que extingue a FAPEMAT, enquanto entidade jurídica, pois isto significaria enorme retrocesso nas parcerias com o Governo Federal, redução do aporte de recursos federais destinados ao estabelecimento de parcerias com as fundações de apoio estaduais, além de significar um enorme retrocesso em um setor extremamente bem avaliado de seu Governo, tanto no Estado quanto fora do Estado.

Paulo Speller (Reitor da UFMT); Taisir Mahmudo Karim (Reitor da UNEMAT);
Altamiro Belo Galindo (Reitor da UNIC); Luzia Guimarães (Reitora da UNIRONDON);
Drauzio Antonio Medeiros (Reitor da UNIVAG); Henrique do Carmo Barros (Diretor do CEFET-MT);
Ademir José Conte (Diretor do CEFET-Cuiabá).
Atenciosamente,

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente pelos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Consultando a lista de oradores, convidamos para usar a tribuna o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB do Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho me ocupado desde o início do meu mandato, até por ser médico, em esclarecer, diagnosticar a questão da atuação das ONGs. Por isso mesmo, fiz questão de instalar aqui uma CPI das ONGs. Comecei a batalha em 1999; consegui instalá-la em 2001; funcionou entre 2001 e 2002. Apresentamos um relatório indicando dez ONGs, dez organizações não-governamentais, com seriíssimos indícios de desvio de recurso público e outras ilicitudes.

Portanto, nada tem a ver, numa relação direta, com as notícias recentes do que aconteceu durante o Governo Lula. Essa questão é anterior, é do Governo Fernando Henrique Cardoso. Tivemos o cuidado, desde que assumi a presidência dessa CPI, de dizer claramente que entendemos que existem ONGs sérias, que existem organizações não-governamentais sérias. Aliás, sob esse manto cabe um monte de coisas, inclusive as igrejas, que não são nada mais nada menos do que organizações não-governamentais, as maçônicas. Há uma série de instituições seriíssimas, como as Apaes, o Instituto Ayrton Senna... Então, muitas dessas estão acima de qualquer suspeita.

Aliás, toda instituição deve, como qualquer cidadão, estar submetida a lei. Sempre me causou estranheza o fato de não existir uma legislação que pudesse regulamentar adequadamente essas instituições. O Presidente Fernando Henrique fez uma legislação criando essa figura das Oscips, mas deixou de fora outras organizações que não queiram se enquadrar como Oscips.

Pois bem, as coisas evoluíram. Depois da nossa CPI, muitos escândalos piores vieram à tona. Hoje, a imprensa nacional que não se ocupava do fato está aí todo dia a denunciar um fato novo, ou fatos novos. Quero hoje, aqui, ressaltar uma notícia que foi publicada no jornal **O Globo** e no jornal **Folha de S.Paulo**, dando conta que o Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado.

Ora, a economia de São Paulo é a maior do País. Portanto, é um Estado que deve ter o maior número de convênios com essas instituições e que teve a iniciativa de criar esse cadastro. A notícia é vazada nesses termos:

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), assinou nesta quarta-feira um decreto que cria um Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor. Na prática, a nova regra obriga as entidades que têm projetos vinculados

ao governo a tornarem os dados estruturais e contratuais, além de detalhes sobre os serviços que prestam ao Estado.

O decreto abrange ONG (Organizações Não-Governamentais), Oss (Organizações Sociais), Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações e sociedades civis sem fins lucrativos. As entidades serão cadastradas no *síte* da Secretaria Estadual da Fazenda.

Dessa forma, explica Lembo, a população de São Paulo vai poder analisar ou fiscalizar as entidades que trabalham em parceria com o governo. “Se o cidadão tiver dúvidas a respeito de alguma ONG, poderá acessar, pedir os dados, para saber o que ela faz pelo Estado de São Paulo”, disse.

O Governador informou ainda que as secretarias de Estado terão um prazo de 20 dias para enviar todos os dados para a Fazenda. “Após isso, a Secretaria vai cruzar os dados com os pagamentos que ela tem feito nos últimos anos”, afirmou.

O decreto será publicado na edição desta quinta-feira do **Diário Oficial do Estado de São Paulo**.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir não só a transcrição dessa matéria, como da matéria publicada no jornal **O Globo**, como também do Diário Oficial do Estado de São Paulo, de que consta o Decreto, para dizer que, finalmente um passo é dado no sentido de se pôr ordem, de regulamentar a atuação dessas organizações que usam dinheiro público, que usam dinheiro do povo de maneira sorrateira, porque não se submetem à licitação, não se submetem a certos procedimentos a que qualquer outra empresa, ou qualquer outro órgão, ou qualquer outra pessoa se submetem. Isso realmente cria uma figura muito esdrúxula. Depois que o Tribunal de Contas da União denunciou inúmeras delas, depois que o Procurador Lucas Furtado se debruçou sobre matéria, eis que um Estado – coincidentemente, o maior da Federação – baixou um decreto para ter um controle mínimo sobre as ONGs.

Eu quero dizer que a primeira CPI das ONGs, que terminou em 2003 e que eu presidi – digo a primeira porque haverá outra, encabeçada pelo Senador Heráclito Fortes – produziu alguns resultados. Além de indiciar essas ONGs e mandar o relatório para o Ministério Público, para a Receita Federal e para o Tribunal de Contas da União, o principal resultado daquela CPI foi a elaboração de um projeto de lei que visa justamente, mais ou menos, o que o Governador de São Paulo agora fez.

O projeto tem a seguinte redação:

“Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências”.

O projeto seguiu para a Câmara no dia 30 de junho de 2004 e lá permanece. Estamos no final de 2006;

portanto, há dois anos e meio está parado na Câmara. Por que será? Será que essas ONGs têm tanto poder para fazer com que sequer essa regulamentação seja feita pelo Congresso Nacional?

Senador João Batista Motta, tenho informações de que o **lobby** em torno dessa matéria na Câmara dos Deputados é terrível.

Sr. Presidente, lerei, com a permissão de V. Ex^a, o referido projeto de lei, que, na verdade, não é nenhum bicho-de-sete-cabeças:

Art. 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento de entidades de direito privado sem fins lucrativos, cujos objetivos e normas estatutárias visem a fins de interesse público, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A mera constituição de pessoa jurídica de direito privado não enseja a sua qualificação como:

I – instituição criada com a finalidade de dar apoio a projeto de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais de ensino superior e pesquisa científica e tecnológica, assim definida na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

II – Organização Social, assim definida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

III – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, assim definida na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Como vêem, a criação, a organização interna e o funcionamento continuam como estão: livres. Dessa forma, qualquer grupo constituir uma ONG sem problemas, de acordo com o projeto de lei que está na Câmara, já aprovado pelo Senado.

Art. 2º As Organizações Não-Governamentais (ONGs) prestarão contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios e subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações, ao Ministério Público, independentemente da prestação de contas aos respectivos doadores.

Ora, isso é exigido das fundações. Por que não exigir também dessas organizações que recebem recursos, seja de dinheiro público, seja de um grupo de pessoas que podem perfeitamente ser enganadas?

Art. 3º Fica criado o Cadastro Nacional das Organizações Não-Governamentais (CNO), administrado pelo Ministério da Justiça, no qual serão inscritas todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) atuantes, a qualquer título, no País.

Segue uma série de normas que nada mais é, Sr. Presidente, que a criação de critérios para que essas instituições sejam controladas pelo Estado e pela sociedade. Não existe nenhuma discriminação, nenhuma proibição, nem de constituição...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em seguida, Senador.

Não existe nenhuma proibição de constituição, de funcionamento nem de que eles recebam recursos públicos; apenas exige-se, como se exige de qualquer cidadão, de qualquer empresa, de qualquer órgão, a prestação de contas, a clareza, a tão falada transparência.

Esse projeto está na Câmara, repito, há dois anos e meio. Vejo agora o Governador Cláudio Lembo tomar a iniciativa de baixar decreto, instituindo esse critério de controle social sobre essas entidades.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte também?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em seguida, ouvirei V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, parabênizo V. Ex^a pela oportunidade do tema. Talvez V. Ex^a seja a pessoa mais indicada para falar dessa matéria nesta Casa, porque teve, no passado, a coragem de abordar o assunto. Foi boicotado, mas lutou, com todas as dificuldades, contra pressões visíveis e invisíveis que vieram de todo lado. V. Ex^a plantou a primeira semente da moralização desse setor, por isto seu Estado o enviou novamente a esta Casa: porque não só o Estado, mas, também, a região padece anos a fio, de maneira direta e perversa, do uso indevido dessas entidades. E fez uma justiça que me tirou a oportunidade do registro. Quero, portanto, me associar a V. Ex^a. Refiro-me à atitude do Governador Cláudio Lembo, que se antecipa a uma das propostas contidas em nossa intenção ao propor o funcionamento dessa CPI, quando instalada. Pretendemos sugerir a criação do cadastro municipal, do cadastro estadual e do cadastro federal das ONGs. É muito importante que isso seja feito. Espero que o exemplo dado pelo Governador Cláudio Lembo seja copiado e seguido pelos Governadores e homens públicos bem-intencionados deste País. V. Ex^a está de parabéns. Não entendo porque, às vezes, existe uma irritação e um nervosismo por parte do Partido dos Trabalhadores com relação a uma CPI de ONGs. Alguns setores do Partido, pela imprensa ou usando outras modalidades – umas sutis, outras nem tanto –, criticam a oportunidade e o momento da instalação dessa CPI. Ela já vem tarde. Era preciso que na CPI que V. Ex^a presidiu o Governo tivesse dado toda a cobertura e tivesse concordado com a ampliação, para evitar os constrangimentos que começam a aparecer. Mas o estranho disso tudo é que o movimento, de socapa, para sufocar essa CPI acontece. No entanto, os jornais começaram a noticiar hoje, a partir de meio-dia, que a Polícia já efetuou no Paraná, em São

Paulo e em Santa Catarina prisões de pessoas envolvidas com ONGs na área de saúde. É sinal de que tinha razão de ser a sua atitude pioneira, e a minha, copiando V. Ex^a – não é só Lula que copia a idéia dos outros; eu também gosto de copiar boas idéias. Parabenizo V. Ex^a e lhe peço encarecidamente que ajude o País, orientando-nos, baseado em sua experiência anterior, a partir do momento em que essa CPI for instalada. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Na verdade, a iniciativa de V. Ex^a propondo a instalação de uma nova CPI das ONGs tem a ver com o novo momento. Entendo que, dado o objetivo maior colimado pela CPI nº 1 das ONGs, se o projeto dela resultante, que está na Câmara há dois anos e meio, já tivesse sido aprovado, talvez isso não tivesse continuado a acontecer. É justamente porque existe essa porteira aberta é que essa situação continua reiteradamente acontecendo no País.

Senador José Jorge, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Mozarildo, eu gostaria de dizer que o meu pronunciamento é semelhante ao do Senador Heráclito Fortes. Realmente V. Ex^a, com a experiência da Amazônia, onde essas ONGs inicialmente começaram a atuar de uma forma bastante ampla, foi quem nos trouxe esse assunto aqui desde o início desta legislatura. Tivemos aquela CPI, que não teve a repercussão que teria hoje e que terá a CPI solicitada pelo Senador Heráclito Fortes, porque na verdade se tornou uma indústria para desviar dinheiro público. Leio na Internet: “Acusados de desviar trinta mil de doação a ONGs são presos.” Quer dizer, todo dia há um escândalo com uma ONG. A Petrobras é uma empresa que faturou no primeiro semestre deste ano, vendendo petróleo, gasolina etc., R\$94 bilhões. Como ela tem um lucro muito grande – no semestre, foram treze bilhões –, tem uma capacidade de aplicar muitos recursos a fundo perdido através de todos esses incentivos fiscais. Dessa forma, ela aplicou R\$226 milhões para fazer treinamento de pessoas, e V. Ex^a sabe melhor do que eu, pelas experiências anteriores, que essa questão de treinamento é uma das formas mais simples de se desviar recursos. Nós temos hoje ONGs em todos os Estados. Esse Lorenzetti, um desses pilantras na questão do dossiê, era dono de uma ONG lá em Santa Catarina, uma outra no Pará para vender frutas, que faliu. Enfim, em todo lugar tem ONG, de todo lugar está saindo dinheiro. Acho que chegou o momento de se tomar providências. Não adianta fazer-se licitação, às vezes de R\$10 mil, e dá R\$200 milhões a uma ONG sem licitação. Então, se a ONG é privada, trabalha com recursos privados; se for pública, tem que fazer licitação, tem que ser fiscalizada. Se ela for privada, não tem problema, pode fazer o que quiser com seu dinheiro. Agora, se receber recursos públicos, infelizmente, pelos abusos, vai ter de seguir a legislação das empresas públicas e a legislação das empresas que entram em licitação. V. Ex^a foi um pioneiro, foi o primeiro que levantou esse tema aqui. De certa maneira foi até incompreendido, porque naquela época a maioria das ONGs

era honesta, mas, infelizmente, parece que a maioria não é mais honesta. Então, V. Ex^a vai ter exatamente o prêmio do pioneirismo. V. Ex^a chegou primeiro, o Senador Heráclito Fortes imitou a idéia de V. Ex^a, copiou. No momento ele, realmente, mais do que V. Ex^a e mais do que eu, tem essa sensibilidade para o momento político. Então, o momento político agora é de fiscalizarmos essa ONG, mas V. Ex^a, certamente, será um importante membro dessa CPI.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço, Senador José Jorge.

Acho que realmente, tanto V. Ex^a quanto o Senador Heráclito Fortes, falaram no ponto fundamental. Importante – e é nossa missão – é fiscalizar o recurso público, e fiscalizar de maneira ampla. Não tem ninguém que esteja isento dessa fiscalização, não pode ter ninguém que fique fora dessa fiscalização.

Por isso, quero encerrar, Sr. Presidente, parabenizando o Governador Cláudio Lembo, de São Paulo, que, pioneiramente, baixou esse decreto, que é altamente liberal, um decreto simples, mas que dá transparência a um setor que é dito e havido como o setor da transparência. Então, é preciso realmente que aquela fama de sacrossanta que existia a respeito da figura da ONG seja convalidada pela da transparência. O Governador Cláudio Lembo está de parabéns.

Aceitando a sugestão do Senador Heráclito Fortes, requeiro à Mesa que envie um voto de aplauso ao Governador Cláudio Lembo pela iniciativa. Espero que os governadores dos outros Estados sigam o exemplo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero apenas dizer que também subscrevi o texto, que é proposta do Senador Heráclito Fortes, sobre as ONGs. Esse tema já é tratado aqui há muito tempo. Se não me falha a memória, já houve um debate como esse no ano 2000 ou 2001. Logo que cheguei aqui ao Senado, esse assunto estava posto na Ordem do Dia. E eis que, agora, se faz necessário que o Senado aprofunde o debate, e vamos fazê-lo. Agora, até pediria, de antemão, que nos acercássemos de maiores e melhores informações de instituições como o Ministério Público, que, com certeza, pode nos dar, rapidamente, um panorama de convênios que foram tratados com instituição de qualquer natureza, que não da esfera pública, para que pudéssemos ter, digamos assim, alguns pontos mais objetivos para que pudéssemos realizar o trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito como essa. Encerro este aparte dizendo que qualquer dúvida quanto à índole de uma pessoa, de uma organização, cabe a nós aqui... É para isso que estamos aqui, ou seja, para colaborar com a sociedade e com a vigilância do Erário Público. E aí não pode haver cara nem cor nem ideário partidário ou coisa parecida. Nós vamos ter que nos ater a esses problemas e procurar saná-los da melhor maneira. Congratulo-me com V. Ex^a. Acho que iniciativas como essa do Governador têm que ser seguidas todos os dias por qualquer pessoa, não só da esfera pública, mas também da esfera privada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR)

– Para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer o aparte do Senador Sibá Machado e dizer que, realmente, a moralização e a fiscalização do dinheiro público é nosso dever e devemos ir fundo nisso. Acho que o Ministério Público, o Tribunal de Contas agora têm dados que podem ajudar muito a atual CPI que vai se instalar, para que possamos, de maneira muito profunda, clarear essa questão e de vez separar o joio do trigo. Ou seja, o que for bom nós vamos dizer que é bom, o que for ruim nós vamos dizer que é ruim, e produzir um marco regulatório.

Por sinal, vai haver um fórum daqui a alguns dias, aqui no Senado, e eu vou ser um dos debatedores. Eu vou lá justamente para dizer que as maiores interessadas nessa questão deveriam ser as ONGs sérias. Essas ONGs deveriam encabeçar um grande movimento de moralização do setor.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Claudio Lembo Governador

PODER
Executivo

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel: 2193 8000

Volume 116 • Número 221 • São Paulo, quinta-feira, 23 de novembro de 2006 www.imprensaoficial.com.br

Decretos

Dispõe sobre o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor e as providências correlatas.

CLAUDIO LEMBO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os princípios que norteiam a gestão pública, notadamente os da publicidade, eficiência, moralidade e impessoalidade;

Considerando o dever do administrador em impor transparência aos atos administrativos; e

Considerando a importância do controle social sobre as parcerias celebradas com entidades do terceiro setor;

Decreto:

Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor - CPATES, destinado ao registro das entidades parceiras da administração direta, funcional e autárquica do Estado de São Paulo, notadamente Organizações Não Governamentais - ONGs, Organizações Sociais - OSs, Organizações de Interesse Público - OIPs, associações e sociedades sem fins lucrativos.

Artigo 2º - As Secretarias de Estado, Fundações e Autarquias encaminharam no Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da celebração de todo e qualquer ajuste com as entidades especificadas no artigo anterior, as seguintes informações e o respectivo instrumento jurídico formalizado:

I - nome, endereço e CNPJ da entidade parceira;

II - nome do representante legal da entidade;

III - objeto, valor total e prazo de vigência do ajuste;

IV - forma e valor da participação da Secretaria de Estado, Fundação ou Autarquia.

Artigo 3º - O Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda, será responsável pelo recebimento e processamento das informações prestadas em conformidade com o disposto no artigo anterior, com vista à implantação do CPATES.

Parágrafo único - O Departamento de Controle e Avaliação poderá solicitar esclarecimentos complementares com relação às informações prestadas, para organizar eficientemente o CPATES e proceder à sua atualização trimestral.

Artigo 4º - A sociedade civil terá acesso ao CPATES, que será disponibilizado, por via eletrônica, em página própria para esta finalidade, no site da Secretaria da Fazenda, do qual constarão os dados indicados no artigo 2º deste decreto.

Artigo 5º - As entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão, demonstrando legítimo interesse, especialmente no de cooperar com a Administração Pública no controle fiscalístico da execução do objeto perseguido poderão obter dados, na forma de lista, com relação às parcerias de que trata o presente decreto.

Artigo 6º - Caberá ao Departamento de Controle e Avaliação, independentemente do controle exercido pela Pasta, Fundação e Autarquia interessadas, analisar, por amostragem, mediante sorteio, o efetivo cumprimento das obrigações assumidas e a obtenção do resultado perseguido pelo ajuste celebrado com as entidades de que trata este decreto.

Artigo 7º - A Secretaria da Fazenda poderá editar normas complementares à execução deste decreto.

Artigo 8º - Este decreto e sua disposição transitória entram em vigor na data de sua publicação.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Artigo único - As Secretarias de Estado, as Fundações e as Autarquias fornecerão, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de vigência do presente decreto, os dados previstos no artigo 2º, com relação aos ajustes em vigor.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

CLAUDIO LEMBO

Assinatura: Mauro Guilherme Jardim Arce

Secretário de Estado da Fazenda

Assinatura: Dario Rios Lopes

Secretário dos Transportes

Assinatura: Eunice Aparecida de Jesus Prudente

Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania

Assinatura: José Goldemberg

Secretário do Meio Ambiente

Assinatura: Rogério Pinto Coefrio Amato

Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Assinatura: Fernando Carvalho Braga

Secretário de Economia e Planejamento

Assinatura: Luiz Roberto Barradas Barata

Secretário da Saúde

Assinatura: Saulo de Castro Aguiar Filho

Secretário da Segurança Pública

Assinatura: Antonio Ferreira Pinto

Secretário da Administração Penitenciária

Assinatura: Jurandir Fernandes

Secretário dos Transportes Metropolitanos

Assinatura: Walter Camanho

Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

Assinatura: Antonio de Alcântara Machado Rudge

Secretário da Juventude, Esporte e Lazer

Assinatura: Sernando Longo

Secretário do Turismo

Assinatura: Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Assinatura: Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

Mauro Guilherme Jardim Arce
Secretário de Estado da Fazenda

Assinatura: Dario Rios Lopes

Secretário dos Transportes

Assinatura: Eunice Aparecida de Jesus Prudente

Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania

Assinatura: José Goldemberg

Secretário do Meio Ambiente

Assinatura: Rogério Pinto Coefrio Amato

Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Assinatura: Fernando Carvalho Braga

Secretário de Economia e Planejamento

Assinatura: Luiz Roberto Barradas Barata

Secretário da Saúde

Assinatura: Saulo de Castro Aguiar Filho

Secretário da Segurança Pública

Assinatura: Antonio Ferreira Pinto

Secretário da Administração Penitenciária

Assinatura: Jurandir Fernandes

Secretário dos Transportes Metropolitanos

Assinatura: Walter Camanho

Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

Assinatura: Antonio de Alcântara Machado Rudge

Secretário da Juventude, Esporte e Lazer

Assinatura: Sernando Longo

Secretário do Turismo

Assinatura: Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Assinatura: Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

De denominação de Helio Helene a unidade escolar da Secretaria da Educação localizada no Distrito São Miguel Paulista

CLAUDIO LEMBO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto:

Artigo 1º - A Escola Estadual União de Vila Nova III, no Distrito São Miguel Paulista, Município de São Paulo, da Diretoria de Ensino - Região Leste 2, da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto nº 50.498, de 23 de janeiro de 2006, passa a denominar-se Escola Estadual Helio Helene.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

CLAUDIO LEMBO

Assinatura: Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Secretária da Educação

Assinatura: Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Assinatura: Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

De denominação de Roque Rangel a unidade escolar da Secretaria da Educação localizada no Distrito de Cidade Tradentes

CLAUDIO LEMBO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto:

Artigo 1º - A Escola Estadual COHAB Castor Alves, no Distrito de Cidade Tradentes, Município de São Paulo, da Diretoria de Ensino - Região Leste 2, da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto nº 50.180, de 4 de novembro de 2005, passa a denominar-se Escola Estadual Roque Rangel.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

CLAUDIO LEMBO

Assinatura: Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Secretária da Educação

Assinatura: Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Assinatura: Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

De denominação de Helio Helene a unidade escolar da Secretaria da Educação localizada no Distrito São Miguel Paulista

CLAUDIO LEMBO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto:

Artigo 1º - A Escola Estadual COHAB Castor Alves, no Distrito de Cidade Tradentes, Município de São Paulo, da Diretoria de Ensino - Região Leste 2, da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto nº 50.180, de 4 de novembro de 2005, passa a denominar-se Escola Estadual Helio Helene.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

CLAUDIO LEMBO

Assinatura: Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Secretária da Educação

Assinatura: Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Assinatura: Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

Decreto de unidade jurídica, para fins de desapropriação, áreas de terra localizadas no Município de Araraquara, necessárias à Concessionária Triângulo do Sol Auto - Estradas S/A, para a implantação das vias Marginal Pista Morro Sul, entre os Km. 275-500 a 280-000, da Rodovia "Washington Luiz" (SP-310), trecho Araraquara-Matão

CLAUDIO LEMBO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o Decreto nº 22.869, de 4 de dezembro de 1987, do pelo Decreto nº 39.250, de 16 de setembro de 1994 e Decreto nº 41.904, de 30 de junho de 1997,

Decreto:

Artigo 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Triângulo do Sol Auto - Estradas S/A, concessão de serviços públicos, por via amigável ou judicial, duas áreas de terra medindo no total 4.003,58m² (quatro mil e três metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados), e respectivas benfeitorias, localizadas no Município de Araraquara, necessárias à implantação das Vias Marginais Pistas Norte e Sul, entre os Km 275-500 a 280-000, lado esquerdo da Rodovia "Washington Luiz" (SP-310), trecho Araraquara-Matão, que consistem pertencentes à empresa Comercial Lupo S/A, com as medidas, os limites e as confrontações mencionadas nas plantas DE-09.310.276-1-002/001 A/B (Área 1A) e DE-09.310.276-1-002/002 A/B (Área 2A), e respectivos memoriais descritivos, constantes do processo ARTESP-5.567/06-SI, com as seguintes descrições penitentes:

1. Área 1A - Começa no ponto "A", coordenadas UTM: 149.818.321,0; N: 250.058.302,0, ponto à cerca de 15,38m, do DER (Rodovia Washington Luiz), deste ponto, segue em linha reta, no sentido Matão - Araraquara, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 15,38m, com azimute de 182°18'30", até encontrar o ponto "B", no ponto "B", com azimute de 221° e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 38,312m, até encontrar o ponto "C", no ponto "C", com azimute de 264°11'44" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 39,081m, até encontrar o ponto "D", no ponto "D", com azimute de 304°39'6" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 136,277m, até encontrar com o ponto "E", no ponto "E", com azimute de 236°42'0" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "F", no ponto "F", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto "I", no ponto "I", com azimute de 24°14'39" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G", no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H", no ponto "H", com azimute de 79°22'2" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 13,783m, até encontrar com o ponto

22/11/2006 - 17h22

Lembo cria cadastro para ONGs que trabalham para o Estado

da Folha Online

DOCUMENTO A QUE SE REFERE:

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), assinou nesta quarta-feira um decreto que cria o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor. Na prática, a nova regra obriga as entidades que têm projetos vinculados ao governo a tornarem públicos os dados estruturais e contratuais, além de detalhes sobre os serviços que prestam ao Estado.

O decreto abrange ONGs (Organizações Não-Governamentais), OSs (Organizações Sociais), OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações e sociedades civis sem fins lucrativos. As entidades serão cadastradas no site da Secretaria Estadual da Fazenda.

Dessa forma, explica Lembo, a população de São Paulo vai poder analisar ou fiscalizar as entidades que trabalham em parceria com o governo. "Se o cidadão tiver dúvidas a respeito de alguma ONG, poderá acessar, pedir os dados, para saber o que ela faz pelo Estado de São Paulo", disse.

O governador informou ainda que as secretarias de Estado terão um prazo de 20 dias para enviar todos os dados para a Fazenda. "Após isso, a Secretaria vai cruzar os dados com os pagamentos que ela tem feito nos últimos anos", afirmou.

O decreto será publicado na edição desta quinta-feira do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

formar as CPIs em objeto de obstrução do Legislativo.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, disse que as notícias veiculadas sobre irregularidades na destinação de verbas da estatal foram distorcidas. Segundo ele, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que recebeu dinheiro da Abemi, é um projeto extraordinário.

— Quando a gente faz um programa desses, dessa intensidade, somos mal-interpretados. Isso me deixa muito chateado e, obviamente, o Gabrielli (presidente da estatal) está chateado — disse. ■

Heráclito refuta Gabrielli

Senador pediu CPI antes de denúncias

• BRASÍLIA. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), autor do requerimento para instalação da CPI das ONGs, condenou a tentativa do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, de vincular a reportagem do GLOBO sobre irregularidades no repasse de recursos da empresa a ONGs à sua proposta:

— O senhor Gabrielli está mal-informado. Apresentei a intenção de protocolar esta CPI em agosto ou setembro.

Em entrevista coletiva anteontem, Gabrielli insinuou que o jornal e Heráclito estavam atuando conjuntamente com o objetivo de prejudicar a Petrobras.

— Esses fatos me eram desconhecidos — disse, em relação às reportagens do GLOBO. — E não me venha ele querer me conferir o dom da premonição.

Senadores da oposição se revezaram na tribuna para protestar contra a atitude de Gabrielli, que na coletiva convocada pela estatal para explicar os investimentos em ONGs controladas por petistas, irritou-se com a imprensa e disse que o repórter do GLOBO não era bem-vindo.

Para o senador José Jorge (PFL-PE), todo gasto público tem de ser justificado, não importando o montante.

São Paulo cria cadastro para dar transparência a convênios com ONGs

População poderá ter acesso a todos os contratos com o estado

Adauri Antunes Barbosa

• SÃO PAULO. As organizações não-governamentais (ONGs) que prestam serviços ao estado de São Paulo poderão ser fiscalizadas, como regulamenta o decreto que dispõe sobre o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor, anunciado ontem pelo governador Cláudio Lembo (PFL). O cadastro, que será feito pela Secretaria de Fazenda, visa, segundo o governador, a dar transparência aos convênios.

formar as CPIs em objeto de obstrução do Legislativo.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, disse que as notícias veiculadas sobre irregularidades na destinação de verbas da estatal foram distorcidas. Segundo ele, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que recebeu dinheiro da Abemi, é um projeto extraordinário.

— Quando a gente faz um programa desses, dessa intensidade, somos mal-interpretados. Isso me deixa muito chateado e, obviamente, o Gabrielli (presidente da estatal) está chateado — disse. ■

De acordo com Lembo, todas as ONGs que têm relação com o estado serão cadastradas no site da Secretaria Estadual de Fazenda.

— Se o cidadão tiver dúvidas a respeito de alguma ONG, poderá acessar, pedir os dados, para saber o que ela faz

pelo estado de São Paulo — explicou o governador.

Segundo ele, as secretarias de estado e as autarquias que também mantêm parcerias com as organizações terão um prazo de 20 dias para enviar todos os dados para a Fazenda.

— Depois disso a secretaria vai cruzar os dados com os pa-

gamentos que ela tem feito nos últimos anos — disse.

Além das ONGs, o decreto que cria o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor também abrange as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), associações e sociedades civis sem fins lucrativos. O decreto será publicado hoje no Diário Oficial do estado.

De acordo com a secretaria de Fazenda, já 54 organizações sociais contratos ou convênios com o estado. Grande parte das OSs atuam nas áreas de saúde social e cultura. No entanto, o levantamento completo de todas as entidades que têm parceria com o estado só deve ser concluído depois de o cadastro implementado. ■

Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos e normas estatutárias visem a fins de interesse público, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A mera constituição de pessoa jurídica de direito privado, nos termos dispostos no *caput* deste artigo, não enseja sua qualificação como:

I - instituição criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais de ensino superior e pesquisa científica e tecnológica, assim definida na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

II – Organização Social, assim definida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

III - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, assim definida na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 2º As Organizações Não-Governamentais (ONGs) prestarão contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações, ao Ministério Público, independentemente da prestação de contas aos respectivos doadores.

Art. 3º Fica criado o Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO), administrado pelo Ministério da Justiça, no qual serão inscritas todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) atuantes, a qualquer título, no País.

§ 1º Por ocasião da inscrição de que trata o *caput* deste artigo, a Organização Não-Governamental (ONG) prestará esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, linhas de ação, tipos de atividades, de qualquer natureza, que pretenda realizar no Brasil, o modo de utilização de seus recursos, a política de contratação de pessoal, os nomes e qualificação de seus dirigentes e representantes e quaisquer outras informações que sejam consideradas relevantes para a avaliação de seus objetivos.

§ 2º Todos os órgãos governamentais que detenham informações não confidenciais sobre Organizações Não-Governamentais (ONGs), inclusive de natureza fiscal, registrária e financeira, deverão torná-las disponíveis para o Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais, conforme dispuser regulamento.

Art. 4º Somente poderão ser beneficiárias de fomento governamental, através de convênios, incentivos sob forma de auxílios financeiros ou subvenções, financiamentos, favores fiscais ou transferências orçamentárias, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) inscritas no Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO) que sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único. A qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é dispensada para as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que detiverem pelo menos uma das seguintes qualificações:

I - Título de Utilidade Pública, conferido na forma da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de abril de 1961;

II - Atestado de Registro fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001;

III - Qualificação de Organização Social, instituída pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

IV - Condição de Entidade de Apoio, disciplinada pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Art. 5º Fica condicionada a prévia autorização do Ministério da Justiça, conforme dispuser regulamento, o desenvolvimento de atividades no País por parte de Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras.

Parágrafo único. As ONGs constituídas antes da vigência desta Lei terão prazo, a ser definido em regulamento, para atender ao disposto neste artigo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o art. 18 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Senado Federal, em 30 de junho de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador João Batista Motta, do PSDB do Estado do Espírito Santo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, não respondi e não fiz aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti porque ia falar em seguida e, no início da minha fala, eu abordaria, como vou abordar agora, a questão das ONGs.

Há uma preocupação muito grande, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador José Jorge e Senador Heráclito Fortes, com os desvios de verbas do Governo Federal pelas mãos de ONGs brasileiras. Preocupo-me muito – preocupação de quem criou a CPI no passado e a está criando no momento – com a roubalheira, com a maneira como estão agindo para tirar dinheiro dos cofres públicos ou, às vezes, até de entidades privadas, para ganharem dinheiro sem trabalhar. Mas, Senadores Mozarildo Cavalcanti, José Jorge e Sibá Machado, não tenho preocupação com o dinheiro que estão roubando – isso de roubar dinheiro dos cofres públicos por meio das ONGs já não é tanta a minha preocupação. Existe um problema maior, Senador José Jorge: são as ONGs constituídas que funcionam aqui com capital estrangeiro para não deixar o Brasil crescer, para não deixar extrair gás e petróleo, para não deixar plantar eucalipto ou soja, para não deixar produzir camarão ou para não deixar haver navegabilidade nos rios brasileiros. Este é o problema maior que nosso País encontra hoje: esse pessoal, com dinheiro estrangeiro, fazendo estudos fajutos, mentirosos, para subsidiar o Ministério do Meio Ambiente, para proibir a Petrobras de explorar gás no meu Estado do Espírito Santo, sob o argumento de que a exploração vai prejudicar as tartarugas dos Abrolhos, na Bahia, a 400 km de distância. E existe idiota que acredita nisso! Existe idiota pensando que estão querendo preservar alguma coisa em nosso País! Existe idiota que não sabe enxergar o que essa mesma gente faz desde a época de Getúlio, quando se dizia que o Brasil não tinha petróleo. Mentirosos, bandidos, que nunca quiseram que o Brasil crescesse! E vêm agora para dentro do nosso País, acobertados por ONGs com capital estrangeiro, para evitar que se transporte soja no rio Araguaia.

Existem lá dezenas de balsas, construídas para transportar soja, que estão paradas, barcas para transportar 800 mil toneladas, barcas que estão equipadas com dois rebocadores, cada qual equipado com dois motores *scania*, tudo construído com o dinheiro do BNDES, dinheiro do povo! Estão enferrujando, estão estragando, está tudo encostado. A empresa está quebrando. Tudo isso para não permitir que a nossa

soja seja transportada com frete mais barato, para evitar a concorrência com a soja dos Estados Unidos. E o Governo fica cego, o Governo não enxerga esse crime que é cometido contra o nosso País, na barba de todos nós. E, quando tratamos do assunto, ficamos preocupados com aquela ONG do interior que está roubando R\$10 milhões, R\$20 milhões do Governo Federal... Esse é o mal menor, Senador Mão Santa! Esse é o mal menor. Como é um mal menor o jipe que o Silvinho ganhou para intermediar negociação com a Petrobras, como o dinheiro do valerioduto, Real contra Real. O pior é quando aprovamos, nesta Casa, e é sancionada pelo Presidente da República, uma lei que permite que os estrangeiros possam fazer no nosso País um contrato de concessão com as nossas florestas, dar essas florestas em garantia nos Bancos internacionais, para, daqui a 40 anos, o Banco vir aqui protestar o título, protestar a dívida e se tornar dono da floresta brasileira. E eu não estarei mais aqui; o Presidente Lula não estará mais vivo, porque esses contratos são de 40 ou 80 anos. Nossos filhos e nossos netos é que vão se envergonhar da bandalheira que é feita hoje para entregar tudo que é nosso na mão do capital estrangeiro, na mão dos estrangeiros.

Não basta, Presidente Mão Santa, ver hoje o Brasil importando todos os produtos de que necessita de Países estrangeiros: do arroz do Uruguai ao trigo da Argentina; da camisa e o tênis à bolsa da senhora ou ao relógio que vem da China. Agora o Governo faz um projeto para construção de casa própria, o qual temos que elogiar – temos que ficar satisfeito com a medida tomada pelo Governo –, mas o material de construção que vai ser consumido virá, por certo, da China. Meu Estado acabou de receber vários empresários que voltaram de lá. Empresas que produzem piso no Brasil estão comprando porcelanato, estão comprando piso, da China para vender aqui. Estão deixando de ser produtores brasileiros para serem revendedores de produtos chineses no Brasil. E o emprego do brasileiro vai para onde, Senador Mão Santa?

E o Governo não enxerga isso! Será possível que não existe ninguém para contar aos homens do Governo o que falamos aqui?

Ainda ontem, fui surpreendido quando assistia à televisão e vi o Presidente Lula dizendo que a crise da agricultura o pegou de calças curtas. Falou isso aos agricultores do Paraná, como se nós não estivéssemos aqui há três anos dizendo: “O pessoal está quebrando”, “O pessoal está falindo”, “O pessoal não tem mais como produzir”, “Com o dólar a dois reais, não dá para exportar, só facilita a importação”. Para que estamos aqui falando isso? Para que temos um mandato de Senador? Para que o Deputado Federal é

representante neste País, se não é ouvido? E depois, descaradamente, o Presidente vai à televisão dizer que foi surpreendido com a crise da agricultura.

E a crise da indústria calçadista do Sul? Ele também não está vendo? Ele também não está enxergando? Será que ele não está vendo que a Companhia Vale do Rio Doce exporta milhões e milhões de toneladas de minério de ferro sem agregar valor? Sem gerar emprego? E a China está guardando, está acumulando, está estocando lá fora, tirando das nossas jazidas por um preço vil para amanhã revender para o resto do mundo. Será que não tem brasileiro à frente deste Governo para enxergar essa calamidade que se pratica contra o País e tudo sai sem nenhum tostão de imposto pago? E depois esta Casa aprova – e o Governo sanciona – isenção agora para as máquinas que importam do exterior para tirarem esses minérios e mandarem para fora. Se já não pagavam quando exportavam, agora não pagam quando importam.

Enquanto isso, o cheque especial do cidadão é de 10% de juros ao mês. Enquanto isso, o cartão de crédito é de R\$14,00 ao mês. Enquanto isso, cobram-se tributos, seguridade social de velhinhos aposentados. Enquanto isso, elaboram-se mais reformas para se apertar mais o cerco. Fizemos aqui a Lei da Micro e Pequena empresa, um projeto do Deputado Jutahy que o Governo não deixou ser aprovado sob a chancela de um Deputado que era da Oposição. Mandou o seu projeto parecido, igual, e transitaram os dois, em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo mais cinco minutos a V. Ex^a para que continue o seu entusiasmado e necessário pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Ainda não terminei, Excelência. V. Ex^a gostaria de um aparte?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, é uma questão de ordem, é uma providência que quero pedir ao Líder do Partido dos Trabalhadores, mas aguardo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, aprovamos a Lei das Micro e Pequenas Empresas. Oito tributos foram substituídos por um apenas. Não tenho dúvidas de que iremos obter 2 milhões de novos empregos. Não tenho dúvidas de que vai facilitar a vida de 2 milhões de pessoas. Não tenho dúvida de que isso é útil ao País. Não tenho dúvida de que temos de aplaudir no momento em que o Presidente da República colocar a sua assinatura para sancionar o projeto,

mas podíamos avançar mais, Senador Sibá. Temos de despertar neste País o sentimento de nacionalismo, aquele que existia no passado, quando íamos às ruas para dizer que o petróleo era nosso. Não podemos estar nessa política de entreguismo, de facilitar que os produtos estrangeiros sejam vendidos no Brasil, e os nossos produtos, tão bem fabricados, tão bem construídos, tão bem confeccionados, sejam proibidos de ser vendidos no exterior, porque a taxa do nosso dólar não permite.

Temos que tomar juízo. Este País precisa ter responsabilidade. O Presidente tem que parar com essa história de dizer que não viu, que não sabe, que foi surpreendido com a decisão, com a roubalheira daquilo que foi feito de errado neste País. Ele tem de assumir, sentar naquela cadeira e assumir que ele é o Presidente, vai mandar e cuidar do futuro do nosso Brasil.

Chega de conversa fiada! Chega de fazer propaganda na Bolívia! Chega de fazer propaganda política em outros Países do mundo! Isso não nos interessa. O que nos interessa é o fato de a Petrobras ter perdido o que possuía no exterior; o que nos interessa é que, hoje, estamos com dificuldade em relação ao gás natural, quando o Brasil é rico, tem uma fortuna em baixo do chão de gás natural, que não conseguimos tirar porque ONGs estrangeiras estão aqui dentro atuando, usando um Governo que não tem a devida responsabilidade com o interesse nacional e vem nos tolher de usar o nosso gás, o nosso petróleo, a nossas terras para plantar soja, para plantar eucalipto, para produzir soja, para produzir feijão, arroz e tudo aquilo que o brasileiro necessita comer e usar.

O Brasil não tem necessidade de importar arroz, feijão, de importar óleo, de importar qualquer produto de qualquer parte do mundo.

O Brasil é rico, o Brasil tem tudo para ser o maior país deste planeta. Não é possível que você veja um país como a China, como o Japão, como outros países, US\$280, US\$290, US\$300 bilhões de reserva e o nosso País tão grande, tão rico, condicionando-se a vender matéria-prima para que os países ricos se desenvolvam mais ainda, transformando a nossa matéria-prima em material de ponta. A gente fica com o ônus eles com o bônus.

Não acredito que seja má-fé do Presidente, Senador Mão Santa, não acredito que seja isso que o Lula queira. Isso está acontecendo porque ele não enxerga e ele não vê; isso está acontecendo porque ele nunca administrou nada na vida dele; isso está acontecendo porque a equipe de governo é ruim; isso está acontecendo porque ele não ouve os congressistas nacionais nem aquilo que a sociedade está reclamando. Mas aí, V. Ex^a diz: “Ele ganhou a eleição”, sim, “vinte

milhões de votos de frente”, sim. Ganhou sim. E aí, eu tenho que chegar à conclusão: eu sou cego, eu é que não estou enxergando, eu é que não estou vendo o sucesso da transposição do rio São Francisco, que tanto emprego deu à população do Nordeste. Eu não estou enxergando que a recriação da Sudene que o Lula fez criou tanto desenvolvimento para o Nordeste. Para mim, não tinha acontecido nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador João Batista Motta, se V. Ex^a não está enxergando, eu não sei. Mas está falando tão bem que vou prorrogar seu tempo por mais cinco minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Mão Santa, não entendo por que eu também não enxergo que o setor do agronegócio está tão feliz, pois o pessoal votou no Lula.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Perfeitamente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Motta, na realidade, V. Ex^a tem razão. Realmente o Presidente Lula, a cada dia, deixa de ver uma coisa diferente. Um dia ele não viu o mensalão, no outro, ele não sabia nada da questão de São Paulo, não sabia de nada do que estava acontecendo. Agora, ele também foi tomado de surpresa pela questão da área rural, da área agrícola. Ele também não sabia sobre o apagão aéreo, nunca ouviu falar. O jatinho dele, na verdade, quando vai levantar vôo, pára todos os outros. Portanto, ele não está correndo nenhum risco. Quem está correndo risco com o apagão aéreo somos nós, que voamos na Gol, na TAM e em outros aviões, porque o Presidente Lula, em seu jatinho particular da Aeronáutica, não paga o combustível e, muito menos, corre risco. V. Ex^a sabe que, quando o avião do Presidente vai voar, param todos os outros para que ele não corra riscos. Agora, sabemos por quê: porque temos um sistema que eles deixaram que ficasse velho, quatro anos depois. V. Ex^a, que é um Senador muito atento e que está sempre presente, tem absoluta razão em tudo o que está dizendo. O problema é que temos um Presidente que não governa. Ganhou a eleição e, só porque ganhou, acha que não precisa governar, quando, na realidade, o fato de ele ter ganhado, lhe dá uma responsabilidade maior. Solidarizo-me com as palavras de V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Senador.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Ouço o aparte do Senador Marcelo Crivella, com muito prazer.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Ouço o discurso de V. Ex^a sempre tão efusivo na defesa do seu Estado e, por isso, nós o admiramos e o cumprimentamos. Apenas gostaria de dizer a V. Ex^a que não sou um especialista em meio ambiente. A mim, parece-me exagero quando ONGs acabam impedindo exploração de gás, um recurso tão importante para o nosso País, por questões de meio ambiente que nos parecem remotas, como apresentado por V. Ex^a. Lembro que nossa colega, Ministra Marina Silva – digo colega porque é Senadora desta Casa – realmente tem feito uma gestão muito cuidadosa à frente do Ministério do Meio Ambiente. Às vezes, até nos angustia a maneira com que S. Ex^a perscruta, investiga e procura dar um tratamento, às vezes, até sagrado ao meio ambiente nacional, mas, com certeza, com as melhores intenções. Marina é uma Ministra que merece todo nosso aplauso. Garanto a V. Ex^a que ela estará atenta a este seu pronunciamento e, certamente, lhe mandará respostas para esclarecer todos esses assuntos. Muito obrigado pelo aparte, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Marcelo Crivella, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Também não tenho nada contra, até aprecio muito a Senadora e vou torcer para que ela fique lá não por ela, mas para o Senador Sibá Machado continuar aqui conosco.

Por ela, queria que ela voltasse a esta Casa, mas, pelo Senador Sibá Machado, quero que ela continue lá. O problema não é ela, Senador Crivella, mas que sua assessoria é composta apenas de representantes de ONGs, principalmente de ONGs internacionais, de gente que não quer o crescimento do Brasil, que está ali para ganhar dinheiro. É esse o problema que enfrentamos.

Senador, V. Ex^a não sabe que há mais de duzentas hidrelétricas cujas construções estão paralisadas por ações das ONGs que acionam o meio ambiente? V. Ex^a não sabe disso? V. Ex^a não sabe que o Presidente Lula até hoje não começou a construção de uma hidrelétrica neste País?

Será que algum brasileiro vai dizer que produzir energia atômica é melhor do que produzir a energia elétrica vinda dos nossos rios? De maneira nenhuma. Todo brasileiro sabe que nossa vocação é a hidrelétrica. Todo brasileiro sabe que é a energia mais barata e que o Presidente Lula quer começar a construir hidrelétricas.

Li o discurso que o Presidente fez na Amazônia reclamando das ONGs, daqueles que não querem

deixar o Governo trabalhar. Quem não quer isso é o próprio Governo, que não sabe se assessorar de gente que realmente goste deste País, que o ame e que tenha competência para separar quem quer o mal e quem quer o bem.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, agradeço a oportunidade. Quero dizer a V. Ex^a que já tratamos deste assunto em momentos anteriores. Digo, com toda sinceridade, que V. Ex^a deveria estudar melhor a legislação brasileira, porque nós temos legislações ambientais a cumprir neste País, que este Congresso criou, tanto na Câmara quanto no Senado Federal. Portanto, não se podem criar leis para serem jogadas na lata de lixo, pela janela. Sabemos perfeitamente que a legislação ambiental faz com que o Ministério Público – e por força judicial – deixe uma seqüência de obras paralisadas. O Ibama acaba de dar licença ambiental para o gasoduto de Manaus, para a Hidrelétrica de Belo Monte, para a hidrelétrica do rio Madeira e tantas outras obras de importância. O que se está tratando aqui não é de órgão ambiental, mas de órgão judicial, de fiscalização do Ministério Público. Nós já tratamos desse assunto. V. Ex^a trata isso de uma maneira desrespeitosa. Pediria que V. Ex^a tivesse mais respeito com as autoridades constituídas.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Eu teria, Senador Sibá Machado, se este Governo tivesse respeito com o povo brasileiro...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não há má vontade de ninguém. Acho que V. Ex^a está agindo de uma forma aqui desrespeitosa, e isso não é possível, não podemos continuar nesse tipo de debate, porque enquanto eu estiver aqui não aceitarei mais esse tipo de provocação.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – E V. Ex^a pode até estourar pelas costas de raiva, porque eu não me importo. Diante do interesse do Brasil, eu quero que V. Ex^a explique para o Brasil e explique aqui para os demais Senadores os motivos pelos quais um diretor do Ibama cria uma zona de amortecimento, cria uma reserva, passando por cima de todas as leis brasileiras. Há lei que autoriza o Ibama a criar reserva? Responda!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Exatamente! É por isso que foi criado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Não foi, não há lei.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A contestação se faz de outra maneira, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Não há lei, não há lei. Vocês passam por cima da lei.

Vocês só prendem ladrão de galinha. Bandido do PT, que rouba, vocês não prendem, não fazem nada, vocês protegem.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Este caminho não nos leva a lugar nenhum. Eu não tenho medo de ninguém, muito menos de V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Nem eu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a vai ter um minuto para concluir o seu discurso.

Senador Sibá Machado, regimentalmente, V. Ex^a só poderá fazer aparte se o orador conceder.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a falará daqui a pouco como Líder do Partido, é o próximo orador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Mão Santa, dou por encerrada as minhas palavras e quero deixar aqui o meu veemente protesto com aquilo que se faz com este País. Hoje o brasileiro não pode trabalhar, não pode produzir, não pode ter sua empresa porque tem dificuldade para tudo. Hoje não se pode ampliar a plantação da soja. O Zeca do PT teve que acabar com três empresas de produção de álcool, quando o Governo se orgulha da produção de álcool no Brasil, quando todo o mundo quer álcool, e sob que alegação? Sob a alegação de que, fazendo aquelas três usinas de álcool, podia cair um pouquinho de álcool no rio, o rio podia levar ao pantanal, e lá no pantanal podia um jacaré ficar bêbado.

É esse o tratamento que se dá a este País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer um registro aqui. São 15h54min, Senador Sibá Machado. Desde as 11 horas a imprensa brasileira noticia a prisão de um Deputado Federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Estranhamente, até a esta hora ninguém do PT se manifestou, nem para defendê-lo, nem para acusá-lo. Acho uma atitude estranha. Por quê? O Partido deve ter, numa questão como esta, ou o gesto da indignação ou o da solidariedade.

Senador Sibá Machado, já não se faz mais PT como antigamente. Portanto, quero fazer este registro

de que o PT está devendo uma explicação ao País, à sociedade brasileira. E de maneira muito especial o Presidente Lula, que, naquele programa bonitinho, dizia que nada ficaria por debaixo do tapete.

O que me espanta nisso tudo, Senador Sibá Machado, é que, ao que parece, há uma nova linha de produção de escândalos. O atingido de hoje se chama Juvenil. Imagine quando crescer! Um bilhão, o Juvenil. Quando adulto o Sr. Alves, cuidemos, senhores. É o começo. Cadê a triagem que o PT fazia?

Aliás, quero registrar mais um fato grave. O PT, por iniciativa de lideranças importantes desta legislatura, criou a CPI do Banestado,

cujo objetivo era exatamente fiscalizar a evasão de divisas. Caluniou brasileiros, chantageou pessoas para conseguir recursos para campanhas passadas. E agora é pego com um dos seus próceres e um dos seus líderes envolvido exatamente naquilo que condenou.

Por cautela, Senador Sibá Machado, tive o cuidado de mandar pedir a prestação de contas desse futuro adulto, o Sr. Juvenil, prestada ao Tribunal Eleitoral de Minas Gerais. Vamos ver se ele pagou em dólar ou se pagou em real. Se pagou em dólar, é crime, se pagou em real, de onde veio? Afinal de contas, é grande a prestação de contas dele.

Sr. Presidente, vou voltar para analisar aqui, de maneira transparente, quanto Juvenil gastou na sua eleição.

Evidentemente, ele deve ter tido várias funções públicas em Minas. Ele é um homem que cresceu na hierarquia partidária. Daí por que, Senador Sibá Machado, estranho a ausência de um pronunciamento do Partido dos Trabalhadores com relação a esse pobre homem que está sendo perseguido pela polícia, que, às vezes, insiste em não ser republicana. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a solicita a palavra pelo art. 14?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu pedi antes, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Posso utilizar pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, o art. 14 tem prioridade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas é bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É que ele vai explicar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usará a palavra logo após...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu abro mão para que ele explique o que aconteceu com o Deputado Juvenil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não citei o Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Citou involuntariamente, sem maldade. Ele tem direito de falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não misturo o Sibá com esse pessoal. O Sibá é do PT que está no cheque vermelho, pagando juros todos os meses. Faça-se justiça a ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pelo art. 14, ao Senador Sibá Machado.

Regimentalmente, V. Ex^a poderá falar até por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero dizer que episódios como este qualquer um de nós nesta Casa tem que abominar. Temos que parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho que fez.

Um cidadão como esse, a melhor palavra que posso escolher no dicionário é canalha. Um cidadão como esse tem que receber a expulsão sumária agora, para que esse assunto seja resolvido de uma vez por todas.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a vai pedir a expulsão dele?

O Sr. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não vamos tratar desse assunto aqui porque a Polícia Federal está tratando muito bem dele. Não me compete aqui perder mais um minuto do meu tempo tratando desse tipo de coisa. Eu acho que assuntos como esse, como nós temos que respeitar as instâncias em que ele está sendo resolvido... Que isso sirva de exemplo para qualquer pessoa que tem esse tipo de comportamento.

Sobre outros assuntos que tratamos nesta Casa, Sr. Presidente, acho que a nossa Bancada tem priorizado tratar assuntos de interesse nacional, de interesse do nosso povo. O que me choca, às vezes, é a forma preconceituosa de tratar determinados temas. Nós não tratamos de nenhum tema de interesse ideológico, seja de que natureza for, da maneira preconceituosa e acintosa como foi tratada aqui.

Portanto, Sr. Presidente, estou nesta Casa por força da vontade da legislação brasileira e do povo do Acre e, enquanto eu aqui estiver, Sr. Presidente, vou primar pelo respeito às pessoas. Por mais que sejamos divergentes do ponto de vista político e ideológico, vamos, acima de tudo, nos respeitar como pessoas. Não vou aceitar nenhum tipo de provocação. Enquanto eu achar que as pessoas estão tratando comigo, mesmo que em tom de brincadeira, de maneira respeitosa, aceitarei da mesma forma, mas, se eu entender que o assunto é para tentar ferir minha pessoa, minhas origens e coisas em que acredito, vou brigar, Sr. Presidente. Já fiz isso na minha vida. Isso não é problema para mim com qualquer pessoa. Agradeço a Deus por ter tirado algo de mim: o medo; só tenho medo de ter medo.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peça a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a não foi citado, Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes...

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, pedi a palavra pela ordem para dizer que o Senador Motta tem razão quando diz que temos muitas dificuldades ambientais que não deveríamos ter, e o Senador Sibá também tem razão de dizer que há uma legislação a ser cumprida. Quero dizer que isso é uma questão de bom senso. Temos de fazer cumprir a legislação, mas temos também de fazer com que o País realize aqueles investimentos necessários.

Essa questão das ONGs está deixando muita gente nervosa aqui.

Acho até que o Senador Sibá, que normalmente é muito tranquilo e simpático, está mais nervoso do que o normal – não sei por que –, inclusive antes da questão do Deputado Juvenil. Mas acho que ele tem razão neste ponto: temos de cumprir a legislação. Porém, ela tem de ser cumprida com bom senso. E é necessário que sejam entidades governamentais a representarem o interesse brasileiro, e não ONGs que decidam aquilo que deve ser feito no Brasil.

Em relação à questão levantada pelo Senador Heráclito, creio que o Senador Sibá tem razão, mas no PT não existe essa história de punir aqueles que

erram. Até agora – vimos, agora, inclusive nessa questão do dossiê – que ninguém foi punido, ninguém é punido; pelo contrário, o PT tem dado suporte para que as pessoas sejam efetivamente absolvidas, para que tudo seja admitido. Então, se o Senador Sibá Machado, como membro do Diretório Nacional e como Líder em exercício agora, diz que o Deputado Juvenil vai ser punido, temos de parabenizá-lo, porque é uma atitude nova punir aqueles que efetivamente merecem ser punidos. Um Deputado Federal eleito pelo PT foi preso pela Polícia Federal por cometer irregularidades – isso é muito grave –, e acreditamos no Senador Sibá quando diz que esse Deputado deverá ser punido. Mas, infelizmente, não é isso que o PT tem feito até agora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria permissão para lembrar o ensinamento de Blaise Pascal: “O coração tem razões que a própria razão desconhece”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Somente para complementar uma informação, Sr. Presidente.

Senador José Jorge, tivemos vários episódios que culminaram com prisão de muitas pessoas ao longo desses anos, muitos episódios, e alguns deles se revelaram errados. Pessoas foram presas, apareceram na mídia nacional de maneira escoraçada. Depois foram inocentadas, mas não tiveram oportunidade de ter sua imagem recuperada.

Cito o caso do jornal **O Estado de S. Paulo**, que trata daquela questão de Santo André como se a polícia concluísse como o crime não sendo político. Temos que ter, nesta Casa, a clareza de separar uma coisa da outra. Temos um fato, a polícia prende uma pessoa ligada ao nosso Partido...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas foi V. Ex^a que pediu a expulsão dele! Foi V. Ex^a que disse que esse Sr. Juvenil...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou chegar lá, Senador. Quero dizer, com toda segurança, a V. Ex^a que um fato dessa natureza...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, um instante. A Bandeira nos lembra a todos: “Ordem e Progresso”. E está escrito no Regimento Interno que não há apartes quando o orador está com a palavra pela ordem, por questão de ordem ou pelo art. 14. Então, conclua sua intervenção.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só estou concluindo a informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em seguida, como já anunciado, falará pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, o Senador Ney Suassuna.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quanto

a esse fato que está na notícia de hoje, a minha posição pessoal é a de que o Partido tome uma providência imediata. Se culminar que essa pessoa é inocente, ela tem que voltar, mas é preciso dar uma resposta imediata para o fato, agora, e precisa.

O que estou defendendo aqui, Senador José Jorge, é que não podemos nos esquecer de que, muitas vezes, pessoas são injustamente declaradas culpadas e depois inocentadas. E essas pessoas não podem ir para a lata do lixo. Não estou defendendo o caso que ocorreu em Minas Gerais. Se for comprovada qualquer coisa, o nosso Partido tem a obrigação de imediatamente tomar uma postura. É isso que estou defendendo aqui, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a minha inscrição para falar como Líder antes da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a falará logo após o Líder que foi anunciado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me como Líder também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela or-

dem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concedeu a palavra, pela ordem, e infelizmente vou falar antes do representante de Deus, que poderá, com suas luzes, mostrar a verdade e apaziguar este Plenário.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a me perdoe, mas a sua irritação com relação à minha questão de ordem foi despropositada. Totalmente! Eu não entendi V. Ex^a. Não entendi, porque, na realidade, o que cobrei do Partido foi a omissão com relação a um fato, que pode criar a indignação ou a solidariedade. V. Ex^a indignou-se, no primeiro momento, e pediu a expulsão do Juvenil. V. Ex^a arrependeu-se, retirou a expulsão e deu a solidariedade pela metade – muito comum na doutrina partidária que lhe abriga.

Também concordo, ninguém pode ser condenado. Mas cabia ao PT, pelo menos, exigir providências e registrar o fato. Reclamei da omissão de um Partido que, durante toda sua história, foi por demais rígido com brasileiros, muitos dos quais tiveram suas vidas moralmente estraçalhadas pela língua ferina e também caluniosa dos que faziam oposição àquela época. Quero mostrar, Senador Sibá, que “o pau que dá em Chico

dá em Francisco”. É o Billy Blanco cantando, Senador Sérgio Cabral: “o que dá para rir dá para chorar”.

Quero dizer, Senador, que, com relação à discussão de V. Ex^a a respeito das ONGs, fiquei silencioso por dois motivos: primeiro, o meu objetivo é tirar das costas dos inocentes a injustiça da presunção de um crime ou de uma culpa, mas também tirar de um sistema das ONGs, do benefício das ONGs, os que fazem trampolinagem.

Que Deus lhe proteja, Senador Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro. V. Ex^a vai chegar aqui, poucos meses depois, de cabelos brancos, se não pintar, envelhecido pelas ONGs, que tantos dissabores deram ao Brasil e que cortaram inclusive algumas carreiras brilhantes. O que queremos fazer é isso, Sibá.

O segundo motivo foi por amizade e apreço pessoal. Não queria que V. Ex^a fosse tão veemente nessa matéria, porque age em causa própria. Senador, na ausência da titular, que é Ministra, se as acusações que pesam contra o Ministério dela, por funcionários, não forem apuradas, ela vai ficar sempre com o manto da dúvida, da culpa, ou caluniada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Heráclito, o Senador Ney Suassuna está na tribuna...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou

concluindo, Sr. Presidente.

É preciso que isso seja apurado. E penso que V. Ex^a prestará um serviço ao seu Partido, ao seu País e, acima de tudo, à Ministra Marina Silva, por quem tenho a maior admiração, se colaborar para a apuração rápida desses fatos para que não permaneçam culpas no Ministério e que V. Ex^a, aqui, continue a exercer brilhantemente o mandato; e ela, lá, trabalhando, mas sem deixar desvios de recursos dos cofres públicos a serviço de aparelhamento partidário ou, em alguns casos, de causas inconfessáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a palavra o Líder Ney Suassuna, que, paciente-mente, esperou até agora. Não sei se o Senador Sérgio Cabral vai ficar com os cabelos brancos, mas V. Ex^a perderá até os cabelos de tanta paciência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Já perdi quase todos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo turno das eleições nacionais, que foi realizado no final do mês de outubro, consagrou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reeleito com quase 60% dos votos válidos. Esse resultado deve ser entendido, por quem quer que o examine com isenção, como uma resposta dos eleitores aos bons resultados da admi-

nistração, sobretudo nos campos das políticas sociais e do controle inflacionário.

De fato, para a população mais pobre, a continuidade de um quadro de preços baixos dos produtos de primeira necessidade, especialmente os alimentos, e a manutenção das transferências de renda, coisas que lhes afetam diretamente, são mais importantes que as denúncias de irregularidades e corrupção brandidas pela Oposição.

Isso somente pode surpreender quem nada entende da psicologia das massas populares, da percepção das pessoas que precisam lutar pela sobrevivência de cada dia. Foi por isso que, nas camadas de renda mais baixas, a maioria dos votos em favor do Presidente Lula se fez expressiva, em contraste com a divisão maior dos votos das outras classes sociais.

É preciso reconhecer, entretanto, Sr. Presidente, que não são somente os nossos pobres que sentem as melhoras das suas condições sociais. Os organismos internacionais e as estatísticas do IBGE demonstram o progresso nas condições de vida dessas populações, ainda que apontem para a necessidade de mudanças, sobretudo na qualidade da educação pública, no sentido de conferir sustentabilidade às melhorias dos indicadores sociais e de promover o desenvolvimento social e econômico do País.

Na semana passada, por exemplo, foi publicada a edição do Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), referente ao ano de 2005. Dos três fatores integrantes do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dois melhoraram: o da esperança de vida ao nascer, que foi de 70,5 para 70,8%; e o do PIB **per capita**, que foi de US\$7.790 para US\$8.195 de paridade de poder de compra.

O outro fator referente à educação sofreu redução, porém devido à mudança da sistemática de cálculo, que deixou de levar em conta as matrículas na escolarização de jovens e adultos. Por isso, houve um recuo na posição do País no *ranking* internacional, mas, de qualquer modo, houve melhoria do IDH brasileiro de 0,788 para 0,792.

O País continua a integrar o grupo das Nações de desenvolvimento médio, na verdade não muito distante do limiar do desenvolvimento elevado, que é de 0,800.

Essa pequena diferença requer, para sua superação, a volta do desenvolvimento acelerado.

De fato, o Brasil apresenta avanços no que concerne a um de seus maiores problemas socioeconômicos, que é o da desigualdade.

No ano de 2004, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios do

IBGE, a renda **per capita** dos 40% dos brasileiros mais pobres atingiu o valor mais alto desde 1995. Com isso, o Índice de Gini, que mede o desequilíbrio na distribuição dos rendimentos entre os cidadãos, atingiu, em 2004, o menor valor desde 1976, marcando a inversão da tendência histórica de concentração de renda no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuamos a ser uma Nação muito desigual; estamos em décimo lugar entre as mais injustas do mundo, porém se trata de um caminho considerável já percorrido para um País que esteve em um quarto lugar nessa lista, segundo dados da ONU.

Esses dados mostram, para além de qualquer dúvida, o acerto das políticas redistributivas do Governo brasileiro, com os programas como o Bolsa-Família, por exemplo. O fato de ainda restar muito a fazer, sobretudo em áreas como habitação e saneamento, com tantos brasileiros em condição precária e saúde em risco, não deve ser motivo de recriminação, mas de aumento da determinação nacional no sentido de eliminar a pobreza extrema.

Outro fator de sucesso do Governo na administração do Presidente Lula foi o controle da inflação e a conseqüente estabilidade da economia. A inflação média anual deste período, medida pelo IPCA, foi de 6,8% contra 9,1% anuais da administração anterior.

Cabe lembrar que, ao longo de 2002, os especuladores, temerosos de que a então iminente vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores implicasse em intervenção heterodoxa e desastrosa na economia, fizeram o risco país subir para 2.035 pontos.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, em maio de 2006, esse índice era apenas de 216, o que propicia maior confiança dos investidores externos e maior entrada de recursos, tão necessários para o nosso desenvolvimento.

A taxa básica de juros, a taxa Selic, passou da média de 26,6% para 18,6%. Em continuada baixa, ela atingiu, em maio deste ano, os 15,3%, o que também resulta no maior controle da dívida pública.

Outra relevante realização deste Governo no campo econômico foi a multiplicação por dois do valor das exportações – para mais de US\$120 bilhões –, o que fez com que a balança comercial apresentasse o superávit inédito de US\$44,7 bilhões.

Se o Presidente Lula chega ao fim do seu primeiro mandato com tantos índices positivos, e reconhecidos pela população em geral, tanto que conseguiu a reeleição, a verdade é que os problemas econômicos e sociais ainda são muito grandes e desafiam a capacidade de qualquer Governo de resolvê-los de modo a promover a retomada do desenvolvimento nacional.

As tensões sociais se fazem sentir, por exemplo, no crescimento da violência, sobretudo por parte das organizações criminosas que se valem do desamparo das comunidades pobres e desassistidas pelo Estado para ganhar poder e relevância diante da população carente.

Por mais ação social que um Governo promova, está claro que a inclusão dessas massas desempregadas ou subempregadas somente será possível com a retomada do crescimento econômico.

Para promoção da paz social, portanto, urge fazer o País retomar um ritmo acelerado de crescimento.

As condições de estabilidade monetária estão dadas; resta promover uma verdadeira educação de qualidade para todos os brasileiros, de modo a termos uma força de trabalho cada vez mais qualificada e produtiva, que possa competir no mercado globalizado...

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou findando, Sr. Presidente. Falta só meia página.

E resolver os graves problemas de infra-estrutura, sobretudo de transportes e energia, que garroteiam o impulso produtivo do País.

Para que esses investimentos em infra-estrutura sejam estimulados, a melhor solução parece ser a das parcerias público-privadas, que permitem que o Estado concentre seus recursos em áreas especificamente de ação social, enquanto as empresas são chamadas a investir nos setores produtivos, sobretudo de infra-estrutura.

Os sucessos do primeiro mandato do Governo Lula são inegáveis. Os dados do IBGE e do Pnud o demonstram até mesmo para quem os aborda de má vontade. Porém, é também inegável que os desafios à frente são grandes e exigem criatividade para sua solução.

Mais que tudo, faz-se necessária determinação no sentido de destravar as barreiras ao desenvolvimento representadas pela hesitação em convocar a iniciativa privada e estabelecer as mais que urgentes PPPs.

O Brasil tem solução, e elas passam pelo trabalho diligente, tanto no socorro às populações mais carentes quanto no estímulo ao investimento produtivo.

O Governo Lula precisa aproveitar o bom momento de sua credibilidade em alta pelo elevado sufrágio para continuar as boas medidas sociais e dedicar parte significativa de sua energia, agora, para a retomada do desenvolvimento.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, permita-me apenas ouvir este pequeno aparte, uma vez que houve tanta gente atrapalhando o início do meu pronunciamento.

Ouçó o aparte do Senador Roberto Cavalcanti, muito ligeirinho.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Ney Suassuna pelo tema escolhido, principalmente por falar sobre o crescimento econômico. Aproveito para pedir ao Senador que faça outro pronunciamento nesta Casa acerca do não-crescimento econômico da Paraíba. Dados do IBGE demonstram que a Paraíba ficou em penúltimo lugar no crescimento entre os Estados brasileiros. Este é um trabalho bastante interessante a ser feito em benefício do nosso Estado: a avaliação das reais causas do não-crescimento da Paraíba.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Senador, com certeza, faremos essa análise em relação não apenas à Paraíba, mas a todo o Nordeste.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável. Em seguida, falará o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei de forma muito rápida porque, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, estou presidindo uma audiência pública tratando de tema relativo às pessoas com deficiência do nosso País.

Encaminho à Mesa um estudo que fiz sobre o preconceito contra o idoso, contra as crianças de rua, contra os povos indígenas, contra as pessoas com deficiência, contra as mulheres e contra outras pessoas que são discriminadas pela cor, pela etnia, pela raça, pela procedência, pela origem. É um belo trabalho feito em conjunto com alguns assessores do Senado.

Combinei com o Senador Garibaldi Alves Filho que falaria menos de um minuto, para poder voltar a essa audiência pública tão importante.

Encaminho esse documento a V. Ex^a e agradeço ao Senador Garibaldi Alves Filho.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu carrego dentro de mim uma enorme

vontade de ver os seres humanos interagindo de forma mais positiva. Gostaria tanto que certos comportamentos simplesmente deixassem de existir e que todos se unissem em torno de um objetivo maior, a construção de uma sociedade pluralista.

Muitos riem deste sonho, que tenho certeza não é só meu, como se fosse um sonho tolo, mas eu acredito que tolices assim é que permitirão a sobrevivência da espécie humana.

Por esta razão eu venho aqui e faço meus discursos e minhas palestras sempre batendo na mesma tecla: consciência e mudança de atitude.

Esta semana vivemos um dos momentos que me fortalecem e me fazem continuar acreditando que viver de forma fraterna é possível. É tão bom quando a vida nos reserva tais momentos!

Foram integradas a Semana de Valorização da Pessoa Com Deficiência, com o Dia 20, em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra.

Nesta estrada podemos passar nossos olhos pela questão da acessibilidade, das diferenças, do ideal pela construção de uma nova sociedade e por tantos seres humanos de uma beleza interior tal, que o mundo certamente se faz mais belo só ao mencionar seus nomes.

Se começarmos pela questão da acessibilidade, veremos que, entre outras definições, ela é a facilidade na aproximação. Será que esta proximidade existe de fato? Será que ela está sendo vivenciada por aqueles que não podem ver, ou ouvir, ou falar, ou ainda, se locomover?

Segundo dados divulgados pela mídia calcula-se que no mundo inteiro haja mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência.

Acredita-se, ainda, que na América Latina por volta de 10% das pessoas são afetadas por alguma deficiência. No Brasil já são quase 3 milhões de crianças com algum tipo de deficiência.

Lamentavelmente as pessoas com deficiência são relegadas a viver em um mundo à parte, o que não contribui em nada para a interação delas com as pessoas não deficientes e vice-versa.

Muitos acham que as limitações de algumas pessoas impedem que elas vivam de forma inclusiva.

Mas eu pergunto, quem não tem limitações de alguma natureza nesta vida? Ou será que a dificuldade de perdoar ou de ser solidário por exemplo não são limitações?

O Senado Federal está apresentando no Salão Negro a Mostra da II Semana de Valorização da Pessoa Com Deficiência onde acontecem diversos eventos muito importantes e nesta Mostra está incluso Projeto de minha autoria chamado Cantando as Diferenças .

Por várias vezes falei nesta Tribuna sobre este Projeto que, em articulação com as administrações municipais e sociedade civil atua para que na implementação das políticas públicas sejam contempladas ações que reconheçam a cidadania de todos, independentemente de gênero, orientação sexual, origem étnica, faixa etária ou deficiência.

A implementação desse projeto se dará pela capacitação de atores de políticas públicas para que na execução dessas políticas faça-se um corte transversal contemplando todas as diferenças próprias da condição humana.

Já temos grandes parceiros nesta luta que tem como objetivos a conscientização, e a vivência dos direitos humanos pela aplicação dos estatutos, o do idoso, da igualdade racial e da pessoa com deficiência e criança e adolescente, no que trazem em sua essência, a inclusão social através da inclusão educacional e cultural.

Juntos, sociedade, empresários universidades e poder público através do reconhecimento da diversidade de sua gente num resgate histórico devem dar vez e voz a grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões à cerca dos rumos de suas vidas.

Este projeto propõe garantir palco para quem não tem palco e podemos dizer que é um projeto sócio-ecológico, pois deve ser como a terra, a chuva, o sol, o ar, os ventos, como os perfumes das flores.

É como os insetos voando de flor em flor para levar os polens das plantas e assim iremos caminhando, cantando, escutando, enxergando, pensando e conversando com todas as diversidades para a inclusão social tão esperada.

Se fixarmos nosso olhar pelo eixo das diferenças, veremos que é sempre muito difícil imaginar uma realidade diferente da nossa. Talvez porque nos acostumamos tanto a olhar para as nossas próprias dificuldades, que acabamos por prejudicar nossa capacidade de empatia.

Os cidadãos e cidadãs portadores de deficiência são parte integrante da nossa sociedade e grande têm sido a luta deles para que sejam respeitados como tal, para que a sociedade pratique a integração, não como uma forma de complacência, mas como uma prática do direito legítimo que cabe aos mesmos.

Temos exemplos importantes de pessoas que vivenciaram ou vivenciam a realidade das diferenças mas souberam buscar seu espaço.

RAY CHARLES que era filho de Bailey Robinson, mecânico e faz-tudo, e de Aretha Robinson. Na altura da Grande Depressão, mesmo após a mudança para

Greenville quando Ray era criança, não havia facilidades econômicas ou ganhos financeiros para ninguém, em especial para as famílias negras que viviam todos os dias com a segregação sulista.

Ray recorda a extrema pobreza da sua família na autobiografia que escreveu, “Brother Ray”, onde diz: *“Éramos os mais pobres dentre os pobres. Estávamos no fundo da escada olhando para cima. Apenas o chão nos pertencia.”*

A infância de Ray Charles não foi fácil. Quando tinha cinco anos viu o seu irmão mais novo, George, afogar-se na grande tina onde a mãe lavava a roupa, trauma que o acompanhou para o resto da vida.

Ele começou a perder gradualmente a visão e, aos sete anos, estava cego para sempre. A mãe não o deixou afundar na pena de si próprio e, como a perda de visão foi gradual, pôde ensiná-lo o melhor que soube a lidar com a cegueira.

O ator que interpretou o papel de Ray Charles no cinema ao ser perguntado sobre o que descobrira a respeito dele e que o surpreendera respondeu:

“A coragem. Não imaginava que ele era um cara tão corajoso. Esse filme conta a história da infância e da adolescência dele. A maioria das pessoas não tem a mínima idéia de como tudo foi tão difícil. Negro, pobre, órfão aos 15 anos. E querendo fazer música? Meu Deus! Ray Charles pegou um ônibus sozinho e foi para a costa oeste tocar, com 17 anos”

Outro exemplo é o do escritor MARCELO RUBENS PAIVA que entrevistado sobre o fato de alguém ter dito que é impossível ser feliz numa cadeira de rodas, respondeu: *“Isso é bobagem. Sou paraplégico há 23 anos, já viajei o mundo e conheci muito deficiente realizado. Tenho amigo instrutor de mergulho, alpinista, advogado, arquiteto, empresário.”*

O dono do Unibanco é um paraplégico. Eu, por exemplo, sou feliz. Meu problema não é a cadeira de rodas, mas os problemas de um cara de 44 anos. Uma vez fui fazer terapia e disse logo: “Não vim aqui discutir minha deficiência, vim discutir minha relação com minha mãe, com minha mulher, minhas frustrações”

Podemos citar ainda, EVANDRO HAPONIUK DA ROCHA, 33 anos, que sofreu paralisia cerebral ao nascer. Tem grandes dificuldades motoras, inclusive de articulação da fala. Está no segundo ano de Direito da Faculdade Dom Bosco. Ele disse:

“Agradeço a Deus a oportunidade que me dá todos os dias. Tenho uma família ma-

ravilhosa. Minha vida não parou por causa da minha deficiência. Posso conversar com vocês, a única coisa que peço é que tenham um pouquinho de paciência.”

Senhoras e Senhores Parlamentares, trabalham em meu Gabinete dois assessores com deficiência visual tremendamente engajados na luta em prol da acessibilidade. Um deles é Santos Fagundes e o outro é Luciano Ambrósio, que recentemente foi aprovado no vestibular da UnB, no curso de Biblioteconomia.

As palavras dele diante desta vitória foram:

“Preciso agradecer acima de tudo a Deus, a oportunidade da vida, as experiências que me levaram à compreensão de que se me faltam os olhos físicos, não me faltou a visão interior, a visão que me permite ver a beleza da criação de Deus, a beleza do ser humano que traz em si a capacidade da superação dos limites”

Mas, o preconceito existe e atinge também outros segmentos da sociedade. Diferenças de cor, de sexo, de orientação sexual, de crença religiosa e assim por diante são motivo de segregação, de apartheid dentro de uma sociedade, o que no fundo é uma vergonha!

Alguns dados sobre a vida dos negros por exemplo causam grande tristeza:

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a pobreza afeta 92% da população negra da América Latina e do Caribe, que chega a cerca de 150 milhões de pessoas. Os negros vivem abaixo da linha de pobreza.

No Brasil estudos apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD apontam que 64,1% dos pobres brasileiros são negros.

O aumento da escolaridade entre as crianças negras é 2% menor em relação às brancas. Em 2003, 67,9% das crianças brancas freqüentavam a escola, enquanto que, entre as negras, o percentual é de apenas 32,1%.

De acordo com a divulgação das pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a situação das mulheres negras é pior. São verdadeiramente discriminadas no mercado de trabalho.

Em 2003, 22,4% das negras eram empregadas domésticas, enquanto que entre mulheres brancas o percentual era de 13,3%. E, mais, o desemprego entre as mulheres negras correspondia a 16,6%, duas vezes mais que entre os homens brancos.

Em resumo, conforme pesquisa do IBGE divulgada esta semana, os negros ganham somente 50% dos salários que são pagos aos que não são negros.

Já vínhamos denunciando isto há anos mas não éramos ouvidos. Assim é a vida, continuaremos na nossa luta permanente.

É uma luta que vem de longa data, mas de pequenas vitórias em vitórias nós haveremos de conquistar nossos direitos!

Só em vermos esta semana toda a mídia reconhecer que tínhamos razão já é uma pequena mas importante vitória.

O Estatuto da Igualdade Racial por exemplo é um Projeto que vem se colocar em defesa dos que sofrem discriminação por etnia, raça e/ou por cor, trazendo ao debate o preconceito.

Esta proposta é um forte instrumento de combate ao preconceito racial. A criação deste Projeto quer garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira. É preciso que todos os homens de bem deste País estejam conosco na aprovação deste projeto!

O Grupo OLODUM está se mobilizando e colhendo assinaturas em apoio a este Projeto.

Este Grupo faz um belíssimo trabalho que vale a pena registrar. Com sua Banda, com a Escola Olodum, a Casa Olodum, a Rádio, o Centro de Formação, Documentação e Memória do Olodum – Biblioteca Abdias do Nascimento, eles desenvolvem um trabalho social da maior relevância.

A Escola Olodum tem como missão o desenvolvimento da cidadania e preservação da cultura negra, oferecendo um saber afro brasileiro e novas formas de conhecimentos adicionais àqueles adquiridos no sistema formal de ensino.

A Escola Criativa Olodum busca garantir às crianças e adolescentes, atenção e respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios de seu contexto social, garantindo também sua liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Além disso, a escola realiza um trabalho preventivo no combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (como Aids) e demais riscos a que estão sujeitos jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal, propiciando o fortalecimento dos vínculos familiares, escolares e comunitários.

É muito bom poder contar com o apoio destas pessoas em prol da igualdade racial.

Temos também a luta em favor das cotas tão importante para os negros uma vez que somos mais de 48% da população e freqüentamos a universidade em um percentual de apenas 2%.

O cartaz que tenho aqui da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, filiada à CUT, do

CEA e a Internacional da Educação, chama atenção para o dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra e para o significado das cotas na vida dos negros.

Com a frase: “O que a Lei chama de sistema de cotas, nós chamamos de JUSTIÇA”, fica expresso o ideal pelo qual lutamos.

Já são 46 Instituições de nível superior a aplicar com sucesso a política de cotas!

Podemos falar também dos dois importantes Manifestos apresentados no Congresso Nacional, o DA LEI DE COTAS e DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL e um outro contra. O Manifesto a favor recebeu o apoio de milhares de personalidades do País.

O contra ficou em torno de 400 assinaturas que eu diria meio envergonhadas, o que eu pude perceber pelo contato que mantive com alguns.

De norte a sul, temos notícias das mudanças de comportamento sentidas em nossa sociedade. Mesmo aqueles que eram contrários a nossa visão estão mudando, graças a Deus.

Nós temos hoje uma revista direcionada para nossa raça. Em 1996, chegou ao mercado a revista Raça Brasil, que veio com a missão de afirmar o orgulho de milhões de negros brasileiros.

E a quantidade de produtos direcionados hoje para o mercado consumidor negro? Isso é um feito!

Tudo isso nós devemos a cada pessoa determinada a plantar dia a dia a semente da não discriminação, do respeito às diferenças, do amor ao próximo.

Não podemos esquecer de homens e mulheres cheios de coragem que gravaram seus nomes na história e deixaram suas marcas na batalha contra a discriminação.

Vamos falar um pouco sobre o nome de uma grande mulher que a tradição guarda: Aqualtune, mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi dos Palmares. Ela era filha do rei do Congo e foi vendida como escrava para o Brasil, em razão da rivalidade entre reinos africanos.

Quando os Javas invadiram o Congo, Aqualtune foi para a frente de batalha defender o reino, comandando um exército de 10 mil guerreiros.

Derrotada, foi levada como escrava para um navio negreiro e desembocada no Recife. Engravida, nos últimos meses de sua gravidez organizou sua fuga e a de alguns escravos para Palmares. Ela começa então, ao lado de Ganga Zumba, a organização de um estado negro.

Ganga Zumba foi o primeiro rei, que em 1597 concebeu em uma serra de muitas palmeiras uma das primeiras sociedades econômica e socialmente viável e auto-sustentável: o Quilombo dos Palmares.

Uma das filhas de Aqualtune deu-lhe um neto, que foi o grande Zumbi dos Palmares.

Ele foi um líder sem preconceitos, instruído, preocupado com o bem estar não apenas do povo negro mas de todos os oprimidos do Brasil daquela época, abrigou em seu reino negros, índios e brancos desvalidos.

Temos tantos homens e mulheres negras que orgulham a nossa história.

Temos Albert Luthuli, o primeiro negro a ser premiado com o Nobel da Paz, em 1960. Ele foi um pastor zulu que presidiu o Congresso Nacional Africano, entidade criada em 1912 que teve destaque na resistência contra o Apartheid nos anos 50.

Desmond Tutu foi o vencedor no ano de 1984. Tutu foi o primeiro arcebispo negro sul-africano e teve também incontestável importância na luta contra o racismo, especialmente nas décadas de 70 e 80 – quando se intensificou ainda mais o movimento contra o Apartheid na África.

Nelson Mandela, o maior líder vivo na luta pelos direitos humanos, contra a segregação racial, foi o vencedor do Nobel da Paz em 1993.

E em 1964, Martin Luther King seria reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz – mesmo ano em que presenciou a assinatura da Lei dos Direitos Civis.

Ele disse, em um de seus discursos:

“E quando isto acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho spiritual negro:

“Livre afinal, livre afinal.

Agradeço ao Deus todo-poderoso, nós somos livres afinal.”

Martin Luther King morreu pela sua luta em defesa das ações afirmativas e o que eu mais lamento é que a sua história bonita de luta esteja sendo distorcida por aqueles que a estão usando de forma negativa, contra as cotas. Martin Luther King sempre lutou a favor das cotas.

Senhor Presidente,

Os índios são outro segmento da sociedade que sofre terrivelmente com o desrespeito ao seu modo de vida.

Com terras garantidas e população crescente, pode parecer que a situação dos índios se encontra

agora sob controle, mas ainda temos o grande desafio de manter viva sua riqueza cultural.

Sepé-Tiaraju foi um bravo índio guarani de São Miguel das Missões (RS), que resistiu com guerrilhas ao avanço dos exércitos português e espanhol, na chamada Guerra Guaranítica, 1754-56. Morreu em 1756, ao preparar uma emboscada aos espanhóis.

Ele é um ícone da resistência para preservar a cultura e o território onde os índios guaranis viviam.

O legado de Sepé Tiarajú continua mais vivo do que nunca. Sepé Tiaraju representa mudanças sociais.

Os povos indígenas querem a demarcação de suas terras, os negros querem igualdade de oportunidades, as pessoas com deficiência querem ser tratadas com dignidade e não com piedade. Os idosos querem se sentir integrados, os pobres clamam por melhores condições de vida, por uma melhor distribuição de renda.

As mulheres lutam contra a dupla jornada de trabalho, contras as diferenças salariais praticadas nos vencimentos que homens e mulheres recebem, contra a dificuldade para acesso aos cargos mais importantes.

As mulheres negras, que são as que mais sofrem desigualdade social, lutam contra o fato de receber menos que os homens mesmo tendo um grau de escolaridade superior ao deles.

Nós, brasileiros, negros, brancos, índios, crianças, idosos, homens e mulheres habitantes deste país queremos um Brasil para todos os brasileiros e brasileiras!

Para finalizar, desejo lembrar também que o dia 20 é também o Dia da Proclamação dos Direitos da Criança.

Desejo assinalar a importância de gestos de inclusão, de solidariedade, de amor para com as nossas crianças, elas precisam disto.

O autor, Maurício de Souza, um homem sensível e com imensa consciência social, fez de suas revistas um marco na história em quadrinhos.

Ele criou a personagem Dorinha, uma garota que possui deficiência visual e o Luca, um menino que tem deficiência física e se locomove em cadeira de rodas. Eles brincam e se divertem com desenvoltura e alegria em meio aos demais personagens, demonstrando que a inclusão é viável!

Gostaria de ler para vocês também *Carta de Natal de um menino iraquiano*, de autoria de Maria Petronilha, publicado em **site** da Internet:

“Meu querido Pai Natal, nem sei o que peça.

No ano passado deste-me uma metralhadora e uma manta, mas este ano já nem sei o que te peça!

Talvez uma escola nova.

Todos os dias, a minha mãe se despede de mim como se fosse para muito longe.

Enfia-me o barrete justo na cabeça e, ao abraçar-me, chora.

Depois fica muito tempo a olhar, de lá do arame farpado.

A professora só grita. Parece sempre zangada.

Desde a primavera passada tudo mudou na vida.

Há três meses que venho de novo às aulas.

Passo por poças de sangue, que já ninguém cobre de areia.

Se vejo gente deitada, pode estar viva ou estar morta. Tem de se ter muito cuidado, passar de longe, seja lá como for.

Desde que o Abi morreu não tenho com quem brincar.

Não me deixam ir à rua, nem sequer correr no pátio de casa.

Tenho de ficar sentado no chão a ver a minha mãe medir o arroz e a água, o chá e a farinha, o sal e tudo.

Quando oiço tiros estremeço ...

Sobretudo desde o dia em que a bomba rebentou dentro da escola.

A professora cantava e nós em coro com ela.

De repente um grande estrondo, um vento forte, abanou tudo, caímos no chão aos gritos.

Sonho sempre que oiço estouros e acorrido aos saltos.

Pai Natal, faz com que a mãe consiga uma posta de carne, na carrinha branca.

Passando o Natal, em Janeiro, já farei nove anos.

Minha mãe já não me deixa adormecer perto dela nem me dá beijos.

Diz que tenho de ser forte, que vou ser um soldado para libertar a pátria iraquiana dos invasores do ocidente.

Pai Natal, não sei que pedir-te este ano.

Traz o silêncio de volta!

Meus caros Parlamentares,

Eu imagino quantas expectativas se desenham por trás do olhar do nosso povo, quanta vontade de

ver acontecer mudanças, de criar um novo jeito de viver e conviver.

Viver e conviver respeitando a natureza, defendendo o meio ambiente. Defender a terra. A água, os peixes, as florestas, os pássaros, os animais, defender o ar, o vento, defender a grande mãe Natureza, um ecossistema com desenvolvimento sustentável.

É preciso que cada um de nós assuma a defesa do Meio Ambiente, ou seja, da vida!

Reflico muito sobre como se chega lá, mas tenho certeza de que aprender a conviver com as diferenças é a chave, é o nosso elo, é o nosso ponto de encontro.

É preciso respeitar as diferenças de condições físicas, de raça, cor, sexo, idade, religião, orientação sexual, enfim, todas as diferenças, que não passam disso: diferenças. Não são defeitos, não são menos, ou menor, ou feio, ou errado, são o que são, diferenças.

Nós todos queremos ser felizes e viver plenamente. É nosso dever fazer o melhor por nós mesmos e pelos outros. É nosso dever conviver de tal forma que todos se sintam integrados, atuantes, plenos com aquilo que são, com suas diferenças que os tornam ímpares. Afinal, NINGUÉM É IGUAL A NINGUÉM!

Mudanças internas precisam ser feitas a fim de que as externas encontrem terreno fértil para se solidificar.

Cada um de nós é único neste Universo!

Eu convido a todos que aqui estão e a todos que me escutam nos mais diferentes lugares deste País:

Vamos AGIR DE FORMA INCLUSIVA!

INCLUSÃO COMO META, COMO SENTIMENTO, COMO ATITUDE!

Sr. Presidente, o homem que ainda não descobriu uma causa pela qual ele poderia morrer, é porque ele ainda não entendeu o sentido da vida.

Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que estou pronto, pois descobri esta causa, a causa da inclusão, da igualdade, da liberdade, da justiça e do meio ambiente são as causas da minha vida e por elas eu poderia morrer!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Passamos a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Garibaldi Alves Filho, do Estado do Rio Grande do Norte.

O Senador Delcídio Amaral, para quem estava prevista a substituição, acaba de comunicar que está vindo para usar a palavra, e V. Ex^a, na sabedoria do nobre Secretário-Geral da Mesa, entrou na vaga que havia de comunicações inadiáveis.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2004, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu um piso para o salário mínimo. É uma pena que o Senador Paulo Paim não possa ouvir meu discurso, uma vez que deve presidir uma audiência pública, para a qual a presença dele está sendo reclamada. Mas estabeleceu-se um reajuste de acordo com o PIB **per capita**, o que antes era feito com base na inflação do ano anterior.

Isso foi estabelecido, Senador Paulo Paim, quando eu era Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ocasião em que a minha proposta foi vencida. Eu não queria o reajuste do salário mínimo pelo PIB **per capita**, mas pelo Produto Interno Bruto. Porém, o Governo, ao fazer um acordo na Comissão de Orçamento, fez prevalecer o reajuste pelo PIB **per capita**.

V. Ex^a está sendo muito atencioso ao ouvir meu pronunciamento, mas eu compreendo que V. Ex^a tem um compromisso e farei encaminhar a seu gabinete este breve pronunciamento, que é até uma advertência sobre a questão do salário mínimo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu receberei com certeza o estudo de V. Ex^a. Sou testemunha de sua obra e de que V. Ex^a procurou estabelecer o piso do salário mínimo com base no PIB, e não no PIB **per capita**. A Comissão Mista composta de 11 Deputados e 11 Senadores usou muito o seu estudo para apresentar proposta que hoje já é consagrada por unanimidade naquela Comissão e que virá para o debate deste Plenário. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que é a maior autoridade na discussão em torno do salário mínimo.

Desde então, Sr. Presidente, o piso passou a vigorar em todas as LDOs e sempre foi respeitado na lei orçamentária. Na verdade, ele se constitui em segurança para a classe trabalhadora, pois, ao constar do orçamento, asseguram-se os recursos necessários para o aumento do salário. Tanto foi assim que sempre se conseguiu, no momento do aumento, uma ampliação do valor. Agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Paulo Bernardo, que presidia a Comissão de Orçamento à época em se estabeleceu essa lei para o salário mínimo, propôs reduzir o salário, que seria aumentado para R\$375,00, para R\$367,00, sob o argumento de que existe obrigatoriedade imposta pela lei.

Por isso, venho a esta tribuna provar que o Ministro está equivocado. Estabeleceu-se, isto sim, um piso, uma segurança para o trabalhador que ganha o salário, uma tranquilidade de que, independentemente da boa vontade do Executivo, ele terá assegurado um ganho baseado no crescimento da economia.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cabe, desta forma, o Executivo querer reduzir o valor do piso do salário baseado no fato de que o crescimento do País não atendeu as expectativas iniciais. Se existem recursos, a lei orçamentária deve garantir ao menos o valor de R\$375,00. Nada impede, contudo, que, no próximo ano, procuremos alocar mais recursos para que o aumento seja maior. O salário mínimo é um grande instrumento de inserção no mercado consumidor e, o que é mais importante, na cidadania plena, que agrega a possibilidade de o indivíduo se sustentar com a remuneração do seu trabalho.

No entanto, temos que considerar que aí está o Bolsa-Família, programa que atende as famílias com renda abaixo do salário mínimo e que hoje tem grande importância para os trabalhadores carentes, para as pessoas desempregadas do nosso País. Estamos, inclusive, debatendo a amplitude do Programa Bolsa Família, uma vez que as famílias atendidas não estão sendo qualificadas para o trabalho. Estamos procurando fazer com que o Bolsa-Família não se constitua meramente naquele dinheiro dado à população, mas que esse programa possa proporcionar às famílias atendidas uma saída para a sua situação social.

Não sei bem se foi o Senador Flexa Ribeiro que fez aqui uma ponderação, dizendo que não deveríamos comemorar o aumento do número de famílias atendidas pelo Bolsa-Família, mas que deveríamos comemorar a diminuição do número de famílias atendidas por esse programa.

Concedo o aparte a V. Ex^a, que poderia me confirmar se foi realmente o autor dessa ponderação.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a tem toda razão e faz com muita propriedade o pronunciamento tratando desta questão. Realmente, a Nação brasileira deveria comemorar não o aumento das pessoas atendidas pelo Bolsa-Família, mas a inexistência por falta de necessidade de um programa assistencialista como o Bolsa-Família. Há poucos dias, a CNBB fez uma declaração em que dizia: “O Governo Federal precisa entender que o Bolsa-Família não é ruim em sua essência”. Todos concordamos com isso. “Mas não deixa de ser maléfico por distribuir dinheiro para famílias de baixa renda sem exigir contrapartida”. Não digo que o Bolsa-Família não tenha boas intenções, como todo programa assistencialista tem. “Tem de ter prazo para terminar. E o seu já expirou há muito tempo”. Isso foi dito não por mim, Senador Garibaldi Alves Filho; foi dito pela CNBB. O que o Governo precisa fazer, na realidade, é ter uma porta de saída para o Bolsa-Família. Que porta de saída é essa? Geração de emprego. A CNBB diz que o Bolsa Família está tirando a dignidade do ser humano, porque

ele se acostuma, vicia-se no recebimento, não busca uma atividade e vive em função da “esmola” que lhe é concedida. V. Ex^a tem toda razão, o Governo precisa gerar emprego para diminuir a necessidade lamentável de brasileiros assistidos pelo Bolsa-Família.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a tem inteira razão, e agora não é apenas a palavra de Flexa Ribeiro, de Garibaldi Alves, de Eduardo Azeredo, de Mão Santa, mas a palavra da Igreja, que vem nos advertir de que o programa precisa encontrar uma saída para qualificar essas famílias, para inseri-las no mercado de trabalho.

Tenho aqui a presença de prefeitos do interior do meu Estado, prefeitos do Rio Grande do Norte, o Prefeito Genival, de Parazinho, e o Vice-Prefeito Enoque e, se estivéssemos em uma comissão, poderiam dar testemunho do que vem acontecendo com relação a isso. Mas não estamos aqui para discutir hoje o problema do Bolsa-Família. Estamos aqui, Senador Flexa Ribeiro, discutindo o problema do salário mínimo, porque se quer diminuir o salário mínimo de R\$375,00, que foi o valor inicialmente estimado, para R\$367,00. O Ministro quer se basear na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela qual se dá uma garantia de que o trabalhador vai ter o piso salarial baseado nessa regra de que o salário mínimo nunca será inferior ao crescimento do PIB **per capita**. Foi o próprio Governo! Não foi uma imposição do Parlamento, não foi uma lei que tenha sido votada aqui à revelia do Executivo, não. Foi o próprio Governo que concordou, em uma reunião muito ampla, em que estavam presentes, inclusive, o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, o Ministro Palocci. O Ministro Mantega, do Planejamento, não compareceu por estar fora de Brasília. E todos eles concordaram com o fato de que o PIB **per capita** seria a nova regra para calcular o salário mínimo. Mas como piso salarial e nunca, como se quer fazer agora, engessando o salário mínimo em R\$367,00. Portanto, eu faço aqui um apelo ao Ministro Paulo Bernardo, que acompanhou toda a discussão desse patamar que se estabeleceu para o salário mínimo, para que se mantenha o valor de R\$375,00.

O Senador Valdir Raupp, na qualidade de Relator do Orçamento, assegura que o Governo tem condições de pagar, o Governo tem recursos financeiros para garantir esse piso ao salário mínimo.

Portanto, era esse o pronunciamento que eu queria trazer, agradecendo ao Senador Mão Santa...

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a coloca também, com propriedade, a questão do salário mínimo. Lamentavelmente, o sa-

lário mínimo proposto pelo Governo no ano passado não era esse que foi aprovado por ação do Congresso, de R\$350,00, e o Governo acatou um aumento bem superior aos dos anos anteriores, simplesmente porque era um ano eleitoral. Lamentavelmente, para fazer uso eleitoreiro do aumento do salário mínimo. Agora, ano seguinte à eleição, o Governo vem diminuir a proposta que ele próprio encaminha para o Congresso Nacional. Ou seja, ele propõe R\$375,00 e recua para R\$367,00, em um caminho inverso ao que fez no ano passado, quando todos sabemos que os R\$375,00 já são insuficientes, face à regra – como V. Ex^a colocou – que estaria vigente, de ter um aumento real acima da inflação correspondente ao aumento do PIB.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Do PIB **per capita**.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – PIB **per capita**.

Não podemos deixar, aqui no Congresso Nacional, que o Governo tenha êxito na sua proposta de prejudicar os trabalhadores brasileiros. Tenho absoluta certeza, e V. Ex^a já disse, que o Senador Valdir Raupp, como Relator, disse que o orçamento dispõe dos recursos necessários para atender os R\$375,00. Que assim o seja para minimizar as dificuldades de milhões de brasileiros que dependem desse salário mínimo insuficiente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a colaborou enormemente para que o meu discurso pudesse ter uma conclusão positiva. Agradeço a V. Ex^a.

É estranho. De R\$367,00 para R\$375,00, temos aí – não sou muito bom de conta, mas essa é fácil de fazer – uma diferença de R\$8,00. É uma pena que se faça um cavalo de batalha enorme em uma hora dessa. O Presidente obteve uma grande vitória. Foi consagrado nas urnas. O Presidente, que é um trabalhador, vem reduzir o salário mínimo do trabalhador. Que vitória é essa? Será que a vitória foi do Presidente Lula ou dos trabalhadores? A vitória teria de ser dos trabalhadores. A vitória do Presidente Lula deveria significar a vitória dos trabalhadores. Não é a vitória de um projeto pessoal nem mesmo de um projeto de um partido: é a vitória dos trabalhadores deste País, representados na Presidência da República por Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, Sr. Presidente, é profundamente lamentável que venha um orador a esta tribuna para dizer que o Governo está reduzindo o salário mínimo de R\$375,00 para R\$ 367,00. Será que o Governo não tem recursos? Mas não se trata de o Governo não ter recursos, porque ele os tem. O Senador Valdir Raupp está dizendo que os recursos estão assegurados.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Garibaldi Alves Filho, participei de uma comissão mista do Senado e da Câmara, que analisa o salário mínimo. É evidente que não se trata de uma questão simples pelo impacto que tem nas contas da Previdência, mas é realmente lamentável que estejamos assistindo a mais um engodo, sim, porque o Governo concorda com um aumento real no ano de eleição e, no ano seguinte, já reduz a previsão de aumento. É lamentável que a memória do povo em geral seja muito curta. Passou o ano de 2003 e o de 2004; lembro que em 2005 conseguimos aprovar um aumento maior para o salário mínimo, e o Presidente Lula o vetou. Quer dizer, em 2003, em 2004, em 2005, não podia dar aumento; em 2006, porque havia eleição, podia dar aumento; em 2007, não há eleição, então não se aumenta o salário mínimo corretamente, diminui-se até a previsão inicial. Lamento muito que, mais uma vez, nos decepcione-mos com o tipo de prática política. Seguramente, não é essa a prática que interessa para o Brasil, e sim a de que o reajuste possível seja dado, quando puder ser dado, e não apenas em véspera de eleição, para que depois seque a torneira de possíveis reajustes reais para os trabalhadores brasileiros.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Eduardo Azeredo, agradeço a V. Ex^a.

É o caso de dar graças a Deus, porque em 2008 vai haver eleição. Havendo eleição, certamente o salário mínimo vai subir. É uma prática, como V. Ex^a diz, condenável, estranha. De repente, a lei dirá: quando houver eleição, que se aumente de forma substancial o salário mínimo; quando não houver, que se reduza. Sua Excelência o Presidente da República não poderia permitir isso e deveria impedir. Tenho certeza de que, independentemente de Governo ou Oposição, o Congresso Nacional vai se pronunciar pelo salário mínimo justo de R\$375,00.

Agradeço a V. Ex^a.

Agradeço ao Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a compreensão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Estado do Acre, por permuta com o Senador Delcídio Amaral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, seja ligeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas do que ligeiro, serei expresso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu gostaria, antes, de lembrar que V. Ex^a não indicou sua presença, representando, com a grandeza que lhe é peculiar, o grandioso Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a lembrança do Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É que V. Ex^a talvez esteja aguardando a presença da Governadora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero apenas perguntar sobre a ordem em que me encontro para falar como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos no quarto orador inscrito. V. Ex^a é o décimo primeiro, e ansiosamente o Pará e o Brasil o aguardam. Em seguida, como Líder do PRB, está inscrito o Senador Marcelo Crivella, que também representa Deus aqui.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Que agradece ao nosso querido Carreiro, aquele que é, nesta Casa, o Regimento vivo. Regimento de carne, osso e sangue, o Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Eu diria, Senador Marcelo Crivella, carne, osso, sangue e inteligência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a realidade brasileira dos últimos anos tem-se caracterizado pela obra de engenharia política que o Professor Bolívar Lamounier, com muita propriedade, denominou de “presidencialismo de coalizão” – que o Senador Heráclito às vezes confunde com colisão. Estou brincando, Senador Heráclito Fortes.

A essa configuração não são estranhos nem os governos, nem os partidos brasileiros; quer os da República Liberal de 1946 a 1964; quer os de 1985 para cá, que consumaram o processo de transição política.

“Uma coalizão de partidos” – define a **Enciclopédia das Instituições Políticas**, do Professor Vernon Bogdanor – “é um conjunto de partidos que perseguem um objetivo comum”. E um governo de coalizão, completa o mesmo autor, não é mais que “uma forma específica de coalizão”. “As coalizões de governo são apenas uma forma de coalizão entre partidos políticos. Existem duas outras formas: coalizões *legislativas* e coalizões *eleitorais*”, registra a mesma fonte. O vocabulário político brasileiro estabelece uma distinção entre as duas modalidades. As alianças eleitorais chamam-se entre nós *coligações*, reservando-se o termo *coalizão*, para as alianças políticas que se consumam, quer no âmbito do Parlamento, quer na constituição de governos.

No regime de 1946, o partido majoritário que elegeu o Marechal Dutra, o Partido Social Democrático, conquistou 52,80% das cadeiras na Câmara e 61,9% das do Senado, maioria que lhe permitiria governar folgadoamente, sem o concurso de qualquer outra legenda. É fato conhecido, porém, que, ainda assim, logo no primeiro ano de seu governo, em 17 de outubro, o Presidente consumou uma coalizão parlamentar e de governo com o Partido Republicano, do ex-Presidente Arthur Bernardes, quando a pasta da agricultura foi destinada ao Deputado mineiro Daniel de Carvalho, nela substituindo o udenista Neto Campelo, que em 1947 concorreu sem sucesso ao Governo de Pernambuco, por meio de uma coligação que incluía, além da UDN, o PDC e o Partido Libertador, de Raul Pila.

Na segunda legislatura, em 1950, as coligações eleitorais somaram 22,13% dos votos, proporção que subiu, progressivamente, para 27,01% no pleito de 1954, para 35,94% em 1950 e para 48,26% em 1962, a última eleição antes do regime militar. Não fosse o golpe de 1964, a eleição de 1966 seria calcada na escolha de mais de metade dos Deputados por coligações eleitorais. Tal como as coligações, as coalizões de governo tornaram-se, a partir de então, também inevitáveis.

No Governo do Presidente Getúlio Vargas, os dois partidos que lhe davam sustentação, o PSD e o PTB, lograram, juntos, 53,62% dos assentos na Câmara Baixa. Quando veio a crise de 1954, é do domínio público o destino que a história lhe reservou. Não é difícil supor que fim estaria reservado ao Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, num cenário em que o seu partido logrou não mais que 21,17% da Câmara; e o PTB, que em coligação lhe deu o Vice-Presidente, apenas 15,03%, somando 36,20% do total das cadeiras.

O Partido Republicano, que também participou da coalização do governo, representado pelo ministro da Educação Clóvis Salgado, dispunha apenas de 2,69% dos assentos, correspondendo a apenas sete deputados. Não fora a dissidência do PSP, o quarto partido em número de deputados, com 9,35% em número relativo dos assentos e 24 representantes, dificilmente o presidente teria concluído o seu mandato, depois de enfrentar duas sucessivas rebeliões militares de oficiais da Aeronáutica.

A ruptura que se consumou em 1964, começou a se desenhar nas eleições parlamentares de 1958 e no pleito presidencial de 1960, quando Jânio se elegeu. Embora o número de partidos com representação na Câmara tivesse baixado de doze para dez, nenhuma das legendas conseguiu atingir nem 22% das cadeiras. O maior partido, ainda o PSD, teve 21,17% do total e o segundo, o PTB, 14,11%. A UDN, que lhe deu sus-

tenção eleitoral e parlamentar, contava com apenas 13,19%. Senador Mão Santa, esse foi o panorama político com o qual Jânio teve que conviver, não sendo de se estranhar que não tenha logrado governar mais de sete meses, período em que jamais chegou a dispor de maioria no Congresso Nacional. A geografia parlamentar de João Goulart, que o sucedeu, era ainda mais pulverizada. O seu partido, o PTB, já o segundo da Câmara, conquistou 13,45% das cadeiras, representando 63 deputados, e o PSD, que não o apoiou integralmente, apenas 19,32%, ou seja, 79 representantes. O resultado é o que a Nação conhece: renúncia e 21 anos de regime militar.

O quadro político pós-regime militar não tem sido diferente. O presidente José Sarney governou com o suporte da Aliança Democrática, que não só o elegeu com a maioria absoluta do Colégio Eleitoral, entre 1985 e 1986, como também teve o apoio da mesma coalizão a partir de 1987, quando tomou posse a Legislatura eleita em 1986. Naquele pleito, o PMDB e o PFL do Senador José Agripino conquistaram 77,6% das vagas na Câmara dos Deputados, ou seja, 378 de 487 deputados, correspondendo a 79,4% dos assentos daquela Casa do Congresso Nacional. Não é preciso lembrar que, com um governo apartidário, com apenas três ministros filiados que não representavam os partidos a que pertenciam – o da Justiça, Bernardo Cabral, integrante do PMDB, e os da Educação e da Saúde, Carlos Chiarelli e Alcení Guerra, ambos do PFL –, o destino reservado ao governo Collor tenha sido o que todos nós conhecemos, culminando, como no caso de Jânio, com o afastamento do presidente, seguido da renúncia e de sua substituição pelo vice-presidente Itamar Franco. O governo Itamar Franco conheceu não só o maior número de titulares de ministérios relativamente a seus antecessores, como também abrangeu a maior coalizão já formada entre os partidos então representados no Congresso Nacional. Governos de coalizão foram também os relativos aos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. No primeiro, de 1994 a 1998, três dos partidos que o apoiaram, total ou parcialmente, como foi o caso do PMDB, dispunham de 50,1% das cadeiras e os que lhe deram suporte ocasional nas propostas mais relevantes de sua plataforma política contavam com mais 23,1% dos votos, o mesmo ocorrendo durante o segundo mandato, de 1998 a 2002, quando coalizão similar se reproduziu no Congresso.

Não é de estranhar que, em qualquer dos seus sucessivos mandatos, tenha sido o presidente da República que mais emendas constitucionais logrou aprovar, inclusive a da reeleição, instituto jurídico de que Sua Excelência foi o primeiro mandatário a se beneficiar.

Em 2003, quando presidente Lula ganhou as eleições em seu primeiro mandato, era natural e previsível que, logrando seu partido conquistar apenas 17,74% das cadeiras da Câmara, onde nada menos de 19 legendas estavam representadas, a busca da viabilidade política de seu governo se lograsse pela via de uma ampla coalizão parlamentar. Os métodos heterodoxos de buscar a maioria no Congresso, contudo, comprometeram gravemente seu governo. Mesmo que os métodos escolhidos não tenham afetado a popularidade do presidente nem tenham contaminado a maioria do eleitorado que lhe deu a reeleição, é justo esperar que o caminho para garantir suporte político e partidário de seu segundo governo siga outros caminhos.

Coalizões de governo são correntes e corriqueiras nos regimes parlamentares. São freqüentes e usuais nos países que adotam sistemas eleitorais proporcionais, que geram, necessariamente, o pluripartidarismo, de que são exemplos históricos, entre tantos outros, os casos das democracias exemplares da Holanda e da Bélgica. Executivos monopartidários tornam-se cada vez mais raros em todo o mundo e seguem o modelo vigente em um dos dois únicos sistemas bipartidários do mundo, de que o melhor exemplo são os Estados Unidos.

Coalizões, como ensinam os especialistas, se assentam em dois pilares básicos: idéias e interesses. Para tanto, é indispensável que as idéias se expressem em projetos, programas e propostas, e que os interesses sejam legítimos. Aqui vale lembrar a lição do mestre de tantas gerações, o professor Norberto Bobbio, de que a ilegitimidade dos meios contamina a legitimidade dos fins. Buscar apoio político, partidário e parlamentar por meios ilegítimos contamina necessariamente os fins que deveriam justificar o apoio desejado. O Presidente Lula tem o direito e, diria mesmo, o dever de viabilizar o seu governo através do apoio partidário e do suporte parlamentar das respectivas bancadas na Câmara e no Senado. Se a busca desse acordo não se fizer em torno de idéias claras, projetos objetivos e programas públicos, indicando os meios com que materializá-los, o risco é que esse caminho tenha a justificá-lo apenas interesses pessoais, vantagens particulares ou proveitos próprios. Isso pode ser tudo, Sr. Presidente. Pode até ser chamado de negociação, nunca de coalizão, de acordo político nem de sustentação parlamentar.

Se sua intenção é que a economia cresça 5% ao ano a partir de 2007, já que, segundo o ministro Mantega, estão dadas todas as condições para tanto, o Presidente deve tornar claros e públicos os meios, instrumentos e modos de que vai se utilizar para tanto, assumindo o compromisso público de cumprir a meta

prometida mas não lograda nos últimos doze anos. Nem eu, e suponho que ninguém, nesta ou na outra Casa do Congresso, negará o seu voto a qualquer das medidas para tanto necessárias. Mas se isso implicar confisco, aumento da carga tributária, supressão de direitos ou aparelhamento do Estado por amigos, correligionários e integrantes de partidos aliados, nenhum governo se legitimará, por mais amplos que sejam seus compromissos com esta ou aquela legenda, com esta ou aquela influência, por mais notória que seja, aqui ou na Câmara. Se o desenvolvimento do País for apenas o “espetáculo do crescimento”, um mero *slogan* já anunciado, já prometido e não cumprido até hoje, parece-me, Sr. Presidente, que nem este nem nenhum outro governo se legitimará quer ante a opinião pública do País, quer perante o eleitorado brasileiro.

O aumento dos investimentos públicos em infraestrutura de rodovias, portos e aeroportos do País, para tornar auto-sustentável nosso crescimento e aumentar nossa participação no comércio mundial, não se fará apenas com “vontade política” ou meras declarações de intenções. É preciso conter os gastos correntes, racionalizar a administração, simplificar o sistema tributário, evitando mantê-lo regressivo como hoje, e pôr fim à guerra fiscal através de um amplo acordo que abranja, sem prejudicá-los, os Estados e os Municípios.

O País requer uma guerra de várias frentes, contra dois males endêmicos. A primeira, contra a burocracia que inferniza a vida dos cidadãos e tolhe os empreendimentos produtivos, afetando a racionalidade do serviço público, a lógica e o bom senso comum. A segunda, contra todas as formas insidiosas de sonegação fiscal, de corrupção, de apropriação indébita e de violações éticas de qualquer natureza. Para isso é preciso dar efetividade à reforma do Judiciário, que, durante mais de uma década de tramitação no Congresso, ainda não mostrou a que veio. Fui o único membro desta Casa a votar contra essa reforma, ressaltando em minha declaração de voto que a julgava insuficiente, pois, mais do que uma reforma do Judiciário, necessitávamos, como continuamos necessitando, de uma reforma da Justiça. A segurança jurídica é um dos primados necessários do Estado de Direito democrático. E essa segurança deve se estender ao âmbito da disputa eleitoral, da vida política, da vida pública e, por fim, da própria vida comunitária, sem a qual não é possível cultivarmos as virtudes cívicas dos cidadãos.

Faço esta profissão de fé, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, porque a porção majoritária do meu, do nosso partido, o PMDB, conforme é público e notório, pretende integrar a frente parlamentar de apoio ao Governo, como de resto tem feito na atual legislatura e provavelmente continuará a fazer durante a que se

instala em 1º de fevereiro. Melhor seria que mantivesse posição de independência. Digo isso porque prezo a perspectiva de participarmos das próximas eleições com candidatos próprios à Presidência da República e aos Governos estaduais. E a experiência tem mostrado que a participação do PMDB em coalizões de governo tem comprometido tal perspectiva, como ocorreu no recente processo eleitoral, no qual o Partido deu as costas a uma candidatura nacional.

Por outro lado, parece que os graves erros cometidos até agora não serviram para correção de rumos e procedimentos. O envolvimento da Petrobras num suspeito esquema de financiamento indireto de campanhas envolvendo milhões recoloca, na ordem do dia, questões éticas que julgávamos superadas. Além disso, o anúncio, pelo Presidente da República, de que só tratará da composição do novo Ministério após a eleição das Mesas da Câmara e do Senado nos autoriza a supor que a pretendida coalizão se dará meramente em torno de interesses, sem levar em conta idéias que possam mudar a face deste querido País. De mais a mais, tratar o Poder Legislativo como se fosse um ministério a mais na partilha do poder é atitude que apequena o Parlamento e não contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Por isso, Sr. Presidente, optei por guiar-me por minha consciência e minhas convicções, como até agora tenho feito invariavelmente, em minha curta trajetória de detentor de mandato popular, sofrida e muito combatida, mas da qual não me arrependo. Estarei em sintonia com outros combativos Senadores do PMDB, atuais e futuros, para, juntos, apoiarmos as medidas que sejam importantes para o País e trabalharmos para o fortalecimento deste Partido que precisa se reencontrar com o povo brasileiro em torno de um grande projeto nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre, consultando a lista de oradores inscritos, convido a usar da palavra a Senadora do PSDB do Estado de Goiás, Lúcia Vânia; e, em seguida, o Senador Delcídio Amaral, do PT do Estado do Mato Grosso do Sul.

V. Exª, regimentalmente, tem direito a usar a tribuna por dez minutos, mas como dez é a nota que V. Exª merece, V. Exª jamais será cortada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna, esta tarde, para trazer à consideração dos

Srs. Parlamentares um tema que considero da maior importância. Participei, esta manhã, da audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que debateu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Foi, com certeza, um dos eventos mais importantes da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência que o Senado Federal realiza. E é por esse motivo que venho ao plenário falar sobre o tema que tanto me preocupa e que diz igualmente respeito às pessoas portadoras de deficiência.

Trata-se do impasse criado por recurso apresentado pelo Governo, na Câmara dos Deputados, a projeto de lei de minha autoria, aprovado por unanimidade nesta Casa. O projeto que apresentei tem por objetivo tornar a equoterapia, recurso terapêutico na recuperação de pessoas portadoras de deficiência, disponível pelo SUS. Até hoje, somente os deficientes cujas famílias podiam pagar pelo tratamento tinham acesso a essa terapia alternativa.

O texto aprovado no Senado teve sua redação final acordada com o Ministério da Saúde, através da Coordenadora da Área Técnica daquele Ministério, a Drª Sheila Miranda.

O projeto volta-se principalmente para o universo infante-juvenil, que no Brasil abrange cerca de 10 milhões de pessoas com idades abaixo dos 18 anos, em todas as áreas de deficiência. Com sua sanção pelo Presidente da República, o SUS poderá fazer convênios com vários órgãos como: Exército, polícias militares, sociedades rurais e hípicas, cujos integrantes já têm experiência com a utilização de equinos e poderão ser treinados para o atendimento de deficientes.

A equoterapia é reconhecida desde 1997 pelo Conselho Federal de Medicina como um recurso terapêutico importante na recuperação de pessoas portadoras de deficiências. Sua prática constante contribui para desenvolver o tônus muscular, a flexibilidade, o relaxamento, a coordenação motora ampla e fina, aumentar o equilíbrio e a correção postural.

O aluno de equoterapia ganha em socialização, em autoconfiança, auto-estima e afetividade. Ele aprende a ter limites e a observar regras, uma vez que na interação com o animal é preciso obedecer a certos procedimentos. Com o desenvolver da atividade, aumentam a atenção e a concentração, importantes para o desempenho escolar.

Em cada sessão de equoterapia, a pessoa executa de 1.800 a 2.200 deslocamentos tridimensionais do corpo, o que permite o estímulo e o aguçamento das sensações e percepções tanto do cérebro quanto do sistema muscular.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Câmara dos Deputados o projeto tramita com o número 5.499/2005. A princípio, sua tramitação deveria ser conclusiva nas Comissões, ou seja, não passaria pelo plenário daquela Casa. Foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu pareceres favoráveis.

Nas duas Comissões, o PL foi aprovado por unanimidade. Ou seja, o Governo teve duas oportunidades para discutir em detalhes o projeto, mas sua própria base votou favoravelmente. No entanto, no final de maio de 2006, quando os pareceres dessas Comissões foram lidos em plenário, abrindo prazo para recursos, o Deputado Arlindo Chinaglia (PT – SP) apresentou um recurso para apreciação da matéria em plenário.

É bem verdade que a pauta da Câmara está obstruída pela enxurrada de medidas provisórias há vários meses, desde antes das eleições, mas tudo indica que não há vontade política do Governo em votar a matéria.

Meu apelo é no sentido de que os signatários do recurso retirem as assinaturas ou, quando menos, que o Projeto de Lei seja incluído na Ordem do Dia da Câmara para que seja votado em seguida.

Não posso acreditar que o Governo pretenda votar contra um projeto de lei que tem por objetivo, tão-somente, garantir um recurso terapêutico já comprovado como altamente benéfico para portadores de deficiência e pessoas que sofreram traumas por acidentes.

O próprio texto do projeto em tramitação explicita que: os serviços especializados em reabilitação e habilitação integrantes da rede SUS, da rede própria, contratada ou conveniada, observadas as especificidades, colocarão à disposição, entre outras terapias, o recurso terapêutico de equoterapia para habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência.

Não há impacto financeiro e sim adequação orçamentária, para fazer valer os direitos básicos dos portadores de deficiência previstos na Lei nº 7.853, de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social.

Ou seja: o projeto não cria a obrigatoriedade e sim a possibilidade para que esse serviço seja ofertado pela rede pública.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que a má vontade do Governo em aprovar esse projeto de tanta importância, principalmente para as famílias mais pobres, decorra do fato de a autora ser uma Parlamentar de Oposição. Em um Governo com tanta facilidade para aparelhar o Estado, principalmente nas áreas sociais, faz-me pensar que a dificuldade na aprovação de um projeto social importante, referente à saúde da pes-

soa portadora de deficiência, deve-se a um capricho político-partidário.

E é muito triste vermos isso acontecer quando comemoramos a II Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, com a realização de várias palestras, a adequação do Senado da República para locomoção dos portadores de deficiência, que agora têm acesso a todas as dependências, inclusive à biblioteca e ao plenário, num gesto de humanidade e de respeito aos direitos humanos demonstrados por esta Casa e por seu Presidente, o Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, ficam aqui minhas palavras e meus cumprimentos para os organizadores da II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Espero que o meu pronunciamento seja ouvido pela Casa Civil e que seja liberada a aprovação deste projeto importante para a sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

Regimentalmente, V. Ex^a tem direito a usar a tribuna por dez minutos.

Antes, porém, Senador Heráclito Fortes, sentim-nos honrados em anunciar a presença, na tribuna de honra, do Prefeito José Nordeste, acompanhado de importantes lideranças do nosso Piauí.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes do início da fala do Senador Delcídio Amaral, gostaria de registrar a presença de um grupo de jovens que formam o PSDB Jovem do Estado de Goiás, notadamente da cidade de Goiânia. Trata-se de uma que muito nos honra.

Muito obrigada.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, primeiro, um registro que não poderia deixar de fazer. Na semana passada, eu disse que todos nós estávamos orando muito pelo Senador Ramez Tebet e, no sábado, infelizmente, nós o perdemos. Todo o País, o Senado e o meu Estado, Mato Grosso do Sul, ficaram de luto, porque perdemos uma grande liderança, um homem digno, um homem descente, um homem de bem, com uma folha de serviços prestados não só ao nosso Estado, como ao Brasil.

Fui o signatário do requerimento propondo uma sessão específica para que todas as Sr^{as} e os Srs.

Senadores pudessem falar sobre o nosso querido Ramez Tebet. Infelizmente, em função dos atrasos nos aeroportos, não cheguei a tempo de, naquela sessão, também me associar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que aqui se pronunciaram sobre aquele homem extraordinário que foi o Senador Ramez Tebet.

Portanto, aqui da tribuna, deixo meu carinho, meu amor, meu sentimento à família do Senador Ramez Tebet, especialmente à D. Fairte e à Simone – e, em nome desta, aos demais filhos do querido Senador Ramez Tebet. Que eles continuem em frente, tendo-o sempre como referência, como nós também faremos, por tudo que ele representou para o nosso Estado.

Sr. Presidente, quero também registrar que ontem participei de uma audiência pública, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, que foi de extrema relevância. Tratou-se das dificuldades que, infelizmente, os cidadãos e as cidadãs que utilizam empresas aéreas para viajar, para tocar seus negócios, para promover o seu lazer têm enfrentado em nossos aeroportos.

O momento é delicado e exige uma grande atenção de todas as autoridades diretamente envolvidas com a aviação civil. Passamos por uma fase onde muitas modificações estavam sendo introduzidas no setor aéreo nacional; passamos pela crise das empresas de aviação comercial, pela criação da Agência Nacional de Aviação Civil, substituindo o antigo DAC. Diga-se de passagem, esse órgão executou um excelente trabalho, representando a Aeronáutica, no controle aéreo do nosso País. Enfrentamos as atribuições que os investimentos trazem aos aeroportos, evidentemente para melhorar nossas instalações e a qualidade dos nossos aeroportos. E também – por que não? – enfrentamos o problema dos controladores.

Entendo que o principal resumo da audiência de ontem é que tudo aquilo foi fruto de um setor que passava por um processo de transição. Quando houve o triste acidente, a tragédia que trouxe tanta tristeza a muitas famílias, a queda do avião da Gol, precipitou-se uma série de vulnerabilidades de um setor que estava se ajustando ao longo do tempo.

Acredito que uma das principais conclusões da audiência pública de ontem é que temos de enfrentar a questão. Isso é fruto do diagnóstico feito inclusive pelo relatório preliminar da Aeronáutica. Teremos de equacionar de alguma maneira o problema dos controladores, não somente com relação a efetivo mas também à remuneração, além de discutir, com absoluta sinceridade e clareza, qual será a configuração – se civil, militar ou o híbrido que existe hoje – quanto ao sistema que controlará o espaço aéreo brasileiro, principalmente o voltado para aviação civil, até porque

os militares têm, com justa razão, uma operação específica, com outros objetivos.

Inegavelmente, o relatório preliminar da Aeronáutica indica que houve falha de comunicação. Portanto, mais do que nunca precisamos avaliar essas falhas. Há inclusive falhas de comunicação reconhecidas por vários pilotos de diversas empresas aéreas. Não podemos esconder o sol com a peneira. Precisamos ter honestidade de propósitos e procurar realmente aprender com essa grave crise que enfrentamos. E, ao tempo em que equacionarmos essas dificuldades de pessoal, que são os controladores, e tecnológicas, que dizem respeito à questão da comunicação, teremos também, definitivamente, de implantar toda essa rede de instituições que cuidam da nossa aviação civil.

Muitas coisas, Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, foram ditas equivocadamente, em especial ao longo das investigações sobre o acidente. Instituições as mais variadas, cujo objeto de sua existência eu entendia muito bem, começaram a opinar sobre coisas graves – e um inquérito como esse, em qualquer país do mundo, é feito de uma maneira sigilosa -, constringendo, inclusive, a Aeronáutica.

Então, espero que também fruto de tudo isso – e como é um segmento em transição – nós tenhamos a lucidez necessária para promover os ajustes corretos, evitando que esses tristes acidentes ocorram, e não prejudicar aquelas pessoas que usam a aviação comercial para fazer seus negócios, para viajar com a família, para fazer turismo. E acredito, Sr. Presidente, que não vamos equacionar em um curtíssimo prazo essas questões.

Como disse o Diretor-Geral da Anac, Milton Zuanazzi, necessariamente se impõe uma mudança, principalmente dos horários para a aviação executiva, para os vôos *charters*. E vamos ter de fazer uma avaliação dos vôos que já existiam, dos seus horários, das suas rotinas, dos horários de pico, para tentar administrar e não prejudicar principalmente a população que vai se deslocar na ocasião do Natal, do Ano Novo e também nas férias.

Portanto, o Senado Federal cumpriu um papel fundamental e esclarecedor numa audiência de mais de oito horas de duração. Ela foi extremamente importante com relação às informações, mostrando o papel que o Senado Federal cumpriu e cumprirá diante de um momento tão importante para a aviação comercial brasileira, que está sujeita, sobretudo, a todo o desgaste de imagem que possa vir a acontecer, como também aos prejuízos que esses atrasos provocam.

Sr. Presidente, peço um pouco de paciência de V. Ex^a, pois vim aqui realmente para falar de um outro tema.

Concedo, entretanto, um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Delcídio Amaral, em primeiro lugar, saúdo o seu retorno, que aconteceu desde a semana passada, mas que se consagra agora com este discurso oportuno e, acima de tudo, cheio de informações. As suas intervenções na Comissão, ontem, foram brilhantes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ontem, eu fiquei com uma dúvida e não tive tempo de perguntar: V. Ex^a tem tudo para ter sido um grande piloto numa outra encarnação ou, atualmente, um piloto frustrado, pelo excesso de conhecimento que tem sobre a matéria.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, vamos aprendendo com os nossos companheiros Senadores que têm experiência nesse setor. Como tive o privilégio de ser o relator da matéria que tratava da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovada em uma sessão histórica na Comissão de Infra-estrutura, comandada por V. Ex^a, eu aprendi algumas coisas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, como é o meu caso: conheço de literatura. Eu conheço muita versão por ler as revistas. Compro, sou curioso. Considero esse invento de um brasileiro uma coisa fantástica. Aliás, o ex-senador e futuro Governador José Serra tem um cacoete: toda vez que entra em um avião e levanta vôo ele diz: “Essa invenção é irracional”. Realmente, por tudo que representa, S. Ex^a tem razão. V. Ex^a testemunhou, horas a fio, a fragilidade que um País com as dimensões do Brasil vive devido a uma crise que é mais de autoridade e iniciativa do que qualquer outra coisa. As contradições em uma mesma mesa, envolvendo pessoas que dirigem o mesmo setor, são gritantes. A falta de determinação, de liderança e de comando ficou clara. Nós, que, pelas funções, somos obrigados a viver pelo menos duas vezes por semana dentro de um avião, lembramos que estamos lá em cima e o caos aqui em baixo impera. Senador Delcídio Amaral, quando um dos depoentes disse que foram afastados por problemas psiquiátricos ou psicológicos trinta controladores, mas que já estavam todos voltando, eu me preocupei, porque esse é o tipo de crise que a ciência, por mais evoluída que esteja, não consegue cura imediata. Uns casos, com mais rapidez; outros, nem tanto. Em grande parte desses casos, existem recaídas, recidivas. Então, mostra a fragilidade em que o sistema se encontra neste momento. Foi muito importante a permanência nossa lá. E V. Ex^a voltou aí, começou a falar, e eu fiquei aqui me questionando: será que o povo de Mato Grosso do Sul

errou ou acertou? E eu vou dizer a V. Ex^a, com toda sinceridade: para mim, acertou. Deixou V. Ex^a aqui nesta Casa, onde V. Ex^a faria muita falta. Acho que V. Ex^a, sem nenhuma mágoa, sem nenhum rancor, vai continuar ajudando o Mato Grosso do Sul, que vai tê-lo aqui nesta tribuna, sempre com brilhantismo, tratando de questões nacionais e de questões do seu Estado. Daí por que quero cumprimentar V. Ex^a pelo primeiro ato do pronunciamento, que foi o de solidariedade à família pelo desaparecimento da extraordinária figura de Ramez Tebet. V. Ex^a imagina eu sentado aqui, sentindo um vazio. Éramos vizinhos, e a este vazio aqui ainda não me habituei. Aliás, as pessoas que nos são caras dificilmente desaparecem da mente, do reflexo mental de maneira rápida. Você sempre raciocina que, em qualquer esquina, a qualquer momento, vai reencontrar e depois se lembra que, infelizmente, não é mais possível. V. Ex^a sabe muito bem disso. Já vivemos traumas nesta Casa de perdas irreparáveis. Eu disse, no dia em que homenageei o Tebet – V. Ex^a não estava presente, estava fora –, que falei com ele na véspera de viajar, oportunidade em que ele me cobrou o direito de assinar a CPI das ONGs. Infelizmente, não pôde fazê-lo. Vi, nesta Casa, Senador Arthur Virgílio, duas pessoas subestimarem a morte que se aproximava e continuarem a defender, com o mesmo vigor, a causa pública e o País: Teotônio e Tebet. Eu nunca vi uma indisposição. A coisa de que ele menos gostava de falar era da dor, da doença; do que mais gostava era de falar de futuro. Aliás, um espírito fantástico, um guerreiro que, tenho certeza, na hora em que foi chamado, tal qual Ulysses, Teotônio e tantos outros, subiu contrariado. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Heráclito. Quero somar ao sentimento de V. Ex^a os meus sentimentos, principalmente no que se refere ao nosso querido e estimado Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a devida vênua, porque hoje venho a esta tribuna para falar de um assunto muito específico da região do cerrado, específico do meu Estado, Mato Grosso do Sul.

No início da década de 1980, Sr. Presidente, a população do semi-árido do Nordeste era de 20 milhões de pessoas, das quais 2,3 milhões estavam envolvidas diretamente no cultivo de 3,5 milhões de hectares de algodão. Nessa época, a região era um importante centro exportador do produto. Hoje, apenas vinte anos depois, o algodão é responsável por US\$1 bilhão gasto na importação brasileira! Nossa cotonicultura minguou ao invés de crescer.

Em meados dos anos 80, uma praga, o bicudo, alastrou-se pelo Brasil, destruindo completamente as plantações de algodão em boa parte do País. Além disso, no início da década de 1990, a liberalização das taxas de importação, com a abertura dos mercados, fez com que as indústrias passassem a importar a fibra do algodão de outros países, oferecida a preços mais baixos do que a produzida aqui. Como consequência, deu-se o abandono da cultura pelos agricultores, a migração e a favelização nas pequenas e grandes cidades. Seis milhões de pessoas no Nordeste foram afetadas, direta ou indiretamente, por essa crise, em toda a cadeia produtiva.

No final da década de 1990, a população do semi-árido se reduziu para 16 milhões de habitantes, com 250 mil pessoas empregadas no cultivo de 135 mil hectares de algodão. Uma redução drástica de produção, de renda e de empregos, ocasionando o êxodo evidente.

Houve, então, a necessidade de um enorme esforço de soerguimento da nossa produção algodoeira, para que o Brasil recuperasse mercado e reduzisse substancialmente sua posição de importador, quando havia sido, até há pouco tempo, grande exportador do produto.

Partimos rumo a um objetivo: produzir fibra por meio de sistemas de alto desempenho, transformando o País de importador em exportador de fibra. Transformar este ideal em realidade é uma façanha que, talvez, passe despercebida a muitos. Aí começou a expansão da Região Centro-Oeste como produtora de algodão.

O Brasil, no início dos anos 90, não dispunha de infra-estrutura operacional, como maquinário de campo e de beneficiamento de fibra nas regiões potencialmente produtoras. Tampouco dispunha de variedades adaptadas às condições ambientais do nosso cerrado e que atendessem à colheita mecanizada. Assim, as primeiras produções do Brasil Central dependeram de poucos materiais genéticos. Esses materiais eram deficientes em características que atendessem ao exigente mercado consumidor internacional, à colheita mecânica e fizessem frente ao complexo local de pragas e doenças. Apenas nos últimos anos é que número mais expressivo de novos cultivares passou a chegar ao mercado. Ou seja, começamos a visualizar o resultado de um longo ciclo de pesquisas em diversas instituições, que já se estende por mais de dez anos, focado nas necessidades da cotonicultura do cerrado brasileiro.

Ao longo desse ciclo inicial, consolidamos a posição de produtores de fibra de alta qualidade e logramos um espaço no cenário internacional inimaginável no começo dessa jornada. As perspectivas para o futu-

ro próximo são ainda mais otimistas, visto que há um grande potencial de expansão no consumo de fibras de algodão, frente ao crescente custo das fibras sintéticas derivadas do petróleo.

Entretanto, vivemos um momento em que a planilha de gestão do produtor é pressionada: de um lado, custos crescentes de produção em reais e, de outro, a comercialização da fibra em dólares – moeda que sofreu desvalorização. Essa situação ameaça seriamente a competitividade do algodão brasileiro.

Sr. Presidente, estou convencido de que a sustentabilidade do setor depende de mais tecnologia, ou seja, de um contínuo processo de aperfeiçoamento em todo o sistema produtivo. Nesse sentido, avançamos muito. No cerrado, saímos da estaca zero para a condição de expressivo exportador de algodão, deslocando concorrentes como a Austrália em volume comercializado. Contudo, cabe lembrar que o algodão australiano recebe ainda um prêmio de 20% acima do produto brasileiro, por força da caracterização da sua fibra como a melhor do mundo pela homogeneidade dos lotes.

Se houve um grande salto rumo à consolidação do Brasil como produtor de fibra de algodão, ousou dizer que este foi apenas um bom começo, pois a continuidade da expansão da cotonicultura brasileira está vinculada à expansão da sua base tecnológica.

As ferramentas de que dispomos somente permitem garantir os níveis atuais de produtividade e qualidade de fibra à custa de um grande aporte de recursos em nutrição vegetal e manejo de pragas.

O custo da produção de um hectare de algodão no cerrado brasileiro, que representa 80% da produção nacional, varia entre R\$3.500,00 e R\$4.500,00. Entre os componentes do custo, destacam-se o controle de ervas daninhas, que oscila entre R\$390,00 e R\$510,00, e o controle de insetos pós-plantio, que varia entre R\$946,00 e R\$1.300,00. A soma desses fatores corresponde a cerca de um terço do custo total da produção.

De fato, Sr. Presidente, as novas tecnologias que começam a chegar ao Brasil precisam reorientar-se, deslocando seu foco para o interior da semente: desde as sementes que permitem uso seletivo de herbicidas totais ou que minimizam a fitotoxicidade dos programas de manejo de plantas daninhas, atualmente em uso, até as sementes que produzem, autonomamente, defesas biológicas contra pragas. Essas alternativas nos conduzem a um cenário mais promissor do que a atual realidade do cultivo de algodão, desde que tomemos as decisões políticas corretas e tempestivas.

De fato, a busca de novas tecnologias **versus** a lentidão regulatória tem levado os produtores a ações

individuais que podem pôr em risco o processo produtivo e a evolução da qualidade da nossa fibra.

Já estamos com atraso em relação aos países competidores no que se refere às novas tecnologias para o campo. Entretanto, o uso inconseqüente dessas tecnologias não garante por si só a sustentabilidade dos nossos sistemas produtivos. Mais do que um gene, precisamos de variedades de elite com este gene em sementes puras. Na verdade, apenas iniciamos a geração de cultivares mais bem adaptados ao cerrado brasileiro.

O desenvolvimento tecnológico, Sr. Presidente, da cultura de algodão é condição essencial para sustentar e expandir a produção de fibra no cerrado, fundamentalmente em qualidade, para o seu melhor desempenho na indústria – cliente e usuária do nosso produto.

Somente com ações integradas de todo o setor algodoeiro do País poderemos maximizar o acesso a novas tecnologias e novos cultivares, garantindo, dessa forma, o crescimento da nossa cotonicultura e a inserção sustentável do Brasil no mercado internacional como produtor de fibra.

De acordo com um estudo conduzido por pesquisadores do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC), é possível antever que os países que passaram a adotar o plantio de algodão transgênico depois de 2001 deverão impactar de forma significativa o mercado mundial de algodão até 2009.

A avaliação usou como base os quatro países que lideravam a produção de algodão transgênico em 2001: Estados Unidos, China, Austrália e África do Sul, um bloco que atingiu a produção, Sr. Presidente, de 8,94 milhões de hectares na safra 2004-2005, quando os países que vinham a seguir nesse *ranking* – Índia, México e Brasil – ainda não dispunham de liberação para o plantio comercial do algodão transgênico. Apesar de o Brasil prever uma produção de 1,2 milhão de toneladas para a safra 2005-2006, a Índia parece caminhar mais rapidamente para a disputa das primeiras posições no *ranking*. A previsão é de que, já na safra 2006-2007, aquele País alcance a produção de 4,7 milhões de toneladas de algodão, e tenha à frente apenas a China, com uma produção de 6 milhões de toneladas por ano.

Atualmente, existem três variedades de algodão transgênico em uso nos países produtores de algodão: o resistente a herbicidas, o resistente a insetos (algodão Bt) e, ainda, o dotado das duas características (algodão resistente a insetos e a herbicidas). Estados Unidos e Austrália podem utilizar todas essas variedades. Brasil e Índia só utilizam um tipo de algodão transgênico resistente a certos insetos (o tipo Bt), e

aguardam ansiosamente a liberação comercial do algodão transgênico resistente a herbicidas e a outras famílias de insetos.

Se a burocracia brasileira continuar a emperrar o avanço da tecnologia para o algodão, perderemos nossas vantagens competitivas. Essa é a opinião dominante no setor produtivo de algodão.

Sr. Presidente, o estudo do Banco Mundial e da OMC é mais um alerta para as autoridades brasileiras. Os novos transgênicos, prontos para uso comercial no Brasil, continuam na fila de aprovação da CTNBio e, enquanto isso, vamos perdendo terreno. Lembremos de que, na agricultura, existem os períodos certos para o plantio. Uma variedade aprovada hoje só estará disponível para o plantio na próxima safra. E, ainda assim, precisaríamos de sementes suficientes. Ou seja, é preciso haver planejamento para que o agronegócio possa ser produtivo.

Sr. Presidente, 10 anos já se passaram desde que o primeiro algodão transgênico foi lançado nos Estados Unidos. Se o Brasil tivesse sido um dos primeiros a aprovar o seu emprego, e o produto tivesse sido plantado em área de meio milhão de hectares, admitindo que a receita adicional anual por hectare para os agricultores tivesse sido de apenas R\$340,00, a economia que o País teria conseguido, em números extremamente conservadores, seria de R\$1,7 bilhão, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma fortuna para um País carente de recursos para investimentos como o nosso.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a produção do algodão no Brasil, como, aliás, de todos os produtos assemelhados, não pode ser limitada pela lentidão na aprovação de insumos tecnológicos mundialmente aceitos e utilizados por nossos principais concorrentes. Se não somos ainda os geradores dessas novas tecnologias, temos a obrigação de, enquanto não chegarmos lá, absorvê-las o mais rapidamente possível para assegurar a nossa inserção no mercado mundial em posição de competidores qualificados.

Isso, Sr. Presidente, é ter visão estratégica; é agir em prol do País e do seu progresso econômico e social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Delcídio Amaral, pena que o pensa-

mento e o conhecimento de V. Ex^a sejam suficientes para que não possa ser Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs Senadores; Senhoras e Senhores aqui presentes; Senhoras e Senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, hoje, eu gostaria de festejar, com os meus companheiros, o Dia de Ação de Graças, que, segundo a lei brasileira, é comemorado na quarta quinta-feira do mês de novembro.

O Dia de Ação de Graças teve origem na América do Norte com os colonos ingleses que, depois de um inverno rigoroso, sofrendo com o frio e a fome, trouxeram as primeiras colheitas em agradecimento a Deus por haver permitido que eles sobrevivessem.

Em 13 de dezembro de 1621, o Governador William Bradford institui essa data comemorativa em Massachussetts. A 26 de novembro de 1789, o primeiro Presidente americano, Jorge Washington, proclamou essa data, ficando, portanto, escolhida a última quinta-feira de novembro para expressar a gratidão nacional.

Assim foi também na época de Castello Branco. O dia que o nosso País comemorava o Dia de Ação de Graças era na última quinta-feira de novembro. Para não coincidir com o feriado americano, uma outra lei o trouxe para uma semana antes, portanto, hoje, a data comemorativa do Dia de Ação de Graças.

Sr. Presidente, neste dia em que comemoramos o Dia de Ação de Graças, Senador Edison Lobão, relembro uma passagem muito bonita, que está nos quatros Evangelhos: o da multiplicação do pão e do peixe, que pode, perfeitamente, simbolizar esse dia.

Contam os Evangelistas que, depois de três dias de mensagens, no Monte das Bem-Aventuranças, o Senhor Jesus, disse aos discípulos que não queria despedir-Se da multidão sem lhes dar o pão. Um dos discípulos, disse-Lhe: “Senhor, são milhares; são cinco mil pessoas. É impossível alimentar a todos”. Então, Jesus, perguntou-lhes: “O que vocês têm?” Disseram-Lhe: “Temos cinco pães e dois peixes”, era tudo o que um menino presente àquele evento tinha. Diz a Bíblia que o Senhor, tendo pegado aquela oferta, deu graças, e houve o milagre da multiplicação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o espírito do dia que celebramos hoje: aprendermos a dar graças ao pouco. Cinco pães e dois peixinhos eram completamente insuficiente. No entanto, quando conseguimos entender que as grandes coisas começam

pequenas, quando as pessoas aprendem a aplicar o coração no pouco que têm, acabam fazendo com que isso se multiplique.

Sr. Presidente, não há, em nenhuma página da Sagrada Escritura, o registro de Deus agradecendo a um profeta, a um enviado seu; ou Cristo dizendo a um discípulo: “Muito obrigado”. Não há nenhuma passagem em que Cristo tenha dito “muito obrigado”. Porque talvez, Sr. Presidente, dar graças, agradecer seja muito mais do que palavras. Se não há o “muito obrigado”, há os gestos do sacrifício da cruz; da bênção; do ensino com a própria vida, o exemplo. Talvez aí esteja a lição do Dia de Ação de Graças. Se um simples motorista, uma pequena auxiliar do lar, um operário, um pedreiro, um carpinteiro, um servente, um trabalhador, por mais humilde que seja, entender o princípio da multiplicação do pão e do peixe, que é dar graças ao pouco, aplicar e dar o melhor de si mesmo quando aquilo que temos nas mãos é insuficiente para as nossas necessidades, certamente vamos criar novamente o milagre da multiplicação. Esta é a grande lição do Dia de Ação de Graças, que, nos Estados Unidos, é um feriado nacional de grande relevo, a ser comemorado na semana que vem.

Portanto, hoje, Sr. Presidente, no Brasil, gostaria de relembrar a data. Creio que o nosso País, na fase que atravessa, precisa voltar a buscar as suas tradições cristãs ocidentais, os seus valores, a sua espiritualidade. Meu Deus, nós construímos tantos presídios, nós temos elevados índices de violência em nosso País... Penso que precisamos falar mais da Bíblia, construir mais igrejas, nos reunir para meditar sobre os ensinamentos de Cristo, e celebrar dias como este em nosso calendário.

Senador Edison Lobão...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permita-me, Excelência?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Crivella, cinco pães e dois peixinhos, em verdade, seriam insuficientes para alimentar cinco mil pessoas, não se tratasse do Divino Espírito Santo. Para Ele, tudo era possível. E a demonstração que se fez ali foi no sentido de que a Bem-Aventurança estará presente sempre, quando o coração é grande e a alma maior ainda. O Dia de Ação de Graças é um dia que todos nós deveremos reverenciar. Aqui, no Brasil, oficialmente, se faz isso por intermédio do Ministério da Justiça. Além de outras comemorações que são feitas pelos próprios religiosos, pelos cristãos de um modo geral. Eu quero cumprimentar V. Ex^a por trazer este assunto, em uma tarde de quinta-feira, ao Senado da República. O Evan-

gelho deveria ser o livro a ser exibido toda semana por um de nós nas sessões do Senado Federal. Isso feito, nós teríamos sempre a boa orientação, que é a que nos oferece Jesus, Nosso Senhor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Senador Edison Lobão, peço que sejam incorporadas essas palavras ao meu pequeno pronunciamento, Sr. Presidente.

Termino, dizendo que o milagre da multiplicação foi o agradecimento. Quando agradecemos o pouco que temos, aquilo se multiplica. E quero deixar essa mensagem de esperança aos brasileiros, sei que muitos deles têm muito pouco, lutam para sobreviver.

Mas, se formos bons pedreiros, bons carpinteiros, bons motoristas, certamente, veremos – os mais humildes brasileiros –, em nossas vidas, multiplicar o pão, sustentaremos nossas famílias e viveremos uma existência agradável, independentemente de sermos ricos ou pobres.

Quero usar este dia para agradecer ao povo brasileiro; ao povo do meu Estado, pelo mandato que me confiou; agradecer a Deus pela vida, pela saúde, pela família, aos companheiros pelo tanto que me ensinam; ao Presidente Lula, que tem lutado por um Brasil melhor, por suas políticas de inclusão social; enfim, agradeço a Deus, do fundo do meu coração, pela vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB

– ES) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Efraim Moraes.

Em seguida, falará o Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se eu soubesse, falaria depois do Senador José Agripino, porque, certamente, eu teria ensinamentos a absorver, não só da brilhante oratória de S. Ex^a mas, sobretudo, da densidade com que dá fundo à bela forma com que se expressa para o povo brasileiro desta tribuna, que é a sua casa mais natural.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Agripino, fico espantado quando percebo que o regime autoritário talvez tenha deixado um certo ranço tanto naqueles que o defenderam quanto naqueles que, como eu, o combateram durante os 21 anos de sua vigência. Eu sempre digo de mim para mim e digo de mim para os meus companheiros que o torturador é um monstro porque tortura, mas o torturado também adoce o torturado. O torturado fica com uma marca que o leva à enfermidade psicológica durante algum tempo. Ele precisa de tratamento depois, porque, violentado como foi, tende a, quem sabe, se en-

caminhar para uma certa visão maniqueísta do mundo. Do mesmo modo, os que combateram e os que não combateram o regime autoritário, os da minha geração, da geração de V. Ex^a e da geração do Senador Eduardo Suplicy, todos podemos ter ficado com uma certa marca autoritária, uma certa tendência de, em algum momento das nossas vidas, dizermos: “Olha, eu sou bom, eu presto e aquele que está contra mim não presta”. Confundir as idéias do outro com a sua essência, com a sua personalidade.

Digo isso porque eu era seu colega, Senador Eduardo Suplicy, e... De quantos minutos disponho, Sr. Presidente? Sr. Presidente, creio que marcaram o tempo com equívoco. (Pausa.) Eu era seu colega e Vice-Líder da Bancada do PMDB. Quando o Líder era o inesquecível e imortal Freitas Nobre, eu fiquei, por algum tempo, como Líder interino do Partido, durante uma viagem de Freitas.

Apareceu à minha frente uma jovem líder médica, hoje uma política de renome nacional, a ex-Deputada, ou ainda Deputada Jandira Feghali. Ela queria que eu a acompanhasse ao Palácio do Planalto para forçar uma audiência entre os grevistas do setor saúde e o Presidente Figueiredo, que eu sabia que não iria receber quem quer que fosse àquela altura – se recebesse, não era autoritário; sendo autoritário, não receberia –, quando nada que fôssemos recebidos pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu.

Eu achava que tampouco Leitão de Abreu iria receber a mim, a Jandira Feghali e aos demais líderes daquele movimento. E havia toda uma massa de manifestantes, que nos acompanharam até lá. Chegando lá, Leitão de Abreu disse que atenderia ao Deputado, atenderia ao Líder do PMDB, mas não atenderia aos grevistas. E eu disse que teria pouco sentido eu subir para falar com ele, porque eu não dominava a fundo as reivindicações, então que ele permitisse que subíssemos eu, Jandira e mais um ou outro. Ele disse que não. Nós voltamos e foi feito aquele ato, aquela manifestação contra o autoritarismo, enfim.

Aquilo para o que chamo a atenção, Senador José Agripino, Senador Eduardo Suplicy, é o fato de que, naquele momento, tudo o que Jandira Feghali queria com os seus companheiros, era que o poder autoritário se abrisse para o diálogo, e o pressuposto fundamental da democracia é o fato de que, dentro dele, supostamente as pessoas podem dialogar. Eu estranhei porque estava em uma circunstância em que, imagine se digo ao Presidente da República, naquela tal viagem que fiz com ele de Três Lagoas para cá, se digo que não vou, que não viajo, que não entro.

Eu viajei, tivemos uma conversa política nada oficial e criou-se uma certa celeuma. Para começar e

para repor a verdade, constrangimento no meu Partido: zero ou menos do que zero. Reuni minha banca ontem por quatro horas e esse assunto sequer foi ventilado. Sequer foi ventilado. Falamos de tudo. Quando esgotou o tema político, começamos a esgotar o nosso repertório de piadas porque havia um clima de confraternização entre Senadores companheiros que têm a mesma visão.

Fui muito claro e disse: “Olha, se há uma agenda, não acredito não só que o PSDB dialogue como duvido que qualquer outro partido deixe de dialogar”. Se houver uma agenda. Sem agenda, para quê? Não tem nenhum sentido sem agenda.

Já concedo o aparte a V. Ex^a, porque quero, na verdade, fazer uma crítica que julgo necessária e séria a uma atitude que o Governo acaba de tomar ou anuncia que vai tomar. Não vou nem falar das reformas que são tão batidas que até as crianças as citariam. O que se quer saber é qual será a posição do Governo diante de uma reforma ou não da Previdência, de uma reforma ou não do sistema de contratação e demissão de trabalhadores, se desonera ou não desonera a folha de pagamento das empresas, como é que o Governo vai trabalhar mesmo a questão fiscal; como vai trabalhar mesmo a reforma tributária; como vai trabalhar mesmo a reforma política, ou seja, essas reformas que já fazem parte da escalação de time bom. Todos já sabem que se tem de discutir essas reformas, para se saber se há condição de implementá-las ou não e se se quer efetivamente implementá-las ou não.

Mas tenho alguns pontos. Se eu, por exemplo, tivesse de conversar com alguém, diria, com muita clareza, que colocaria a questão ética como prioritária. Não posso imaginar que passe pela cabeça do Presidente Lula repetir, neste Governo de quatro anos que tem pela frente, o que vimos de escândalos, a desmoralizar a imagem do Brasil e os Poderes públicos constituídos na nossa terra. Não posso imaginar isso.

Do mesmo modo, vou sair das macrorreformas, Senador José Agripino; vou falar dessas a que já me referi *en passant* e que fazem parte do cardápio de qualquer conversa que se queira fazer numa Agenda Brasil ou num projeto Conversar Brasil. Diria o seguinte: era hora de o Governo Federal repassar aos Estados a integralidade dos recursos da Cide e também as concessões de rodovias para fins de privatização ou mediante parcerias público-privadas.

Já falei da reforma política. Vou falar agora que, no âmbito do Congresso, vejo que temos de estabelecer nas Leis Orçamentárias, na LDO e no Orçamento Geral da União limites de gastos com cargos comissionados. Vejo ainda que nós, da Oposição, não aprovaremos a LDO, sem que se retire do seu texto aquela **capitis**

diminutio para o Congresso, aquele dispositivo que diz que o Orçamento entra em vigor de qualquer maneira, se até tal dia não houve aprovação.

Ora, a principal prerrogativa do Congresso brasileiro ou de qualquer Parlamento do ocidente – falo muito da tradição ocidental, sou até repetitivo nisso, pois somos ocidentais – é aprovar o Orçamento. Não podemos perder esse poder, esse peso que é do Congresso. Se aprova o Orçamento em tempo ou não, se aprova ou não, é o Congresso que tem de decidir isso e arcar com as responsabilidades e até com os ônus da decisão que possa pesar sobre ele.

No Orçamento-Geral da União, refiro-me a se contemplarem, com recursos da Lei Kandir, os Governadores de uma vez só, para que o Presidente abra mão do poder de pressioná-los topicamente, aqui e acolá.

Eu não queria Governadores esmoleres, de pires nas mãos, mas com acertos já feitos; eu queria uma repactuação federativa de uma vez. Queria aprovar o PLN nº 11/06, para atender aos servidores do Judiciário, que precisam desse projeto para ter seu plano de cargos e salários sancionado, o que é muito importante, se quisermos ver o funcionamento correto da Justiça.

No âmbito do Senado, remeto à PEC 59/06, que transfere a arrecadação do PIS/Pasep para os Estados. Essa é uma reivindicação dos nossos Governadores; isso interessa a eles. Remeto à PEC 12/06, que estabelece limites para pagamento de precatórios e favorece os entes públicos nos leilões de títulos.

No âmbito da Câmara dos Deputados, diria que há o PLP nº 380/06, que prorroga até 2011 dispositivo da Lei Kandir – esse é um projeto muito bem elaborado pelo competente Senador baiano, Rodolpho Tourinho. Há, ainda, no âmbito daquela Casa, o PLP nº 123, de 2004, que dispõe sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A Câmara precisa apreciar as emendas do Senado, e me parece até que isso já aconteceu ou está acontecendo hoje – estou desinformado quanto ao detalhe final.

Já falei da reforma tributária. Temos de discutí-la. Não quero que o Governo abra mão de recursos substanciais para custear o País. Sei que o Brasil se custeia de maneira viciadamente cara, mas eu queria que fôssemos capazes de simplificar o processo de arrecadação, para aumentar a nossa possibilidade de arrecadar, aumentando a base dos que pagam. E gostaria muito de ver, satisfeitas certas exigências macroeconômicas, uma sinalização para baixo – e seria a CPMF um instrumento essencial – da carga tributária. Isso já seria um bom anúncio pelo País da sua vocação para a solvência e não para a insolvência.

Mas, muito bem. Vou ouvir o Senador Eduardo Suplicy, para depois dizer, Senador José Agripino, que sinceramente sou uma pessoa – e dizia há pouco a um jornalista da minha terra, que estava ali ouvindo-me – cujo temperamento me faz muitas vezes incompreendido. Quem me vê falar – e, às vezes, de maneira enfática – diz: “Esse homem não gosta de dialogar”. O Senador Eduardo Suplicy sabe que não faço outra coisa nesta Casa, a não ser dialogar. S. Ex^a sabe que nesta Casa os acordos se costuram e têm passado muito pela minha capacidade – e também do Senador José Agripino – de transigir e de pensar no País. E não é pela nossa omissão, ao contrário, é com a nossa ação que o Senado hoje pode ter o orgulho de dizer que não tem nada pendente na sua pauta. Tudo aqui é votado.

Agora, nesta tribuna, não me peçam que fale de corrupção com sorriso nos lábios; não me peçam que fale de inércia administrativa com sorriso nos lábios. Eu tenho o direito à indignação, à ênfase... E é por isso que queria dizer – e desejo que o Senador Eduardo Suplicy me dê o aparte no inteiro do meu pronunciamento – que estou estarecido com algumas coisas, Senador. E quero dizer isso diretamente ao Presidente Lula, que está falando e que hoje reitera a disposição para o diálogo. Há algumas coisas que me causam espécie: uma é uma coisa tópica.

Um cidadão que trabalhava no Sebrae foi demitido. Ele é pai de amigos dos meus filhos na escola. Como sei que é competente, recomendei ao Senador Antero Paes de Barros que o aproveitasse na Segunda Vice-Presidência, e S. Ex^a o fez. O Senador Antero, atuante e brilhante como é, atuou muito nas comissões parlamentares de inquérito todas que andaram por esta Casa e pelo Congresso Nacional. S. Ex^a dizia, Senador Agripino, a esse rapaz, Antônio Carlos, para ir à CPI levar e trazer documento, e assim ele foi visto, inclusive, naquela dos Bingos, em que se discutiu muito a figura do Sr. Paulo Okamoto e aquele tal pagamento das dívidas do Presidente. Pois, muito bem: esse rapaz ganha na Justiça o direito de ser reintegrado no Sebrae, Senador José Agripino; volta, assume, e o Sr. Paulo Okamoto o demite. Não é a forma correta de acenar para a Oposição com o diálogo; não é a forma justa, decente. Isso revela um coração pequeno, uma alma menor e perversa, desrespeito à Justiça e capacidade de vingança.

E queria dar um outro dado. Hoje está aqui uma matéria do João Domingos, do **Estadão**, da Agência Estado, que diz: “Planalto estuda criar secretaria para democratizar a informação”. Suponho que a imprensa neste País é livre. E diz a Suprema Corte Americana que ela não tem que ser justa, mas livre.

Hoje mesmo, meu assessor de imprensa chamou-me a atenção para uma nota grosseira, de uma pequena revista, a meu respeito. Disse-lhe: “Se fosse uma revista maior, eu a processaria, mas a essa não vou nem dar bola: é lixo puro”. Eu teria o recurso de processar a revista, se julgasse que era uma coisa válida. Ou seja, não estou desprotegido diante da imprensa; se ela foi injusta, tenho como defender-me. Não posso é cerceá-la.

Parece-me que o Governo não abre mão, Senador Motta, do desejo de cercear a imprensa. Vou enumerar. Houve a tentativa de criação do Conselho Nacional de Jornalismo (CNJ). Foi uma tentativa clara de cercear a liberdade de imprensa. Houve a tentativa de criar-se a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, o famigerado Ancinav, que me parece uma tentativa clara de interferência na criação intelectual. Isso não pode acontecer!

O Governo pretende algo, que ficaria na esfera da Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil: essa tal secretaria para democratizar a informação, que me cheira, Senador Heráclito Fortes, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), gerido por um homem de bem – como de bem foi Getúlio Vargas –, mas que serviu duramente à ditadura de Vargas: Lourival Fontes. O DIP visava a impedir que circulassem as idéias por este País. Só houve uma nesga de liberdade de imprensa com aquela célebre entrevista de José Américo de Almeida, já nos estertores do regime de Vargas, em 1945.

O que se diz aqui? Diz-se que, entre as medidas consideradas capazes de democratizar a comunicação em estudo, estariam mudanças na legislação e nos critérios de concessão de rádio e TV, além do fortalecimento de mídias alternativas e regionais, e que também haveria planos para a TV digital e para a tecnologia da comunicação.

Pergunto: o que é alterar os critérios de concessão de rádio e de TV? Seria entupir a CUT e seus sindicatos afiliados de rádio? Seria isso? Não posso concordar com isso! Seria termos ONGs ligadas ao Governo, cada uma com a sua radiozinha, cada uma com a sua “efeemezinha”, cada uma com a sua “ae-mezinha”? Não posso concordar com isso!

Ou seja, considero que o Brasil dispõe de uma imprensa com uma taxa de liberdade bastante elevada, haja vista a revista **Veja** em particular e o restante da imprensa, que fez denúncias que certamente desagradaram muito ao Presidente Lula e ao Governo brasileiro. A imprensa é livre e ela não precisa da ajuda do Governo para se tornar mais livre. No momento em que alguém tiver de garantir a liberdade da imprensa é porque ela está ameaçada; quando alguém diz que

quer democratizá-la é porque a julga não democrática; no momento em que alguém a julga não democrática é porque esse alguém pode estar pretextando tentar democratizá-la para, na verdade, amordaçá-la de vez. E todo aquele que tenta amordaçar a imprensa é um candidato a ditador, é um candidato a agente autoritário de um regime que não pode ser tolerado nem por mim, nem pelo Senador Mão Santa, nem pelo Senador José Agripino, nem pelo Senador Eduardo Suplicy, nem pelo Senador Motta, nem pelo Senador Heráclito Forte. Não podemos tolerar isso.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiro quero fazer um paralelo com a situação presente. V. Ex^a aqui nos recorda momentos que vivemos quando éramos deputados federais, um episódio importante de seu cotidiano de deputado federal com a hoje Deputada Jandira Feghali quando enfrentaram decisões do autoritarismo do Governo de João Figueiredo. V. Ex^a gostaria que os procedimentos hoje fossem os mais democráticos e respeitosos possíveis, sobretudo entre o Legislativo e o Executivo. Quero dizer a V. Ex^a, com toda a sinceridade, que fiquei feliz quando li a notícia de que V. Ex^a teve um encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que conversaram durante a viagem que fizeram juntos de Três Lagoas a Brasília, muito embora o seu colega, o Líder José Agripino, tenha feito a observação de que talvez fosse de outra forma. A propósito, pondero ao prezado Senador José Agripino que, em verdade, ali se deu algo cujo mérito pode ser atribuído ao nosso querido ex-Presidente Ramez Tebet, que muitas vezes apregoou aqui que procurássemos agir da forma mais harmoniosa possível. Ele era como que uma luz buscando o equilíbrio entre nós todos. No dia de seu funeral, ele conseguiu uma proeza, algo muito difícil, que foi esse diálogo civilizado e respeitoso entre um dos principais líderes da Oposição e o Presidente Lula. V. Ex^a sabe que eu aqui algumas vezes ponderei a V. Ex^a que, quem sabe, a utilização de termos mais respeitosos e adequados fosse melhor, até porque certo dia, V. Ex^a, que teve razões de profundidade para ficar bravo com o Governo, mas não tanto com o Presidente, chegou a dizer que poderia até utilizar-se do seu esforço físico para ...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite? Já se passou muito tempo, mas se alguém ameaça um filho meu, eu repito tudo o que disse naquele dia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem. V. Ex^a sabe que não foi exatamente aquilo e que não houve qualquer orientação ou intenção do Presidente Lula naquele momento. V. Ex^a expressou

um sentimento de pai compreensível. Mas quero dizer que foi muito positiva a sua atitude de aceitar vir com o Presidente e, inclusive, ter um diálogo com ele, que, felizmente, foi nos mais altos termos. Inclusive, levou-se em conta a possibilidade de um diálogo do Presidente Lula com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no momento e na forma em que ambos considerarem adequados. O fato é que se estabeleceu um diálogo positivo, e eu tenho a convicção de que é a vontade do Presidente Lula estabelecer um diálogo sobre temas como o que V. Ex^a acaba de listar. Todos são do interesse maior do Brasil, e nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos dialogar com o PSDB, com o PFL e com os demais partidos para aperfeiçoar cada uma das áreas que necessitam ser aperfeiçoadas, seja a reforma tributária, a questão dos gastos ou da transparência. Queremos que haja maior democracia, maior liberdade de imprensa. V. Ex^a sabe que tenho sugerido ao Presidente Lula que dialogue mais com a imprensa. Sua Excelência, no dia em que se sagrou vitorioso, deu uma entrevista coletiva e afirmou que dali para frente dialogaria mais vezes com a imprensa, algo que V. Ex^a aqui também recomendou ao Presidente. V. Ex^a manifestou sua preocupação e disse que gostaria que a questão ética fosse fundamental para que pudéssemos ter os próximos quatro anos com preocupações de outra natureza e não simplesmente despendendo tanta energia com desvios de procedimentos éticos. V. Ex^a sabe que nós todos, do PT, também queremos que isso venha a acontecer. Então, quero saudar e reconhecer o mérito do Senador Ramez Tebet por ter proporcionado esse encontro que, parece-me, pode ser o início de outros procedimentos muito positivos para a relação entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, em especial o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cumprimento V. Ex^a, portanto, pela maneira como iniciou esse procedimento, inclusive dialogando com o Presidente Fernando Henrique e esclarecendo em que termos poderá eventualmente ser, e assim por diante. Achei muito positivo, com todo respeito pela opinião expressa pelo Líder do PFL.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Suplicy, até para corrigir as coisas. Ou seja, chegaram a noticiar que o Presidente Fernando Henrique teria me repreendido. Não há clima na nossa relação para esse tipo de comportamento. Ao contrário, eu relatei a ele os detalhes da viagem e ele tratou o que era sério com muita seriedade, o que era mais do humor com bom humor. E eu deixo muito claro que eu já passei da idade de ser repreendido já faz algum tempo. Daqui para frente, eu terei de cometer os meus erros e ser criticado, quem sabe, por V. Ex^a, por qualquer pessoa, e até pelo Presidente Fernando

Henrique se ele achar que deve, mas repreendido? Eu já passei da idade de ser repreendido há muito tempo. Ninguém me repreende. Não há ninguém que me repreenda. Eu posso me confrontar com alguém, eu posso... Então, não passa pela cabeça do Presidente Fernando Henrique me desrespeitar. Não passa. Não passa pela cabeça de ninguém me desrespeitar, porque são pessoas corretas e porque eu tenho a firme determinação de não permitir que nenhum ser humano me desrespeite, nem no Brasil, que tem apenas 190 milhões de habitantes, nem na China – se eu fosse chinês, não deixaria um bilhão e quatrocentos milhões de chineses me desrespeitarem –, porque é determinação minha me fazer respeitar pela postura, pela compostura, pelo cuidado que eu tomo com as minhas atitudes públicas.

Então, o que devo dizer é o seguinte, Senador José Agripino. Eu tinha uma cláusula pétrea: o diálogo tem de começar com o respeito à ética. E eu tenho outra cláusula pétrea: o diálogo não pode avançar se o Governo insiste, por exemplo, em projetos como esse que visam a controlar a imprensa. Por exemplo, um sistema público de comunicações a partir da Radiobrás. Isso me cheira ao Coronel Chávez. Isso me cheira ao Coronel Chávez falando o dia inteiro naquela rede de TV e de rádio estatal dele, a soltar impropérios contra todo mundo. Cheira-me a isso, com clareza. E eu não posso tolerar isso. Tenho a impressão de que temos de trabalhar essa comunicação...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já lhe concedo um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu não aceito injustiça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já lhe concedo um aparte. Só um segundo, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu sou contra injustiça. Coloque Morales também, pois os dois se parecem muito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Evo Morales, sem dúvida. Há outras ameaças. O nosso continente vive um certo momento obscuro.

Uma má notícia para o povo venezuelano e uma boa notícia para a democracia é que o preço do barril de petróleo caiu, voltando para normais US\$58.00. Isso vai limitar, necessariamente, as “destrambelhices” do Coronel Hugo Chávez, embora essa seja uma notícia ruim para a Venezuela. Essa riqueza natural que Deus ofertou à Venezuela seria suficiente, ao longo do tempo, para que ela tivesse outra feição sócio-econômica, mas ela não tem essa outra feição sócio-econômica. É um povo tão prodigalizado pela natureza sob o aspec-

to da fatura de petróleo, mas, ao mesmo tempo, tão vilipendiado por sucessivos ditadores – eu me lembro de um Pérez Jiménez – ou supostos democratas incompetentes e corruptos que passaram por lá. Agora, há essa figura que se imagina um messias e que resolve sustentar aquele regime esclerosado de Cuba, com dinheiro que deveria ser para as favelas dos arredores de Caracas, para a Venezuela. Enfim, é um destrambelhado mesmo.

Eu estou aqui a dizer que o Governo precisaria dar demonstrações de boa vontade. Se o Governo se dispõe a democratizar a informação, é porque o Governo pretende interferir na forma de agir da imprensa brasileira. E, se ele quer interferir na forma de agir da imprensa brasileira, ele terá que enfrentar a nossa resistência, já deixando bem claro que será ingloria a sua tentativa de obter esse resultado. Será ingloria, porque a democracia brasileira é consolidada, o Brasil – graças a Deus – está em um estágio bem acima do da Venezuela e muito acima do da Bolívia. O Brasil não tolerará, de forma alguma, que se mexa para pior, na direção do cerceamento da liberdade de imprensa deste País.

Senador Heráclito Fortes, concedo um aparte a V. Ex^a, e encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, a correção que eu gostaria de fazer era para que V. Ex^a não cometesse uma injustiça, omitindo o nome dos inspiradores do Presidente Lula. V. Ex^a falou de Hugo Chávez e se esqueceu de Evo Morales. Digo isso porque, se V. Ex^a se detiver em observar o modelo de amordaçamento de imprensa que se tenta implantar no Brasil, é exatamente o modelo implantado na Venezuela e na Bolívia. Exatamente. E quer se trazer para cá. É modismo, é o novo populismo que se tenta implantar. Um populismo às avessas, em que a popularidade por meio de gestos exóticos, muitas vezes, dos pretensos ditadores...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...é em detrimento das liberdades do povo. Nada mais antiquado, nada mais repulsivo do que se tentar, em um momento como este, reeditar um modelo da década de 40. Será possível que vamos voltar à época da receita de bolo ou dos versos publicados nas folhas de jornais, substituindo matérias de conteúdo em defesa da liberdade? É uma questão em que não podemos nem de longe pensar, Senador Arthur Virgílio. Daí por que me congratulo com V. Ex^a. Esse é um tema sobre o qual não podemos cochilar, temos que trazê-lo permanentemente a esta Casa e à imprensa brasileira, pois estamos vivendo um momento em que jornalistas são

considerados **personae non gratae** em dependências de órgãos públicos, são empurrados...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite?

O último diálogo com a imprensa resultou em uma contusão de certa seriedade para a brilhante, jovem e bela repórter da agência Reuters aqui nesta Casa. Ela tirou ontem, ou anteontem, o gesso. Levou um tranco, no dia seguinte à posse.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Encerro o meu aparte, mas eu pediria encarecidamente que V. Ex^a esclarecesse esse fato. Eu o desconheço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A moça foi agredida, na porta do Palácio, no dia seguinte à vitória, quando o Presidente anunciou que... A Natuza. Perdão? Mas a da agência Reuters também. Eu tenho certeza, eu a vi.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – As universitárias que nos auxiliam dizem que não foi a jornalista Natuza, mas a jornalista Roseana, também da agência Reuters.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, quero comunicar às universitárias que foram duas as agredidas. Foram duas. Foram duas, porque a moça, eu a vi com colete e a vi sem colete.

O Governo demonstrará grandeza...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente, Senador Virgílio, que, como a Natuza é mais forte, resistiu com mais bravura às pancadas. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, é uma moça franzina, frágil, que estava cumprindo com seu dever, em condições inóspitas, tarde da noite.

O Governo demonstrará grandeza se recuar, de uma vez por todas, dessas tentativas de cerceamento das liberdades.

Recomendo aos democratas brasileiros, Senador Almeida Lima, que entrem no *site* “www.pt.gov.br”. Lá estão todas as idéias...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – (*Fora do microfone.*) Ponto “org”, não é Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É. Ponto “org”: “www.pt.org.br”. Como eles aparelham tudo, podia ser que, de repente, confundissem “org” com “gov”. V. Ex^a está me corrigindo. Lá está tudo que o PT imagina que seja bom no segundo mandato do Presidente Lula do ponto de vista de justiça social, reforma política, reforma econômica. E aí entra o famigerado projeto que eles chamam de “democratização da mídia” e que, na verdade, para mim, é um esgar “chavista”, é um esgar “varguista” do tempo não constitucional, do tempo da ditadura.

Eu, àquela altura, até por raízes familiares, se fosse alguém que pudesse militar, se eu existisse àquela altura da ditadura de Vargas e se fosse alguém que pudesse militar, eu apoiaria Vargas, até porque sou de uma família trabalhista. Meu pai foi líder do PTB na Câmara, líder do PTB no Senado e líder do Governo João Goulart. Agora, não haveria ninguém que me impedisse de enfrentar a ditadura Vargas naquele período...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...naquele período de 1937 a 1945, como enfrentei a ditadura brasileira de 1964 a 1984. E como enfrentaria qualquer ditadura por entender que não é possível se suprimir o regime de liberdade. Todas as vezes em que as liberdades falecem em qualquer país, pagam principalmente aqueles que as ditaduras dizem querer proteger, que são as grandes massas populares.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo este alerta; ou seja, se o Governo quiser demonstrar grandeza e boa vontade, que recue dessa tentativa que a mim me soa como o DIP de Lourival Fontes. Recue. Recue e demonstre o seu compromisso com a democracia, porque, a partir do compromisso com a ética e com a democracia, poderemos chegar a uma agenda que eu denominaria Agenda Conversar Brasil.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Apenas para dizer que, lamentavelmente, sergipano.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sergipano?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – O Lourival Fontes, do DIP.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Homem de bem. Não se podia acusá-lo de nada que significasse apropriação de recursos públicos. Homem direito, homem correto, mas, infelizmente, com essa nódoa, com essa mancha. Foi alguém que teve como função no governo ditatorial de Vargas, o governo que apadrinhou torturas, o governo que teve o depois Senador Filinto Müller como o sicário, aquele que entregou Olga Benário aos nazistas.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador, basta a leitura de **Subterrâneos da Liberdade**, de Jorge Amado. A sua trilogia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. É imortal.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – ...**Agonia da Noite, Os Ásperos Tempos e A Luz no Túnel**. Ali dá para se conhecer muito bem esse período de Vargas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É imortal. É incrível que todos eles eram homens de

bem, Senador Mão Santa. Filinto Müller era um homem correto do ponto de vista de dinheiro, ou seja, o Brasil não era uma República em que florescessem os ladrões da coisa pública. Essa praga veio um pouco depois. Todos eles, a começar por Getúlio, homens de bem. Agora, perpetraram os piores crimes contra as liberdades neste País, entre 1937 a 1945. E, de 30 a 37, sobretudo a partir de 1934, com o malogro da Constituição classista desse ano, não fizeram outra coisa senão tentar implantar um regime que cassasse as liberdades.

Portanto, não posso, de forma alguma, absolver o Getúlio de 1937 a 1945 e posso...

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Permite-me um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concedo um aparte, Senador.

Posso, sim, dizer que vi um outro Getúlio, o de 1950 a 1954, aquele que teve a coragem suprema de... Meu Deus, aquela coisa trágica do suicídio! Mas aquele Getúlio constitucional deixou marcas muito mais positivas do que aquele que não deixou qualquer marca positiva, que foi o Getúlio da ditadura, da negação das liberdades.

Então, ditadura, Senador Mão Santa, não quero nem que eu seja o ditador. Não quero ditadura, pura e simplesmente. E insurjo-me contra qualquer tentativa de cercear a imprensa neste País.

Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Bastaria lembrar Graciliano Ramos, com **Memórias do Cárcere**, que traduz o que é a ditadura – e de um bom ditador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É outra obra imortal igualmente.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – ...que foi Getúlio Vargas. E Elio Gaspari, com a coleção sobre a ditadura militar. Então, vamos salvaguardar a democracia, que tem de ter governo e oposição. E nós somos oposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, V. Ex^a sintetiza muito bem. E com essa síntese tão brilhante e agradecendo ao Presidente por ter abusado do tempo, encerro esta fala, imaginando que o Governo tem mesmo a seguinte encruzilhada, que já está aí posta: recuar de qualquer pretexto que vise no fundo a cercear a liberdade de imprensa e a informação neste País.

Outro dia, eu falava aqui que o Presidente Lula começará seu segundo mandato legitimado por 60 milhões de brasileiros. Nós perdemos as eleições, legitimados por 40 milhões de brasileiros. Não é pouco! Não dá para uma força desconhecer a outra. Não dá para

ele desconhecer os nossos 40 milhões de votos e nós não desconhecemos os 60 milhões de votos dele.

Por isso, não é correto dizer que não dialogo. Se tiver uma pauta, eu dialogo. Como é que não dialogo? Como é que vou virar as costas para 60 milhões de brasileiros? Porém, algumas pré-condições têm de ser estabelecidas. Uma delas é o compromisso com a ética – inarredável! A outra é o compromisso com a liberdade.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – V. Ex^a fala em 60 milhões de votos. Evidentemente, porque deseja expressar um número redondo. Eu preferiria dizer exatamente os 58 milhões de votos que ele teve. Mas é preciso não perder de vista...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É que eu também arredondei os votos do Alckmin.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Mas é preciso não perder de vista que, do outro lado, no qual eu me encontro e V. Ex^a também, foram 67 milhões de votos entre os de Alckmin, abstenção...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E os que não votaram.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – ...nulos e brancos. Portanto, ele não governa com a maioria da vontade do povo brasileiro, não. A maioria ficou do outro lado: 67 milhões contra 58 milhões. Então, não é essa legitimidade toda que se apregoa por aí aos quatro cantos do País. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a porque o alerta precisa ser permanente, pois já dissemos, por diversas vezes, nesta tribuna, que o perfil desse Governo e desse Partido é o do totalitarismo que, em qualquer circunstância e a qualquer preço, temos de evitar. E, se for o caso, bani-lo mesmo. Totalitarismo, jamais! Ninguém suportará isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem inteira razão quanto à definição democrática. E peço mais um minuto para concluir, Sr. Presidente. É ela a nossa definição: a definição pela democracia.

No entanto, sinceramente, nem faria conta, porque fui o primeiro orador, no dia seguinte à vitória do Presidente Lula no segundo turno, a vir a esta tribuna reconhecer a derrota das forças que integro e dizer que não questiono a legitimidade do resultado eleitoral. Se eu fosse dos tempos de João Goulart, não estaria entre as vivandeiras que tentaram derrubá-lo por meio dos quartéis. Não sou vivandeira! Não conspiro; eu enfrento! Apóio, com clareza, aquilo com que concordo. Não sou vivandeira. Reconheço a derrota eleitoral. Reconheço o resultado das urnas. Reconheço que, nas regras do

jogo que foram postas, eu perdi. Reconheço isso e não vejo que isso seja mortal.

Pretendo que cada um de nós faça valer sua prerrogativa e cumpra com o seu papel. Qual é o meu papel? É o de Líder de um Partido que, junto com o PFL, teve, nessas eleições – arredondando também –, 40 milhões de votos. Não é nada pouco. Temos responsabilidades para com essa parcela expressiva do eleitorado, que não pode ser ignorada por ninguém. E nós não queremos ignorar os 58 milhões de votos (e eu arredondei para 60 milhões) obtidos pelo Presidente Lula.

Alguns dizem: “Foi o Bolsa-Família”. Não estou aqui para desmerecer o eleitor do Bolsa-Família. Para mim, é um voto que vale tanto quanto o meu, quanto o de Bolívar Lamounier. É o voto do eleitor. Eu queria o voto direto, universal, secreto. Temos isso hoje, não vou estabelecer categorias de votos.

Digo, de maneira muito simples, Sr. Presidente: nós perdemos a eleição. No entanto, porque ganhou a eleição, o Presidente não tem o direito de, no mesmo passo em que diz que quer dialogar conosco, apresentar projetos que ameaçam as liberdades neste País. Porque, aí, sim, Senador Almeida Lima, nem 200% de votos dariam a ele o direito de esmagar a democracia brasileira que tivesse permitido a ele obter os tais 200% de votos.

Ou seja, quanto mais votos, Presidente Lula, mais V. Ex^a deve respeitar as regras do jogo que o elegeu. É um desrespeito às regras do jogo, Sr. Presidente, procurar cercear ou limitar a liberdade de funcionamento da imprensa neste País. Sem liberdade ou com menos liberdade o que vai vicejar mesmo é a erva daninha da corrupção, é a erva daninha da negociata, é a erva daninha da violência contra os adversários. É tudo do que não carecemos.

Pretendo, com clareza e com absoluto respeito à regra do jogo, dizer que não viro minhas costas para o diálogo e apenas exijo agenda. Antes de exigir agenda, exijo ética e respeito às regras do jogo democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Passa –se à

ORDEM DO DIA

Conforme acordo das Lideranças na sessão de ontem, a Ordem do Dia de hoje sra apreciada na sessão da próxima terça-feira.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 314, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 28-11-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 315, de 2006, que *dispõe sobre operações de crédito, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do §1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1922, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.*

Relator revisor:

Prazo final: 1.12.2006

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo*

ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras*.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (trata da ordem social).

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 41, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 10, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que *dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos*.

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (somente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e – 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e
97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 70, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e
97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 97, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999;
nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70
e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e*

acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências” (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.*

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2005

(*Matéria a ser declarada prejudicada*)

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho*; e

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2006

(*Matéria a ser declarada prejudicada*)

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal*.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino dentro da determinação da alternância, Senador Mão Santa. Em seguida, V. Exª fará uso da palavra e, depois, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista Motta, Srªs e Srs. Senadores, quero confessar a V. Exªs uma preocupação e, em função dela, quero apresentar algumas sugestões. São sugestões de um oposicionista que existe para denunciar, criticar, fiscalizar, mas também para sugerir caminhos para que este País se encontre.

Vamos à preocupação: duas declarações do Presidente da República – uma dada há poucos dias e outra dada hoje. Acho que foi na semana passada, em Barra do Bugres, Mato Grosso, que o Presidente disse, ainda na euforia da vitória: “Vou me dedicar até o dia

31 de dezembro para destravar o País. Ou seja, tem algo – e não me pergunte o que é ainda – que eu não sei e não me pergunte a solução, que não tenho, mas vou encontrar, porque o País precisa crescer”.

Há uma dupla interpretação. A interpretação da humildade do Presidente ao dizer que existe um problema, que o País está travado, que ele não sabe qual é a solução, mas que vai encontrar, a interpretação da humildade no reconhecimento de um fato, mas há também a interpretação de que o Presidente não sabe o que fazer. Ou seja, um misto de humildade com desinformação ou despreparo.

Hoje, o Presidente deu uma outra declaração, depois da reunião com os Governadores. Disse que só quer a oposição a partir de 2010, que não cobrem dele até 2010; depois de 2010, não será mais candidato e a oposição poderá existir.

Não dá para entender. Uma declaração de desinformação com um misto de humildade, e outra, de arrogância, de uma reunião com Governadores, declarando que Oposição só tem direito depois de 2010.

Digo isso porque, no meu pequeno universo, já passei por experiências como as que o Presidente Lula deve estar enfrentando neste momento. No primeiro Governo, ele era uma novidade. Ele era um líder operário que chegava à Presidência da República, inventou uma série de coisas, como o Fome Zero e o Primeiro Emprego; ganhou tempo; transformou o Fome Zero em Bolsa-Família; foi levando; continuou a política econômica que já vinha; conseguiu segurar a inflação com o prosseguimento da política econômica; aproveitou a bonança internacional e pôde gerar poucos, mas alguns empregos. Perdemos o bonde da história, é verdade. Agora, ele foi reeleito, não é mais novidade. Está carregado de compromissos tomados durante a campanha eleitoral e vai ter de ser um Presidente de quem vai se cobrar eficiência, competência e cumprimento de compromissos de campanha.

Ele não é mais novidade. Agora, ele é um Presidente normal, como qualquer outro, de quem se vai cobrar eficiência, retomada de crescimento, 5% de crescimento do PIB, pelo menos, conforme vem prometendo. Ele deu a declaração em Bugres de que não sabe o que fazer, mas que vai lutar para fazer.

Na reunião dos Governadores, aonde foram dezesseis ou dezessete Governadores, não se chegou a entendimento algum, porque ele não foi capaz de liderar uma fórmula, um entendimento com os Governadores.

O País de quando o Presidente venceu as eleições para cá não viu nenhuma novidade acontecer. E, então, quero fazer uma reflexão com V. Exªs, em função da minha modesta experiência pessoal na minha província, o Rio Grande do Norte. Fui eleito duas vezes Governador,

em 1982 e em 1990. Em 1990, fui eleito Governador pela segunda vez, enfrentando todos os adversários juntos. Venci a eleição diante de uma carga de expectativa monumental. Venci a eleição contra um candidato que havia saído do meu sistema político, apoiado por todos os meus tradicionais ou não-tradicionais adversários. Venci a eleição sozinho contra um pedaço do meu sistema e todo o sistema contrário a mim.

Quando cheguei à vitória, fui tido no Estado como uma espécie de meio herói, e a realidade que encontrei quando assumi o governo foi duríssima. Presidente João Batista Motta, naquela época, 1990, toda a arrecadação do Estado, somando tudo – ICMS, Fundo de Participação, *royalties* de petróleo, IPVA, tudo – não pagava a folha de pessoal. O Estado devia duas folhas e meia. Toda a arrecadação não pagava uma folha de pessoal, o que dirá o custeio da máquina; o que dirá as dívidas acumuladas.

E eu, como super-herói eleito, diante de uma carga de expectativa monumental, com a popularidade na estratosfera, precisava consertar o Estado e me coser com minhas próprias linhas.

Era uma realidade dura, como a que o Presidente Lula está colocando nessa declaração que fez: “O País está travado. Não sei o que fazer, mas vou fazer”. Não sei o que fazer, mas vou fazer! Foi eleito há aproximadamente um mês e até agora não fez nada.

O que eu fiz? Havia ganho a eleição e estava no pico do meu prestígio. O que eu fiz no primeiro mês da nova administração? O que me preparei para fazer na transição? Eu fiz o que foi preciso com muita coragem para fazer. Demiti 4 mil pessoas, naquela época. Fechei as portas de sete secretarias e quatro empresas. Demiti 4 mil pais ou mães de família contratados irregularmente, para economizar na folha de pagamento. Fechei dez órgãos, para diminuir a despesa. Enfrentei a impopularidade de frente.

Lembro-me, como se fosse hoje, de que, por volta de oito e meia ou nove da noite, no carro do Governador, com aquela bandeirinha na frente, abrindo as portas do Palácio Potengi, uma mãe com uma moça mandou parar o carro. Eu mandei que o motorista parasse. Ela pediu para abrir a janela e eu a abri. Ela disse: “Governador, votei no senhor; arranjei tantos votos para o senhor e a primeira coisa que o senhor fez foi demitir a minha filha?!”. Eu não consegui dormir de noite, evidentemente. Em quantas daquelas mães eu não tinha provocado amargura e quase desespero?

Mas eu não tinha o direito de pensar em mim. A minha obrigação era pensar no futuro do meu Estado, como a obrigação de Lula é ser duro, fazer o que tiver de ser feito, aplicar os remédios amargos, pensando naquilo que ele disse, no futuro do País.

No fim do primeiro ano, Presidente João Batista Motta, foi feita uma avaliação de popularidade entre os Governadores do Brasil, e eu fui o último, eu fui o mais impopular, porque eu cancelei, por Decreto, toda e qualquer despesa, e cancelei o pagamento de qualquer tipo de compromisso, porque eu precisava adequar a receita à despesa.

Ora, toda a arrecadação não pagava a folha de um mês. O Estado devia dois meses e meio, e o que arrecadava não pagava a folha de um mês. Eu tinha de vencer um pretérito e colocar em marcha o Estado! Imaginem a minha amargura! Eu tive de fazer aquilo que foi duríssimo fazer, mas fiz. No fim do ano, o meu índice era menos 27, e eu tinha 27 pontos a mais de “ruim” e “péssimo”, do que de “bom” e de “ótimo”. Mas fiz o que tinha de fazer e, nos dois anos seguintes, coloquei o Estado em marcha e terminei ganhando a eleição para Senador, às custas de coragem, de determinação e de honestidade de propósito.

Um administrador só é bom quando administra na escassez. Eu acho que Lula precisa compreender isso. O Lula nunca foi administrador. Ele tem de compreender uma coisa: administrador tem de saber administrar a escassez ou tem de produzir poupança e disponibilidades. Ele não sabe o que fazer. Pois eu vou dar a ele algumas sugestões. Vai aqui a palavra do Senador Mão Santa, do opositorista que quer dar uma palavra de aconselhamento ao Presidente, em função de experiências pretéritas.

Senador Arthur Virgílio, o Presidente Lula não se apercebeu ainda, ao dizer que vai fazer o País crescer 5% ao ano, que, se conseguisse este milagre antes de 2010, por culpa do Governo dele, iria ocorrer o inevitável apagão. Com a energia elétrica de que o País dispõe hoje, se o País crescer 5% ao ano – como eu gostaria que ele crescesse –, antes de 2010, ele será travado pela falta de energia elétrica. Por quê? Por culpa do Governo dele, pelo marco regulatório que ele, Governo Lula, produziu, sob o meu protesto.

Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, depois que o setor elétrico foi privatizado, passamos a cobiçar o investimento privado, seja interno, seja externo. V. Ex^a sabe o que o Governo Lula fez? Privilegiou o capital estatal. No marco regulatório, da tarifa de energia elétrica concede-se um privilégio em preço ao que se chama em energia velha.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já ouço V. Ex^a. Um minuto apenas.

Privilegia-se a energia velha. O que é energia velha? É a energia das estatais, aquelas que não foram capazes de produzir superávits para gerar investimento

e para gerar produção de energia a mais – daí o processo de privatização. Privilegiou-se, no marco regulatório, um processo tarifário que beneficia a energia velha e penaliza a energia nova. São duas tarifas: uma melhor para quem já tinha feito o investimento e uma pior para quem quisesse investir. Quem é que vem investir se houver tarifa inconveniente? Não veio ninguém! Preveni um milhão de vezes! Não veio ninguém. Planta-se hoje a energia elétrica para colhê-la daqui a cinco anos.

Há quatro anos, mudou-se o marco regulatório e travou-se o processo de investimentos. A trava a que ele se refere, em que o País se encontra, foi parte gerada por ele, pelo marco regulatório dele.

Quer uma saída? Comece agora, Presidente! Chame a Oposição, reúna sua base parlamentar! Não precisa ser no Palácio do Planalto, aqui no Congresso, como fizemos quando foi negociado o marco regulatório mal feito. Vamos reunir Governo e Oposição e vamos destravar o marco regulatório para possibilitar que o capital privado seja de novo investido na geração de energia elétrica, para que, daqui a cinco anos, haja energia elétrica nova, gerada por quem tem capital, que é o capital privado nacional ou internacional.

Os investimentos existentes nesse meio tempo foram apenas aqueles que produziram para consumo próprio ou aqueles já iniciados e que não tiveram como parar.

Quer um conselho? Mude o marco regulatório! Do contrário, a trava a que Vossa Excelência se refere, Senhor Presidente, não será retirada por culpa sua! E, se quiser retirá-la, tome a iniciativa de fazer um marco regulatório moderno. Livre-e do atavismo, livre-se do cacoete ideológico, atrasado; sintonize-se com o mundo e entenda que o capital só vem para o Brasil se ele for remunerado!

E o marco regulatório produzido por V. Ex^a, ao invés de atrair, está espantando capital.

É o primeiro conselho que dou. Darei outros a seguir.

Quero ouvir, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a aborda um tema que nos leva a refletir. Para mim, há vários flancos a serem analisados. O Governo falhou no flanco ético, e isso travou o desenvolvimento. O Governo falhou no flanco administrativo – não podemos dizer que o conjunto de Ministros do Presidente Lula tenha colaborado para acrescentar qualquer deltazinho ao crescimento econômico que o Brasil obteve nesses quatro anos. Então, falhou no flanco administrativo. O Governo Lula falhou, a meu ver – e digo isso com pesar, porque tenho profunda estima pessoal pelo Ministro Celso Amorim –, no flanco da política externa, porque já se sente efeito negativo sobre a economia do País a partir do que me parece

uma política externa equivocada – terceiro-mundista, não maximizou os acordos bilaterais possíveis, virou de costas para os Estados Unidos. Falhou no flanco regulatório, e V. Ex^a abordou com enorme percuciência esse tema. Não tenho nada a acrescentar ao que V. Ex^a disse, tomando como exemplo o setor elétrico. Não tenho. Não foi capaz, por aí, de aumentar a chamada formação bruta de capital fixo, a taxa de investimentos, que está estacionada em 20% como proporção do Produto Interno Brasileiro. Falhou no flanco fiscal e, ao invés de se falar em 5% para 2007, o realismo mandaria se imaginar mesmo que o crescimento será necessariamente medíocre, até porque 2007, em função da gastança fiscal desenfreada de 2006 e parte de 2005, é ano de contenção. Não é ano de expansão. Falhou no flanco fiscal, e o Brasil falhou no flanco das reformas estruturais, que, pura e simplesmente, não foram para frente eu diria nos quatro anos iniciais do Presidente Lula da Silva. Onde o Presidente Lula não falhou, isto lhe garantiu a reeleição: no flanco da política monetária. O Presidente deve – e eu disse isso a ele – ao Meirelles a reeleição mais do que ao Bolsa Família. Ele deve ao Meirelles porque alguns dizem: “Houve exagero”. Como é que não ia exagerar o Banco Central, se estava cercado de fracasso por todos os lados? Como é que ia deixar de cumprir com rigidez o seu dever, que é o de proteger a moeda? Então, a sensação de políticas sociais compensatórias amparadas por inflação baixa, isso tudo gerou a possibilidade de o Presidente Lula obter ampla votação nos setores de renda mais baixa. Vejo que, se há um setor que merece ser analisado positivamente, esse setor é precisamente o flanco monetário. Mas os demais falharam, e não estou vendo nada que indique que, em 2007, a situação será diferente ou mais positiva, se as coisas caminharem no rumo em que caminham. Não estou vendo possibilidade de aumento significativo da taxa de investimentos. Vejo que, com realismo, deveríamos discutir uma proposta de agenda de reformas nesse País para visarmos ao crescimento sustentável nos anos seguintes a partir do possível. Nos anos seguintes. Pode esporadicamente o Governo Lula experimentar um crescimento de 5%, como cresceu 4,9% em algum momento deste seu mandato, como depois voltou a cair; como o Fernando Henrique viu crescer 5% em uma das vezes do seu segundo mandato. Mas o Brasil não tem as pré-condições necessárias para crescer de maneira sustentável, com inflação baixa; portanto, por longo período, a partir das condições objetivas que são enfrentadas pelo Presidente Lula. Digo isso como brasileiro. Logo, V. Ex^a está coberto de razão quando acena com a idéia de que o Brasil, infelizmente, terá crescimento pífio neste ano – e digo, com toda certeza, menos de 3%. E, no ano que vem, lamento imaginar que abaixo de 3,5%. Nada parecido com 5%, nada parecido com 5% mesmo! Poderá acontecer o aborto do crescimento de 5% em um

dos anos dos quatro a depender exclusivamente de condições internacionais, não de condições endógenas, de condições montadas e trabalhadas aqui mesmo. Daí a necessidade que vejo de profundas mudanças na forma de gerir o País por quem o detém e por quem foi reeleito inclusive para propiciar ao povo brasileiro melhoras, sob o ponto de vista de mudanças positivas. Parabéns a V. Ex^a. Quando abordou a questão da ausência de marcos regulatórios confiáveis, V. Ex^a o fez com o brilhantismo que me prendeu ao plenário para ouvi-lo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, muito grato pela consistência do seu aparte. V. Ex^a fez algumas considerações da maior importância e profundidade: macroeconômicas, de política internacional, de País no contexto internacional e deu algumas sugestões.

O nosso tempo, Senador Arthur Virgílio, é muito pequeno para discorrermos aqui sobre propostas.

Estou querendo centrar-me em um conselho que não é conselho, é um convite: uma reunião entre Governo e Oposição para destravar o País.

Não há nenhuma hipótese, Senador João Batista Motta, nenhuma, de este País crescer a 5%, em dois, três, quatro ou cinco anos se não mudarmos o marco regulatório e se não atraírmos de novo os investimentos privados para geração de energia elétrica. Se crescêssemos – o que não vamos conseguir, e sobre o que, a seguir, lamentavelmente vou discorrer – dois anos, em 2008/2009 estaríamos no apagão, porque a energia elétrica disponível no País zeraria. Quero que o Governo me conteste, quero que o Governo me conteste isso!

Hoje, na sede do Partido, houve uma grande exposição do Dr. Cláudio Adilson, e ficou claríssimo este fato.

Lamentavelmente, perdemos quatro preciosos anos por conta de um perverso – um perverso! – marco regulatório que atrasou o País, que impediu os investimentos, que travou os investimentos – travou os investimentos. E o Presidente fala em travas!

Vamos sentar à mesa de negociação e vamos repactuar o novo marco regulatório, vamos tomar providências antes que seja tarde demais.

Quer fazer entendimento em torno do interesse nacional? Vamos fazer! Deixe-me dar a minha sugestão. Quero que me contestem!

Vamos ao marco regulatório, mas vamos também, para retomarmos o crescimento econômico do País, aos pontos fulcrais.

O Senador Arthur Virgílio foi brilhante na sua conceituação.

Eu quero – em função do que eu vivi como Governador – fazer colocações de ordem prática. No marco regulatório, Senador Arthur Virgílio, nada como a prática. Cadê o lucro das Chesfs, de Furnas, de Três Marias para

gerar investimentos novos? O marco regulatório objetivava aumentar os lucros das estatais com tarifas convenientes, favorecidas. Não houve isso, e impediu-se o capital privado. Vamos rever o marco regulatório. Não tem outro caminho, a não ser que a história da trava seja para inglês ver. Vamos retomar o crescimento; vamos fazer crescer; vamos começar pelo marco regulatório e, em seguida, vamos criar as condições mínimas para o crescimento. Como faremos isso? Está nas mãos do Governo. Está nas mãos do Governo promover a simplificação tributária, levando a sua Base de Apoio a votar a reforma tributária que, aliás, já votamos. O Governo quer avançar o País, que se mova no sentido de aprovar a reforma tributária, que está na Câmara, já votada por nós – repito –; reúna os Governadores, exerça a sua liderança; encontre o ponto de afinamento entre os Poderes Executivo e Legislativo e leve as Bancadas do Governo a votarem a reforma tributária! Com isso, promover-se-á uma simplificação tributária; vai gerar um fato positivo para o investidor. Vamos sentir à mesa de negociação. Não precisa ir ao Palácio do Planalto, é aqui no Congresso mesmo. É aqui mesmo no Congresso! Vamos baixar os juros. Vamos fazer uma festa de conagração entre o Governo e a Oposição. A inflação está estabilizada. É perfeitamente possível baixar os juros numa proporção muito maior do que 0,5% a cada mês, mês e meio. Vamos atender a um reclamo do País, e que a Oposição se bate há tanto tempo: vamos fazer o pacto da baixa da taxa de juros! Está nas mãos do Governo. É só o Governo que pode, todo mês, no Copom, propor e fazer o abaixamento da taxa de juros. Aprove a reforma tributária, como já a aprovamos. Use a sua base política! Abaix os juros! Com isso, já se dará um alento importante para que cresçamos 3,2%, 3,5% e chegue à casa dos 3,8%. Vamos fazer algo que fiz quando Governador: vamos baixar um decreto, como eu baixei. Vamos limitar. Baixa por decreto, e quem não cumprir será demitido. Vamos limitar despesas. Vamos congelar contratações. Vamos limitar despesas de custeio. Vamos acabar com negócio de Funasa, gastando mais dinheiro em diária de viagem e passagem aérea do que em investimento. Vamos baixar um decreto limitando despesa no setor público, para dar o exemplo de austeridade a Estados e Municípios. Eu não vejo isso! O que eu vejo é somente liberalismo, libertinagem no serviço público. Eu não vejo nenhuma atitude austera por parte do Governo. O que custa ao Governo dar uma demonstração de austeridade – a não ser que ele não queira se desgastar, baixando um decreto de limitação de despesas por Ministério, por rubrica orçamentária, e quem ultrapassar os limites é demitido! Quem quer consertar um País, como eu consertei o meu Estado, tem de ser duro e se submeter ao desgaste, inclusive. Que o faça Lula! Que o faça, Presidente Lula! Se quer destravar o País, tem de ter coragem para adotar posturas que não adotou até agora.

Se fizer isso, Presidente, Vossa Excelência vai ter a alegria – a qual vamos compartilhar – de, diminuindo a despesa pública, baixando a taxa de juros, Vossa Excelência fazer aquilo que eu mais quero: diminuir a carga tributária para, aí, sim, atrair investimentos de verdade, de pessoas que venham ao País para ganhar dinheiro com atividade produtiva e não dinheiro com dinheiro. A taxa de juros de hoje faz com que as pessoas invistam para ganhar dinheiro com dinheiro. Ninguém investe em empresa privada porque não há mercado consumidor e porque a carga tributária significa o Governo ser sócio do investidor. Trinta e oito por cento, sem fazer força. Baixar impostos significa diminuir o gasto público e qualificá-lo. Se assim o fizer, de acordo com a minha experiência, Senador Heráclito Fortes, Senador Renan Calheiros, é perfeitamente possível baixar a carga tributária como ele comprometeu. Disse mais: se ficasse evidente que a carga tributária havia crescido, ele tomaria a iniciativa de baixar impostos. O Ministro Mantega declarou que a carga tributária aumentou, e não houve nenhuma diminuição de carga tributária. Se quiserem destravar o País, a receita é fácil, é dolorosa, mas é fácil: vamos começar pelo marco regulatório; vamos aprovar a reforma tributária; vamos baixar os juros; vamos limitar as despesas; vamos baixar os impostos e vamos agir com honestidade. Aí, Presidente Lula, seja implacável!

Presidente João Batista Motta, em governo – fui duas vezes Governador –, se se quiser ter custo de obra, custo de serviço público compatível com a escassez do dinheiro, tem-se de fazer tudo pelo menor possível. E só se consegue fazer isso se se for implacável com aqueles que metam o dedinho no dinheiro público: os ladrões. Ao flagrar o primeiro deles com o dedinho no Erário público corte a mão dele. Foi assim que fiz. Toda às vezes em que eu, sem denúncia, identifiquei corrupto em governo meu, eu cortei a mão; demitia no ar; tomava providência exemplar para que o exemplo do governo repercutisse sobre toda a administração; para que eu pudesse fazer a obra pelo menor preço possível; para que não existisse intermediário no serviço público cobrando bola ou propina por aquilo que tem de ser prestado: o serviço de graça para o contribuinte que paga o salário do servidor público.

O Presidente tinha de agir exemplarmente, não precisaria nem esperar que a denúncia acontecesse. Sua Excelência sabendo que os seus estariam praticando a corrupção, ele teria de ter tomado atitudes exemplares para gerar aquilo que ele prometeu: um custo Brasil menor, pela eliminação do elemento corrupção. Se o Presidente assim fizer, ele seguramente estará, como disse no discurso, destravando o País. Fora isso, é bravata, é conversa fiada e serão mais quatro anos perdidos para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que falará como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Batista Motta, que preside esta sessão; Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem por intermédio do sistema de comunicação, entendo que representar o povo é muito importante.

Senador João Batista Motta, outro dia, lendo o livro dos oitenta anos de Brossard, registrei onde ele diz que chegou a esta Casa e fez uma reflexão sobre o que faria, já que ele representava três milhões de gaúchos à época. Como são três representantes por Estado, ele representava um milhão de gaúchos, portanto, um terço. Então, ele disse que a única coisa que podia fazer era falar o que o povo tinha vontade, mas não podia, porque estávamos na ditadura. Brossard eternizou-se. Aliás, Senador José Agripino, ele é um dos poucos vivos que me prendem a este Partido, o PMDB. O que me prende ao PMDB, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que já foi do MDB, são as mesmas ligações. Eu fiz uma reflexão e concluí que o que me prende ao PMDB são os mortos, Senador João Batista Motta: Ulysses Guimarães; Teotônio Vilela, com câncer, moribundo. Quando vi Ramez Tebet... E esse Teotônio saiu pregando a redemocratização. Ainda mais: Tancredo Neves, que se imolou; Juscelino Kubitschek. Eu sou como ele, sorridente. Juscelino disse: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errando”.

Agora, o nosso morto, santo Ramez Tebet. Isso é o que dá a grandeza do PMDB. Os vivos... Eu fico a olhar os vivos do PMDB: Pedro Simon. Nós contamos no País todo como um dos vivos.

O que me faz acreditar nessa política foi quando ouvi o Senador José Agripino trazer a mais recente declaração de Lula, nosso Presidente eleito, já que teve a maioria de votos. “Oposição? Que me façam no ano de 2010”. Não é assim, José Agripino? Oposição em 2010.

Não é, Presidente Lula. Vossa Excelência venceu as eleições, teve mais votos do que o adversário. Mas eleição é algo confuso.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a se lembra daquela eleição.

Senador Eduardo Suplicy! S. Ex^a largou o telefone e vai ouvir.

Jesus ou Barrabás? Barrabás! Foi uma eleição. O sistema foi por aclamação. Mas foi uma eleição.

Eleição há muitas, Presidente Lula. A história nos ensina, Senador João Batista Motta. Eu acho. O Senador Heráclito Fortes teve muita amizade e ele se

encantou. Aliás, os mesmos encantamentos pelos Líderes do PMDB que eu citei aqui.

Winston Churchill muito me encanta. Os aviões nazistas sobrevoavam Londres e, num Senado como este – Londres apavorada, pois Hitler já havia tomado a França e rumava para Londres –, entregaram-lhe o Parlamentarismo e ele disse: “Eu só tenho a vos oferecer sangue, suor e lágrimas”. Mas teve muita inteligência. Foi buscar os Estados Unidos e a Rússia. Como era difícil: Rússia com Estados Unidos! Josef Stalin e Franklin Delano Roosevelt!

O Presidente Getúlio Vargas era o nosso. O meu bom Getúlio era simpatizante da Itália. Aliás, eu vou, ouvindo o Carreiro, para lá, muito obrigado, tomar a bênção do Papa e representar este Congresso.

O Presidente Getúlio era simpatizante da Itália, de Benito Mussolini. Mas Winston Churchill o conquistou. Nós entramos e ganhamos a guerra. O Dia D.

Pois, é, Presidente Lula.

Suplicy, vem a recessão depois de uma guerra. O herói, o maior político, o maior militar, sabe o que ele disse, Suplicy? “A política é como a guerra...” – e ninguém podia definir melhor do que ele, porque ele foi a duas guerras: à primeira, como repórter; à segunda, como comandante – “com a diferença de que, na guerra, nós só morremos uma vez; na política, várias”. E ele perdeu as eleições; o vencedor, o pai do renascer da paz e da democracia perdeu. Depois, o povo meditou, e ele ganhou.

Eleição é assim, Presidente Lula. Vossa Excelência ganhou a eleição, mas eu quero ensiná-lo. Eu fui prefeitinho. Vossa Excelência, Presidente Lula, não foi prefeitinho. O Suplicy não o foi, mas foi vereador – o que é muito importante –, Presidente da Câmara, o melhor da história de São Paulo e, talvez, do Brasil. Talvez tenha sido isto que o trouxe para cá: a sua austeridade, essa marca. Suplicy, eu era contra os Silvas, a família do Alberto Silva. O Heráclito conhece. O Heráclito era Prefeito de Teresina. E eu não sei? O Heráclito era mais forte; e eu, da Parnaíba, uma das maiores cidades. Eu era minoria na Câmara. A Oposição era mais forte; era dos Silvas. E foi bom. Oposição é bom. Por isso, estou aqui. Sobre oposição, Santo Agostinho já dizia: “Eu prefiro quem me critica, porque assim me corrijo”. É melhor isso aos puxa-sacos, esses companheiros que tanto estragaram, que estão ali e prejudicaram.

Então, dizer que somente vai haver Oposição em 2010 é não conhecer o jogo democrático. Estamos aqui, Suplicy, é para isto. Senador é para ser o pai da Pátria, é para ensinar mesmo. O que me trouxe aqui foi muito estudo, muito trabalho e muita luta. Já ganhei eleições, já perdi eleições, mas nunca perdi a vergonha e a dignidade. Estamos aqui para ensinar.

Oh, Deus, na hora em que não tivermos a moral de ensinar, não tem sentido!

Suplicy, Moisés quis desistir, mas ouviu a voz de Deus. Ele quebrou a tábua das leis e ouviu: “Não desista, busque os mais velhos e os mais experientes. Eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”. Foi aí que nasceu a idéia de Senado, melhorada na Grécia, na Itália e na França. Aqui mesmo ela foi melhorada, com Rui Barbosa e com muitos que aqui passaram.

Então, isso é Oposição, meu Presidente, porque é o Presidente do País. O Presidente está errado. Bem-vinda a Oposição! Esse negócio de dizer que só vai ter oposição em 2010, não!

Suplicy, V. Ex^a foi o melhor vereador da história de São Paulo. V. Ex^a foi exemplo. Lá, não tem um busto de V. Ex^a, não? Devia ter! Ó, paulistas, vereadores ingratos! Busto do Senador Eduardo Suplicy! Eu quero ir. A posição merece.

Era uma roubalheira lá, e ele colocou moral. Pelo menos chegou essa repercussão ao País todo.

Eduardo Suplicy na Câmara e aqui só tem Rui.

Presidente Lula, medite. Nós estamos aqui para ensinar, senão não tem sentido. Senador que não for capaz, não tem sentido... É o Poder aconselhador, o Poder moderador.

A Oposição e o exemplo estão aqui. São 180 anos. É muito tempo. Quanta gente passou por aqui. Suplicy, V. Ex^a já vai para 24 anos de Senado. V. Ex^a merece. O povo paulista votou bem.

Para Rui Barbosa, Suplicy, foram 32 anos. Ó, Presidente Lula, no Império, Rui não era governo, não, porque era abolicionista. Foi Deodoro da Fonseca que clamou o nascer da República. Então, era Governo, quando foi Ministro da Fazenda. Marechal Floriano foi Governo. Quiseram colocar o terceiro militar e ele disse: “estou fora”. Então, disseram: “você será novamente Ministro da Fazenda”.

Olha o ensinamento, Senador João Batista Motta, para o meu PMDB. No meu partido, quem está me prendendo são os mortos.

Quanto aos vivos, olho assim e pergunto: quem nos liderará? Pedro Simon, porque o meu líder tem que ser melhor do que eu. O povo já sabe: há uns que não são bons; estão aí, na vida suja, enlameada.

E Rui Barbosa disse, e eles não aprenderam: não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério. E aqui a turma só está falando em cargo, em vantagem. E o povo? Tem haver oposição, Presidente Lula, porque eu desejo, eu quero – e sou igual aos 190 milhões – a felicidade do meu povo, da minha gente. Mas o Governo vai mal.

Suplicy, com todo o respeito, vamos saber o que é bom e o que é ruim. Norberto Bobbio, senador vitalício da Itália – a Itália do Renascimento, que esco-

lhe uns luminares para serem perpétuos senadores, para serem luzes –: o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança. Eu pergunto, brasileira ou brasileiro, àqueles que diziam para deixar o homem trabalhar: este País tem segurança? Respondam: tem segurança?. A Cláudia, onde está a Cláudia? Está ali. Secretária executiva, jovem, bonita, sorridente. Há pouco, ela dizia: você foi para Ipanema?

Não, para Buenos Aires. Por quê? Porque lá se tem segurança. Cláudia, há dez dias, eu estava com a minha Adalgisa, às 4 horas, andando nas avenidas, nos restaurantes; entrando nas livrarias com a minha Adalgisa.

Quem tem coragem de andar, com sua esposa, com sua namorada, na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, ou na Cinelândia, nas madrugadas? Ô, João Batista! E nas ruas de São Paulo, no subúrbio? Em Teresina, eu não tenho – e Teresina é provinciana. Não há segurança neste País.

O Heráclito é um homem do mundo. Senador Heráclito, nunca me esqueço de uma cena – gosto mesmo de ser feliz. Eu vinha, com minha mulher, de uma casa de **show**, de madrugada, às 4 horas, em Madri, e vi um casal namorando na praça. Um casal de velhinhos! Casaco, muitas jóias, e imaginava os nossos avós, com jóias, com ouro, namorando nas praças do Brasil, do Rio de Janeiro, na Cinelândia, na minha cidade.

Neste País não há segurança. Norberto Bobbio: o mínimo que se tem de se exigir de um governo é a segurança. A vida, a liberdade – estão cerceando até jornalistas – e a propriedade. Quem está com suas propriedades, quem é criador e homem de fazenda: os sem-terra só invadem onde há terra, gado, luz, água, energia.

Segurança. Qual a nota que vocês dão? Gente boa está presa nos condomínios, enjaulada. E aí?

Outra coisa importante é a saúde. A saúde vai bem? Senadora Ana Júlia Carepa, acredito em V. Ex^ª: mulher de coragem. A mulher é melhor do que o homem. Na história do Brasil, uma mulher governou poucos dias, escreveu a página mais bela, libertou os escravos. V. Ex^ª, sem dúvida nenhuma, trará grandes obras e realizações à civilização do Pará. Mas pergunto: e a saúde?

Tenho 40 anos. Só a Jatene eu me curvo, esse extraordinário Ministro. Dizer que a saúde está à beira da perfeição? Ô, Suplicy, olhe a quantidade de mulheres que estão marcando exame de mamografia para julho de 2007; a quantidade de pessoas com insuficiência renal, precisando de hemodiálise, que não funciona, ou nas filas de transplantes, que não existem.

Ontem li nesta Casa dados do IBGE. Atentai bem, Ana Carepa: 255 hospitais fecharam neste País. É o IBGE que diz, Senador João Batista Motta. Só se fala em InCor, porque ele é de São Paulo e é grande, mas 255 hospitais fecharam!

As taxas ridículas do SUS não existem, Ana Carepa. Senadora Ana Júlia Carepa, um parto é R\$100,00 e representa um ano de trabalho, nove meses de pré-natal, o parto em si, nas caladas da madrugada, e o puerpério. É uma tabela de consulta de um pouco mais de R\$2,00. Não existe. Estão enganando.

Melhorou? Melhorou. Vamos dar a verdade. Surgiu o PSF, um programa de Cuba. Eu conheço Cuba! Cuba é a metade do Piauí. Então, existe o PSF; adotou-se aqui o médico de família. Mas este País grande tinha uma medicina avançada, de resolubilidade. Quem não se orgulhava de Zerbini e do Professor Hilton Rocha, oftalmologista de Belo Horizonte? Passei, vi e senti a decadência da medicina de resolubilidade. Com as tabelas de cirurgia, uma próstata... Deus me livre! Eu operei muito, João Batista, mas é muito complicado, é muito trabalho! Ninguém está fazendo mais.

Basta dizer que os médicos residentes, que são os sonhadores, os idealistas que querem buscar a ciência para a consciência e, com ciência, fazer avançar a medicina, estão em greve! Hoje é dia 23: no dia 1º de novembro, os médicos residentes entraram em greve. Eles é que fazem funcionar os hospitais grandes. São 17 mil médicos residentes, que ganham um pouco mais de R\$1.000,00. Não dá para eles subsistirem. Eles têm que pegar condução, comer, vestir, comprar livro. Livro é caro, Senador João Batista! E ninguém resolve. Eles querem um preceptor, um professor para orientá-los e que não sejam vistos como trabalhadores de mão-de-obra barata. Está tudo parado. Os hospitais não estão funcionando. Funcionam 30%, porque são os residentes que os fazem funcionar.

Então, não vai bem a saúde. Para os ricos, vai. Os ricos têm dinheiro e planos de saúde. Mas, nesses hospitais em que estão em greve os médicos residentes, não estão operando nada! Está na fila o povo pobre. E o povo pobre é que foi enganado. Foi uma caridade, foi bom. Caridade é bom, Ana Carepa; faça caridade em seu governo. O apóstolo Paulo disse: “Fé, esperança e caridade”. O Bolsa-Família é uma caridade.

Eu fico com Luiz Gonzaga lá do nosso Piauí. O cântico, Motta, comunica mais que os discursos. Daí, os salmos da Bíblia. É cântico! É Davi dedilhando sua harpa e cantando, não é verdade? Pois Luiz Gonzaga disse: “Uma esmola pra um homem que é são/ ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. É isso, Presidente Lula! Vossa Excelência, que é do Nordeste, não viu essa mensagem de Luiz Gonzaga, o nosso salmista?

Vou lhe dar um dado sobre educação, Ana Carepa, já que sei do seu entusiasmo, do seu ideal – seu povo escolheu bem. Trinta e sete por cento dos jovens do não têm o ensino fundamental no Brasil. Eu acho que o que lhe deu coragem foi a nossa viagem ao Chile. Bachelet...

Eu sempre fui você, mais do que Bachelet. Você é mais bonita do que ela, mais inteligente, mais ousada. Quando estivemos lá, Bachelet fazia campanha. Medite: Ricardo Lagos, ex-presidente do Chile obedecia a Constituição, que dizia que o chileno tinha de ter oito anos de ensino, todos – se não tiver, vai preso o responsável. Antes de sair, ele aumentou para doze anos.

Além disso, Motta, agora são obrigados a falar duas línguas: o espanhol, a língua nativa, o idioma pátrio deles, e o inglês. Não vou comparar o Brasil com o Primeiro Mundo, mas vejam aí o Chile, que é bem ali. Aliás, eles se dizem a Inglaterra da América do Sul; para eles, Santiago é Londres. Comparados ao Chile, não estamos bem na educação.

Quanto à agricultura, vou fazer minhas as palavras daquele líder do PT que passou aqui, Delcídio Amaral.

Lá no meu Piauí diziam que a nossa bandeira era um couro de bode. Lá tem muito bode, somos fortes na caprinocultura, na ovinocultura – tem pouco colesterol. E há o gado. Nos primórdios da civilização saiam da minha cidade navios para vender carne para o Sul e para a Europa. Pois é, Senador Heráclito Fortes, agora não pode, porque não há vacinas para a febre aftosa. O gado, que era valorizado, que era vendido por R\$600,00, agora está sendo vendido pela metade, porque só pode ter o valor interno.

É, tem risco desconhecido, alto risco, médio risco, pequeno e controle. O Piauí voltou para o risco desconhecido. Rindo, Heráclito? Risco desconhecido! Vacina, isso é que pedimos ao Presidente da República. Temos de acordar para resolver isso. E me compete estar aqui e lembrar ao Presidente da República que o Piauí votou nele, Sua Excelência foi eleito, o Governo é do Piauí.

Heráclito, porto de Luiz Correia: são US\$10 milhões... Vejo tanta roubalheira aí, Heráclito... A estrada de ferro Luiz Correia/Parnaíba/Teresina: V. Ex^a hoje, presidindo com muita dedicação a Comissão de Infra-Estrutura, se preocupava em todos nós encaminharmos recursos. E prometeram isso ao Alberto Silva. Disseram que em sessenta dias estaria. E ele foi e apoiou. E nada, nenhum trem, apito, nada.

Aeroportos internacionais, prometeram dois. Pois não tem mais nem vôos nacionais em Parnaíba, em São Raimundo Nonato, onde fizeram a propaganda enganosa de aeroportos internacionais. E a revitalização dos Tabuleiros Litorâneos e dos Platôs de Guadalupe? E o Hospital Universitário, Heráclito, que há quase quinze anos é um simples ambulatório? E a Universidade do Delta?

Aliás, tenho um projeto de lei que foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Educação, cujo Relator foi o Senador Alvaro Dias, e está lá. Cadê a maioria deste Presidente que não respeita o Piauí? Eles não aprovam. É tanta coisa imoral!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já, já.

E o pronto-socorro municipal com que Heráclito sonhou? Heráclito deu início a ele em 1989, Paim; eu era de Parnaíba, por isso é que sei. Está lá. Eu vi o Presidente Lula com o Governador do PT há quatro anos. Eu fiz um pronto-socorro anexo em um ano. Atentai bem, Paim: esse pronto-socorro foi começado com Heráclito. Heráclito, foi em 1989, 1990, 1991 ou 1992 que V. Ex^a começou o pronto-socorro?

E a estrada para a nossa produção de grãos, a Transcerrado? Uma refinaria de petróleo em Paulistana: tem sentido, Lula; os técnicos aprovaram, João Batista. Não é o Chávez que sabe não, somos nós. Não tem sentido, Suplicy, era Brasília não ter sentido. Por que Juscelino fez Brasília? Para integrar este País, que só era Rio, São Paulo e litoral. Investiu, investiu, e hoje Brasília é cidade padrão, aproximou as regiões do País e tem a melhor qualidade de vida.

Os técnicos exigem a refinaria de Paulistana. Paulistana é no sul do Piauí, eqüidistante para todas as capitais: Boa Vista, Macapá, Fortaleza, Teresina, Natal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Mão Santa, eu gostaria de contar com a colaboração de V. Ex^a...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Seriam investimentos de grandeza para tirar o Piauí do subdesenvolvimento.

E a vacinação do gado?

Na carcinicultura, a cultura do camarão, tivemos vinte milhões de dólares e baixou...

Com a palavra o Senador pelo Piauí Heráclito Fortes, que hoje lutava bravamente na comissão que preside para aprovar no Orçamento verbas úteis ao Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz não um pronunciamento, mas um desafo contra os maus tratos que vêm sendo impostos ao Piauí e contra as promessas não cumpridas. Senador Mão Santa, V. Ex^a faz esse desafo com toda justiça e razão. O Presidente Lula esteve no Piauí durante a campanha para o segundo turno e disse que o Banco do Estado era intocável. Agora, vemos o anúncio de que a venda, a privatização, é irreversível. E o Presidente a combatia! Vemos hoje os próprios companheiros de Lula, o Sr. Stédile no caso, criticando e condenando o projeto do biodiesel, que foi montado naquele Estado por um empresário paulista, que chegava lá de jatinho e agora foi denunciado por estar proibido, inclusive pela legislação nacional, de ter empresa de mercado aberto. Aliás, é bom que a Senadora e Governadora Ana Júlia Carepa esteja aqui, pois me falta uma única informação – depois quero conversar com S. Ex^a a esse respeito. Comenta-se, no Piauí, que o Sr. Loren-

zetti – que eu me acostumei, quando menino, a conviver como chuveiro, mas agora chuveiro no Brasil é sinônimo de sujeira –, o mesmo Sr. Lorenzetti que se associou a um projeto de fruticultura no Pará e quebrou o investimento, estaria no lançamento do projeto do biodiesel, no Piauí. O povo piauiense padece dessa questão, porque investiu de maneira otimista no que o Presidente anunciou, dizendo, inclusive, que era uma nova Petrobras do biodiesel. E deu no que deu. V. Ex^a se lembra das promessas de 20 mil empregos em 2005, que a Companhia Vale do Rio Doce faria naquela região, e nada disso aconteceu. E o mais grave, Senador Mão Santa, é que hoje eu e V. Ex^a, em nome do Piauí, colocamos emendas para a construção da interligação da Ferrovia Transnordestina, para as eclusas, o gasoduto e o turismo. Vamos rezar para que não haja uma perseguição ao Piauí e o Governo Federal não corte esses gastos, se forem aprovados. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes, e aplaudo o esforço de V. Ex^a em carrear as emendas na Comissão de Infra-Estrutura, que V. Ex^a preside com muita eficiência. E eu faço parte dela, representando o Piauí.

V. Ex^a lembrou bem. Atentai, Senador Eduardo Suplicy: eu vi o Presidente – e o Governador é do PT – dizer que construiria cinco hidroelétricas no Piauí. Foi construída uma, na Presidência de Castello Branco, que nem está concluída. Faltam as eclusas. Eu gostaria que concluíssem pelo menos o que já existe.

Eu agradeço, Senador Heráclito. E as nossas...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...últimas palavras são para lembrar ao Presidente Lula que está equivocado. Rui Barbosa, em seu longo mandato de 32 anos, creio que quase 70% ou 80% dele foi opositorista. Foi benfazeja a oposição de Ulysses, como anticandidato, a de Mário Covas, de Tancredo, de Teotônio e de Ramez. O nosso PMDB, Senador Heráclito Fortes, aquele ao qual V. Ex^a já pertenceu.

Nesta Casa, entendemos que o povo é quem decide. O povo elegeu, os vitoriosos vão governar. Nós somos oposição. E para o Senado da República virão Roriz, Jarbas, Almeida Lima, Garibaldi, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Pedro Simon, e vamos em busca do suplente de Ramez Tebet e de uma oposição que ajude a construir a nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Prorrogo a presente sessão por mais dez minutos, a fim de que possamos ouvir o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos. Depois, o Senador Heráclito Fortes, por mais cinco minutos.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, Srs. Senadores, ontem, o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Patrícia Saboya Gomes expressaram a sua preocupação com respeito à informação segundo a qual a Petrobras teria interrompido um entendimento com empresas para a construção de uma siderúrgica no Estado do Ceará. Eu então telefonei para o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, que estava em viagem, mas o Diretor Ildo Sauer me prestou algumas informações. De pronto, passei o telefone para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que ouviu as explicações do Diretor, que inclusive encaminhou, ontem à noite mesmo, uma comunicação, uma nota oficial da Petrobras a respeito do Projeto Usina Siderúrgica do Ceará – USC, em que esclarece os fatos que até agora ocorreram.

Explicou-me o Diretor Ildo Sauer que ainda não foi considerada definitiva a decisão da Petrobras de negar a possibilidade de um entendimento. Portanto, esse entendimento ainda se tornará possível, dependendo, obviamente, do que for objeto de diálogo entre a Petrobras e os empresários relacionados à Usina Siderúrgica do Ceará.

A nota que o Diretor Ildo Sauer me enviou diz o seguinte:

“Assunto: Projeto Usina Siderúrgica do Ceará – USC – Reuniões após a Petrobras ter notificado ao Governo do Ceará, sobre a extinção do Contrato de Contrapartidas (resumo em anexo).

Em 16.10.06, o Presidente, Gabrielli reuniu-se com a CearaSteel e expressou que as condições negociadas em 2003 para o suprimento do gás natural produziam, no cenário atual de preço de energia, um desequilíbrio econômico para a Petrobras, e que a superação deste fato deveria ser negociada empresarialmente entre as Cias.

A seguir foram realizadas reuniões com a CearaSteel nos dias 20.10.06, 23.10.06, 25.10.06, 27.10.06 e 06.11.06, objetivando buscar uma solução que desse equilíbrio a um contrato de fornecimento de gás natural da Petrobras para a USC e que conduzisse a uma simetria de benefícios às partes. A Petrobras apresentou à USC as seguintes informações:

1. Planilha explicativa do desequilíbrio do contrato, que seria da ordem de US\$500 milhões.

2. A situação de suprimento (restrição de suprimento de gás natural, aumento de custos de exploração e produção e equipamentos, dificuldades de suprimento da Bolívia, e os níveis de preços atuais e futuros de gás natural).

3. Gráficos de variação de possíveis indexadores do preço do gás natural (GNL, óleo combustível, aço, petróleo) para avaliar a correlação ou não com o preço do gás natural.

O Bradesco (assessor financeiro da USC) apresentou o estágio avançado do projeto e sua situação, como segue:

1. Capex Total: US\$815 milhões, Equity: 35% (US\$285 mm); Debt: 65% (US\$529 mm) – *Project Finance*.

2. A participação dos sócios seria de: Dongkuk 65%, Danieli 25% e CVRD 10%.

3. Financiadores do projeto: Korea Eximbank, SACE, MCC, CAFFMO, e BNDES (com garantia do Bradesco).

4. Energia assegurada em contrato com a Chesf ao preço de cerca de R\$80/Mwh;

5. Minério: pré-contrato com preço de mercado;

6. **Off taking** de placas de aço, pré-contrato com preço de mercado;

7. O EPC US\$480mm (contudo nacional: 50%);

8. Garantidas contrapartidas do Governo do Estado do Ceará (cerca de US\$1,38/MMBTU), além de investimentos em infra-estrutura (esteiras) e venda de terreno a preço favorecido.

Na reunião realizada ontem [esta nota é de 22 de novembro, portanto, no dia 21/11], a Petrobras se dispôs a apresentar três cenários diferentes de preço de gás natural para suprimento da USC e solicitou que as equipes técnicas das duas companhias se reunissem para verificar os impactos nos resultados do projeto e analisar os mecanismos para mitigá-los. Reunião está pré-agendada para 23.11.06.

Portanto, hoje.

A Petrobras vem sistematicamente buscando demonstrar à USC que há dificuldades no suprimento de gás natural e que o preço desse insumo deve acompanhar o comportamento do mercado de energia, mesmo com defasagem de tempo.

Sr. Presidente, essa nota explica que existe a possibilidade de um entendimento entre a Petrobras e a USC. E o estágio em que se encontra é dessa natureza.

Sr. Presidente, V. Ex^a foi tão generoso com os Senadores que me antecederam, e eu gostaria de ler a mensagem do Bispo Desmond Tutu, expressa em videoconferência no encerramento do XI Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, realizado na África do Sul, em Cape Town, no dia 4 de novembro passado. Trata-se de uma nota de uma lauda e meia. Conseguirei lê-la, se V. Ex^a me conceder seis minutos, no máximo.

Eis a palavra do Emérito Arcebispo Desmond Tutu para o Congresso Internacional da BIEN – Basic Income Earth Network.

Obrigado por me convidar para participar do 11º Congresso da BIEN – Basic Income Earth Network. Lamento não poder estar com vocês pessoalmente, uma vez que sei que vocês têm discutido um tópico que me emociona profundamente.

Como podem ver, vocês e eu estamos numa encruzilhada histórica. Uma estrada se dirige para cima, para um patamar mais alto de igualdade social e inclusão, dignidade humana, participação plena na economia, prosperidade e crescimento. A outra estrada conduz para baixo em direção à pobreza e desigualdade econômica crescente, conflito social, aumento de desemprego e insegurança perversa. A estrada descendente é caracterizada pelo egoísmo e ganância. Ela ameaça a estabilidade de nossas famílias e até mesmo todo tecido social.

Temos a única oportunidade de erradicar a fome e a pobreza indesejáveis, para ter a certeza de que ninguém caia na miséria absoluta. Talvez pela primeira vez na história, temos os recursos, o conhecimento e a tecnologia para tornar a fome e a dependência em relíquias do passado. Mas teríamos a vontade? Só poderemos atingir esse objetivo se aprendermos a utilizar as riquezas e os recursos confiados a nós para construirmos uma segurança humana real. A segurança humana não vem de bombas mais potentes, mísseis mais inteligentes, armas mais poderosas e técnicas de interrogação mais brutais – ela vem de pessoas saudáveis e educadas, habilitadas a cuidar delas mesmas e de suas famílias, com a convicção de que, se caírem, haverá uma rede – uma sociedade com compaixão e cuidados – para apanhá-las e um trampolim para erguê-las para vidas mais sustentáveis.

Ao redor do mundo, muitos governantes estão reconhecendo a importância dos programas de transferência de renda no combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento, melhorando a produtividade e estimulando o crescimento econômico. Não é surpresa que muitas economias emergentes – incluindo México, Brasil e meu próprio país, África do Sul – expandiram recentemente os seus programas de transferência de renda. Já existem sinais encorajadores mostrando que essas iniciativas estão resultando em melhorias sustentáveis nos padrões de vida das famílias pobres.

Porém, muito ainda pode e deve ser feito. Em primeiro lugar, as exigibilidades muitas vezes requisitadas pelos programas de transferência de renda tendem a impedir as famílias mais pobres – as pessoas que mais desesperadamente necessitam de um complemento de renda – de obter os benefícios. Benefícios universais, que podem ser alcançados de outras formas, oferecem uma das mais simples e mais efetivas estratégias para superar esse problema. Se não conseguirmos estender e fortalecer as redes de proteção social, correremos o risco de condenar a próxima geração para um futuro onde o abismo entre ricos e pobres ficará cada vez mais profundo. Outro perigo dessa falha é que maior número de pessoas cairão cada vez mais fundo para a armadilha de pobreza de onde serão incapazes de escaparem sozinhas.

Um relatório recente do governo britânico alertou que as famílias mais pobres e mais marginalizadas no mundo conseguiram pouco ou nenhum benefício para atingir as Metas do Milênio das Nações Unidas, relacionadas à saúde e à educação. Os investimentos públicos sozinhos não foram suficientes para permitir a esses setores alcançarem os mais pobres dos pobres, porque as famílias carentes enfrentaram obstáculos que as impediram de fazer uso desses serviços. Problemas de transporte, a necessidade de assegurar o pão diário e a presença de outros fatores relacionados à pobreza inibiram o acesso a esses serviços. Nesse ambiente, os programas de transferência de renda oferecem benefícios múltiplos. Não apenas elas fornecem alívio direto à fome, permitindo às famílias adquirirem alimentos e outras necessidades básicas, mas também possibilitaram às famílias terem investimentos a longo prazo na saúde e na educação, aumentando, portanto, o impacto do gasto público nessas áreas. Na África do Sudeste, onde o epidêmico HIV/Aids tem causado enorme custo humano, as transferências de renda podem melhorar a nutrição das famílias, aumentar o acesso às medicações vitais, melhorar a eficácia dos programas de prevenção e de tratamento, permitindo às pessoas desfrutarem de uma vida mais longa e mais saudável.

Transferências de renda não são simplesmente uma matéria inerente às nações em desenvolvimento. Vivemos em um mundo onde os avanços tecnológicos reduzem a necessidade da força de trabalho humano, particularmente da mão de obra não especializada. Mesmo nas nações

industrializadas, mais e mais pessoas precisarão descobrir novos caminhos para conseguirem sustentos para si mesmas e para suas famílias. À medida que as economias mudam, as famílias enfrentam, cada vez mais, períodos de incerteza e de transição. Os programas de transferência de renda podem fornecer estabilização de renda vital durante esses períodos. Eles também podem ajudar a alcançar uma distribuição de renda mais eqüitativa, reduzindo com isso as desigualdades de renda que muitas vezes emergem nos períodos de crise econômica.

Meus amigos, não preciso lembrá-los da importância e dos benefícios das campanhas, tais como os movimentos da Renda Básica que foram projetados para melhorar a dignidade, o bem-estar e a inclusão de todas as pessoas e de aproximar-nos à nossa visão de igualdade social. Deixe-me agradecer-lhes pelo comprometimento compartilhado para esse nobre objetivo e encorajá-los a continuar batalhando pela boa causa. Vamos trabalhar juntos para redobrar os nossos esforços, para construir pontes entre governos, empresas, trabalho, comunidades religiosas e outras organizações da sociedade civil para apressar o dia em que todos livrar-se-ão da fome, carência extrema, e possam ter acesso a um salário social de – pelo menos – dois dólares por dia. Que Deus abençoe todos vocês nos seus trabalhos.

Senador Mão Santa, essa é a palavra do Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, para o 11º Congresso Mundial da Renda Básica de Cidadania.

Aceito o seu convite para ir ao Piauí e lá realizar um debate, inclusive sobre os dizeres de Luiz Gonzaga, aqui também lembrados quando votamos o Programa de Garantia de Renda Mínima em 1991. Em 2002, quando V. Exª ainda não brilhantava este Senado com a sua presença, também lembramos Luiz Gonzaga, que disse: “Uma esmola pra um homem que é são/ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

Mas, em verdade, o direito de todas as pessoas de participarem da riqueza da Nação não deve ser visto como uma esmola, Senador Mão Santa. O direito de todas as pessoas no Piauí de terem o suficiente para se alimentarem e viverem com um mínimo de dignidade é um direito que deve ser estendido a todos e não ser visto como uma esmola, mas como um direito inalienável da pessoa humana de participar da imensa riqueza dos recursos naturais desta Nação.

Devemos caminhar, Senador Mão Santa, para que se torne um direito universal de toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, seguindo a previsão de John Maynard Keynes, quando, em 1930,

escreveu sobre as possibilidades de vida para nossos netos e previu que, em 2030, se a humanidade deixar de utilizar meios bélicos, de promover a guerra, de realizar a guerra, e passar a utilizar todo o progresso científico, que tem sido extraordinário, poderá garantir a todos o direito de viver com dignidade, provendo suas necessidades vitais e, obviamente, garantindo o direito de ter um trabalho.

Em verdade, os estudos realizados por todos aqueles que têm profundamente analisado as transferências de renda, o conceito da renda básica de cidadania, chegaram à conclusão de que será o sistema que mais irá promover aquilo que V. Ex^a aqui tem tanto expressado, que é o direito de todas as pessoas efetivamente trabalharem. Portanto, o direito a uma renda básica de cidadania é mais do que consistente com o objetivo de garantirmos a todos e estarmos muito mais próximos da realização do objetivo de pleno emprego para toda a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, não. Artigo 14.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não, eu concedo o aparte, se for possível

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, o Presidente julga, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu pensei que o Senador iria me honrar com um aparte

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Eu estava querendo contar com a colaboração dos Senadores, devido ao adiantado da hora e pela situação dos funcionários.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não estou compreendendo o Senador Supply, que é realmente, sem dúvida nenhuma, o homem mais virtuoso do Partido dos Trabalhadores. É difícil encontrarmos gente com virtudes naquele Partido, que eu já afirmei certa vez que lembra uma organização criminosa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. V. Ex^a poderia estar falando...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, espere ainda, eu estou...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É um Partido que tem cerca de um milhão de brasileiros, há muitas pessoas, inclusive no seu Estado, que são extremamente corretas

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E V. Ex^a é o melhor deles. Pronto! V. Ex^a está equivocado com o meu raciocínio. Eu citei realmente o nosso poeta Luiz Gonzaga e achei que ele era igual a um salmista e que a música – como V. Ex^a tem filhos músicos, artistas –, a

música comunica-se melhor que discurso e palavra. Luiz Gonzaga ensinou no meu Nordeste isto: “Uma esmola para um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Mas o que penso é o seguinte, com todo o respeito, não sou contra a esmola: fé, esperança e caridade. Assim se expressou Paulo, o Apóstolo, que disse mais ainda: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”. E mais ainda: “Eco no mundo a voz de Deus, que disse: comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem de Deus a todos os governantes: propiciar o trabalho. O trabalho é que vem antes. O trabalho é que faz a riqueza. O trabalho é que faz essa renda mínima e renda máxima.

Defendemos que é obrigação e dever de todos os governantes propiciar o trabalho. O trabalho é que dá dignidade, que dá grandeza, que ufana. Apenas isso. Nós, momentaneamente... Pelo contrário, a sociedade moderna que eu represento, a medicina... Acaba de chegar um Deputado psiquiatra, Dr. Marcelo. Até a psiquiatria orienta o trabalho como terapêutica ocupacional, para tornar são o que tem deficiência mental.

Então, eu cultivo e encaminho a minha mensagem como a de Deus: ao trabalho. O trabalho traz a riqueza, a felicidade e a dignidade. Essas são as nossas palavras.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Então, gostaria de propiciar a V. Ex^a a mensagem da 2ª Epístola de São Paulo aos Apóstolos, para que todos nós venhamos a seguir o exemplo de Jesus, que, em sendo tão poderoso, resolveu se solidarizar e viver entre os mais pobres, de tal maneira que: “Para que haja igualdade e justiça, todo aquele que colheu muito não tenha demais e todo aquele colheu pouco não tenha de menos”.

Muito obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, diante do que acabamos de ver e por dever de justiça, eu gostaria de propor a V. Ex^a que crie, nas vésperas de Natal, um culto ecumênico para que possamos orar pelo ano que termina e pedir proteção para o ano que se inicia, comandado por Mão Santa e Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



NOTA

Assunto: Projeto Usina Siderúrgica do Ceará – USC - Reuniões após a Petrobras ter notificado ao Governo do Ceará, sobre a extinção do Contrato de Contrapartidas (resumo em anexo).

Em 16.10.06, o Presidente Gabrielli reuniu-se com a CearaSteel e expressou que as condições negociadas em 2003 para o suprimento do gás natural produziam, no cenário atual de preço de energia, um desequilíbrio econômico para a Petrobras, e que a superação deste fato deveria ser negociada empresarialmente entre as Cias.

A seguir foram realizadas reuniões com a CearaSteel nos dias 20.10.06, 23.10.06, 25.10.06, 27.10.06 e 06.11.06, objetivando buscar uma solução que desse equilíbrio a um contrato de fornecimento de gás natural da Petrobras para a USC e que conduzisse a uma simetria de benefícios às partes. A Petrobras apresentou à USC as seguintes informações:

1. Planilha explicativa do desequilíbrio do contrato, que seria da ordem de US\$ 500 milhões.
2. A situação de suprimento (restrição de suprimento de gás natural, aumento de custos de exploração e produção e equipamentos, dificuldades de suprimento da Bolívia, e os níveis de preços atuais e futuros de gás natural).
3. Gráficos de variação de possíveis indexadores do preço do gás natural (GNL, óleo combustível, aço, petróleo) para avaliar a correlação ou não com o preço do gás natural.

O Bradesco (assessor financeiro da USC) apresentou o estágio avançado do projeto e sua situação como segue:

1. Capex Total: US\$ 815 milhões, Equity: 35% (US\$285 mm); Debt: 65% (US\$529mm) - *Project Finance*.
2. A participação dos sócios seria de: Dongkuk 65%, Danieli 25% e CVRD 10%
3. Financiadores do projeto: Korea Eximbank, SACE, MCC, CAFFMO, e BNDES (com garantia do Bradesco).
4. Energia assegurada em contrato com a CHESF ao preço de cerca de R\$ 80/Mwh.
5. Minério: pré-contrato com preço de mercado;
6. *Off taking* de placas de aço, pré-contrato com preço de mercado;
7. O EPC US\$ 480mm (contudo nacional: 50%);
8. Garantidas contrapartidas do Governo do Estado do Ceará (cerca de US\$ 1,38/MMBTU), além de investimentos em infraestrutura (esteiras) e venda de terreno a preço favorecido.

Na reunião realizada ontem, 21.11.06, a Petrobras se dispôs a apresentar três cenários diferentes de preço de gás natural para suprimento da USC e solicitou que as equipes técnicas das duas companhias se reunissem para verificar os impactos nos resultados do Projeto e analisar os mecanismos para mitigá-los. Reunião está pré-agendada para 23.11.06.

A Petrobras vem sistematicamente buscando demonstrar a USC que há dificuldades no suprimento de gás natural e que o preço deste insumo deve acompanhar o comportamento do mercado de energia, mesmo com defasagem de tempo.

ANEXO

O Contrato de Contrapartidas entre a Petrobras e o Governo do Estado do Ceará foi assinado em 17/10/05, com interveniência da USC *Offshore Trading* LLC e da Usina Siderúrgica do Ceará Ltda. (USC *Onshore*), tendo como seu anexo o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, e contendo as seguintes condições precedentes, para sua vigência:

- a) publicação do ato de enquadramento da USC *Offshore Trading* LLC e da USC *Onshore* no PROINEX no Diário Oficial do Estado do Ceará;
- b) publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará da Lei de aprovação e ratificação do Contrato de Contrapartidas, incluindo autorização da constituição da garantia prevista no mesmo;
- c) publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará de todos os atos normativos necessários e suficientes para estabelecer os procedimentos a serem adotados pelo Governo do Estado do Ceará e pela Petrobras:
 - i. no processo de pagamento das contrapartidas, com base no modelo de Relatório de Contrapartidas anexo ao Contrato de Contrapartidas e;
 - ii. na efetivação da compensação tributária de que trata o Contrato de Contrapartidas, de forma a assegurar de forma plena e irrestrita, observadas as disposições legais aplicáveis, a operação de compensação tributária pela Petrobras e/ou suas afiliadas no caso de não pagamento do valor constante do Relatório de Contrapartidas;
- d) uma vez verificado o adimplemento de todas as condições supracitadas, entrega pela USC *Offshore* de todas as vias do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, devidamente assinadas pelos seus representantes legais.

Essas condições, que seriam de fundamental importância para garantir à Petrobras o conforto jurídico de que os compromissos assumidos seriam cumpridos, bem como para garantir a comutatividade das obrigações, não foram cumpridas, sendo o entendimento de que não restam quaisquer obrigações da Petrobras em função dos instrumentos contratuais relacionados ao Projeto USC, conforme pareceres do Jurídico da Petrobras:

"... a..publicação no DOE da Lei de aprovação e ratificação do Contrato de Contrapartidas, incluindo a autorização da constituição de garantia prevista no mesmo", não foi integralmente cumprida, pois...há a necessidade de autorização legal expressa e específica para a constituição da garantia pelo Estado...a ...publicação da legislação

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço a compreensão do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por 5 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu já não iria mais falar, mas os companheiros aqui, funcionários do Senado, pediram-me que eu falasse um pouco sobre assunto relevante.

Senador Mão Santa, Deputado Marcelo Castro, que abrilhanta esta Casa com a sua presença, às vezes não consigo entender a atitude de certas pessoas. Não sei, Senador Eurípedes, por que esse pânico de setores do PT com essa CPI que tento instalar e que tem como objetivo apurar desvios de recursos públicos.

Sr. Presidente, fiz isso de boa-fé e movido por aquilo que o Presidente Lula disse por tantas vezes, na sua peregrinação eleitoral pelo Brasil afora e de maneira mais enfática nos debates de que participou no segundo turno, nas televisões brasileiras.

Quero dizer, pela última vez, Senador Eduardo Suplicy, a todos aqueles que têm sob sua responsabilidade direção de ONGs ou Oscips e que são de interesse público e prestam serviços à sociedade que durmam absolutamente tranqüilos. O objetivo, pelo contrário, é fortalecer essa prática. Mas não é justo, aceitável ou admissível que pessoas de má-fé e inescrupulosas usem o benefício da lei para se beneficiar.

Eu tenho sido alertado, por alguns companheiros, para o fato de que setores do Governo preparam campanhas, notícias em *blogs*, regiamente pagos pelo Governo ou por quem lhe presta o serviço, para tentar me desestabilizar. Pelo meu peso e pela minha experiência, não será tão fácil – previno os mal-intencionados. Não sei por que essa tentativa de não se apurar a verdade.

Mas, Deputado Marcelo Castro – V. Ex^a deve conhecê-lo, eu não o conheço –, hoje fui criticado por um Deputado chamado Paulo Rubem. Deve ser um homem correto. Não o conheço. Não devo ter convivido com ele na Câmara dos Deputados. Daí por que o meu constrangimento em responder a uma pessoa que não conheço. Ele chama de demagógica a minha intenção de tentar apurar fatos graves que o Brasil todo já conhece, Senador Suplicy.

Desde quando querer a verdade é demagogia? Desde quando querer apurar desvio de recursos públicos é demagogia?

Como o PT é um Partido organizado, tenho medo de cometer injustiça com esse senhor, até porque pode ser que ele esteja apenas cumprindo uma tarefa que lhe foi imposta pela Liderança. O correto seria ele me procurar, saber dos fatos e das minhas intenções.

Ele diz:

O pedido do Senador Heráclito Fortes (PFL – PI) para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a apurar a liberação pelo Governo de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs), segundo Paulo Rubem, foi uma atitude “demagógica” do Senador. O deputado afirmou que o pouco tempo que resta – menos de um mês – para o recesso da Câmara, inviabiliza as investigações.

Em primeiro lugar, Deputado, a minha CPI – que, aliás, é do povo brasileiro, já não é minha – tem sido, pelo menos até agora, exclusivamente do Senado Federal.

Oscar Niemeyer, na sua concepção arquitetônica, inverteu as duas conchas do Congresso, limitando espaços e diferenciando cores, para que cada um de nós tivesse a consciência do dever que temos a cumprir

nas duas Casas. Fica-nos reservado o direito, apenas durante o funcionamento do Congresso Nacional, de nos juntarmos, mas a atividade isolada de cada uma das Casas tem de ser respeitada.

Os melhores anos da minha vida foram passados na Câmara, mas...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –... evito, por cautela, visitar com constância aquela Casa que me acolheu tão bem e na qual fui Líder do Governo no Congresso, Vice-Presidente por quatro anos, membro da Mesa por mais algumas vezes e Líder.

Deputado Paulo Rubem, não o conheço, do mesmo jeito que acho que V. Ex^a não me conhece. Daí por que esse constrangimento. A educação política e a ética mandavam que pelo menos um telefonema fosse feito.

Vejam bem, Deputado Marcelo Castro e Senador Mão Santa, a ignorância. O Deputado termina assim: “Nunca se ouviu da sua boca investigação de nada”.

Deputado Marcelo Castro, evidentemente o Regimento não permite a manifestação de V. Ex^a, mas esse Deputado Paulo Rubem foi eleito por que Estado e está aqui desde quando? Ele é suplente e assumiu no decorrer do mandato ou foi eleito? (Pausa.)

Segundo mandato? Foi meu Colega na Câmara, e eu não o conheço? E ele não me conhece? Dizer que nunca investiguei nada?! Ele não sabe que fui membro da CPI do Banestado? Da CPI dos Correios? E que a investigação que fiz me levou inclusive a programas de televisão de repercussão nacional? Ou ele é ausente, omissio, desinteressado, ou tem má-fé!

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, proponho a V. Ex^a que convide a mim e ao Sr. Paulo Rubem para um café em seu gabinete, para que eu não fique respondendo ou sendo respondido por um desconhecido.

Tenho ligações familiares com Pernambuco. Vivi anos da minha vida naquele Estado, que quero muito bem, e não tive também a felicidade, nas minhas idas e vindas, de saber da sua atuação.

Portanto, quero pedir ao Deputado desculpas pela minha eventual ignorância e dizer que estou aberto para mostrar a S. Ex^a o meu ponto de vista sobre a necessidade e a urgência da constituição dessa ONG.

Senador Suplicy, como algumas pessoas mudam – não é o caso de V. Ex^a –, e aqueles mesmos que citavam Vandré, “quem sabe faz a hora não espera acontecer”, estão querendo adiar problemas, com medo da verdade ou não sei de quê! É triste, é lamentável!

Pois não, Senador Suplicy, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, com respeito à possibilidade de V. Ex^a ter um diálogo com o Deputado Paulo Rubem, no meu gabinete, é claro que ela está aberta. Conversarei com ele sobre isso. Acredito que ele tenha feito essa observação tendo em conta que temos praticamente três semanas, se for considerado o dia 15 de dezembro, para concluir os nossos trabalhos. Eventualmente, quando a lei do Orçamento não é votada até dezembro, amplia-se o prazo para o término dos trabalhos. Mas todo esforço parece estar sendo feito para que os nossos trabalhos deste período legislativo se concluam até no máximo uma semana depois do dia 15 de dezembro. Acredito que V. Ex^a também estará fazendo esforço para que a lei orçamentária possa efetivamente, este ano, ser votada, com entendimento entre todos, até para que possamos iniciar um novo período legislativo sem os atrasos que, por vezes, aconteceram neste período e, em especial, neste ano. Esclareço, no caso, ao Deputado Paulo Rubem, que V. Ex^a havia apresentado uma proposta de CPI sobre as ONGs há cerca de mês e meio e ponderei a V. Ex^a que não considerei tão adequada a forma como a havia apresentado. Embora V. Ex^a se referisse às ONGs, parecia algo restrito a um episódio; portanto, sugeri que o texto fosse melhor redigido. E V. Ex^a, tendo feito uma redação que considerei mais adequada, quando convidou-me a assiná-la, eu o fiz. É fato, portanto, que um número considerável de Senadores apresentaram... Estamos conscientes de que o prazo para a realização desta Comissão Parlamentar de Inquérito será exíguo e demandará esforço para que ela seja realizada em tempo mais enxuto. Mas quem sabe possa haver progresso no objetivo de V. Ex^a!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Suplicy, agradeço a V. Ex^a. Eu nunca havia citado esse episódio porque não havia sido autorizado por V. Ex^a para tanto, mas já que V. Ex^a o torna público, quero dizer que é absolutamente verdade. V. Ex^a me fez uma ponderação, e como sei que os propósitos de V. Ex^a são sempre sérios – podem ser até equivocados, mas são sérios e bem-intencionados –, sabendo que V. Ex^a é um homem muitas vezes mais experiente e vivido do que eu, acatei a sua sugestão. Na vida, as pessoas têm de ter humildade. Quando V. Ex^a me fez a sugestão, tinha a certeza de que era para o meu bem e para o bem do País.

O que frisei aqui, Senador Eduardo Suplicy, foi o fato de ele dizer que nunca me viu abrir a boca para investigar nada. Quero dizer a ele que, nos inquéritos da Câmara, eu não podia interferir – as cassações, não sei como ele votou, se a favor ou contra – por que não sou mais Deputado.

No entanto, mais uma vez, quero demonstrar a minha boa vontade. Assumo, aqui, um compromisso com V. Ex^a: se é para o bem do Governo, se o Governo quer terminar o Orçamento, atendo a V. Ex^a, desde que o Governo assuma o compromisso de, ao concordarmos com a suspensão da instalação da CPI este ano, que ela seja a primeira CPI instalada no ano que vem. Aí mostraremos à Nação, Senador Eduardo Suplicy, que o PT não quer colocar nada debaixo do tapete, que não abre mão, apenas dá oportunidade, tendo em vista o tempo exíguo e a necessidade premente do Orçamento. Amanhã, não quero ser acusado de que o Orçamento foi mal votado, que os recursos foram desviados, que os Parlamentares foram corrompidos com recursos parlamentares por falta de discussão mais aprofundada.

Está feito o desafio.

Ao encerrar, Senador Eduardo Suplicy, quero dizer que vou sair daqui hoje incomodado com V. Ex^a, curioso mesmo. Nesta Casa, V. Ex^a tem sido um defensor, às vezes, das causas impossíveis para estar coerente com o seu Partido. V. Ex^a não se manifestou sobre a prisão do colega Juvenil, preso e algemado em Minas Gerais. Quando digo que V. Ex^a não se manifestou, vale manifestar-se protestando ou defendendo. O Juvenil está entregue às moscas; não recebeu repúdio, nem apoio. Coitado do Juvenil! Quando ele crescer vai aprender em que companhia deve andar.

Senador Mão Santa, se o Juvenil, que é Silva, hoje foi capaz de tanta artimanha para fraudar a legislação brasileira, imagine quando crescer!

Despeço-me, agradecendo ao Senador João Batista Motta, e profundamente agradecido ao Senador Eduardo Suplicy pelo aparte e pela boa vontade.

Muito obrigado e boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço a compreensão do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Papaléo Paes, Romero Jucá e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Governo Lula põe austeridade fiscal em risco”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25-9-2006.

A reportagem destaca que em quatro anos de mandato o governo Lula teve uma contratação líquida de 118,4 mil funcionários civis e militares, mais que o dobro dos 40,9 mil contratados em oito anos do governo FHC.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

SETOR PÚBLICO

Governo Lula põe austeridade fiscal em risco

Política enfrenta dez ameaças, como contratação de funcionários públicos seis vezes maior que na era FHC

Fernando Dantas
RIO

Em quatro anos de mandato, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma contratação líquida (admissões menos desligamentos) de 118,4 mil funcionários civis e militares, mais do que o dobro dos 40,9 mil contratados em oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. O ritmo anual de contratações de Lula, de 33 mil funcionários, é seis vezes maior do que o da era FHC, que foi de 5,1 mil.

Segundo o economista Alexandre Marinis, da consultoria Mosaico Economia Política, a explosão de contratações no setor público é um dos "dez precedentes perigosos" que o governo Lula abriu em relação à política de austeridade fiscal que vem prevalecendo no Brasil desde 1999. Apesar de ter elevado o superávit primário em 2003, o governo do presidente Lula, principalmente este ano, tomou uma série de medidas que, na visão do analista, "solapam gradualmente os alicerces da política fiscal, como filetes de água que erodem lentamente o solo até o surgimento da cratera".

Para Marinis, os dez precedentes não derivam apenas de cálculos eleitorais, mas sim de um anseio do governo de flexibilizar prematuramente a política econômica. Ele observa que os efeitos desta política ainda são insuficientes e transitórios não porque ela esteja errada, mas por causa do atraso na aprovação de reforma estruturais "capazes de mitigar os efeitos das inúmeras mazelas fiscais que a Constituição de 1988 lançou sobre o Brasil".

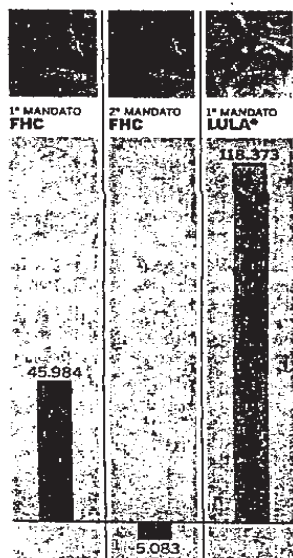
A seguir, os dez precedentes perigosos apontados por Marinis:

OS RISCOS FISCAIS

Precedentes perigosos

Novos servidores

CONTRATAÇÃO LÍQUIDA



*Até julho. **Previsão na programação financeira. ***Previsão na proposta orçamentária.

FONTE: MOSAICO ECONOMIA POLÍTICA

1. DÍVIDA INTERNA EM ALTA

Apesar da relação entre a dívida pública líquida e o Produto Interno Bruto (PIB) ter caído de 55,5% do PIB para 50,3% durante o governo Lula, a queda deveu-se exclusivamente à redução da dívida externa, que saiu de 14,3% do PIB para um crédito positivo de 0,7%. A dívida líquida interna, porém, subiu de 41,2% para 51% do PIB.

Contratação de funcionários, aumento da dívida interna e PIB superestimado são os riscos

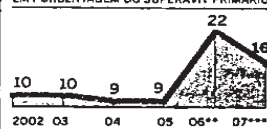
Dívida Interna em alta

VALOR LÍQUIDO EM PORCENTAGEM DO PIB



Dividendos

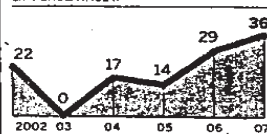
EM PORCENTAGEM DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO



PIB superestimado

Diferença entre o PIB do Orçamento e a projeção do mercado

EM PORCENTAGEM



No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o pior momento fiscal do País nos últimos doze anos, a dívida interna líquida subiu ao ritmo de 3,8 pontos percentuais ao ano. Com a introdução da política de altos superávits primários no segundo mandato do ex-presidente, a tendência foi revertida e o ritmo caiu para 1,6 ponto. Mas com Lula o crescimento

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º, do Regimento Interno.)

voltou a acelerar, indo para 2,3 pontos. O mais preocupante, porém, é que de novembro de 2004 até hoje o ritmo anual de crescimento da dívida interna acelerou-se para 4,7 pontos percentuais por ano.

2. USO DO PPI

O Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI) prevê que alguns recursos para investimentos podem não ser considerados despesas para efeito da contabilização do superávit primário. Na prática, porém, em termos do efeito de reduzir a relação dívida/PIB, o uso do PPI corresponde a uma diminuição do superávit primário. Até 2005, o governo nunca de fato lançou mão do mecanismo. Marinis nota que o governo orçou 0,14% do PIB de PPI em 2006 e 0,20% em 2007, e que há preocupação de que o superávit primário previsto de 4,25% do PIB venha efetivamente a ser reduzido naqueles montantes. Para o economista, com este instrumento discricionário, nada impede que o PPI seja aumentado para 0,4 ou 0,6 ponto porcentual de PIB em 2007 e 2008, tornando-se, na prática, um fator de incerteza sobre o superávit primário.

3. DEPENDÊNCIA DE DIVIDENDOS

O governo está usando cada vez mais os dividendos das estatais para cumprir a meta de superávit primário. Em 2006, uma parcela de 22% do superávit primário de 4,25% do PIB será composta por dividendos de estatais, comparado com uma média de 11% de 1999 a 2005. Para 2007, está previsto que 16% do superávit venha dos dividendos. Marinis explica que, no caso das estatais não-financeiras, os dividendos são neutros para a política fiscal, já que a redução do dinheiro em caixa das

Superávit primário depende cada vez mais de dividendos das estatais

empresas conta negativamente para o superávit primário e anula o ganho do Tesouro. Os dividendos dos bancos oficiais, porém, têm efeito positivo, porque seus ativos financeiros não fazem parte do resultado primário e, portanto, só o ganho do Tesouro é contabilizado. No médio e longo prazos, observa o economista, extrair muitos dividendos dos bancos estatais pode ter impacto negativo nas contas públicas. Ele lembra que, entre 1996 e 2001, o governo alocou R\$ 20,6 bilhões para capitalizar bancos federais. Os dividendos arrecadados pela União subiram de R\$ 3,8 bilhões em 2003 para R\$ 10,8 bilhões em 2006, quando mais da metade virá dos bancos oficiais.

4. JOGANDO COM O PIB

Desde a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, nunca a projeção de crescimento econômico utilizada pelo governo para fins orçamentários foi tão maior que a previsão do mercado. Para 2007, o governo prevê 4,75% de crescimento, comparado com 3,5% do mercado – a diferença é de 36%. Em 2006, a diferença alcançou 29%. De 2000 a 2005, ela foi, em média, de 12,8%. A projeção de PIB maior eleva a previsão de arrecadação e, portanto, possibilita maiores gastos. Se a projeção não for cumprida, o governo tem de contingenciar o Orçamento para al-

cançar a meta de superávit primário. Quanto maior for a diferença, porém, maior a dificuldade para reajustar os gastos ao tamanho da arrecadação.

5. RECEITA EXTRAORDINÁRIA

Em 2006, pela primeira vez na história, foi incluída na programação orçamentária a previsão de uma arrecadação extra de R\$ 4,6 bilhões. Sintomaticamente, a arrecadação extraordinária prevista em função de um "esforço de arrecadação" foi quase idêntica aos R\$ 4,8 bilhões de gastos extras que foram liberados simultaneamente. Marínis observa que "o governo não tem poder discricionário sobre esta arrecadação extra, que depende, entre outros fatores, de decisões judiciais e da obediência dos contribuintes a estas decisões". Desta forma, não é certo que a arrecadação extra de fato ocorra. Na proposta orçamentária de 2007, a previsão de receitas orçamentárias é de R\$ 10,2 bilhões.

6. REAJUSTE DOS APOSENTADOS

Em 2006, o governo reajustou os aposentados do INSS que ganham mais de um salário mínimo com a intenção deliberada de dar um aumento real de 1,7%. Isto quebrou um padrão de só dar aumento real para os que ganham o mínimo (e que acontece automaticamente quando este é reajustado). Eventuais aumentos reais dos que ganham mais de um salário mínimo no passado ocorreram por acaso, quando a inflação entre o período de definição do aumento e o momento em que ele foi efetivado foi menor que as projeções do governo. Marínis observa que aquele aumento de 1,7% pa-

rece pequeno, mas não é. Como a média das aposentadorias acima do mínimo é de R\$ 975, muito mais que o mínimo, aquele aumento significou uma despesa extra de R\$ 4,9 bilhões. Para o economista Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), este é um precedente perigosíssimo, porque pode se acrescentar ao jogo político anual de aumento do salário mínimo, quando a oposição tenta forçar o governo a dar reajustes sempre maiores que os propostos.

7. CONTRATAÇÃO DESENFREADA

De 2003 até julho de 2006, em três anos e meio, houve a contratação líquida de 47.930 servidores civis e 70.443 militares, num total de 118.373. Nos seus oito anos de governo, de 1995 a 2002, Fernando Henrique Cardoso contratou liquidamente 37.304 servidores civis e 3.597 militares, num total de 40.901. A média anual de contratações líquidas de Lula é três vezes superior à do primeiro mandato de FHC. No segundo mandato, Fernando Henrique reduziu liquidamente o número de funcionários civis e militares em 5.083. Esta disparada nas contratações do governo Lula re-

Orçamento prevê arrecadação extra que governo não tem como garantir

presenta, para Marínis, um dos mais perigosos precedentes, porque os novos funcionários gozam de estabilidade e terão direito a altas aposentadorias, representando um peso fiscal de longo prazo e incompressível.

8. REAJUSTES GENEROSOS

No final do primeiro semestre, o governo concedeu reajustes salariais a 1,5 milhão de servidores, beneficiando 80% do quadro, com impacto superior a R\$ 5,5 bilhões em 2006, e de R\$ 10,8 bilhões em 2007. Na proposta orçamentária de 2007, está prevista a reestruturação de carreiras no Poder Judiciário, Ministério Público da União e Câmara dos Deputados, e revisão dos ganhos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Procurador-Geral da República. O reajuste dos salários do STF, que são o teto para todos os servidores, tende a desencadear correções no setor público como um todo.

9. RENÚNCIA AO CONTROLE

O governo torpedeou a proposta de ajuste fiscal de longo prazo do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tendência reforçada pelo fato de que o dispositivo que prevê a redução em 0,1% do PIB das despesas correntes de 2006 para 2007 foi desconsiderado na proposta orçamentária. O governo também abandonou o discurso de limitação da carga tributária, ao prever que os impostos e contribuições administrados pela Receita Federal aumentarão de 17,23% pra 17,37% de 2006 para 2007.

10. AUMENTOS DO MÍNIMO

O aumento real de 25,3% do salário mínimo não é exatamente um precedente, mas acelera uma tendência que já vinha de Fernando Henrique Cardoso. Marínis observa que cada ponto porcentual de aumento real do salário mínimo significa R\$ 941,5 milhões a mais de gastos por ano na Previdência, programas sociais e abono e seguro-desemprego. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "O peso do Estado", publicada pela revista **Veja** em sua edição de 04 de outubro do corrente.

A matéria destaca que cada brasileiro trabalha 4 meses e 25 dias por ano para os governos e que nenhum Presidente brasileiro deixou o governo com menos gastos do que quando entrou; por essa razão

o Estado paquidêmico suga com sua tromba gigante 40% da riqueza nacional.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PESO DO ES TADO

**Cada brasileiro trabalha
4 meses e 25 dias
por ano para os governos**

Nenhum presidente brasileiro deixou o governo com menos gastos do que quando entrou. Desse vício surgiu a tromba gigante de um Estado que já suga 40% da riqueza nacional

Lucila Soares e Sandra Brasil

Nesta reta final de uma eleição que vai decidir os rumos do Brasil nos próximos quatro anos, VEJA dá sua contribuição a um dos mais acalorados debates da atualidade: qual é, afinal, o papel que cabe ao governo no desenvolvimento de uma nação e na garantia de bem-estar a seus cidadãos? Para isso, partiu de um levantamento que mostra o que aconteceu no Brasil nos últimos cinquenta anos em três grandes áreas — infra-estrutura (estradas, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e telefonia), educação e saúde (acesso ao ensino fundamental e à universidade, mortalidade infantil e expectativa de vida) e consumo de bens duráveis (automóveis, geladeiras, televisores e computadores pessoais). São doze gráficos, nos quais estão identificados os períodos de maior evolução de cada um dos indicadores, quem era o presidente e quais foram as medidas que determinaram o avanço.

O resultado mostra uma inequívoca melhora nas últimas cinco décadas, ao longo das quais o Brasil teve treze presidentes. Confirma que o Estado teve papel relevante em saltos fundamentais, como a construção da infra-estrutura de geração e distribuição de energia e de abastecimento de água, que por sua vez contribuíram para a melhoria de indicadores sociais, como a redução da mortalidade infantil. Deixa claro também, no entanto, que boa parte desses avanços foi conseguida à custa de um Estado cada vez maior e mais voraz, cuja ineficiência foi coroada há dezoito anos, com um gigantesco desastre fiscal — a Constituição de 1988. Com o propósito de corrigir injustiças do período militar, a nova Carta criou uma montanha de direitos e privilégios que amarraram o setor privado e obrigou o Estado a gastar cada vez mais com aposentadorias, funcionalismo público, pensões e programas sociais. Ao engessar o Orça-

mento com essas despesas populistas e corporativistas, a Constituição empurrou o setor público para a ineficiência e a corrupção. Pior. Para fazer frente aos gastos, o governo teve de arrecadar cada vez mais, e a carga sobre o contribuinte brasileiro dobrou. Os trabalhadores têm 40% de sua renda ceifada pelos tributos. O brasileiro trabalha, a cada ano, quatro meses e 25 dias só para pagar impostos.

No conjunto, os dados comprovam mais uma vez o acerto de uma das máximas do economista Roberto Campos, um dos mais lúcidos pensadores do Brasil do século XX. Disse Campos, que foi fundador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, na década de 50, e ministro do Planejamento do governo Castello Branco: “Eu acreditava muito nos mecanismos governamentais. Mas eles têm células cancerígenas que crescem incontrolavelmente. Há algo de doentio na máquina estatal”. É esse o ponto. O Estado pode até ter intervenções pontualmente positivas, mas nunca sabe a hora de passar o bastão à iniciativa privada. Quando sai de cena, o governo assume seu melhor papel. Os dois casos emblemáticos são o fim da reserva de mercado de informática, no governo Collor, e as privatizações levadas à frente por Fernando Henrique Cardoso. O resultado foi um impressionante crescimento do número de computadores pessoais e um avanço sem precedentes nos serviços de telefonia no Brasil.

Os governos tiveram papel fundamental nos três grandes ciclos de desenvolvimento do país no século passado: a era Vargas, que rompeu com a República Velha e deu início à primeira arrancada industrial brasileira; os anos JK, que avançaram na industrialização, voltando-se para os bens de consumo duráveis, e desbravaram o país com o maior investimento da história em abertura de estradas; e o governo militar, que fez a segunda revolução industrial nacional, completando os investimentos em infra-estrutura e investindo em informática, petroquímica e química fina.

O problema é que cada um desses ciclos teve um preço alto, pago pela sociedade brasileira. A euforia dos anos JK teve como resultado um surto inflacionário sem precedentes. Depois do “milagre brasileiro” iniciado no governo de Emílio Garrastazu Médici, nos anos 70, o Brasil caiu numa recessão que, junto com o surto inflacionário dos anos 80, estagnou o país por mais de uma década. Os longos períodos de intervenção na economia tiveram efeitos colaterais nefastos, como o atraso tecnológico que resultou da reserva de mercado para a informática. Além disso, no fim de cada um desses ciclos, emergiu um Estado cada vez maior, e mais voraz.

“Quando se discute o papel do Estado brasileiro, uma característica chama atenção: o tamanho que ele assumiu”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, brasileiro radicado nos Estados Unidos, onde é professor na Universidade de Princeton. Essa característica o transforma num sugadouro de recursos, com pífios benefícios para a sociedade. O governo fica com 30% do produto interno bruto, um percentual de país rico. E gasta mal. “Falta investimento em serviços básicos, como segurança, educação e saúde, e também em infra-estrutura e tecnologia básica, o que reduz a nossa competitividade em setores que poderiam gerar melhores empregos e maior renda”, diz Scheinkman.

Para o consultor e ex-ministro Mafli-son da Nóbrega, o desafio atual do Brasil é a construção de um Estado moderno. Atualmente a carga tributária brasileira é comparável à de países ricos, sem que a população receba em troca serviços minimamente compatíveis. “O Estado brasileiro pilha dos pobres para dar aos não-pobres, que são os que têm acesso à universidade gratuita e às aposentadorias mais generosas”, diz Mafli-son. Ele cita os EUA como o melhor exemplo de como o Estado pode servir ao desenvolvimento do capitalismo. Lá, como lembra o economista Jacob Weisberg, editor da revista on-line *Slate* e autor de *Em defesa do governo*, a participação do Estado na economia e a carga tributária são as menores dentre as de todas as nações industrializadas. Nessas condições, é possível concentrar-se no que é a função essencial dos governos: jogar pesado em educação de qualidade, sem dúvida o melhor instrumento para reduzir a pobreza e a desigualdade, fazer valer leis e contratos, criar um ambiente favorável a investimentos. As agências reguladoras, uma invenção americana, são um excelente exemplo de como o Estado pode se fazer presente, garantindo o direito do cidadão a um bom serviço, sem sufocar a iniciativa privada.

Os avanços do país nos últimos cinquenta anos são inegáveis. O Brasil é hoje, em muitos aspectos, uma nação moderna, inserida no mundo globalizado e com grande potencial de crescer e tornar-se mais competitiva. Para só citar um exemplo, há menos de dez anos o telefone era um patrimônio que as pessoas declaravam no imposto de renda. Havia quem esperasse cinco anos e pagasse mais de 1 000 dólares por uma linha. Hoje, em geral, a espera foi reduzida para uma semana e a taxa de instalação custa no máximo 170 reais. Na educação, atingiu-se a universalização do ensino básico e um crescimento expressivo no ensino médio e pré-escolar. Na economia, consolidou-se o valor da estabilidade

50 anos na vida do Brasil

VEJA selecionou doze indicadores básicos de progresso e qualidade de vida dos brasileiros e analisou com a ajuda de especialistas qual é o papel dos diversos governos em sua evolução. O resultado está nesta e nas cinco páginas seguintes

Nas sociedades capitalistas, como é o caso do Brasil, o vetor do progresso aponta sempre para a frente. Ele pode ser imperfeito e muitas vezes é desigual: a vida melhora mais rapidamente para alguns e mais lentamente para a maioria. Mas a cada década o número de pessoas que chegam à universidade aumenta. Há mais estradas asfaltadas hoje do que em qualquer período do passado. Mais crianças são vacinadas. Mais pessoas têm telefone, geladeira, televisão. Menos bebês morrem antes de completar 1 ano e mais tempo os avós ganham na velhice. Raramente se registram retrocessos. Como se vê nos gráficos e no texto desta reportagem, o Brasil vem caminhando para a frente. VEJA se propôs a responder a três perguntas.

- Primeiro, por que o Brasil melhora ano a ano?
- Segundo, qual é o papel dos governos do último meio século nesse processo de constante crescimento da qualidade de vida?
- Terceiro, se tudo melhora, isso é sinal de que todos os governos foram bons, a seu modo?

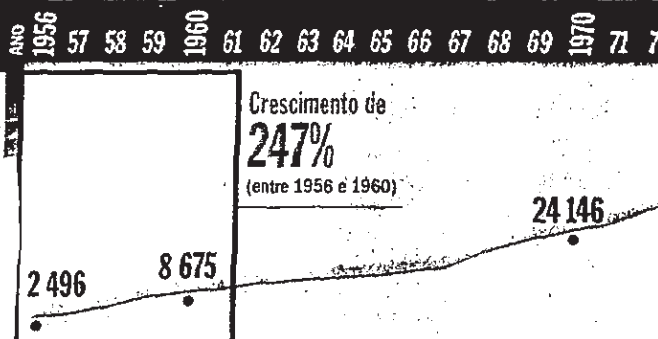
A resposta a essas perguntas é surpreendente e fascinante. Acompanhe nas páginas seguintes. VEJA agradece a colaboração de: Carlos Henrique Araújo (Missão Criança), Claudio Considera (Ibmec-RJ), Eustáquio Reis (Ipea), José Márcio Camargo (PUC-RJ), Pedro Cavalcanti Ferreira (FGV-RJ), Maria Helena Guimarães de Castro (educadora), Renaldo Gonçalves (PUC-SP), Roberto Macedo (USP), Roberto Passos Nogueira (Ipea-RJ), Rubem Porto (USP).

Fontes: Rodovias Federais Pavimentadas: Estatísticas Históricas do Brasil - Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1950 a 1988 (1956 a 1958) e Ministério dos Transportes (de 1959 a 2005); Telefones: Anuário Estatístico do Brasil IBGE (1956 a 1971) e Anatel (de 1972 a 2005); Domicílios com energia elétrica e Domicílios com água encanada: Censo IBGE de 1940 a 1980 e Pnad/IBGE de 1981 a 2005; Ensino Fundamental e acesso à Universidade: Anuário Estatístico do Brasil e Serviço de Estatística da Educação e Saúde do IBGE e Inep; Mortalidade infantil e esperança de vida: Censo IBGE de 1960 a 1970 e Projeção Populacional/IBGE; Aparelhos de TV: Rede Globo; Geladeira: Censo IBGE de 1960 a 1980, Pnad/IBGE (de 1981 a 2005); Computador: IDC Brasil; Automóveis: Anuário (de 1956 a 1985), Celpot e Denatran.

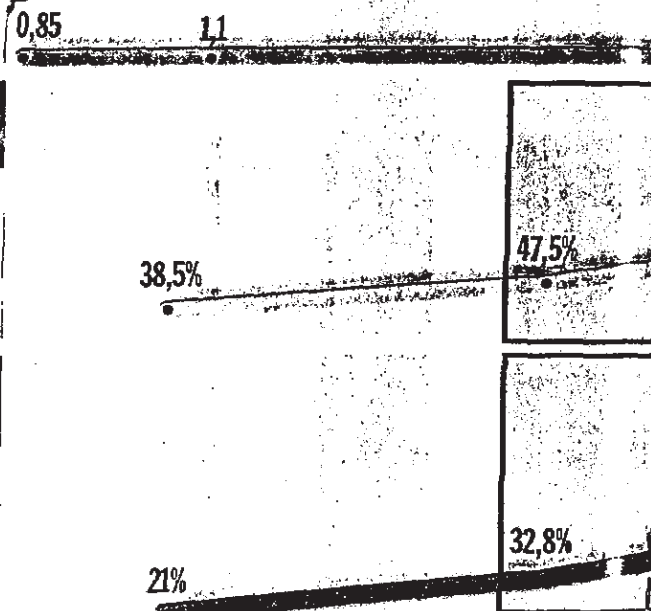
INFRA-ESTRUTURA

Aqui 100% da melhoria se deve aos governos. Os maiores saltos de qualidade ocorreram na era JK, no período dos generais e no governo FHC

RODOVIAS FEDERAIS PAVIMENTADAS (em quilômetros)



TELEFONES (em milhões)



CASAS COM ÁGUA ENCANADA (em porcentagem)

21%

32,8%

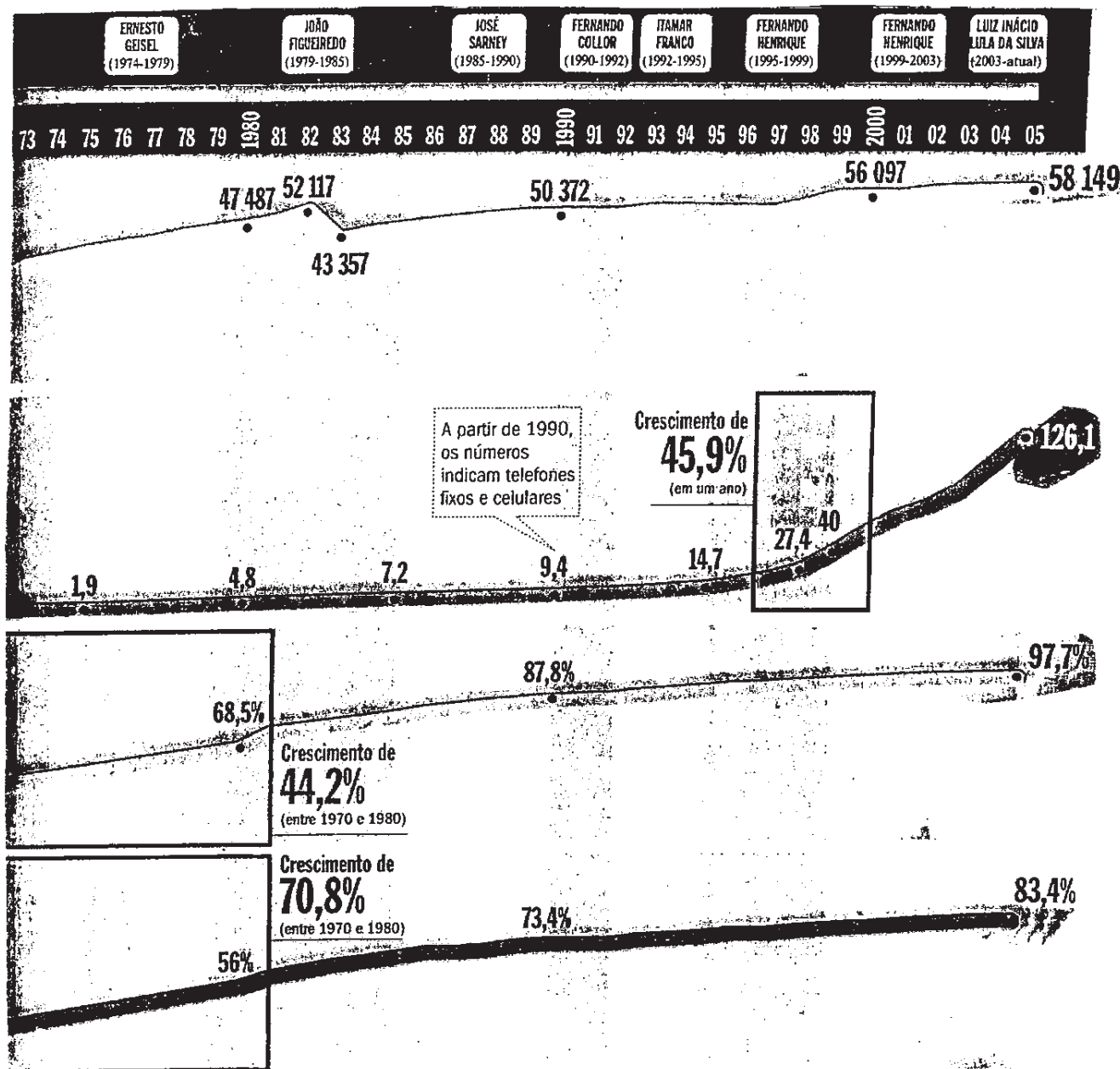
Governo Juscelino Kubitschek

ACERTOS: JK aposta na vinda da indústria automobilística e, corretamente, associa isso à necessidade de construir e pavimentar estradas. A interiorização do progresso com a construção de Brasília também exigiu mais estradas

ERROS: o custo do progresso foi alto. Na ausência da noção de responsabilidade fiscal, os gastos de JK produziram inflação. o mais cruel imposto sobre os pobres

Governo FHC

ACERTOS: em 1998, o governo privatizou o sistema Telebrás, um dinossauro estatal corrupto que impedia o avanço tecnológico e a democratização da telefonia. Somente no primeiro ano de



privatização, o número de telefones cresceu quase 46%
ERROS: foram mínimos se comparados aos benefícios

Governos Médici e Geisel

ACERTOS: em 1970, a população urbana ultrapassou a rural e o governo investiu pesado em programas de infraestrutura nas cidades para dar vazão ao crescimento de 10% ao ano do chamado "milagre brasileiro"

ERROS: em economia não existem milagres nem almoço grátis. Como no governo JK, a conta veio na forma de inflação e, mais tarde, moratória

Governos Médici e Geisel

ACERTOS: a aceleração da urbanização nos anos 70 obrigou o governo a investir em abastecimento de água em larga escala

ERROS: a ausência de melhorias semelhantes no campo fez com que as cidades se tornassem focos de atração de migrantes miseráveis, que incharam as periferias urbanas

EDUCAÇÃO E SAÚDE

O período dos generais foi o que mais melhorou o ensino fundamental e o acesso à universidade

JUSCELINO KUBITSCHKE
(1956-1961)

JÂNIO QUADROS
(1961)

JOÃO GOULART
(1961-1964)

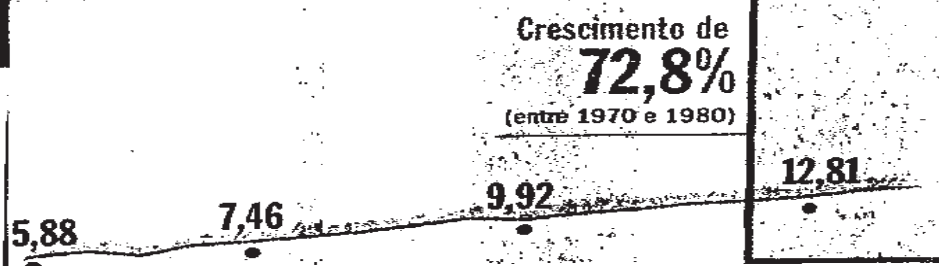
CASTELLO BRANCO
(1964-1967)

COSTA E SILVA
(1967-1969)

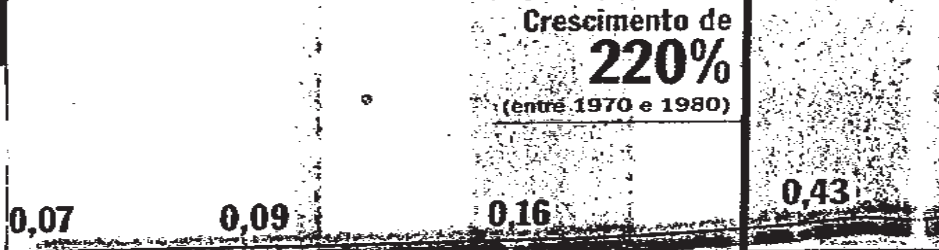
EMÍLIO MEDICI
(1969-1974)

ANO 1956 57 58 59 1960 61 62 63 64 65 66 67 68 69 1970 71 72

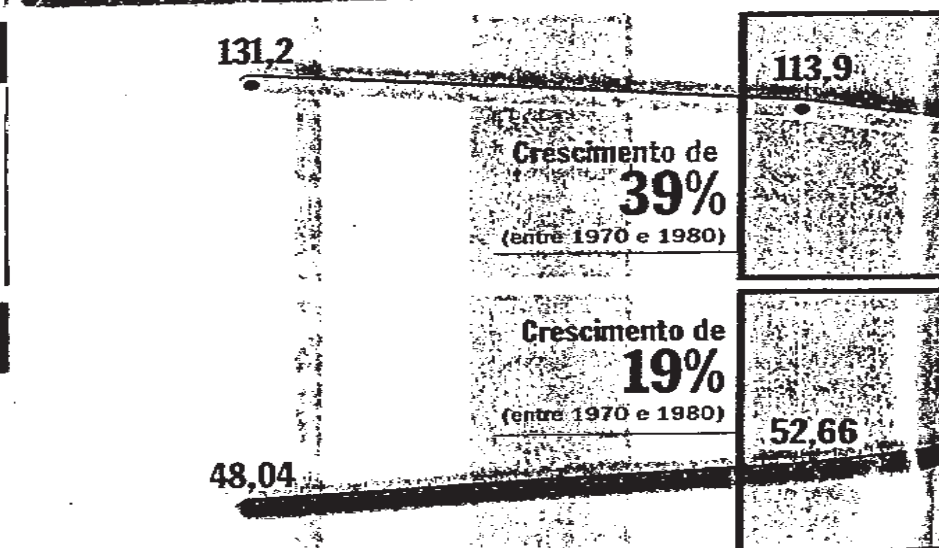
ENSINO FUNDAMENTAL (em milhões de matrículas)



ACESSO À UNIVERSIDADE (em milhões de matrículas)



ESPERANÇA DE VIDA (em anos)



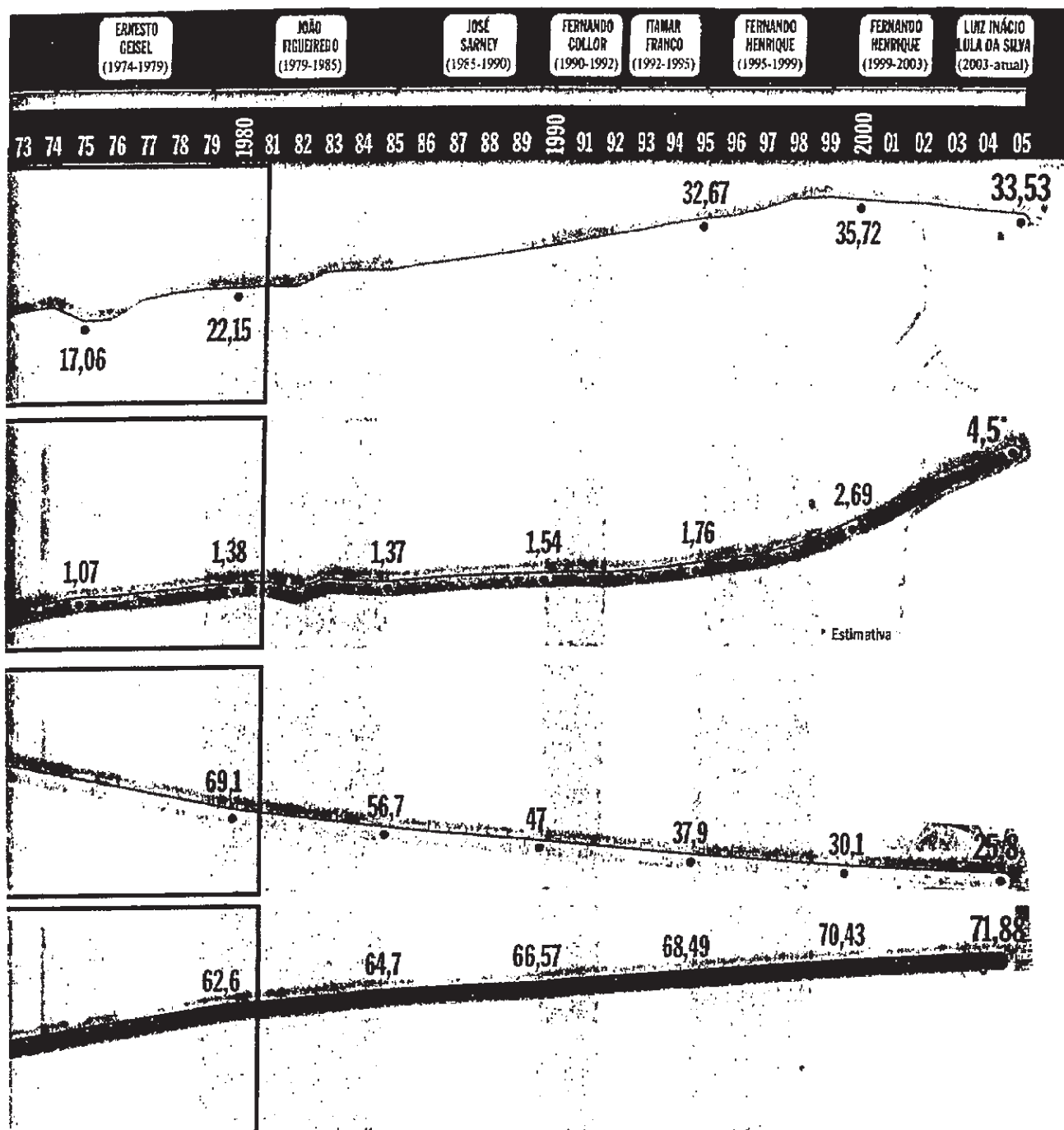
Governos Medici e Geisel

ACERTOS: o ensino fundamental obrigatório foi ampliado de quatro para oito anos. O número de escolas e professores cresceu na proporção exigida pelo aumento populacional

ERROS: para combater a evasão escolar, optou-se pelo fim do exame de admissão para o antigo ginásio. Foi a semente da massificação sem qualidade do ensino público

Governos Medici e Geisel

ACERTOS: a reforma do ensino superior de 1968 aumentou o número de universidades federais e deu início à expansão das faculdades particulares



ERROS: mesmo com o currículo mínimo para os cursos e o vestibular obrigatório, a ênfase maior foi na massificação, em prejuízo da qualidade

Governos Médici e Geisel

ACERTOS: investimentos em saneamento básico e abastecimento de água aliados à criação de postos de saúde em regiões carentes tiraram o Brasil da "zona africana" de mortes de recém-nascidos

ERROS: nenhum que superasse os benefícios

Governos Médici e Geisel

ACERTOS: a queda da mortalidade infantil se somaram ambiciosos planos nacionais de habitação popular. O crescimento econômico trouxe a ampliação do mercado de trabalho e da renda. Como consequência, a expectativa de vida teve seu maior salto

ERROS: nenhum que superasse os benefícios

de como uma conquista da sociedade brasileira e perdeu-se o medo de tomar medidas impopulares em nome de impedir a volta da inflação. Manteve-se o superávit primário e, com todas as limitações, foi feita uma reforma da Previdência. Além disso, foram tomadas medidas adequadas para melhorar o ambiente de negócios, principalmente na área de crédito.

São conquistas que significam novos desafios. É preciso consolidá-las e avançar. "Um governo não começa do zero. Quando um presidente assume, ele já encontra um grande pomar. Cabe a ele regar as árvores, colher os frutos e plantar novas mudas para que os outros que vão vir depois possam fazer o mesmo", diz Maílson da Nóbrega. O desafio brasileiro é que, mesmo com a inflação sob controle, o país não consegue entrar na rota do crescimento sustentável. Esse não é o único obstáculo a ser ultrapassado. Mas, sem vencê-lo, não será possível avançar na superação da profunda desigualdade que marca a sociedade brasileira. É essa desigualdade que faz o Brasil ter, no século XXI, agenda social de século XIX. É verdade que, ao debelar a inflação, o país deu o primeiro grande passo para reduzir a desigualdade social, o que ficou patente nos dados que o economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, compilou com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O número de pobres recuou de 35,3% em 1993, ano anterior ao Real, para 22,7% em 2005. Desde 2003, a queda é contínua. Mas falta muito. Em 2005, 83,4% dos domicílios brasileiros tinham acesso à água encanada. No entanto, apenas 49% eram integrados à rede coletora de esgotos. Outro problema é a educação. Conclui o economista Eduardo Giannetti da Fonseca: "Claro que é melhor ter 97% das crianças brasileiras na escola, mas chamar o que oferecemos de ensino fundamental não corresponde à realidade. A qualidade é sofrível". Essa tem de ser a prioridade não só do próximo governo como dos seguintes. ■

Com reportagem de Giuliano Guandalini

BENS DE CONSUMO

Mais racionalidade nas finanças públicas e nas leis e Estado menor. As novas tecnologias ajudam

APARELHOS DE TV
(em milhões)

CASAS COM
GELADEIRA
(em porcentagem)

AUTOMÓVEIS
(em milhões)

JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961) JÂNIO QUADROS (1961) JOÃO GOULART (1961-1964) CASTELLO BRANCO (1964-1967) COSTA E SILVA (1967-1969) EMÍLIO MÉDICI (1969-1974)

ANO 1956 57 58 59 1960 61 62 63 64 65 66 67 68 69 1970 71

Crescimento de
357%
(entre 1970 e 1980)

0,2

4

11,6%

26%

Crescimento de
128%
(entre 1960 e 1965)

0,39

0,57

1,3

2,32

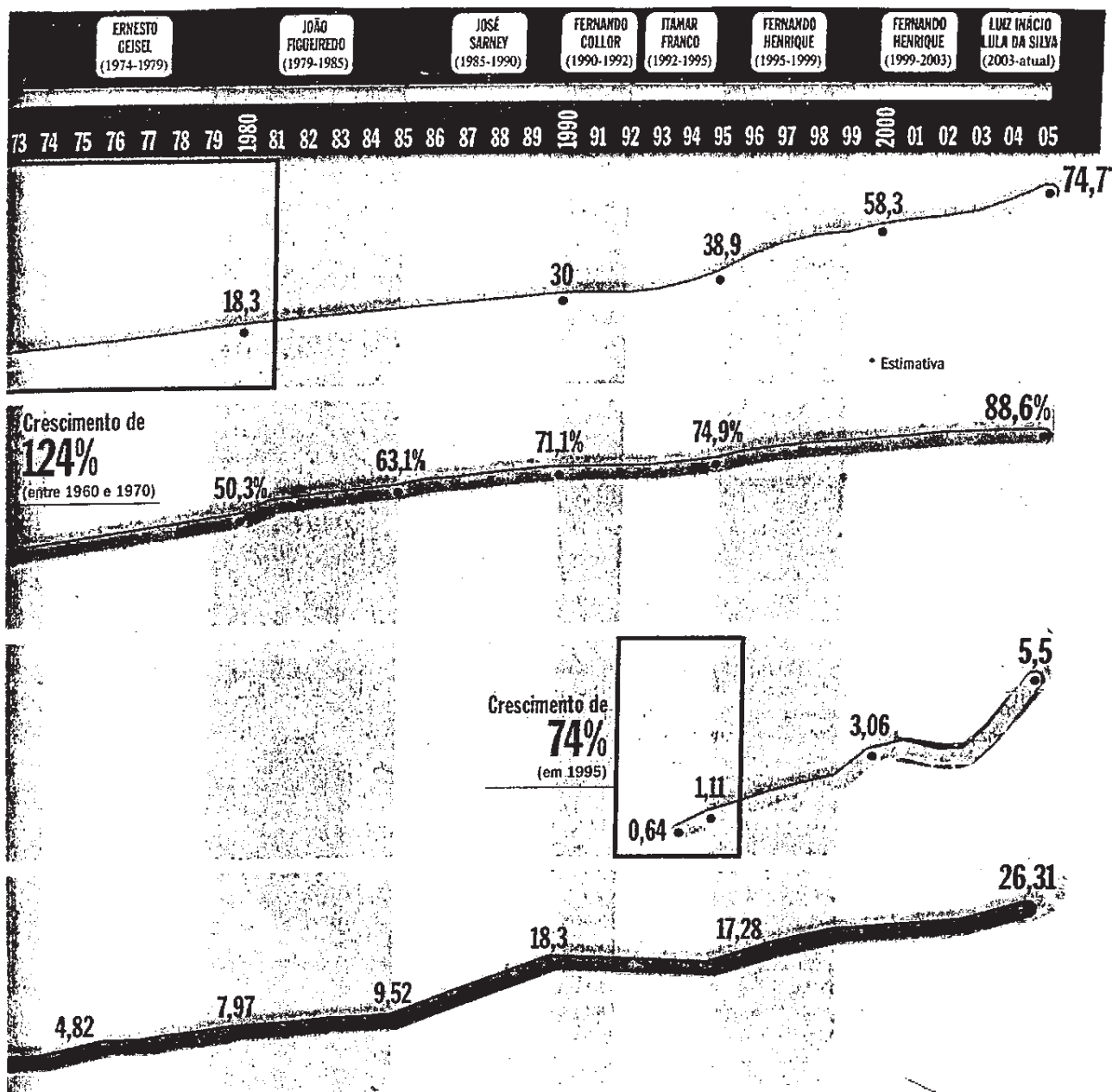
Governos Médici e Geisel

ACERTOS: o "milagre econômico" trouxe a implantação da TV em cores no Brasil, e o volume de televisores instalados foi recorde. Investimentos em infra-estrutura de telecomunicações realizados no período explicam a explosão do consumo

ERROS: a participação nula da iniciativa privada minaria o futuro das telecomunicações

Governo Castello Branco

ACERTOS: a reforma tributária de 1966 reduziu impostos e impulsionou o consumo de eletrodomésticos. Houve a consolidação da indústria brasileira, instalada no governo JK, e a gradativa queda dos



preços dos produtos, o que possibilitou um crescimento médio anual de 15% nas vendas entre 1967 e 1980

ERROS: nenhum que superasse os benefícios

Governos Fernando Collor e FHC

ACERTOS: o grande salto da venda de computadores deu-se no auge do Plano Real. Mas a base foi criada em 1991, quando Collor extinguiu a nefanda reserva de mercado de informática e baixou as alíquotas de importação

ERROS: a redução das alíquotas foi tímida

Governos Jânio, Goulart e Castello

ACERTOS: os governos Jânio, Jango e Castello Branco assistiram ao maior salto no número de automóveis em circulação na história do país. Tudo fruto da iniciativa anterior de JK de trazer a Volkswagen para o Brasil

ERROS: o sucesso dos carros cegou os governantes para a necessidade de fazer estradas de ferro para o transporte barato e em massa de passageiros e cargas

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Intelectuais contra a democracia”, de autoria do filósofo e escritor Paulo Ghiraldelli Jr, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro do corrente.

O autor analisa a postura dos intelectuais diante dos escândalos de corrupção e cerceamento dos direitos individuais do cidadão e chega à conclusão que apesar dessa classe afirmar seu desejo por uma revolução social, na prática dá apoio a todo movimento

que mova “ódio” contra a democracia. Ainda segundo o filósofo, os intelectuais brasileiros mais parecem querer um emprego no próximo governo Lula do que defender a ética e a democracia.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Intelectuais contra a democracia

Paulo Ghiraldelli Jr.

Noam Chomsky e outros intelectuais criados com o cérebro banhado no esquema simplório do maniqueísmo da guerra fria estão em busca de uma “revolução mundial”. Dizem lutar contra o “imperialismo”, mas querem combatê-lo sem democracia. Na prática, dão apoio a todo movimento que mova ódio contra a democracia, inclusive os grupos que exalam o odor do fascismo, como o Hamas e o Hezbollah. No Brasil, querem ver no poder central o programa estatizante e arcaico de Heloísa Helena (PSOL). Queriam o PT, no passado, mas agora desistiram. E não desistiram do PT por causa da corrupção, e sim pelo fato de este não satisfazer seus ideais de criar um mundo que eles não sabem o que deve ser, mas que eu sei bem o que é: um mundo onde o último valor a ser considerado é o da liberdade individual.

E os intelectuais daqui, do Brasil, onde estão? Um grupo de intelectuais (e artistas), comandado por “Frei” Betto – que, sem nenhum pudor, disse que vota em Lula porque este não se corrompeu –, resolveu recentemente fazer um manifesto de apoio ao PT. Uma boa parte deles deixou o cérebro na gaveta e preferiu agir na condição de funcionário de universidade estatal ou de dependente de órgão de fomento à pesquisa, controlado pelo governo federal. Outros, que estão livres disso, esperam ansiosos e excitados a perda da liberdade: viram as pesquisas eleitorais e se bandearam para as filas dos mensaleiros. Mais parecem querer um emprego no próximo governo. Uma parte deles é – pasmem – de professores de Ética. Sim! Ética! Mas há também, nesse bolo, professores de História. Como pode um professor de História apagar um ano da nossa História, o ano de 2005? Há psicanalistas também? Sim! E isso nem Freud explicaria!

Parece que só agora estou conseguindo entender a razão por que esses intelectuais, que se apresentavam como amantes da democracia, entraram em crise pessoal no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando do desmantela-

mento do império comunista e do fim da União Soviética (URSS). Esse pessoal, no fundo, tinha lá uma simpatia pelo totalitarismo. É fácil ver isso se olharmos para o que ocorreu e ocorre nas universidades estatais brasileiras.

Zélia Cardoso de Mello, quando quis voltar para sua cadeira na universidade, foi barrada por alunos num ato que pouco tinha que ver com uma manifestação democrática. Celso Lafer, quando ficou no governo Fernando Collor para efetuar a transição para o governo Itamar Franco, foi hostilizado por alunos universitários em manifestação que não foi tão diferente da que sofreu Zélia. Essas patrulhas ideológicas – minirréplica das SS de Hitler – agora funcionam a favor dos que ficaram e abaixaram a cabeça para Lula. A idéia desse tipo de movimento de estudantes é a mesma da de Chomsky: vamos lutar contra os que não falaram mal do “imperialismo” e vamos proteger os que se dizem contra tal coisa, mas que se dane a democracia. Aliás, como mostrou este jornal, essa é a regra do próprio Lula em campanha. Ele mesmo tem dito que não podemos imaginar a democracia como uma “coisa limpa”. Como é que um presidente da República, em plena campanha eleitoral, pode dizer isso e, assim mesmo, ser idolatrado por intelectuais famosos, que estão na mídia?

Eis aí a universidade estatal brasileira: as pessoas que fazem manifesto de apoio ao governante cujo partido comprou o Congresso Nacional e cometeu um crime contra a democracia possuem guarda pessoal. Criam barreiras estudantis para protegê-las na universidade. A prova disso é que podem voltar para a sala de aula em condição ativa, inclusive impondo suas idéias, mesmo traíndo a Nação e todos os ideais de democracia e ética. Como pudemos chegar a tal situação? Como poderemos deixar nossos filhos nas mãos dessa gente, na universidade? Como poderemos formar professores para educar nossos netos, se os futuros professores vão ser formados por esse tipo de gente? Como esperar que nossos filhos e netos tenham amor à democracia, pela qual

tanto lutamos, se eles vão ser educados – em sala de aula e em livros – por esses professores universitários que mostram claramente que podem ficar do lado do partido e do presidente que fez o que fez com o Congresso Nacional?

Lula tem anunciado seu incentivo à ampliação da rede de ensino universitário estatal. É claro que nisso há muito de propaganda e maquiagem. Mas há, de fato, essa ampliação – em quantidade, e não em qualidade de ensino. Denunciei isso aqui, no Estadão, em artigo passado, aliás, em apoio

Eles mais parecem é querer um emprego no próximo governo

aos bons editoriais deste jornal que reclamam da qualidade do ensino. Por outro lado, Lula joga nosso dinheiro na manutenção da universidade particular, por meio de mecanismos de compra de bolsas. Com essas duas atitudes, Lula derruba a velha tese de que o governante que quer dominar a consciência popular não investe na educação. Mentira. Ele pode investir na educação e dominar ainda mais a consciência popular, pois tem o controle de uma parcela não diminuta de professores universitários influentes.

Isso pode mudar? É difícil. No futuro, dado o mecanismo de que a universidade estatal dispõe para repor os seus quadros, que é o concurso em que pares julgam pares, é difícil imaginar uma mudança de mentalidade. E a universidade particular imita a estatal no que ela tem de pior. Lula ou outro político igual a ele poderá ter mais domínio ainda sobre os intelectuais que têm acesso à mídia, se estes são professores. Por isso, avalio, não vai ser fácil se manter na trincheira democrática contra esse aparato de guerra que Lula e esses intelectuais doutrinadores estão montando.

Paulo Ghiraldelli Jr. é filósofo e escritor
Sites: www.filosofia.pro.br
e www.ghiraldelli.pro.br

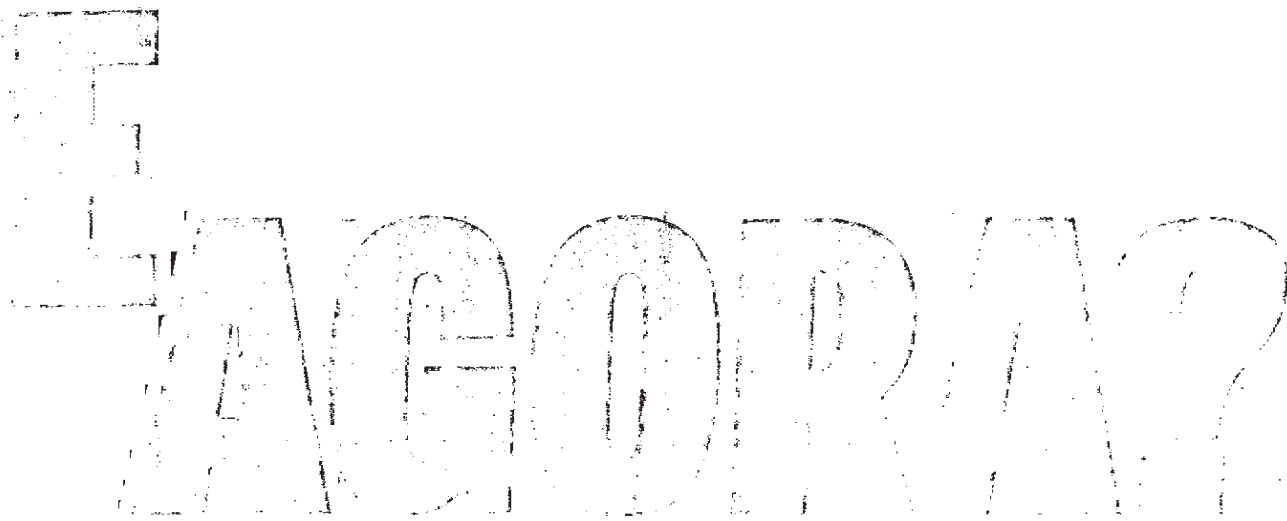
O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “E agora?”, publicada pela revista **Época** de 02 de outubro do corrente.

A matéria destaca que depois de uma campanha feroz entre os candidatos à Presidência da República, não deve sobrar muito espaço para manobrar alianças e apoios no próximo governo.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



**O QUE PODE
ACONTECER NA
CENA POLÍTICA
BRASILEIRA
DEPOIS DAS
ELEIÇÕES**



Parecia que a eleição presidencial de 2006 seria uma das mais monótonas da História. Desde fevereiro, com a recuperação na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a campanha eleitoral ganhara os contornos de uma cadenciada contagem regressiva, com desfecho mais que previsível: a reeleição de Lula já neste domingo, 1º de outubro, sem necessidade de um segundo turno de votação. Há duas semanas, porém, a descoberta do envolvimento de petistas em uma operação desastrada para divulgar um dossiê com acusações contra José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, introduziu alguma emoção nesse enredo.

O caso do dossiê contribuiu para um aumento na tensão política. Às vésperas da eleição, a agressividade verbal entre governo e oposição exacerbou-se, como na época da crise do mensalão. Lula faltou ao último debate da campanha, exibido pela Rede Globo, na quinta-feira, e preferiu comparecer a um comício em seu berço eleitoral: São Bernardo do Campo, em São Paulo. Na TV, sofreu todo tipo de ataque dos adversários presentes. Representado por uma cadeira vazia, Lula foi acusado pelos adversários de corrupto, traidor e incompetente. “O despreço pela

democracia, a ausência do debate é uma visão autoritária", afirmou Geraldo Alckmin, candidato do PSDB, no debate.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), chamou de "golpe no tapetão" a investigação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a compra do dossiê, aberta a pedido do PSDB e do PFL. Lula voltou a apelar para um recurso usado com frequência para se esquivar de todos os escândalos em que seu governo se envolveu. Lançou mão do discurso messiânico, na tentativa de se colocar como vítima de manobras. Disse ter sido traído pelos petistas envolvidos no escândalo e comparou-se a Jesus Cristo, traído por Judas.

Ao falar das críticas da oposição, associou-se a Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira, morto e esquartejado. Afirmou que suas pernas, braços, coração e cabeça são as "pernas, braços, coração e cabeça do povo". A oposição seguiu o mesmo tom bíblico de Lula. Em ato organizado pelo PSDB em São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que Lula não era Cristo, mas o "demônio". Alckmin disse que Lula é o "Judas dessa história, porque traiu o povo brasileiro".

O clima de conflagração reflete um país que sai das urnas deste 1º de outubro mais dividido, ressentido e desiludido que aquele que emergiu da vitória de Lula em 2002. Naquela época não havia contestação da legitimidade da eleição do ex-operário. Se vencer agora, Lula terá provado o poder de seu carisma e de sua liderança popular, acima de partidos e de instituições. Poderá ser o candidato mais votado na História do país. Mas Lula poderá ter, ainda, de enfrentar as tentativas – pelo menos da parcela mais aguerrida da oposição – de impugnar sua eleição ou cassar um eventual segundo mandato, com base no caso do dossiê.

Na reta final da campanha, a vantagem de Lula sobre os adversários diminuiu. Mas, segundo as últimas pesquisas, Lula ainda venceria a eleição no primeiro turno, embora a possibilidade de segundo turno não estivesse descartada. "A eleição será decidida no foto-chart (equipamento que mede a chegada em corridas em que a vitória é definida por margens mínimas)", disse João Santana, marqueteiro de Lula, em conversas com amigos. "Ou o presidente vai ganhar com uma vantagem pe-

quena, hipótese em que eu mais acredito, ou teremos um segundo turno por uma votação apertadíssima." Segundo ele, não há risco de derrota em um eventual segundo turno. Para Santana, os votos no presidente estão consolidados em todas as pesquisas e não sofreriam alteração em uma segunda etapa.

Até que ponto os ataques à legitimidade de Lula teriam chance de prosperar se ele sair vitorioso das urnas? É verdade que o caso do dossiê envenenou o ambiente, mas há também fundadas razões para apostar que, assim que a eleição presidencial acabar – seja neste domingo, seja no segundo turno –, a temperatura política tenderá a amainar. A primeira razão é que, sem o potencial de causar dano eleitoral a Lula, a investigação da compra do dossiê pelos petistas perde relevância política. Até o fechamento desta edição, na sexta-feira, não tinham aparecido evidências de envolvimento do presidente no caso. Por isso, o processo de impugnação da eleição de Lula tende a ser engavetado pelo TSE, segundo a maioria dos analistas políticos. "Sem uma evidência solar de envolvimento do presidente, o Judiciário não vai se mexer porque sua tradição é ser muito cauteloso", afirma o cientista político Luiz Werneck Vianna, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

A segunda razão é que a conclusão da eleição presidencial abre uma janela, fechada desde o episódio do mensalão, para uma trégua política entre governo e oposição. O presidente Lula tem manifestado o desejo de cumprir um segundo mandato com melhores condições políticas no Congresso. Para conseguir

isso, além de celebrar uma aliança com o PMDB, ele teria também de abrir canais de diálogo com a oposição. Os principais nomes da oposição são os tucanos José Serra, em São Paulo, e Aécio Neves, em Minas Gerais. Ambos eram favoritos para ganhar as eleições para governador de seus respectivos Estados neste domingo. E ambos parecem receptivos ao diálogo com Lula. Potenciais candidatos à Presidência em 2010, eles precisariam, uma vez eleitos, manter bom relacionamento com o governo federal. Dessa forma, conseguiriam fazer um governo melhor e tentar ser candidatos à sucessão de Lula. A continuidade de uma guerra política entre governo e oposição opera contra os planos futuros de Serra e Aécio.

Discretamente, sinais de boa vontade foram emitidos de alas do PT e do PSDB, mesmo com o caso do dossiê em plena ebulição. Quando explodiu o escândalo, Aécio defendeu Lula. Em entrevista, afirmou que considerava o presidente uma "vítima" do PT. "Ele acabou vítima dessa sua excessiva generosidade para com os companheiros", disse Aécio. Em público, Serra também evitou responsabilizar Lula no caso do dossiê. Preferiu fazer ataques ao PT e ao adversário na disputa pelo governo de São Paulo, o senador Aloizio Mercadante. Semanas atrás, durante um encontro do setor de turismo em Brasília, ao responder a uma pergunta sobre obras para melhorias no Aeroporto de Viracopos, em Campinas, São Paulo, Lula disse, segundo relatos de empresários, que poderia fazer uma parceria com Serra caso ambos fossem eleitos. "Seria inocência achar que Serra pode ser parceiro de Lula", afirma um político próximo do tucano. "Mas, como prefeito, Serra manteve uma relação saudável com o governo federal e isso pode se repetir." O ministro da Articulação Política, Tarso Genro, faz uma distinção entre Serra e Aécio – que chama de "turma do diálogo" – e o presidente do PFL, Jorge Bornhausen – considerado por ele o líder da "turma dos golpistas". "Passadas as eleições, a primeira coisa a fazer é esquecer as palavras do embate eleitoral e seguir para uma agenda conjunta com a oposição", afirma Genro.

As chances de distensão, no caso de uma definição da eleição em primeiro turno, aumentam ainda por um terceiro motivo. O foco da guerra política e dos escândalos dos últimos dois anos está enfraquecido. Trata-se do núcleo sindicalista do PT paulista que comandou nos últimos anos o Campo Majoritário, a corrente dominante no partido. "O dossiê foi uma

Siga o

A Polícia Federal apreendeu, no dia 15 de setembro, em um hotel de São Paulo, **R\$ 1,168 milhão e US\$ 248 mil com Valdebran Padilha**, tesoureiro de campanhas do PT em Mato Grosso, e Gedimar Passos, ex-agente da Polícia Federal a serviço do comitê de Lula. Segundo a PF, o dinheiro seria usado para comprar um suposto dossiê contra tucanos. Imagens do circuito interno de TV do hotel, analisadas pela PF, mostram que o dinheiro foi entregue a Valdebran e Gedimar por **Hamilton Lacerda**, ex-coordenador da campanha de Aloizio Mercadante em São Paulo. Ao lado, o que se sabe sobre a origem do dinheiro

Os reais

Do **R\$ 1,168 milhão**, a PF não sabe nada, ainda, sobre a origem de **R\$ 1,143 milhão**. Suspeita-se que esse dinheiro pode ser oriundo do caixa dois de empresas. Pode ter sido sacado e guardado há muito tempo. **A polícia só tem pistas sobre o caminho de R\$ 25 mil**, envolvidos em cintas dos bancos Bradesco, Safra e BankBoston quando foram apreendidos com os petistas

Passo 1

A empresa RRJ, de transporte e custódia de valores, coleta dinheiro em agências bancárias em São Paulo e o transporta para seu centro de distribuição na capital paulista. Lá o dinheiro é contado, separado e envolvido em cintas dos bancos para ser redistribuído

Os dólares

Dos **US\$ 248 mil** apreendidos com os petistas, a PF tem pistas sobre um montante de **US\$ 110 mil**, que entraram no Brasil legalmente. Em relação ao restante do dinheiro, a PF apurou que ele transitou pela corretora Pioneer e pela corretora do Banco Safra. Ao que tudo indica, é possível que esses recursos também tenham entrado no país de forma legal

Passo 1

Os **US\$ 110 mil** foram impressos em abril na **casa da moeda americana** e seguiram para o banco Commerzbank de Frankfurt, na Alemanha

Passo 2

No dia 15 de agosto o **Banco Sofisa**, em São Paulo, **compra um lote de US\$ 15 milhões** do Commerzbank, do qual fazem parte os **US\$ 110 mil**

Passo 2

A RRJ distribuiu **R\$ 15 mil a uma agência do Bradesco** em São Paulo

Passo 3

O dinheiro foi sacado na agência e **repassado para os petistas**. Eles receberam, segundo a Polícia Federal, também **R\$ 5 mil** provenientes da **agência do BankBoston**, da Lapa, e outros **R\$ 5 mil do Banco Safra***

* Ainda não se sabe se a RRJ também distribuiu os **R\$ 10 mil** do Safra e do BankBoston

Passo 3

No dia **17 de agosto**, chega ao Brasil o **lote encomendado**. Quem transporta e guarda o dinheiro é a empresa Brinks

Passo 4

Os **US\$ 110 mil** são vendidos para duas corretoras de câmbio: Action e EBS, em São Paulo

Passo 5

No dia **14 de setembro**, parte do lote de dinheiro (**US\$ 110 mil**) chega às mãos do petista **Valdebran Padilha**

tentativa desesperada desse núcleo de se manter com força", afirma o cientista político Fernando Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. O grupo já tinha sofrido uma baixa com a cassação dos direitos políticos do ex-ministro José Dirceu no escândalo do mensalão. Com a nova crise, sofreu outros reveses. Caíram expoentes como Ricardo Berzoini, presidente do PT, e Osvaldo Bargas, ex-secretário nacional de Relações de Trabalho, todos envolvidos no caso do dossiê.

Intelectuais ligados ao PT, como o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos – que fomentara, no ano passado, teses de golpismo das elites e da mídia contra o PT –, passaram a condenar os métodos do grupo. "É inadmissível que o PT tenha sua vida do dia-a-dia administrada por personagens cujos nomes de batismo e poder só venham a ser conhecidos quando

Lula tem manifestado o desejo de abrir canais de diálogo com a oposição, caso seja reeleito. Será que ele quer uma ponte com Serra e Aécio?

dão entrada na polícia", escreveu Wanderley Guilherme, em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* na semana passada.

Ao lado do presidente Lula, estão em ascensão outras lideranças como o ministro Tarso Genro, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e o governador do Acre, Jorge Viana, mais favoráveis à reconstrução de pontes com a oposição. "A origem paulista do PT e do PSDB é o começo, meio e fim de tudo", diz Viana. "Como querem ser hegemônicos em São Paulo, ambos fazem da disputa paroquial algo mais importante que a matriz." Segundo Pimentel, um gesto de conciliação com a oposição é necessário para destravar a agenda de reformas na Previdência Social e no sistema tributário, essenciais para aumentar as taxas de crescimento do país. "O presidente sabe que o PSDB tem quadros técnicos que podem ajudá-lo na formulação dessas reformas", diz Pimentel. "Há uma disputa de poder entre PT e PSDB, mas há muitos pontos de convergência entre os dois partidos, que são centristas, reformistas e pragmáticos", afirma Maria Hermínia Tavares, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. "O governo Lula deu grande continuidade a políticas de Fernando Henrique Cardoso."

A incapacidade de levar adiante um

processo de cooperação entre PT e PSDB poderia condenar o país a mais um período de estagnação política e mediocridade econômica. Lula gastou metade do mandato no combate a incêndios gerados pelo próprio PT (*leia a reportagem à página 34*). Isso explica por que a lista de reformas fundamentais para o país não avançou muito desde 2003, quando Lula tomou posse. Os escândalos e as CPIs travaram o país. Sem energia para aproveitar o momento de fartura no cenário global, nos últimos quatro anos o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a uma taxa média de 2,5%, muito abaixo dos 6% a 9% por ano alcançados por China ou Índia. "A tarefa do próximo governo é resolver aquilo que os dois anteriores não conseguiram: colocar o Brasil na rota do crescimento", afirma Luis Fernando Lopes, economista-chefe e sócio do Pátria, banco de negócios com sede em São Paulo. "Se as coisas não mudarem, o cenário mais provável é a repetição da mesmice dos últimos anos."

Se há tanta gente a favor, inclusive no PT e no PSDB, o que poderia impedir uma trégua entre os dois partidos? Na equação há um elemento imponderável: o desfecho da investigação sobre a compra do suposto dossiê contra Serra. Na sexta-feira, foram divulgadas fotos do dinheiro que seria usado para comprar o dossiê, feitas durante uma perícia. A Polícia Federal tinha pouquíssimas pistas sobre a origem dos reais (cerca de R\$ 1,16 milhão). Conseguiu, no entanto, indicações mais precisas sobre os dólares (US\$ 248 mil) apreendidos com os petistas envolvidos. A PF investiga se a mesma pessoa ou empresa comprou em um banco e em casas de câmbio os dólares que teriam entrado legalmente no país. A investigação descobriu também que Hamilton Lacerda, coordenador da campanha de Aloizio Mercadante, teria sido o responsável pela entrega deles aos envolvidos no caso do dossiê. Em seu depoimento, Lacerda negou e disse que na mala, em vez de dinheiro, havia equipamentos e um laptop.

Esse caso tem uma diferença jurídica em relação aos demais escândalos do governo Lula: se a origem do dinheiro se revelar ilegal, como suspeita a PF, a responsabilidade pela transgressão poderá atingir Lula diretamente. Isso porque, depois da crise do mensalão, a Justiça Eleitoral passou a responsabilizar também o candidato beneficiado pelo uso ilegal de caixa dois. Até então, quem respondia por esse delito era apenas o tesoureiro da campanha. Outro risco potencial seria a confirmação

da participação na operação de Freud Gottdoy, ex-assessor particular de Lula.

Na semana passada, assessores do Palácio do Planalto atuaram em várias frentes na tentativa de transferir a responsabilidade pela negociação do dossiê do comitê de Lula para a coordenação da campanha de Mercadante. Na terça-feira, num lance ousado, eles tentaram convencer Mercadante a renunciar à candidatura ao governo de São Paulo. Sugeriram que o fizesse dizendo que, sem seu conhecimento, assessores tentaram ajudá-lo de maneira desastrosa. O senador, segundo essa versão, não topou. A busca por um culpado desvinculado do comitê de reeleição de Lula teria envolvido também prefeituras administradas pelo PT de São Paulo e do Rio de Janeiro. Emissários do PT teriam, segundo pessoas ligadas ao Palácio do Planalto, procurado fornecedores dessas prefeituras que aceitassem assumir a responsabilidade pelos dólares para a compra do dossiê. De acordo com a versão de três integrantes do primeiro escalão do governo, o dinheiro, doado por um grande empresário, teria sido entregue como caixa dois da campanha.

Há, finalmente, um último empecilho a uma parceria entre PT e PSDB: resistências que ainda subsistem em alas dos dois partidos. No PSDB, parte dos tucanos encara com pouco entusiasmo a ideia de uma aproximação com os petistas. Quase um mês atrás, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou na internet

Assessores do Planalto tentaram fazer Mercadante renunciar a sua candidatura, em uma manobra para afastar a crise de Lula

a já célebre Carta aos Eleitores do PSDB, manifesto em que acusa os petistas de corrupção e convoca seu partido a unir-se numa oposição ferrenha ao PT. "Para que o PSDB se justifique perante o eleitorado como força renovadora, ele tem de se distinguir. A podridão que encobre a política está nos transformando em vultos. Precisamos reganhar nossa cara", escreveu FHC. O recado foi muito claro. O entendimento com o PT, segundo ele, não interessa ao partido e a ideia deveria ser descartada. O movimento tem lógica. Uma colaboração com o governo Lula poderia fazer murchar a oposição, e deixar com o PT todos os dividendos políticos de uma eventual agenda de reformas

bem-sucedida. "Essa conversa sobre entendimento em torno de uma agenda mínima é muito fácil de falar, mas difícil de fazer", diz Abrucio, da FGV. Para ele, o primeiro passo que Lula terá de dar – se reeleito – é deixar claro que seus próximos quatro anos serão "um mandato de transição". "O presidente eleito deveria deixar claro logo de cara

que pode abrir mão de influir em sua sucessão", afirma Abrucio. Isso, porém, não parece combinar com uma liderança popular carismática com Lula. "Ao se apresentar como o homem que se coloca em relação direta com o povo e como a representação do bem, Lula absolutiza as questões", diz o sociólogo Rogério Bap-

tistini, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. "Tudo que é contra o bem, mesmo que tenha amparo legal, é o mal. E as leis e o Direito são um constrangimento ao projeto de levar o povo ao paraíso." Em termos mais diretos, Baptistini quer dizer que nem o presidente revestido da votação mais popular deve estar acima das leis. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado "Nova 'bondade' eleitoral de Lula", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de outubro do corrente.

O editorial critica a intenção do governo de reabrir a discussão sobre as dívidas dos Estados e municípios. Segundo o editorial, a proposta é uma séria ameaça à moralização da gestão das finanças públicas do país.

Sr. Presidente, para concluir, requiero que o editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

NOTAS E INFORMAÇÕES | A3

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita
(1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
(1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Castano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Nova 'bondade eleitoral' de Lula

Todo o avanço que o País conquistou na área fiscal nos últimos anos, com a moralização da gestão das finanças públicas graças à imposição de severas regras para a aplicação do dinheiro do contribuinte e à instituição de penas para quem as desrespeitar, estará ameaçado caso o presidente Lula, se reeleito, reabra a discussão das dívidas dos Estados e municípios. Essa hipótese foi admitida pelo próprio presidente-candidato a emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, às quais afirmou que um grupo de trabalho será incumbido de examinar a situação dos Estados cujo endividamento seja superior aos níveis permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

É enorme o risco, para o equilíbrio das finanças públicas, contido na nova promessa eleitoral do presidente-candidato. Qualquer mudança que, para beneficiar um correlligário do presidente, a União aceitar fazer nas condições em que o Estado renegociou sua dívida há mais de oito anos, estimulará todos os demais governadores a pressionar Brasília no sentido de também obter vantagens semelhantes. Se isso ocorrer, começará a ser corroído pela base todo o processo de reorganização das finanças públicas que resolveu a questão das dívidas estaduais e municipais e abriu caminho para a aprovação da LRF e da Lei de Crimes Fiscais.

Até 1997, a União precisou renegociar com frequência dívidas de Estados e alguns municípios virtualmente falidos. Naquele ano, o governo FHC consolidou as dívidas estaduais e municipais, subsidiando seu custo – a juros bem inferiores aos praticados pelo mercado e menores até do que aqueles que a União pagava aos que aceitavam seus papéis – e alongando seu prazo. Isso deu fôlego aos governos que, na época, precisavam rolar seus papéis em prazos muito curtos e a um custo cada vez mais alto. Era grande o risco de, em algum momento, esses papéis serem rejeitados pelo mercado.

Em contrapartida, Estados e municípios comprometeram-se a cumprir metas. As principais limitavam as despesas com pessoal e a dívida consolidada líquida a uma determinada porcentagem da receita disponível líquida. O Tesouro Nacional passou a

acompanhar com rigor o desempenho dos devedores. Não foi fácil para a maioria deles cumprir as metas. Mas relatórios recentes do Tesouro indicam que a imensa maioria as respeitou.

Entre os Estados, apenas dois não estão enquadrados nas regras, Alagoas e Rio Grande do Sul. No fim do terceiro trimestre do ano passado, a dívida do primeiro estava em R\$ 602 milhões acima do limite determinado por resolução do Senado Federal; a do segundo, R\$ 549 milhões. Em termos proporcionais o caso de Alagoas parece mais sério do que o do Rio Grande do Sul.

Mas não é Alagoas que preocupa Lula; é o Rio Grande do Sul. Não por acaso, o presidente tratou do tema em Porto Alegre. E fez isso por cálculo meramente eleitoral. Eleitoralmente, o peso de Alagoas é muito menor do que o do Rio Grande do Sul. E foi neste último Estado que, no primeiro turno, o adversário de Lula, Geraldo Alckmin, apresentou um de seus melhores desempenhos em todo o País. É lá também que, entre os Estados em que o PT e seus aliados têm candidato a governador disputando segundo turno, a situação parece mais difícil.

O caso de municípios altamente endividados não foi tratado de maneira explícita pelo presidente, mas merece exame. A situação mais grave – pior que os casos de Alagoas e do Rio Grande do Sul somados – é a do Município de São Paulo. A dívida municipal é de R\$ 31,4 bilhões, praticamente o mesmo valor da dívida gaúcha. Ocorre que, pelas regras da renegociação, a dívida paulistana deveria ser de R\$ 17,0 bilhões (dados relativos ao fim do terceiro trimestre de 2005). Ou seja, está R\$ 14,3 bilhões acima do limite.

A situação de São Paulo, que seria beneficiada numa eventual renegociação, foi omitida por Lula por um motivo simples. A dívida paulistana cresceu exponencialmente na gestão da petista Marta Suplicy, que se tornou coordenadora da campanha do presidente em São Paulo, no segundo turno. Para os petistas, quanto menos se falar de sua passagem pela Prefeitura paulistana, melhor.

Enfim, vamos esperar que, se reeleito, Lula, que não se envergonhou de fazer a promessa, não se envergonhe de não cumpri-la.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PT mobilizou 11 pessoas para comprar o dossiê”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de setembro do corrente.

A matéria destaca que a Polícia Federal identificou os seis envolvidos na compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos, porque os telefones de Luiz Antonio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, estavam grampeados pela PF.

Sr. Presidente requiero que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Eleições 2006

PT mobilizou 11 pessoas para comprar o dossiê

Seis envolvidos foram identificados; escutas da Polícia Federal revelam que o grupo negociava com Luiz Antônio Vedoin a entrega do documento

Vannildo Mendes
Fausto Macedo
ENVIADOS ESPECIAIS
CUIABÁ

Diálogos interceptados pela Polícia Federal com autorização da Justiça, aos quais o **Estado** teve acesso, revelam que o PT mobilizou ao menos 11 pessoas diretamente, 6 delas já identificadas, na operação para comprar e divulgar o dossiê destinado a prejudicar a candidatura do tucano José Serra ao governo de São Paulo. Eles caíram na armadilha ao se comunicar com o empresário Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, nas duas semanas que antecederam a apreensão do R\$ 1,75 milhão que seria usado na compra do dossiê.

A medida que se aproximava a data da troca do material pelo dinheiro, os telefonemas se intensificaram. Os diálogos de 14 de setembro, véspera da prisão de parte do grupo, ocorreram em ritmo frenético. Só com o petista Valdebran Padilha, Luiz Antônio falou 17 vezes pelo telefone grampeado. Num momento tenso, Valdebran disse

ter recebido a parte combinada do pagamento – “o negócio já está rodando” – e reclama que faltaram coisas importantes.

– O que está acontecendo? Ficou faltando vocês entregarem um material aí (...) Diz que é aquela fita bruta que aparece você não sei com quem. Entregue logo esse trem aí, cara.

Duro na negociação, Luiz Antônio diz que só entrega depois de ver a cor do dinheiro todo.

– Meu amigo, só vou entregar a hora que entregar o negócio aí. Chega! Não vou mais fazer papel de palhaço.

O petista o tranquiliza quanto ao restante do dinheiro: “Eu tô com o cara aqui e ele tá com o negócio. Estamos aqui juntos. Aquela outra parte já guardei onde tinha que guardar (*referindo-se ao cofre do hotel*). A outra parte tá aqui com ele. Daí, entregue esse trem!” Mas Luiz Antônio alega que, no dia anterior, outro petista prometera antecipar o pagamento e não o fizera.

Nas conversas seguintes, eles acabam fechando negócio e Luiz Antônio avisa que o tio, Paulo Roberto Trevisan, iria pa-

ra São Paulo no dia seguinte para levar o resto do material e receber parte do dinheiro. Paulo Roberto foi preso no aeroporto de Cuiabá na quinta-feira.

No dia 14, entre as 10h e as 17h12, último diálogo interceptado antes da operação, foram 35 ligações do dono da Planam – principal empresa do esquema dos sanguessugas – para os diversos envolvidos na negociação, algumas para seu pai, Darcí, com o qual discutiu cada passo da negociação, e para o tio.

Pelos diálogos, a PF constatou que, posto em liberdade graças à delação premiada, Vedoin passou a cobrar propina para se calar sobre algumas pessoas ou revelar informações contra outras. Único que está preso, ele foi ouvido ontem pela PF e pelo Ministério Público, que querem saber quem são os outros cinco petistas envolvidos e os mandantes. Pretendem ainda levantar a origem do dinheiro: empresas, partidos e pessoas que contribuíram, de onde o dinheiro foi sacado, a forma e outros envolvidos. ●

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Telefonemas ligam Berzoini a Freud”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 06 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a quebra de sigilo telefônico da empresa Caso Sistema de Segurança Ltda, pertencente ao ex-guarda costas do presidente Lula, Freud Godoy, registra intensa comunicação com o

escritório do presidente licenciado do PT, deputado Ricardo Berzoini.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	6 nov. 06	NACIONAL	A	7

DOSSIÊ VEDDIN

Telefonemas ligam Berzoini a Freud

Quebra de sigilo revela comunicação intensa entre escritório do então presidente do PT e empresa do segurança

Sônia Filgueiras
Fausto Macedo

A quebra dos sigilos telefônicos da empresa Caso Sistema de Segurança Ltda., pertencente ao ex-guarda-costas do presidente Lula Freud Godoy e sua mulher, Simone Godoy, registra intensa comunicação com o escritório do presidente licenciado do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP). Em agosto e setembro há pelo menos 32 ligações dos telefones do comitê de campanha de Berzoini, em São Paulo, para a Caso.

Apesar de se dizer inocente no caso do dossiê Vedoin, Berzoini foi afastado da coordenação da campanha de Lula quando estourou o escândalo da compra do dossiê. Freud foi apontado por Gedimar Passos, ex-integrante do núcleo de inteligência da campanha, como a pessoa no PT que mandou pagar pelo dossiê. Depois, Gedimar mudou seu depoimento, passando a isentar Freud e a afirmar que citou-o por pressão do delegado da Polícia Federal Edmilson Bruno, primeiro a interrogá-lo.

Algumas das ligações coincidem com um momento crucial do processo de negociação do dossiê. Há uma sequência de seis telefonemas nos dias 11, 12 e 13 de setembro. No dia 14, conforme as

investigações da PF, Hamilton Lacerda, ex-assessor do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), levou ao Hotel Ibis o dinheiro destinado à compra do dossiê.

A mais longa delas, com cinco minutos de duração, foi realizada às 11h08 do dia 13 de setembro. Outra sequência de 13 telefonemas do comitê de Berzoini para a Caso é identificada entre os dias 21 e 29 de setembro, às vésperas do primeiro turno das eleições. No dia 29, quando Freud Godoy prestou depoimento na superintendência da Polícia Federal em São Paulo, há o registro de duas chamadas entre os dois escritórios: uma de apenas sete segundos e outra de 3 minutos e 17 segundos.

Procurado, o advogado de Freud Godoy, Augusto Botelho, explicou que a Caso presta serviços de segurança ao comitê de Berzoini e as ligações são decorrentes deste contrato. Segundo Botelho, as chamadas refletem as conversas de funcionários do comitê do deputado com funcionários da empresa de Freud discutindo assuntos relacionados aos serviços de segurança e não têm relação com o dossiê. “Freud Godoy não vai à Caso com frequência”, diz Botelho. O advogado reitera que seu cliente não está envolvido no escândalo.

Não há, até o momento, registro de telefonemas entre os celulares pessoais de Freud e Berzoini. Das 32 chamadas, nove têm duração inferior a um minuto. A reportagem pediu contato com o deputado, que estava viajando, por meio de sua assessoria. Até 19 horas não havia recebido retorno.

FRENESI NO DIA 13

Em seu celular pessoal, com prefixo de Brasília, Berzoini recebeu dezenas de ligações do comitê de campanha de Lula. A maior sequência delas é precisamente no dia 13 de setembro, quando Gedimar aguarda o recebimento do dinheiro no hotel.

Naquela mesma semana, Expedito Veloso e Oswaldo Bargas, do alto escalão da campanha de Lula, estavam em Cuiabá checando a entrevista que Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, daria acusando a administração tucana no Ministério da Saúde de cometer irregularidades.

Foram 11 chamadas, todas entre 19h e 23h. No dia 12 de setembro, Berzoini recebe duas ligações de Jorge Lorenzetti, chefe do núcleo de inteligência do PT e patrão de Gedimar. •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “PF ouvirá suspeita de adquirir celular “frio” para ex-petista”, publicada no **Jornal Folha de S.Paulo** do último dia 04 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a Polícia Federal vai ouvir na semana que vem Ana Paula Cardoso Vieira, suspeita de ter sido usada como laranja na aquisição de um celular “frio” que teria sido empregado pelo ex-petista

Hamilton Lacerda durante o período de negociação do dossiê contra tucanos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

PF ouvirá suspeita de adquirir celular “frio” para ex-petista

Telefone teria sido usado por Hamilton Lacerda durante a negociação do dossiê

De todos os envolvidos na negociação para comprar o dossiê, Lacerda foi o único que não telefonou para o número de Ana Paula Vieira

LEONARDO SOUZA
ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ,
MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ

A Polícia Federal vai ouvir na semana que vem Ana Paula Cardoso Vieira, suspeita de ter sido usada como “laranja” na aquisição de um celular “frio” que teria sido empregado pelo ex-petista Hamilton Lacerda durante o período de negociação do dossiê contra tucanos.

O delegado que cuida do caso, Diógenes Curado, encaminharia ainda ontem carta precatória à PF de São Paulo para Ana Paula ser ouvida. Segundo dados do sigilo telefônico dos envolvidos com a compra do material contra o PSDB, obtidos pela Folha, o número em nome de Ana Paula foi usado para falar com Jorge Lorenzetti, Ex-petido Veloso, Oswaldo Bargas e Gedimar Passos – todos integrantes da campanha de Lula.

Somente com Lorenzetti, apontado pela PF como o “articulador” do dossiê contra tucanos, foram trocadas 33 ligações entre meados de agosto e 16 setembro, um dia após Gedimar e Valdebran Padilha terem sido presos, no hotel Ibis, em São Paulo, com R\$ 1,75 milhão.

Lorenzetti chegou a falar de sua casa (quatro ligações), em Florianópolis (SC), com o su-

posto celular “frio” usado por Lacerda. Há também 43 telefonemas trocados entre o número de Ana Paula e ramais do comitê de campanha de Lula.

Segundo a Folha apurou, o delegado Curado está convencido de que o telefone dela era usado por Lacerda. Há diversas ligações feitas pelo número pessoal de Lacerda em horários próximos e a partir das mesmas cidades de onde foram feitas ou recebidas chamadas no telefone de Ana Paula. E, de todos os diretamente envolvidos com o dossiê, o único que não trocou ligações com o número de Ana Paula foi Lacerda.

Ontem, o advogado Ubiratan Cavalcanti, que representa Sirley Chaves e Fernando Ribas, sócios da casa de câmbio Vicatur, entregou à PF petição na qual alegou que seus clientes não teriam como informar para quem venderam os dólares apreendidos na operação.

A PF rastreou que pelo menos US\$ 79 mil encontrados com a dupla no hotel Ibis saíram da Vicatur, localizada em Nova Iguaçu (RJ). Segundo o advogado, a casa de câmbio não teria controle do número de série das notas que são vendidas.

Curado ficou decepcionado com a petição, que inclui declarações de bons antecedentes dos sócios da Vicatur. Quando colheu o depoimento dos dois, em outubro, o delegado lhes disse que poderiam usufruir do benefício da delação premiada, desde que concordassem em colaborar. Eles recusaram, mas Curado esperava que voltassem atrás, o que não ocorreu.

depoimento do piloto Tito Lívio Ferreira Lima, que iria comandar o avião fretado para transportar de SP a Cuiabá (MT) parte do R\$ 1,7 milhão que seria usado na compra do dossiê antitucano em setembro.

Segundo o delegado da PF de Cuiabá Diógenes Curado, responsável pelas

investigações, o piloto será ouvido por carta precatória em Campo Grande (MS), onde mora.

Os investigadores pretendem descobrir quem contatou o piloto para fazer o transporte. Foram presos na madrugada de 15 de setembro Paulo Roberto Trevisan, no aeroporto de Várzea Grande (MT),

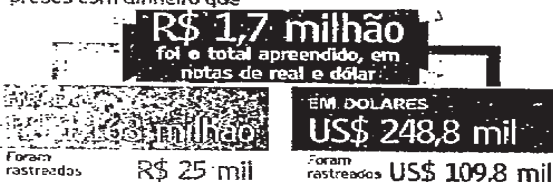
com o dossiê, e os emissários do PT Gedimar Passos e Valdebran Padilha.

A quebra dos sigilos telefônicos dos envolvidos indica quatro telefonemas feitos do celular do piloto para o de Valdebran – três deles em 13 de setembro e um no dia 14. Em 13 de setembro, o piloto também recebeu dois telefonemas vindos do Hotel Ibis

O QUE SE SABE SOBRE O DINHEIRO DO DOSSIÊ

Desde o dia 15.set., quando Gedimar Passos e Valdebran Padilha foram presos com dinheiro que

pagar o dossiê contra tucanos, a PF ainda não rastreou todo o valor



>> R\$ 15 mil vieram de agência do Bradesco na Barra Funda, em SP

>> R\$ 5 mil vieram de agência do BankBoston na Lapa, em SP

>> R\$ 5 mil podem ter saído de agências do Bradesco em Duque de Caxias e em Campo Grande, no R.O

A PF investiga a hipótese de essas R\$ 5 mil terem vindo de bancos do jojo do bicho no Rio de Janeiro

>> Quem fez os saques e reuniu o dinheiro?

>> Foi só uma pessoa que sacou? Se não, quantas e quem são?

>> Os reais têm origem em transação ilegal?

>> Há dinheiro de caixa dois de campanha envolvido?

>> Qual é a origem do restante em dólares?

>> O restante dos dólares também entraram legalmente no Brasil?

>> Se não, como os dólares

>> Sabe-se que essa parte de dinheiro entrou legalmente no Brasil, em lote de US\$ 29 milhões comprado pelo Banco Sofisa, de SP. Do Sofisa, saíram pere cerca de 30 corretoras e distribuidoras

>> Das corretoras, os dólares seguiram para casas de câmbio, entre elas a Disk Line (SP), a Vicatur (RJ), a Centaurus (SC) e a Travol (SP). Da Vicatur, parte dos dólares foi comprado por 11 laranjas de uma só família

>> Entraram no país? Houve prática de lavagem de dinheiro?

>> Algum dinheiro intermediou a operação? Quem?

>> Quem comprou os dólares que entraram para o Sofisa e passaram por corretoras e casas de câmbio?

>> Há alguma ligação entre os sócios da Vicatur, casa de câmbio do Rio de Janeiro, e operações com laranjas? PF? Se sim, com quais?

Polícia vai ouvir piloto que levaria dinheiro a Cuiabá

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ
DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ

A Polícia Federal vai ouvir na próxima semana o

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a energia, como se sabe, é um insumo indispensável ao desenvolvimento, notadamente nas sociedades contemporâneas. O consumo **per capita** de energia, inclusive, é indicador seguro do grau de desenvolvimento das nações, pois a insuficiência de sua oferta denota um nível de industrialização insatisfatório.

O físico e ex-Ministro José Goldemberg chegou a demonstrar, em palestra proferida há alguns anos, a nítida correlação entre o baixo consumo de energia, nos países em desenvolvimento, com os altos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo, contrastando com a baixa expectativa de vida.

De outra parte, Sr. Presidente, convivemos hoje com uma preocupação universal, que é a procura por fontes de geração de energia renováveis e menos poluidoras, como a biomassa e a hidreletricidade. Assim, é com satisfação que registro o recebimento do Relatório de Atividades da empresa Furnas Centrais Elétricas, referente ao ano de 2005, no qual se patenteiam os bons resultados de uma gestão responsável e eficiente.

Fundada em 1957, e subsidiária da Eletrobrás, Furnas é o mais importante sistema de extra-alta tensão da América Latina. Com a responsabilidade de abastecer as regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde se concentram 50% da população e 63% do Produto Interno Bruto Brasileiro, a empresa opera dez usinas hidrelétricas conectadas ao Sistema Interligado Nacional, que, por sua vez, atende a 98% do mercado brasileiro de energia elétrica. Para isso, utiliza nada menos que 44 subestações e uma extensa malha de 19 mil 277 quilômetros de transmissão.

O gigantismo de Furnas, bem assim seu notável desempenho, é comprovado pelos números citados no Relatório de Atividades. A empresa atende a uma população de 92 milhões e 200 mil pessoas em nove unidades da Federação (oito Estados mais o Distrito Federal), onde o consumo global de energia, no ano passado, foi de 200 milhões e 600 mil terawatts-hora; opera as hidrelétricas de Itumbiara, Marimbondo, Serra da Mesa, Furnas, Estreito, Mascarenhas de Moraes, Corumbá, Porto Colômbia, Funil e Manso, além das termelétricas de Santa Cruz e Campos; tem uma capacidade instalada de 9.458 megawatts.

Para manter esse atendimento com padrões de qualidade, a empresa investiu, no ano passado, mais de R\$900 milhões do seu Programa de Investimentos para reforçar e ampliar seu parque gerador, bem assim as linhas de transmissão e subestações, e também

para modernizar as usinas Furnas e Mascarenhas de Moraes.

Chama a atenção, na gerência da empresa, o programa de Pesquisa & Desenvolvimento, voltado para a implementação de uma política ampla de inovação tecnológica. Furnas, tradicionalmente, mantém um intenso intercâmbio com os demais agentes do Setor Elétrico Brasileiro, com universidades, com institutos de pesquisa, órgãos do governo e fornecedores, visando a assegurar a sustentabilidade do setor. Nos últimos cinco anos, a empresa investiu nada menos que R\$103 milhões em 154 projetos de P&D, além de ter participado de três projetos cooperativados com as demais empresas do Grupo Eletrobrás.

No que concerne ao desenvolvimento da excelência de gestão, Furnas obteve, no ano passado, o Prêmio Mineiro de Qualidade, o Prêmio Nacional da Gestão Pública e o Prêmio Qualidade do Distrito Federal. A empresa se destacou também em certificações e credenciamentos. Sua primeira certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ocorreu em 1996, na área de geração. “Atualmente – informa o Relatório –, a empresa possui 35 unidades certificadas e 1.433 empregados envolvidos com os Sistemas de Gestão da Qualidade”.

A política de desenvolvimento sustentável, Sr. Presidente, é motivo de orgulho para dirigentes e funcionários da Furnas Centrais Elétricas. Ao longo de sua existência, a empresa vem consolidando práticas como a participação dos empregados em seus lucros, a promoção da cidadania, o desenvolvimento de programas sociais, o respeito ao meio ambiente e o patrocínio de atividades culturais.

No âmbito da responsabilidade social, a empresa logrou beneficiar, no ano passado, 16.769 servidores, familiares e pessoas das comunidades onde atua com projetos de alfabetização e educação para o trabalho; 53.306 pessoas com os projetos de promoção de cidadania e direitos; e 17.949 com noções de segurança alimentar e nutricional e saúde.

Com patrimônio líquido de R\$12, 34 bilhões e lucro líquido de R\$840 milhões no ano passado, a empresa Furnas empregou cerca de 4.500 funcionários, sendo 350 de nível gerencial; 1.329 de nível superior; 1.177 de nível técnico; 772 de suporte; e 353 de nível fundamental. A empresa tem optado pela substituição do quadro de pessoal terceirizado por empregados selecionados em concursos públicos, com bons resultados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao fazer este registro das atividades da Furnas Centrais Elétricas, quero cumprimentar todos os seus funcionários, na pessoa do presidente José Pedro Rodrigues de Oliveira.

ra, formulando votos para que essa empresa continue, como já é de sua tradição, contribuindo para o pleno desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: No mês de agosto passado, foi incorporada ao ordenamento jurídico pátrio a primeira lei especificamente destinada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340.

O novo Diploma Legal configura autêntica transmutação do clamor social em norma jurídica, mediante um belíssimo processo legislativo.

Havia anos que o movimento de mulheres pugna pela edição de peça legislativa com essas características e abrangência, com o potencial para tornar mais efetiva a prevenção e a repressão a essa modalidade delituosa particularmente abjeta. Como corolário desse processo, o Consórcio de Organizações Não-Governamentais Feministas encaminhou, em março de 2004, proposta de anteprojeto de lei destinada a subsidiar as discussões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Executivo com a finalidade de elaborar proposta de medida legislativa para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Antes de definir o texto que seria remetido à egrégia Câmara dos Deputados, porém, os representantes dos oito órgãos do Poder Executivo que constituíram o mencionado Grupo de Trabalho Interministerial trataram de promover ampla discussão da proposta com representantes da sociedade civil e com órgãos diretamente envolvidos na temática, mediante diversas oitivas, debates, seminários e oficinas.

Vale sempre lembrar, contudo, que o fundamento para a criação dessa norma encontra-se na própria Carta Magna, que, em seu artigo 226, § 8º, impõe ao Estado assegurar a “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Ademais, com a aprovação e a sanção da Lei nº 11.340, o Estado Brasileiro avança no cumprimento de diversos compromissos internacionais aos quais está vinculado, entre os quais merecem destaque a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, de 1994, além de outros instrumentos de Direitos Humanos.

Outro fato que não se pode deixar de mencionar, quando tratamos de resgatar a matriz histórica da Lei nº 11.340, é o caso Maria da Penha Maia Fernandes.

A lentidão do aparato judiciário brasileiro em fazer cumprir a pena imposta ao ex-marido da farmacêutica-bioquímica pelas duas tentativas de homicídio contra ela levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA a declarar que o País “violou os direitos e o cumprimento de seus deveres” previstos em um artigo da Convenção de Belém do Pará e em três artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos. Em consequência, aquele órgão internacional estabeleceu uma série de recomendações ao Estado Brasileiro no sentido de evitar a tolerância estatal à violência doméstica contra a mulher.

Em sua tramitação legislativa, o Projeto de Lei mereceu aprovação de três Comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Plenário daquela Casa; depois, da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania e do Plenário do Senado. Em cada instância, a proposição foi aprovada por unanimidade, recebendo sucessivos aperfeiçoamentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nova lei – que, numa justíssima homenagem, passou a ser conhecida como Lei Maria da Penha – representa um extraordinário avanço rumo a uma efetiva igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Ao afirmar, em suas disposições preliminares, o direito de toda mulher de viver sem violência e ter preservada sua integridade física e mental, além de fazer menção expressa ao dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público de assegurar à mulher o exercício efetivo de todos os direitos inerentes à pessoa humana, a nova lei busca propiciar às mulheres de todas as regiões do País a cientificação categórica e plena de seus direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a fim de dotá-las de maior cidadania e consciência dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar no âmbito familiar e na sociedade.

A Lei nº 11.340 veio para suprir uma lacuna. Uma lacuna que era, até então, preenchida pela impunidade. Como inexistia uma lei específica sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, os atos que se enquadravam na tipificação de lesão corporal leve eram classificados, desde a entrada em vigência da Lei nº 9.099, em 1995, como delitos de menor potencial ofensivo e, portanto, submetidos ao procedimento próprio dos Juizados Especiais Criminais.

Nesse rito, dispensa-se, na fase policial, a prisão em flagrante se o autor se comprometer a comparecer ao Juizado Especial Criminal. Iniciada a fase judicial, a primeira providência do juiz ou mediador é designar audiência de conciliação para acordo e encerramento do processo. Essa forma de decisão terminativa do con-

flito é, na maioria das vezes, induzida pelo conciliador, implicando renúncia ao direito de representação.

Ainda que a vítima recuse a conciliação e insista em representar contra seu agressor, a Lei nº 9.099 prevê a possibilidade de transação penal. Em geral, o acusado acaba recebendo pena restritiva de direito e de prestação pecuniária, cesta básica e multa. No caso da violência doméstica, essa modalidade de pena significava, na prática, prejuízo à vítima e à sua família.

Ocorre que a violência doméstica, diferentemente de uma altercação entre vizinhos ou de um desentendimento no trânsito, quase nunca constitui evento único. A experiência evidencia que os episódios são repetidos, crônicos, acompanhados de contínuas ameaças e se agravam progressivamente. Até por seu conteúdo ínsito de violação dos direitos humanos, não podem, de forma alguma, ser classificados como crimes de menor potencial ofensivo.

Com a dispensa da prisão em flagrante, o induzimento à conciliação e a imposição de penas irrisórias, a sensação generalizada era de injustiça, por parte das vítimas, e de impunidade, por parte dos agressores. A política criminal que vigorava, no tangente à violência doméstica, servia para recriar estereótipos, não prevenia novas violências e não contribuía para a transformação das relações hierárquicas de gênero.

A Lei Maria da Penha veio para mudar tudo isso e muito mais. Ela dispõe, expressamente, que, nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099. Ou seja, fica afastada a competência dos Juizados Especiais, voltando a valer, para os delitos que envolvam essa forma de violência, todo o rito previsto no Código de Processo Penal. Fica, portanto, restaurada a possibilidade de prisão em flagrante pela autoridade policial, o processo não será mais encerrado por conciliação e acordo, e não cabe transação penal.

Sob todos os aspectos, foi estabelecido um tratamento muito mais rigoroso para a violência doméstica e familiar contra a mulher. Quando for caso de ação penal pública condicionada à representação, a mulher somente poderá renunciar à representação perante o juiz. Ficou vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

A nova Lei chegou a ponto de criar, no Código de Processo Penal, nova hipótese de prisão preventiva, admitindo sua decretação se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência previstas anteriormente em seu texto.

Também o Código Penal e a Lei de Execução Penal foram modificados. A violência contra a mulher foi incluída no rol das “circunstâncias que sempre agravam a pena”. O tipo especial de lesão corporal denominado “violência doméstica” – § 9º do artigo 129 do Código Penal – teve sua pena máxima aumentada de um ano para três anos. E ficou prevista a possibilidade de o juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante ter bem claro, contudo, que a Lei nº 11.340 vai muito além de endurecer o tratamento penal aos agressores de mulheres. Ela dispõe sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, define esse tipo de violência, caracteriza-a como violação dos direitos humanos e discrimina algumas formas de que ela se reveste, a saber: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A Lei Maria da Penha vai, portanto, além das classificações já consagradas da violência contra a mulher, a física a psicológica e a sexual. Ela inova ao reconhecer, também, a existência da violência patrimonial e da moral. É uma inovação justa e muito importante, tendo em vista a peculiaridade da situação fática da vítima em relação à sua família e ao seu agressor. Não raro existe uma relação de dependência econômica e financeira e menos raros ainda são os insultos e maus tratos verbais a que a mulher é submetida na intimidade do lar ou mesmo perante a comunidade em que vive.

A Lei trata da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, estabelece as diretrizes de uma política pública de prevenção, com ações articuladas do governo e de organizações não-governamentais. Se necessário, a vítima será encaminhada a programas assistenciais do governo e terá acesso a benefícios assistencialistas previstos em lei.

Um dispositivo de notável vigor da nova Lei estabelece que o juiz, visando à preservação da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, lhe assegurará, quando for servidora pública, o acesso prioritário à remoção. De modo similar, aquelas que possuem vínculo trabalhista poderão mantê-lo, por até seis meses, quando for necessário o afastamento do local de trabalho.

O atendimento policial à mulher vítima de violência incluirá a garantia de proteção, o encaminhamento para atendimento médico e médico-legal, o fornecimento de transporte para local seguro, o acompanhamento para a retirada de seus pertences do domicílio familiar e a informação sobre direitos e serviços disponíveis.

Vê-se que a Lei atribuiu à autoridade policial um papel mais participativo, mais protetivo e mais zelo no atendimento à vítima. Trata-se de um cuidado necessário, pois muitas mulheres não denunciam as agressões por medo de vingança do denunciado contra si ou contra seus filhos. Assim, é de fundamental importância que a vítima sinta-se efetivamente protegida, para que denuncie e mantenha a denúncia, permitindo o processamento criminal do agressor até final decisão e condenação, se for o caso.

Como já mencionei, a Lei nº 11.340 faculta a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas diversas Unidades da Federação. Um aspecto da maior importância é a atribuição de competência cível e criminal a esses Juizados, pois, desse modo, o magistrado que estiver processando e julgando o ato delituoso poderá, já com conhecimento da realidade familiar, decidir sobre questões como separação, guarda dos filhos menores e pagamento de pensão alimentícia.

Outra inovação consagrada pela Lei Maria da Penha é a criação da figura das “medidas protetivas de urgência” em favor da vítima, as quais buscam preservar ao máximo sua incolumidade física, psíquica e patrimonial, bem como a de seus dependentes. Por isso, adentram a seara civil, suspendendo efeitos dos atos de negociação sobre imóvel comum e das procurações conferidas pela vítima ao agressor. Impõem, também, a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais.

O papel do Ministério Público no enfrentamento da violência doméstica restou reforçado. Ficou garantida à mulher em situação de violência doméstica e familiar assistência judiciária gratuita e acompanhamento jurídico em todos os atos processuais. Previu-se a criação de equipes de atendimento multidisciplinar para atuar junto aos Juizados. Facultou-se a implantação de curadorias, a criação de casas-abrigos para mulheres e filhos em situação de risco e de centros de educação e de reabilitação para os agressores. Reconheceu-se a legitimidade das associações de defesa dos interesses da mulher para atuar em juízo nas causas que envolvam direitos transindividuais.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, como se pode ver, a Lei nº 11.340 é bastante ousada na abrangência e na profundidade das inovações que introduz em nosso ordenamento jurídico. Ela corporifica o resultado da pressão exercida pelos movimentos sociais organizados, de um lado, e do trabalho harmônico e sério desenvolvido pelos Poderes Executivo e Legislativo, de outro. Ela é o bom fruto que pudemos colher do processo democrático suprapartidário.

É muito importante que a sociedade e os Poderes constituídos tenham conseguido chegar a esse resultado, pois o objetivo da Lei Maria da Penha é minorar um problema social gravíssimo e de consequências funestas para as futuras gerações de brasileiros. Afinal, aqui, como no resto do mundo, a violência doméstica é um problema de dimensões estarrecedoras.

Já no final da década de 1980, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos e são praticadas por pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas. Em 2001, a Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada por meio do Núcleo de Opinião Pública, obteve dados indicando que cerca de 7 milhões entre as brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez. Projeta-se em 2 milhões e 100 mil o número de mulheres espancadas a cada ano no País, o que representa uma a cada 15 segundos.

Até recentemente, dos casos processados perante os Juizados Especiais Criminais, 70% eram de violência doméstica. Em face desses números, não surpreende a percepção detectada na pesquisa realizada pela Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública desta Casa em março do ano passado. Naquela enquête, embora 54% das entrevistadas avaliassem que as leis brasileiras então existentes já protegiam as mulheres, mesmo que fosse de forma parcial, a esmagadora maioria delas – nada menos que 95% – considerava importante ou muito importante a criação de uma legislação específica para a proteção da mulher em nossa sociedade.

Já no juízo de 92% das mulheres ouvidas, o Congresso Nacional detinha papel de destaque nessa discussão, pois esse papel era avaliado por elas como importante ou muito importante. Não há dúvida, portanto, de que, ao discutir, votar e aprovar a Lei Maria da Penha, o Congresso Nacional correspondeu às legítimas aspirações da quase totalidade das mulheres brasileiras.

Em nível global, os números relativos à violência contra a mulher não discrepam daqueles observados no Brasil. Pelo menos uma em cada três mulheres do mundo, ou um total de um bilhão, foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais ou abusadas de uma forma, ou outra, nas suas vidas. Normalmente, o agressor é um membro da sua própria família ou alguém conhecido. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, até 70% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas pelo seu parceiro.

No Canadá, os custos da violência contra a família rondam a casa de 1 bilhão e 600 milhões de dólares

por ano, incluindo despesas médicas e queda de produtividade, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Nos Estados Unidos, tal como no Brasil, uma mulher é espancada a cada 15 segundos, normalmente pelo seu parceiro ou marido, de acordo com estudo da ONU sobre as mulheres realizado no ano 2000.

Tentando dar cobro a esse descabimento, diversos países têm criado leis específicas para coibir a violência no lar. Nos Estados Unidos, a primeira legislação federal abrangente em resposta à violência contra a mulher foi introduzida em 1990. Posteriormente, em agosto de 1994, em resposta às pressões de poderosas entidades da sociedade civil, foi promulgado o Ato sobre a Violência contra a Mulher (*Violence Against Women Act – WAVA*).

Na França, em dezembro de 2005, a Assembléia Nacional aprovou uma lei aumentando as penas nos casos de violência conjugal e elevando a idade legal para o casamento de 15 para 18 anos. A iniciativa resultou de propostas apresentadas por partidos representando todo o espectro político francês e introduziu melhorias em diversos aspectos das disposições legislativas então existentes para prevenir e reprimir as violências domésticas e as agressões que têm como vítimas as mulheres. Na França, uma em cada dez mulheres é vítima de violência conjugal, o que provoca a morte de uma mulher a cada quatro dias.

Em Portugal, somente a partir da década de 1980 do século passado é que a violência doméstica foi identificada como um problema social. À semelhança do que sucedeu nos países que pioneiramente identificaram esse fenômeno, em Portugal, os maus tratos às crianças foram primeiramente denunciados pela comunidade pediátrica, ao passo que a violência experimentada por muitas mulheres nos seus próprios lares contava com a denúncia de certas organizações não-governamentais. Com a criação, na década de noventa, de legislação especificamente voltada para as vítimas da violência doméstica, Portugal passou a dar resposta a esse grave problema social e, ao mesmo tempo, foi ao encontro de um conjunto de recomendações européias sobre o tema.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as relações desiguais entre os gêneros constituem flagrante violação aos direitos humanos das mulheres. Nessa medida, a Lei Maria da Penha constitui adequada resposta da sociedade brasileira à exigência de respeito à igualdade.

As relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados, proporcionando a complacência e a impunidade com os abusos aí cometidos. Oculta atrás das paredes do lar

e naturalizada sob camadas seculares de cultura machista, a violência doméstica tende a se perpetuar.

Enquanto o problema da violência doméstica não tiver enfrentamento eficaz, contudo, não haverá democracia efetiva e igualdade real no Brasil. Precisamos garantir proteção e dignidade às mulheres vítimas de violência doméstica, pois cada vez que um membro da família se vale de sua força física ou posição de autoridade para infligir maus tratos físicos, psicológicos, sexuais ou morais a uma mulher os seus direitos à vida, à saúde e à incolumidade física e psicológica são violados.

Com a aprovação da Lei nº 11.340, demos, por certo, um importante passo à frente. A partir de sua efetiva aplicação, haverá, seguramente, mais respeito à dignidade das mulheres. É necessário, a partir de agora, aprimorar, ainda mais, os mecanismos de tutela da integridade física e psicológica da mulher.

Trata-se de subir mais um degrau na árdua construção da plena democracia em todas as esferas da vida nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 24 minutos.)

(OS Nº 16127/2006)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, faço referência ao editorial da **Folha de S.Paulo** denominado “Resposta, já” e ao artigo de Elio Gaspari, “Lula, de onde vem o dinheiro?”

Solicito à Presidente Heloísa Helena que registre, nos **Anais** da Casa, estes dois artigos. Farei a leitura de trechos do editorial da **Folha de S.Paulo**.

“Quem mais perde com a demora é o eleitor”, fazendo referência ao dossiê ou ao escândalo do dossiê ou à tentativa de compra de um dossiê forjado por militantes do PT ligados ao Presidente Lula. À frente, diz o artigo: “A pronta elucidação do caso ampliaria

ao máximo o conjunto de elementos à disposição dos eleitores acerca do dossiê. Um ponto final no episódio, antes do pleito, permitiria ao eleito dedicar-se exclusivamente à formação do novo governo.” Mais adiante diz: “Mas a ação oposicionista tem o mérito de manter viva a necessidade de cobrança.” E finaliza: “A julgar pela capacidade de mobilização demonstrada em operações anteriores, a Polícia Federal dispõe de inteligência e infra-estrutura suficientes para dar conta da tarefa em prazo curto. De todas as hipóteses para o desenrolar dessa crise, a pior é uma notícia devastadora recaindo sobre um presidente recém-eleito.”

Elio Gaspari diz: “Lula não trata a questão como chefe de um poder republicano, mas como o chefe de sua própria guarda pessoal. O que aconteceu com o dossiê foi um delito, praticado por delinquentes. Ponto.”

Ora, Sr^a Presidente Heloísa Helena, Srs. Senadores, creio ser generosidade demais, a esta altura, indagar de onde veio o dinheiro. Não faço mais essa indagação. Creio que não deveríamos mais fazer essa indagação. Deveríamos, isso sim, denunciá-la. A responsabilidade pelo dinheiro sujo é do Presidente Lula. Nós, como candidatos, somos responsáveis por aquilo que ocorre durante a nossa campanha eleitoral. A conta corrente na agência bancária é aberta em nosso nome. Senador Mão Santa, V. Ex^a, como candidato ao Governo do seu Estado, assinou cheques dessa conta de campanha, assim como eu assinei cheques da minha conta de campanha. Depois das eleições, se alguma dívida restar, eu serei o devedor, não o Partido e não a coligação. Se o credor protestar, o protestado serei eu, não o Partido e não a coligação. Se ocorrer uma multa em relação a uma propaganda indevida, eu, como candidato, pagarei essa multa. Portanto, o candidato é responsável por toda movimentação financeira de sua campanha.

Se, neste caso, houve a tentativa de se comprar um dossiê forjado por quase R\$2 milhões, por interpostas pessoas ligadas ao Presidente Lula, é óbvio que a compra desse dossiê tinha por objetivo beneficiar, na campanha eleitoral, o Presidente Lula.

Então, não há por que se indagar mais de onde veio o dinheiro. Não importa de onde tenha vindo esse dinheiro sujo. É um dinheiro sujo – quanto a isso, não há dúvidas mais! Ninguém tem dúvida de que o dinheiro é fruto de crime. Obviamente, a responsabilidade é do candidato Lula à Presidência da República.

Desta tribuna, como Senador, não tenho o direito de tergiversar, de buscar, pelos descaminhos da retórica, argumentos que possam blindar o Presidente da República.

Portanto, a responsabilidade por esse escândalo, a responsabilidade por esse crime, a responsabilidade por essa tentativa de fraudar a eleição com um dossiê forjado é do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, não é essa a única tentativa de blindagem do Presidente Lula. Há pouco cheguei do Tribunal de Contas da União, aonde fui, com alguns Parlamentares, indagar do Presidente Guilherme Palmeira e do Ministro Ubiratan Aguiar sobre auditoria relativamente aos cartões corporativos utilizados pelo Governo, especialmente pela Presidência da República, e também sobre auditoria que deu conta do desvio de R\$11 milhões do setor de Comunicação Social do Governo, por intermédio de agência de publicidade de Duda Mendonça, desvio de recursos que foram supostamente utilizados na confecção de cartilhas em benefício do Partido dos Trabalhadores.

Também tenho o direito de fazer determinadas ilações. Essas cartilhas, provavelmente, não foram confeccionadas na quantidade divulgada para a utilização de R\$11 milhões. Na verdade, essa é uma justificativa que se apresenta para recursos públicos que foram subtraídos indevidamente, desonestamente, dos cofres públicos, por meio de uma agência de publicidade do Sr. Duda Mendonça, que recebeu no exterior recursos como pagamento de dívida do Presidente Lula, em razão da sua campanha no ano de 2002.

Esse é um episódio que deve ser ainda investigado para se comprovar se essas cartilhas foram confeccionadas ou não, se esses recursos foram utilizados na confecção de cartilhas para o Partido dos Trabalhadores – portanto, de forma ilícita –, ou se nem mesmo as cartilhas foram confeccionadas e esses recursos foram utilizados com outra finalidade. Nos dois casos é operação criminosa. Mas é preciso investigar para saber que natureza de crime se praticou, sob as vistas do Presidente da República.

A questão dos cartões corporativos é ainda mais intrigante. Ora, há algum tempo, por intermédio do Senado Federal, estamos tentando conhecer os mistérios dos gastos do Presidente da República com a utilização de cartões corporativos. E há um verdadeiro **bunker** a proteger documentação que certamente seria suficiente para mais um grande escândalo no País.

Há no Palácio do Planalto uma caixa preta a esconder mistérios de gastos exorbitantes realizados pelo Presidente da República e sua família, com a utilização dos cartões corporativos.

Em determinado momento, esta Casa aprovou requerimento de nossa autoria que foi submetido à Presidência da República, solicitando documentação que comprovasse gastos realizados pela Presidência da República. Esses documentos não foram remetidos

ao Senado Federal sob alegação de que eram documentos em excesso, documentação farta, e que seria impossível remetê-la ao Senado Federal.

Sugerimos a indicação de um técnico especializado para, na Presidência da República, acessar os documentos e investigá-los. Esse técnico foi designado, foi à Presidência da República e a ele foi permitido analisar determinados documentos. Mas, a partir de determinado momento, foi-lhe negado acesso à documentação sob o pretexto de que se tratava de segurança nacional. E o mais grave: a Presidência da República publicou decreto-lei para dar guarida a essa atitude, a esse comportamento.

Sabemos que não cabe, neste caso, legislar através de decreto-lei. Há necessidade de lei para se estabelecer esta norma impeditiva, esta norma que fixe regulamentação sobre acesso a documentos oficiais.

Vamos pedir um estudo jurídico a respeito para chegarmos ao entendimento do que é possível fazer, em matéria de providência de natureza jurídica, para exigir da Presidência da República a liberação desses documentos.

Não há justificativa para este caso. Como justificar gastos com dinheiro público, em benefício próprio, sem prestação de contas? A suposição de que se trata de gastos em benefício próprio se justifica exatamente em razão da negativa da prestação de contas. Admite-se a utilização de dinheiro público sem prestação de contas? Não se exige mais a transparência para a utilização de recursos públicos? Por que, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, os gastos crescem de forma assustadora através da utilização dos cartões corporativos? O que justificaria a Presidência da República alegar razões de segurança nacional para impedir o povo brasileiro de ter conhecimento da aplicação do dinheiro oriundo do imposto pago com tanto sacrifício por aqueles que trabalham e produzem?

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, imagino, com toda a franqueza, que os mistérios só poderão ser desvendados com a vitória da Oposição nas eleições no próximo dia 29. Se o Presidente Lula for reeleito, ficaremos distantes destas informações, certamente delas não tomaremos conhecimento, esse *bunker* continuará a existir, a caixa-preta não será arrebentada, e os mistérios de mais um escândalo não chegarão ao conhecimento da população brasileira.

Todos os motivos justificam a derrota do Presidente Lula. Há motivos em excesso justificando a derrota do Presidente Lula, mas, sobretudo, a questão ética é essencial; não há justificativa superior. Nenhum programa de governo terá êxito se não reduzirmos os índices de corrupção neste País. Os recursos públicos são desviados. Se tivéssemos a possibilidade de contabi-

lizar todos os valores subtraídos dos cofres públicos e investigados pelas várias CPIs instaladas no Congresso Nacional, assustaríamos o povo brasileiro.

Senador Mão Santa, tenho a impressão de que, se pudéssemos abrir essa caixa-preta que esconde os mistérios dos gastos com os cartões corporativos, cairia o Presidente da República. Sou obrigado a acreditar que esse seria o fim. Não fosse esse o fim, certamente não resistiriam tanto, não colocariam tantos obstáculos, não estabeleceriam tanto segredo, não provocariam a existência de tantos mistérios em relação a gastos que são exorbitantes e que assustam, mas que não são justificados. A devida e necessária prestação de contas não é feita.

Recentemente, Senador Mão Santa – a quem concederei depois um aparte –, tivemos acesso a documentos oriundos do Tribunal de Contas da União, relativamente a uma auditoria realizada nos documentos da Casa Civil referentes à aplicação ou à utilização dos cartões corporativos. Fomos investigar as notas fiscais e chegamos à constatação de que eram notas fiscais frias produzidas por uma fábrica de notas fiscais localizada no entorno de Brasília.

O suposto proprietário dessa empresa era nada mais nada menos que um trabalhador, um chapista que trabalhava num bar da estação rodoviária em Brasília. Ele era utilizado como laranja – como se denomina –, oferecendo o seu nome a uma empresa que fabricava notas frias fornecidas a algumas Prefeituras. O Ministério Público atuou, houve prefeito cassado em razão da utilização dessas notas frias calçando despesas inexistentes, e nós constatamos notas frias calçando despesas com a suposta compra de cartuchos na Casa Civil da Presidência da República.

Até hoje não ouvimos nenhuma palavra oficial do Governo a respeito dessa irregularidade. Até hoje não houve nenhuma manifestação do Presidente da República ou de quem quer que seja no Governo a respeito dessa irregularidade. Não se adotou nenhuma providência para punir os responsáveis. Não se indicou nenhum responsável.

Aliás, o Brasil está aprendendo. No Governo Lula, admite-se a existência do crime, mas não se admite a existência de criminosos. Eu não sabia que era possível existir crime sem criminosos, pois o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula, está nos ensinando que é possível existir crime sem criminosos. O Presidente Lula, em nenhum momento, admitiu que qualquer dos seus auxiliares diretos fosse criminoso diante dos escândalos de corrupção que a Nação lamenta. Em nenhum momento o Presidente Lula admitiu ser criminoso qualquer dos seus Ministros que foram denunciados pelo Procurador-Geral da República, nomeados

por ele, denunciados pela prática de corrupção, pela formação de quadrilha. Alegou o Procurador-Geral da República a existência de uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos da Nação, mas o Presidente Lula não admitiu existir no seu Governo nenhum criminoso.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, eu o estava ouvindo atentamente e, quis Deus aqui, com a presença de Magno Malta, que é um cristão, e de Heloísa Helena, quero dizer o seguinte: fiquei estarelecido – e V. Ex^a estava lá –, quando, no comitê do candidato Geraldo Alckmin, saiu uma pesquisa de credibilidade. Senadora Heloísa Helena, eu fiquei estarelecido. Só cinco, de cada cem brasileiras e brasileiros, acreditam em política, acreditam nos políticos; 95% não acreditam. Foi a isso que o PT nos levou, foi a isso que Lula nos levou, foi isso que previu o nosso Rui Barbosa, que chegaria o dia em que, de tanto ver as nulidades triunfarem, campear a corrupção, rir-se-ia da honra, ter-se-ia vergonha de ser honesto. De cem brasileiras e brasileiros, somente cinco acreditam nos políticos. Está tudo desmoronando. O Poder Judiciário está com baixo índice de credibilidade, um pouco melhor do que nós, uns 30%. Deveríamos acreditar em todos. Aristóteles dizia que não se fundamenta nenhuma sociedade sem que se tenha como base a ética e a honestidade. Ulysses, falando ao povo, disse que o cupim que corrói a democracia é a corrupção. Nunca se viu tanto cupim. O médico Lair Ribeiro – estamos no Dia do Médico –, que se especializou em neurolinguística, define paradigma como uma verdade que o povo aceita até que ela seja modificada. E o povo está diante desta verdade: tudo que é político é ladrão. Chegou-se a isso, a se pensar que tudo que é político é ladrão. Eles não vão pinçar um ou outro. Se esse ladrão pelo menos está dando uma bolsa, então vamos com ele. Temos de ter um paradigma, temos de ter um fato. E essa Polícia Federal, tão brava, tão forte? Por que ela não algema um dos bandidos que cercam o Lula? É bandido por todo lado, é ladrão por todo lado. Então, ela só vai mudar se houver um fato novo. Isso é que é um paradigma. Ninguém acredita nisso, pois ela só prende de um lado. Olha aí os ladrões do mensalão todos voltando. O homem dos dólares na cueca foi eleito. Ceará, que vergonha! Tem de haver um paradigma, é um fato. Essa Polícia Federal prende gente da Daslu, mas os quarenta ladrões que cercam o Lula... Ela tem de fazer um impacto pela moralidade, para sairmos disso, para termos credibilidade e honestidade. O Poder Judiciário está quase na mesma lama. Era para a gente acreditar em 100%, mas

está baixíssimo. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Mas eu acredito nesse Marco Aurélio, que deu uma entrevista de que eu gostei. Isso tem de ser resolvido antes do dia 29, antes da eleição. Esse roubo, dos muitos que há aí, de centenas, e não se chegar a conclusão nenhuma... Que Polícia fajuta essa que, após dois meses, com o Exército, com o SNI, não descobre a origem do dinheiro roubado, que, até que se prove o contrário, era do Lula, da família dele e dos filhos dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Não posso concluir sem fazer referência à denúncia do Procurador da República, lembrada pelo Senador Mão Santa, que é algo da maior gravidade. É de uma gravidade histórica. O Procurador denunciou quarenta, entre eles alguns dos principais Ministros do Presidente Lula, e definiu como participantes de uma organização criminosa a assaltar os cofres públicos da Nação. Ele concluiu que o objetivo era um projeto de poder de longo prazo. Ou seja, o fim passou a justificar os meios.

Em nome de um projeto de poder de longo prazo, admitiu-se escancarar as portas do Governo para a corrupção, e nunca, na história do Brasil, tanta gente roubou tanto dinheiro do povo brasileiro. Mas estamos prestes a um julgamento popular, que deve ser implacável.

Acredito, ainda, Senador Mão Santa, que o povo brasileiro julgará de forma implacável. Não vejo o povo brasileiro como um povo desonesto e tampouco como mal informado; eu o vejo como um povo sofrido, um povo trabalhador, generoso em excesso. Talvez a generosidade esteja extrapolando os limites do bom-senso nesta hora. Menos generosidade agora, mais implacabilidade no julgamento popular no dia 29. O Brasil não merece tanta corrupção.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula adota, como grande mote do seu segundo governo, o crescimento econômico. Ele já utilizou expressões como “espetáculo do crescimento” e outras, e volta, agora, a dar ênfase à tese do crescimento econômico como compromisso essencial do seu segundo mandato.

Mas, já de início, sofre uma contestação oficial de peso, de grande importância: um estudo do Ipea,

que é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entidade ligada ao Ministério do Planejamento, demonstra que não existem condições para o Brasil crescer 5% ao longo dos próximos quatro anos, como prevê o Governo. Os entraves apontados no estudo do Ipea são por demais conhecidos: baixa taxa de investimento da economia e os gargalos do setor elétrico. Como destaca o instituto, qualquer taxa de crescimento num patamar acima de 4% traria risco de um apagão elétrico no País.

Os integrantes da equipe econômica do Governo já contestam o Ipea. O Ministro da Fazenda afirma que as condições estão dadas para um crescimento de 5%. É uma afirmação vazia, porque se as condições estão dadas, o Ministro deveria apontá-las. Mas não sinaliza o Ministro Mantega quais são as condições oferecidas para que o crescimento ocorra no patamar indicado pelo Governo.

Aliás, se isso ocorresse, teríamos um apagão logístico. Há, aqui, a consideração do Ipea referente ao apagão elétrico. Mas temos insistido desta tribuna, em inúmeras oportunidades, sobre a necessidade de investimentos em infra-estrutura, sob pena de chegarmos a uma situação em que o País produzirá, venderá e não conseguirá entregar, já que teremos gargalos intransponíveis no setor de infra-estrutura no País, especialmente no corredor de exportação.

Os investimentos são insuficientes. E temos que insistir nessa tese, na esperança de que, no segundo mandato, o Governo Lula possa rever a sua estratégia de prioridades, permitindo que o País possa receber os investimentos necessários no setor de infra-estrutura.

Mas o Ministro Mantega insiste no crescimento alardeado pelo Governo e não aponta quais as condições para que esse crescimento realmente venha a ocorrer. O próprio Ministro Mantega, no primeiro semestre, fazia previsões superestimadas do crescimento.

Ontem, os economistas consultados pelo Banco Central, na pesquisa Focus, reduziram de 3% para 2,97% a projeção de expansão econômica. Portanto, o Ministro Mantega, no primeiro semestre, superestimou a possibilidade de crescimento econômico do País.

Os economistas consultados pelo Banco Central agora puxam para baixo a taxa de crescimento econômico projetada para este ano. Segundo o Ipea, o País só poderá crescer 5% a partir de 2011. Para isso ocorrer, a dívida pública e os juros teriam que cair; o Governo precisaria investir mais, diminuir impostos e cortar despesas. E nós não estamos presenciando nenhum anúncio que possa nos assegurar que isso ocorrerá nos próximos anos do Governo Lula.

O Governo trata questões cruciais para o País da seguinte forma: o Ministro da Fazenda contesta uma instância pensante que abriga especialistas competentes, que é o Ipea, com “as condições estão dadas para um crescimento de 5%”. Mas quais são as condições? O Presidente Lula, ao garantir um ciclo de crescimento e ser perguntado de onde virão os recursos, responde: “você vão ver”. Também uma resposta vazia de conteúdo. A um Presidente da República cabe respostas responsáveis e competentes e não uma resposta vazia que demonstra desconhecimento, despreparo ou descaso para com os interesses da Nação.

Diante de uma crise aérea sem precedentes, as autoridades do Governo se reúnem por mais de três horas e divulgam uma nota: “medidas necessárias serão tomadas para acabar com os atrasos dos vôos”. A nota não diz quais medidas. E o caos continua nos aeroportos do País.

Ora, não há como admitir tanto descaso do Governo. Neste caso específico, a crise dos aeroportos reflete um desrespeito à população inadmissível. Desta tribuna, outros Senadores já se manifestaram no dia de hoje, no que diz respeito ao que vem ocorrendo nos aeroportos do Brasil.

Nunca se assistiu tamanha desorganização. Há uma bagunça instalada, Senador Mão Santa. As pessoas são submetidas à humilhação. Sequer informações são oferecidas com sinceridade àqueles que, mesmo tendo horários estabelecidos, compromissos assumidos, vêem o comprometimento desses objetivos em razão da desorganização instalada nos aeroportos brasileiros.

Não há nenhuma providência do Governo, a não ser mais uma nota vazia no sentido de que medidas serão adotadas, sem se anunciar quais as medidas que seriam adotadas.

Em relação às limitações físicas, aponte o episódio dos aeroportos nessa linha de fatos que nos levam a concluir que o Governo trata a população com descaso e não responde a questões cruciais para o País, sobretudo no que diz respeito ao crescimento econômico.

As limitações físicas ao crescimento e ao escoamento da produção são elencadas desta tribuna semanalmente. Os gargalos da infra-estrutura, estradas, portos e os projetos de geração de energia são obstáculos que foram ignorados no primeiro mandato do Presidente Lula. É a oportunidade, portanto, para o tema voltar ao debate, e, como diz o Senador Mão Santa, tem de ser um debate qualificado para inspirar o Presidente Lula a adotar as medidas adequadas.

É importante destacar ainda a escassez dos investimentos públicos e a ausência de marcos regula-

tórios que atraíam o capital privado em áreas em que o Estado não consegue investir.

Todos nós conhecemos a incapacidade de investimento do Estado brasileiro. A capacidade de investir está extremamente limitada, e é por isso que o Governo tem de adotar os instrumentos eficazes para atrair investimentos privados. Os investimentos privados devem substituir a incapacidade circunstancial do Governo de investir em razão da crise econômica que assola o País já há tanto tempo.

O investimento público em infra-estrutura tem caído no Brasil nas últimas décadas. Segundo estudo do economista Pedro Cavalcanti Ferreira*, da Fundação Getúlio Vargas, a média anual de investimento do setor caiu de 5,3% do PIB (Produto Interno Bruto), em 1969, para 2,2%, em 2004. Portanto, vejam que há uma queda expressiva.

Obviamente, se há crescimento vegetativo do País, se as demandas se avolumam e há uma queda brutal como essa de investimento público, só se pode prever, a médio ou a longo prazo, o apagão logístico.

Vamos insistir nessa denúncia. Vamos continuar repetindo. Quem sabe a repetição possa produzir algum resultado concreto?

O que precisamos ver, com a máxima urgência, em vez do discurso de palanque, é a apresentação de prioridades que levem em conta uma visão estratégica de futuro, que permitam ao País alimentar perspectiva de crescimento, sem os gargalos que poderão comprometer o nosso crescimento.

Para isso, os planos não podem ser meros indicativos. Devem ser feitas obras capazes de reduzir os obstáculos logísticos ao crescimento por meio de projetos estruturantes; redução da carga tributária para investimento, sem esquecer dos impostos e taxas incidentes sobre os preços de serviços públicos de infra-estrutura; regras claras, estáveis e atrativas ao setor privado, com metas definidas, incluindo o fortalecimento das agências reguladoras, autonomia financeira e independência política.

Não me lembro quando foi a primeira vez em que, desta tribuna, eu próprio ou outro Senador focalizamos a necessidade de se estabelecerem regras claras e estáveis e de se estabelecerem marcos regulatórios com clareza para a atração dos investimentos privados.

Outro ponto é a segurança jurídica. A estabilidade no ambiente de negócios é fundamental para atrair investimentos. No Brasil, não há essa estabilidade, especialmente em alguns Estados, onde os contratos são simplesmente enfeites de bibliotecas, porque são desrespeitados, rasgados por governantes, estabelecendo uma insegurança jurídica que afasta o investimento imprescindível do setor privado.

As condições jurídicas e regulatórias para atrair investimentos são, portanto, precárias ainda no Brasil. Neste segundo mandato, o Presidente Lula faria muito bem se cuidasse dessa parte, se se preocupasse com isso. Propalar crescimento econômico sem adotar medidas, sem dúvida alguma, imprescindíveis para alavancar o processo de desenvolvimento do País é, como se diz popularmente, chover no molhado. Ou seja, trata-se apenas de discurso distante da prática, da ação de quem governa.

O Banco Mundial, por exemplo, atribui uma nota muito baixa ao Brasil no quesito qualidade regulatória. As perspectivas de crescimento do nosso mercado interno são menores que a de outros países emergentes. É evidente que os países que investem naturalmente procuram aqueles países que oferecem maior segurança jurídica para os seus investimentos.

Recentemente, tivemos um exemplo de insegurança jurídica afetando os interesses do nosso País na Bolívia, no caso Petrobras. Não podemos oferecer essa perspectiva de insegurança a quem, possuindo condições de investir, opta por países que ofereçam rentabilidade e segurança.

O Fundo Monetário Internacional prevê, para a Índia, um crescimento de 8,3% este ano e de 7,3% para 2007. Para a Rússia e a China, respectivamente, 6,5% e 10% neste e no próximo ano. Já o Brasil deve crescer menos de 3% em 2006, e existem limitações consideráveis para um crescimento maior em 2007.

É preciso estabelecer parâmetros de comparação para que cheguemos à noção do que significa a ausência de instrumentos capazes de alavancar o crescimento no Brasil. Estamos desperdiçando oportunidades preciosas. E quando estabelecemos parâmetros de comparação é que verificamos como o Brasil está desperdiçando oportunidades de crescer economicamente, gerando emprego, renda, receita pública e desenvolvimento econômico e social.

O que há de concreto? O Governo está enredado nas suas contradições éticas e há uma gestão de incompetência administrativa. Que gerência teremos, fruto das negociações políticas em curso, para a composição do novo Ministério?

É evidente que a qualidade do novo Ministério do Presidente da República pode sinalizar para um Governo com objetivos alcançados ou para um Governo a repetir os insucessos do primeiro mandato em questões essenciais para o futuro do nosso País.

É evidente que, como brasileiros, desejamos que o Presidente da República seja mais feliz do que foi no primeiro mandato no ato de nomear, de escolher, de compor sua equipe de Governo. O Presidente Lula

tem de entender que o momento da escolha será decisivo para o seu segundo mandato.

É claro que é bom considerar também a agenda do Presidente. Quando grandes problemas afetam o País, o Presidente Lula resolve transformar-se em cabo eleitoral do Presidente Hugo Chávez, na Venezuela. E a agenda de um Presidente reeleito, com graves problemas internos e diante de uma completa falta de definições para enfrentar os desafios que estão postos ao seu segundo mandato, abre espaço para cabalar votos num outro país. Isso preocupa, porque o Presidente mantém o mesmo comportamento adotado durante o primeiro mandato: diz-se vítima de preconceito e incompreensão. Isso não é verdade.

O tratamento que recebeu da Oposição, ao longo do seu primeiro mandato, é bem diverso daquele recebido por governos anteriores. E Sua Excelência mesmo reconheceu que deve à imprensa grande parte de sua ascensão política. Quanto ao empresariado, também é injusta a acusação que faz.

É claro que não cabe à Oposição orientar o Presidente da República em relação a comportamento, mas evidentemente cabe à Oposição criticar o Presidente da República pela postura que adota logo após uma vitória esmagadora nas urnas. Não é o Presidente a reclamar da imprensa, a reclamar da Oposição, a reclamar dos empresários. O que se esperava era um Presidente feliz com a vitória a conclamar as forças políticas do País a se reunirem em torno de um projeto de Nação.

O projeto de poder se esgota. Durante o primeiro mandato, o Presidente da República se preocupou com o projeto de poder e se esqueceu do projeto de Nação. É hora de assumir de forma integral, absoluta, inteligente um projeto de ação para o seu segundo mandato.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadoras, em uma de suas poesias, o poeta Borges dizia que:

Olhar o rio feito em tempo e água
e lembrar que o tempo é outro rio,
e que passam os rostos como a água.

O Senador Ramez Tebet deixa-nos lembranças, saudades, mas, acima de tudo, uma referência

importante de ética e honradez na política e na vida pública.

A sua postura digna, no Parlamento e nos importantes cargos que ocupou, não vai passar; ela permanece e ficará como exemplo de correção ética a nortear e a inspirar todos aqueles que na vida pública deste País desejam honrar seus mandatos.

A sua trajetória de homem público foi um itinerário vitorioso: Promotor Público; Professor universitário; Prefeito de sua cidade natal, Três Lagoas; Deputado estadual; Vice-Governador; Governador; Senador; Ministro de Estado; Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Pela sua qualificação e postura ética, foi sempre requisitado pelo seu Partido para o exercício das funções mais importantes. Lembro-me bem da sua atuação no Conselho de Ética do Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que presidiu, na Comissão de Assuntos Econômicos, que também presidiu, e em CPIs, nas quais se constituiu sempre Relator competente e imparcial.

Em mais de 40 anos de vida pública, dedicados, sobretudo, ao Mato Grosso do Sul e ao País, jamais se distanciou de suas raízes e de sua Três Lagoas: autêntico, afável, generoso, conciliador, um homem que cultuava a simplicidade.

Na fase aguda da doença, fez questão de se manter firme na tribuna do Senado da República – uma prontidão ética que demonstrava o seu apreço pelo País e pelo mandato de que estava investido. Resistia à dor da doença com bravura ímpar. Jamais ouvimos do Senador Tebet qualquer palavra de queixa, qualquer manifestação verbal relativa ao sofrimento que vivia nas fases mais duras do tratamento a que era submetido.

Nesta sessão de homenagem ao Senador Tebet, fazemos uma pausa para reverenciar o colega. Amanhã, prosseguirão os nossos trabalhos e a rotina desta Casa. Por isso trago Mário Quintana, que nos lembra que o tempo não pára, só a saudade é que faz as coisas pararem no tempo.

Sentiremos saudades, e isso é inevitável. A postura de Tebet na política, o seu espírito conciliador, o seu chamamento para que o Parlamento assuma o seu verdadeiro papel na vida nacional são exemplos a nos inspirar. Exemplo a nos inspirar também a sua capacidade de indignação diante das injustiças.

A vibração com que assomei a esta tribuna tinha muito a ver com essa capacidade de indignação. Disse ele no dia 2 de outubro de 2001: “O Congresso Nacional não é Casa de radicalismo, de intolerância. O Congresso Nacional é a Casa da construção dos grandes debates do entendimento”.

Essa sempre foi a visão de Ramez Tebet e nos proporciona razões para a reflexão. É um momento de perda para a Casa e para o País. Os dias que se seguem serão certamente difíceis, com a complexidade que os novos tempos estão a impor numa atividade pública tão carente de homens com o perfil ético e moral de Ramez Tebet. A lacuna é, sem dúvida, irreparável, mas há o exemplo a nos inspirar.

Como afirmou Roosevelt, é um inútil desperdício de tempo celebrar a memória dos mortos se nós, os vivos, não nos esforçamos com as obras da vida em nos mostrarmos dignos deles.

Certamente, diante dos desafios que enfrentaremos nos dias que se seguem sem Ramez Tebet nesta Casa, haveremos de nos valer do seu exemplo de dignidade, de decência, de honradez, de lealdade, de disposição para o trabalho e de eficiência. Muitos morrem muito tarde; outros, muito cedo. Quem satisfaz sua missão morre vitorioso. É o caso de Ramez Tebet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de ontem, o Senado Federal aprovou requerimento de minha autoria que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria nos contratos sem licitação para Operação Tapa-Buraco no Estado do Paraná e de Minas Gerais.

Em razão dessa aprovação, o meu Gabinete, no dia de hoje, recebeu inúmeras denúncias relativamente a irregularidades constantes da Operação Tapa-Buracos em todo o País.

Diante desse fato, Sr. Presidente, é possível que, a partir do novo período legislativo, a partir de fevereiro, apresente requerimento propondo CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as irregularidades na Operação Tapa-Buraco, que, como consequência, ofereceu lamentavelmente um espetáculo de desperdício de dinheiro público.

Ainda não é uma decisão. Isso não é definitivo. Vamos analisar melhor as denúncias que chegam, os documentos encaminhados, para aferirmos a conveniência da apresentação de requerimento a CPI para investigar a Operação Tapa-Buracos no Brasil. Espero que isso não seja necessário. Mas, de qualquer maneira, gostaria de alertar aos colegas Senadores para essa possibilidade.

De outro lado, Sr. Presidente, devo registrar nos Anais da Casa e peço a V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca, que autorize a publicação, na íntegra, da coluna desse grande jornalista Sebastião Nery, na **Tribuna da Imprensa** de hoje, sob o título “A Nova Classe na Petrobras”.

Eu leio a parte que diz respeito àquilo que realmente nos interessa:

Se tivesse conhecido o Governo Lula, o bravo, valente Djilas teria feito mais um arrasador capítulo sobre como “a nova classe” usa o Governo em benefício próprio e da sua carriola. Aqui em São Paulo, conheci detalhes de mais um escândalo, que pode virar um crime, de usufruto do poder.

Na Petrobras, a FUP – Federação Única dos Petroleiros (uma fraude, porque legalmente não é federação e não é única), filha da CUT (que também é uma fraude, porque não é única), propôs e a direção da empresa quer adotar a redução salarial dos aposentados, que iria liquidar a geração que há 53 anos a construiu, em condições duras, às vezes heróicas, bem diferentes das de hoje. A proposta da FUP e da empresa é um verdadeiro “confisco de renda”.

O reajuste anual dos salários, a ser feito pela empresa, seria assim:

a – para os funcionários da ativa, 2,8% de aumento, mais 80% de bonificação salarial e promoção de uma letra na carreira;

b – para os aposentados, apenas 2,8%.

Nunca antes na história dessa empresa, como diria um certo alguém, aconteceu tamanha violência contra os seus milhares de aposentados. A ‘nova classe’ de sindicalistas petistas, agregada na FUP, que dirige o setor de Recursos Humanos (através do multinacional Diego Hernandez), massacra os aposentados para ganhar 80% de ‘bonificação’ e uma letra a mais na carreira.

São mais de 50 mil aposentados atingidos pela absurda proposta. O objetivo claro e vil é jogar os funcionários da ativa contra os aposentados.

A FNP

Mas o tiro está saindo pela culatra. Cinco grandes sindicatos já se desfilaram da FUP (e, portanto, da CUT): 1) Rio de Janeiro, 2) Litoral

Paulista – Santos, 3) Sergipe – Alagoas, 4) Pará e Amazonas, 5) São José dos Campos.

Esses sindicatos não só se separaram da FUP como já criaram a FNP (Frente Nacional dos Petroleiros). Sexta, depois de amanhã, aqui em São Paulo, em Santos, a FNP e esses sindicatos vão reunir-se para aprovar uma posição comum contra a proposta da FUP e dos Recursos Humanos da Petrobras.

PT – ONGs

Vejam que estranha coincidência. Na hora em que a ‘nova classe’ dos sindicalistas do PT tenta pôr ainda mais a empresa a serviço de seus interesses pessoais, e para isso propõe o obscuro confisco do direito dos aposentados, explodem nas manchetes dos jornais os escândalos, germinados exatamente no *bunker* da ‘nova classe’, a diretoria de Recursos Humanos:

O Globo: ‘Petrobras faz, sem solicitação, convênio de R\$228 milhões. Beneficiadas doaram R\$16,7 milhões na eleição, sendo R\$6,4 milhões ao PT e ao PC do B. Nunca, como no Governo Lula, a Petrobras foi tão usada como aparelho partidário e instrumento de propagan-

da e sustentação de um governo. Houve farta distribuição de recursos para ONGs, projetos de aliados ou eventos de apadrinhados, antecedendo a campanha eleitoral’.

Folha: ‘Fornecedores da Petrobras doaram R\$2 milhões ao PT. Valor doado ao PT pela UTC representa 88% do total destinado por ela a campanhas eleitorais’. Vai estourar tudo na ‘CPI das ONGs’, no Senado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 23-11-2006 quinta-feira

15:30 – Governador do Estado do Amazonas Eduardo Braga e Governador eleito do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral.

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 2 DE FEVEREIRO DE 2003

RETIFICAÇÕES

Na página nº 00188, 2ª coluna, exclua-se, por publicação indevida, os seguintes itens do Sumário

.....
5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL (*)

6 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL (*)

(*) Publicados em suplemento à presente edição.

.....
Na página nº 00363, exclua-se, por publicação indevida, o seguinte

.....
ATOS DO DIRETOR-GERAL (*)

(*) Publicados em suplemento à presente edição.

PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL (*)

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 253 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2006, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 21/2006, do Diretor-Geral, incumbida de modernizar o Serviço de Clipping do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 24 de outubro de 2006.

Senado Federal, Novembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2268 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando que as **férias** dos servidores do Senado Federal deverão ser concedidas, preferencialmente, durante o período de recesso do Congresso Nacional, **RESOLVE:**

Art. 1º - São concedidas **férias** regulamentares aos servidores do Senado Federal no período de 02/01 a 31/01/2007.

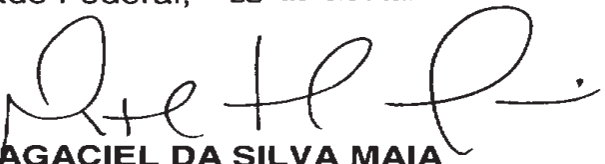
Parágrafo único - Na aplicação do disposto neste artigo observar-se-ão as normas estabelecidas no § 1º do art. 77 e no art. 79 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Recursos Humanos orientar e instruir os Órgãos do Senado Federal para o fiel cumprimento deste Ato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de Novembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2269 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE** designar o servidor **PAULO DE CASTRO**, matrícula nº 102511, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-06, da Diretoria-Geral, a partir de 26 de outubro de 2006, mantida sua lotação atual.

Senado Federal, 22 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2270 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

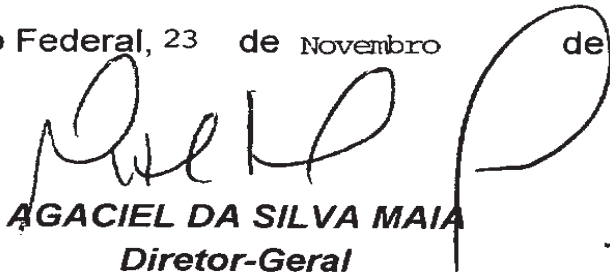
Art. 1º - São designados os servidores SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 47056, e ANA GRASIELA FALCÃO FREIRE KRONEMBERGER, matrícula nº 28840, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 016717/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de Novembro de 2006.

Elaborado por
Roberto Oliveira

Revisado por
Vicente Jr



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2271 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016791/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ARIMATHEA ALVES DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 23 de Novembro de 2006:

Elaborado por: Amanda


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2272 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017184/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANNE EVANS PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 23 de Novembro de 2006

Elaborado por: Amanda


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2273 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e dos Processo n.ºs **016978/06-4, 017119/06-5 e 016979/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANTONIO PEREIRA DE SOUSA**, matrícula n.º 192240, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-6, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança da Minoria para o Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 23 de Novembro de 2006

Elaborado por: Carla


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2274 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e dos Processo n.ºs **016978/06-4, 017119/06-5 e 016979/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **FLÁVIA ELIAS WESTPHAL**, matrícula n.º 165211, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança da Minoria para o Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 23 de Novembro de 2006

Elaborado por: Carla


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2275 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e dos Processo n.ºs **016978/06-4, 017119/06-5 e 016979/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ROSELI NAGEL**, matrícula n.º 175605, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Leonel Pavan para o Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 23 de Novembro de 2006

Elaborado por: Carla


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2276 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016671/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LOUISE ARAUJO SANTOS MOREIRA LOPES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 23 de Novembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2277 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA TEREZA B. MARIZ TAVARES, matrícula nº 26764, e ELIZABETH GUIMARÃES SANTOS, matrícula nº 28426, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 017091/06-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de Novembro de 2006.

Elaborado por
Roberto Oliveira
Revisado por
Vicente Jr


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2278 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE declarar vago, a partir de 16 de novembro de 2006, o cargo efetivo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ocupado por MARIA DE JESUS PIMENTEL, matrícula 40797, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº. 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de Novembro 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Valter Pereira **

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
(Vago) ⁸			3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 20.11.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet até a data de seu falecimento, em 17.11.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
(vago)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



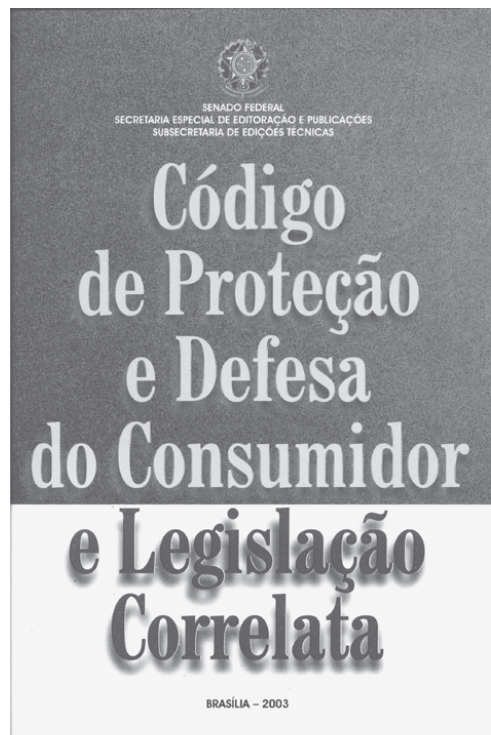
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 188 PÁGINAS